

BRUNO MIRANDA ZÉTOLA

**POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
NA ANTIGÜIDADE TARDIA**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor, pelo curso de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto.

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

Concluo esta Tese de Doutorado exatamente uma década após ter ingressado na Universidade Federal do Paraná como aluno de Graduação. Desse modo, como bom historiador, ao colocar o ponto final nesta Tese e encerrar, de algum modo, esse ciclo que se iniciava em 2000, não poderia deixar de olhar para trás e recordar do auxílio que recebi ao longo desses anos de diversas pessoas, cuja atenção e apoio foram fundamentais para o êxito dessa empreitada. Gostaria de deixar expresso, por conseguinte, meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução deste trabalho.

Em primeiro lugar, creio ser justo e necessário reconhecer a importância do corpo docente da Universidade Federal do Paraná, instituição que me acolheu há 10 anos, e à qual tributo minha formação como historiador. Em particular, registro a atenção da professora Marcella Lopes Guimarães, cujos conselhos, críticas e sugestões por ocasião da banca de Qualificação contribuíram decisivamente para aprimorar o texto desta pesquisa. Tive a sorte de contar, nessa mesma oportunidade, com a aguçada crítica do professor Rodrigo Tadeu Gonçalves, estimado amigo e exemplo de pesquisador, cuja colaboração foi de fundamental importância para o desenvolvimento desta Tese. Por fim, não poderia deixar de ressaltar que eventuais méritos desta Tese devem ser atribuídos em larga medida ao esmerado trabalho de orientação do professor Renan Frighetto, meu orientador de Graduação, Mestrado e Doutorado, a quem tributo, por meio de seus generosos ensinamentos ao longo desses anos de convívio, a paixão pela pesquisa histórica e pelo rigor científico.

Uma vez que a diplomacia no mundo clássico estava baseada no conceito de *amicitia*, cumpre-me recordar o apoio incondicional que recebi dos amigos ao longo desse processo de doutoramento. Registro, assim, meus agradecimentos aos amigos do curso de História, cujo tempo, bem sabem, não foi um óbice para a continuidade da amizade; bem como aos amigos do Itamaraty, cuja distância, bem sabem, tampouco constituirá impedimento para o estreitamento da amizade.

Agradeço também ao apoio dos meus pais, a quem coloquei, há dez anos, o desafio de confiar no meu desígnio de cursar a carreira de historiador, um curso

pouco convencional, uma vez que pouco voltado ao mercado de trabalho. Com extrema serenidade e confiança, incentivaram-me com todas as suas forças desde aquela época a buscar meus objetivos e a aprimorar meus estudos, pelo que lhes sou imensamente grato.

Finalmente, agradeço à minha esposa Anneluize, a quem também dedico esta Tese, haja vista todo o apoio e incentivo que me proporcionou nos momentos mais críticos, mesmo quando isso implicava ausentar-me de sua companhia em virtude da necessidade de redigir o corrente texto.

EPÍGRAFE

Qui libera legatione abest, non videtur rei publicae causa abesse: hic enim non publici commodi causa, sed sui abest.

(*Dig. L, 7, 15*)

Quem foi removido não deve parecer distante da causa republicana pela licença da legação; pois não está de fato distante do interesse público, mas do seu próprio.

(*Digesta. L, 7, 15*)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURA DE FONTES.....	vii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
INTRODUÇÃO	1
Quadro teórico.....	7
Historiografia.....	14
Fontes.....	17
1. A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SOBERANAS NA ANTIGÜIDADE TARDIA..	21
1.1. O <i>populus</i>.....	22
1.1.1. O conceito de identidade no mundo romano.....	24
1.1.2. Identidades e etnogênese no mundo germânico.....	30
1.1.3. Identidades cristãs.....	36
1.1.4. Identidades nobiliárquicas na etnogênese das monarquias tardo-antigas.....	44
1.2. A <i>patria</i>.....	48
1.3. O <i>regnum</i>.....	53
2. A PRÁTICA DIPLOMÁTICA NA ANTIGÜIDADE TARDIA: CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES.....	62
2.1. A seleção e formação de emissários.....	62
2.1.1. A seleção e formação de emissários no mundo greco-romano.....	63
2.1.2. A seleção e formação dos emissários na Antigüidade Tardia.....	73
2.2. Privilégios e imunidades diplomáticas.....	78
2.2.1. Privilégios e imunidades diplomáticas no mundo greco-romano.....	78
2.2.2. Privilégios e imunidades diplomáticas na Antigüidade Tardia.....	84
2.3. Cerimonial e protocolo.....	91
2.3.1. Cerimonial e protocolo na prática diplomática greco-romana.....	91
2.3.2. Cerimonial e protocolo na prática diplomática tardo-antiga.....	94
2.4. Recursos diplomáticos de negociação.....	105
2.4.1. Os recursos de negociação romanos.....	105
2.4.2. Recursos diplomáticos de negociação na Antigüidade Tardia.....	109

3. A POLÍTICA EXTERNA NA ANTIGÜIDADE TARDIA.....	115
3.1. Política externa no mundo greco-romano.....	116
3.1.1. A política externa no mundo clássico.....	116
3.1.2. A política externa romana no período baixo-imperial.....	118
3.2. A política externa na Antigüidade Tardia.....	128
3.2.1. Os francos.....	130
3.2.2. Os visigodos.....	137
3.2.3. Os suevos.....	151
3.2.4. Os lombardos.....	157
3.2.5. O Império Romano do Oriente.....	166
3.2.6. O Papado.....	174
4. DIPLOMACIA E LEGITIMAÇÃO DE PODER NA ANTIGÜIDADE TARDIA.....	184
4.1. Diplomacia e legitimação do poder monárquico.....	185
4.1.1. Virtudes diplomáticas do soberano.....	185
4.1.2. Atuação diplomática do soberano.....	190
4.2. Diplomacia e legitimação do poder nobiliárquico.....	197
4.2.1. Virtudes diplomáticas da nobreza.....	197
4.2.2. Atuação diplomática da nobreza.....	202
4.3. Diplomacia e legitimação do poder episcopal.....	210
4.3.1. Virtudes diplomáticas do episcopado.....	210
4.3.2. Atuação diplomática do episcopado.....	213
4.3.3. Diplomacia e legitimação do Papado.....	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	233
ANEXOS.....	241
ANEXO I – Relação dos soberanos visigodos.....	242
ANEXO II – Relação dos soberanos lombardos.....	243
ANEXO III – Relação dos soberanos suevos.....	244
ANEXO IV – Genealogia dos soberanos francos.....	245
ANEXO V – Relação dos papas tardo-antigos.....	246
ANEXO VI – Relação dos imperadores romanos do Oriente.....	247
ANEXO VII – Matrimônios régios franco-visigóticos no século VI.....	248
ANEXO VIII – Mapa do Ocidente Tardo-Antigo no início do século VI.....	249

ANEXO IX – Mapa do Ocidente Tardo-Antigo no início do século VII.....	250
ANEXO X – Mapa dos Reinos Francos após a morte de Clotário I (561).....	251
ANEXO XI – Mapa dos Reinos Francos após o Tratado de Andelot (587).....	252
ANEXO XII – Mapa da Península Itálica após ocupação lombarda (c. 600).....	253

LISTA DE ABREVIATURA DE FONTES

- Aesc. – Aeschines. *Orações*. (ADAMS, C. D. **Aeschines with an English translation**. Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. 1919.)
- Ambr. *Off.* – Ambrósio de Milão. *Dos ofícios dos sacerdotes*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. XVI Paris, 1845.)
- Amm. Marc. *Hist.* – Amiano Marcelino. *Histórias*. (ROLFE, J. C. **Ammianus Marcellinus**. Roman History. Cambridge: Harvard University Press/ Loeb Classical Library, 1940.)
- Andoc. *Orat.* – Andócides. *Orações*. (MAIDMENT, K. J. **Minor Attic Orators in two volumes** 1, Antiphon Andocides. Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. 1968.)
- App. – Apiano de Alexandria. *Guerras Civis* (WHITE, H. **Appian**. Civil Wars. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1972.)
- Arist. *Pol.* – Aristóteles. *Política*. (KURY, M. G. **Aristóteles**. Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.)
- August. *Ciuit. Dei.* – Agostinho de Hipona. *Cidade de Deus*. (MIGNE, **Patrologia Latina**, Tomus XLI. Paris, 1845.)
- Avit Vien. *Ep.* – Avito de Viena. *Epístolas*. (PEIPER, R. **Monumenta Germaniae Histórica**. Auctores Antiquissimi 6. Berlim, 1883)
- Braul. Caesarg. *Ep.* – Bráulio de Zaragoza. *Epístolas*. (MADOZ, J. **Epistolário de San Braulio**. Edición crítica y traducción. España Sagrada XXX. Madri, 1941.)
- C. Th – *Código Teodosiano*. (MOMMSEN, T.; MEYER, P. M. **Theodosiani libri XVI cum constitutionibus Sirmondianis et leges novellae ad Theodosianum pertinentes**. 2 vols. Berlim, 1905.)
- Caes. *Bel. Gal.* – César. *Guerra Gálicas*. (CONSTANS, L. A. **César**. Guerre des Gaules. Paris: Les Belles Lettres, 1996.)
- Cassiod. *Var.* – Cassiodoro. *Epístolas Várias*. (MOMMSEN, T. **Monumenta Germaniae Historica**. Auctores Antiquissimi 12. Berlim, 1894.)
- Chron Alf. III* – *Crônica de Afonso III*. (GIL FERNANDEZ, J.; MORALEJO, J. L.; RUIZ DE LA PEÑA, J. I. **Cronicas Asturianas**. Oviedo:Universidad de Oviedo, 1985.)

- Chron. Alb. – Crônica Albedense.* (GIL FERNANDEZ, J.; MORALEJO, J. L.; RUIZ DE LA PEÑA, J. I. **Cronicas Asturianas.** Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985.)
- Cic. *ad Quint. Frat.* – Cícero. *Epístolas ao irmão Quinto.* (WESENBERG, D. A. **Epistulae ad Quintum fratrem.** Leipzig: Teubner, 1885.)
- Cic. *Cat.* – Cícero. *Catilinárias.* (CLARK, A. **Orationes in Catilinam.** Oxford: Clarendon Press, 1908.)
- Cic. *De harusp. resp.* – Cícero. *Das respostas dos arúspices.* (WUILLEUMIER, P; TUPET, A-M. **De haruspicum responso.** Paris: Les Belles Lettres, 1966.)
- Cic. *In Ver.* – Cícero. *Discurso contra Verres.* (GREENWOOD, L. H. G. **Cicero.** Verrines orations. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1988.)
- Cic. *Leg. Man.* – Cícero. *Pela Lei Manilia.* (GREENOUGH, J. B., **Select Orationes of Cicero** Boston: Ginn & Co., 1896.)
- Cic. *Phil.* – Cícero. *Filípicas.* (MUELLER, C. F. **M.Tulli Ciceronis.** Orationes selectae, XXI. Leipzig: Teubner, 1907-09.)
- Cic. *Vatin* – Cícero. *Sobre Vatinius.* (GARDNER, R. **Cicero.** Orationes. Pro Sestio, in Vatinius. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1989.)
- Collect. Avell. – Coleção Avelana.* (GUENTHER, O. **Epistulae imperatorum pontificum aliorum.** Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum 35. Viena, 1860.)
- Conc. – Concílios Visigóticos.* (VIVES, J. **Concílios visigóticos e hispano-romanos.** Madri: Instituto Enrique Flórez, 1963.)
- Constant. *Vit. Germ.* – Constâncio de Lyon. *Vida de São Germano de Auxerre.* (BORIUS, R. **Vita Germani episcopi Autissiodorensis.** Sources Chrétiennes 112. Paris: du Cerf, 1965.)
- De cer.* – Constantino VII Porphyrogenitus. *Do ceremonial bizantino.* (REISKE, J. J. **Contantine VII Porphyrogenitus.** De cerimnoiis aulae Byzantinae libri duo. Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae 7. Bonn, 1829-1830.)
- Demost. *Orat.* – Demóstenes. *Orações.* (VINCE, C. A.; VINCE, J. H. **Demosthenes with an English translation.** Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. 1926.)
- Dig. – Digesta.* (MOMMSEN, T. **Corpus Juris Romani Justiniani.** Berlim, 1895.)

- Dion. – Dionísio de Halicarnasso. *Antiguidades Romanas*. (CARY, E. **Dionysius of Halicarnassus**. Roman Antiquities. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1939).
- Eihn. *Vit. Karol. Magn.* – Einhard. *Vida de Carlos Magno*. (WAITZ, G. **Monumenta Germaniae Historica**. Scriptorum Rerum Germanicarum in usum scholarum. Hannover, 1911.)
- Ennod. *Uit. Epih.* – Enodius. *Vida de Santo Epifânio*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LIII. Paris, 1882.)
- El. Arist. Plat.* – Élio Aristides. *Contra Platão, para defender a Retórica*. (CASSIN, B. **O Efeito Sofístico**. Sofística, filosofia, retórica, literatura. São Paulo: Editora 34, 2005.)
- Ep. Austr.* – *Epístolas do Reino da Austrásia*. (GUNDLACH, W. **Epistulae Austrasicae**. Corpus Christianorum Series Latina 117. Turnholti: Brepolz, 1957.)
- Ep. Visig.* – *Epístolas Visigodas*. (GIL, I. **Miscellanea Wisigothica**. Sevilha: Publicaciones de la Universidad, 1972.)
- Eug. *Vit. Sev* – Eugippius. *Vida de São Severino*. Eugippius. (RÉGERAT, P. **Vita Sancti Severini**. Sources Chrétiennes. 364. Paris, 1991.)
- Euseb. *Uit. Const.* – Eusébio. *Vida de Constantino*. (CAMERON, A.; HALL, S. **Life of Constantine**. Oxford: Clarendon Press, 1999.)
- Fest. *V. S.* – Festus. *Do significado das palavras*. (LINDSEY, W. M. **De verborum significatu, quae supersunt; cum Pauli Epítome**. Leipzig: Teubner, 1965.)
- Fredeg. *Chron.* – Fredegário. *Crônica*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LXXI. Paris, 1849.)
- Gaius. *Inst.* – Gaius. *Institutas*. (SECKEL, E.; KUEBLER, B. **Gai Institutionum Commentarii Quattuor**. Leipzig: Teubner, 1913).
- Gel. *Ep.* - Gelásio. *Epístolas*. (MIGNE, **Patrologia Latina**. Tomus LXI. Paris, 1862.)
- Greg. Magn. *Regist.* – Gregório Magno. *Registros epistolares*. (HARTMANN, L. M.; EWALD, P. **Monumenta Germaniae Histórica**. Epistolae. 2 vols. Berlim: 1887-99.)
- Greg. Tur. *Hist. Franc.* – Gregório de Tours. *História dos Francos*. (KRUSCH, B. **Monumenta Germaniae Histórica**. Scriptorum Rerum Merovingiarum I, 1, 1937.)

- Greg. Tur. *Uit. S. Mart.* – Gregório de Tours. *Vida e milagres de São Martinho.* (KRUSCH, B. **Monumenta Germaniae Histórica.** Scriptorum Rerum Merovingiarum I, 1, 1937.)
- Herodot. *Hist.* – Heródoto. *História.* (KURY, M. G. **Herôdotos.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.)
- Hidat. *Chron.* – Hidácio de Chávez. *Crônica.* (CAMPOS, J. **Cronicon de Idacio.** Obispo de Chaves. Su Cronicon. (s. IV-V). Salamanca: Calasancias, 1984.)
- Iohan. Bicl. *Chron.* – João de Bicláro. *Crônica.* (COLLINS, R. **Iohannis Biclarensis.** Chronicon. Corpus Christianorum. Series Latina. CLXXIII A. Turnholti: Brepols, 2001.)
- Iord. *Get.* – Jordanes. *Da origem e ações dos Getas.* (MOMMSEN, T. **Monumenta Germaniae Historica.** Auctores Antiquissimi I. Berlim, 1882.)
- Isid. Hisp. *Etym.* – Isidoro de Sevilha. *Etimologias.* (OROZ RETA, J.; CASQUERO, M. **San Isidoro de Sevilla.** Etimologias. 2 vols. Madr: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.)
- Isid. Hisp. *Hist. Goth.* – Isidoro de Sevilha. *História dos Godos.* (RODRÍGUEZ ALONSO, C. **Las historias de los Godos, Vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla.** Estudio, Edición crítica y traducción. Leon, 1975.)
- Isid. Hisp. *Hist. Sueb.* – Isidoro de Sevilha. *História dos Suevos* (RODRÍGUEZ ALONSO, C. **Las historias de los Godos, Vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla.** Estudio, Edición crítica y traducción. Leon, 1975.)
- Iul Tol. *Hist. Wamb.* – Juliano de Toledo. *História do rei Wamba.* (HILLGARTH, J. N. **Corpus Christianorum.** Series Latina. CXV. Sancti Iuliani Toletanae Sedis Episcopi Opera. Turnholti: Brepols, 1976.)
- Iul. *Or.* – Juliano, o Apóstata. *Orações.* (WRIGHT, W. C. **The Works of the Emperor Julian.** 3 vols. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1913/1980.)
- Leand. Hisp. *Conc. Tol. III. Hom.* – Leandro de Sevilha. *Concílio de Toledo III. Homilia.* (VIVES, J. **Concílios visigóticos e hispano-romanos.** Madri: Instituto Enrique Flórez, 1963.)
- Lib. Cont.* – *Liber constitutionum.* (DE SALIS, L. R. **Monumenta Germaniae Histórica.** Leges. Sectio I. Tomus II. Pars I. Hanover, 1892)

- Lib. *Or.* – Libanius. *Orações*. (FOERSTERS, R. **Libanii Opera**. Leipzig: Teubner, 1903-27).
- Liu. *Per.* – Tito Lívio. *Periochae*. (JAL, P. **Periochae**. Paris: Les Belles Lettres, 1984.)
- Liv. *Urb. Cond.* – Tito Lívio. *Da fundação de Roma*. (CONWAY, R.; R. **Titi Livi Ab Urbe Condita**. Oxford: Oxford University Press, 1914).
- Malc. *Fr.* – Malchus. *Fragmentos*. (BLOCKLEY, R. C. **Fragmentary Classicising Historians of the Later Roman Empire**. Liverpool: Francis Cairns, 1981.)
- Marc. *Form.* – Marculfo. *Fórmulas*. (BIGNONIUS, H. **Marculfi Monachum Formularum**. Paris, 1613).
- Maxim. *Eleg.* – Maximilianus. *Elegias*. (BAHERENS, E. **Poetae latini minores**. Leipzig: Teubner, 1879.)
- Men. *Fr.* Menandro Protector. *Fragmentos*. (BLOCKLEY, R. C. **The History of Menander the Guardsman**. Liverpool: Francis Cairns, 1985)
- Nepos. *Pelop.* – Cornelius Nepos. *Vida de Homens Ilustres. Pelopidas*. (ROLFE, J. C. **Cornelius Nepos**. On Great Generals. On Great Historians. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1929)
- R.G.* – Otávio Augusto. *Res Gestae*. (SCHEID, J. **Res Gestae Divi Augusti**. Paris: Les Belles Lettres, 2007).
- Oros. *Hist. Adv. Pág.* – Orósio. *História contra os pagãos*. (ZANGEMEISTE, Z. **Adversus paganos historiarum libri septem**. Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum 5. Viena, 1882.)
- Ovi. *Fasti.* – Ovídio. *Fastos*. (GOOLD, G. P. **Ovid**. Fasti. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1989.)
- Parroch. Sueb* – *Parrochiale Suevum*. (DAVID, P.; **Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle**. Coimbra e Paris, 1947.)
- Paul. Diac. *Hist. Lang.* – Paulo Diácono. *História dos Lombardos*. (WAITZ, G. **Monumenta Germaniae Histórica**. Scriptorum Rerum Langobardicarum et Italicarum. Hannover, 1878)
- Plin. *Hist. Nat.* – Plínio, o Velho. *História Natural*. (RACKHAM, H. **Pliny the Elder**. Natural History. 10 vols. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1938.)

- Plat. *Fr.* – Platão Cômico. *Fragmentos*. (EDMONDS, J. M. **The Fragments of Attic Comedy**. V. I. Old Comedy. Leyden: Brill, 1957.)
- Plut. *Moral.* – Plutarco. *Moralia*. (AMIOT, J. **Les Oeuvres Morales de Plutarque**. Paris, 1587.)
- Prisc. Pan. *Frag.* – Prisco de Panno. *Fragmentos*. (BORNMANN, F.; **Fragmenta Prisci Panitae**. Firenze: Le Monier, 1979.)
- Procop. *Bell.* – Procópio. *Guerras*. (DEWING, H. B. **Procopius**. History of the Wars. 5 vols. Cambridge: Harvard University Press/ Loeb Classical Library, 1914).
- Prosp. Aquit. *Chron.* – Próspero de Aquitânia. *Crônica*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LI. Paris, 1846).
- Salv. *Guber. Dei.* – Salviano de Marselha. *Do Governo de Deus*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LIII. Paris, 1847.)
- Sen. *Dial.* – Sêneca. *Diálogos*. (BASORE, J. W. **Seneca**. Moral Essays. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1928.)
- Senar. *Epitaph.* – Senarius. *Epitáfio*. (PITHOU, P. **Epigrammata et poematia vetera**. 108. Paris, 1590.)
- Sid. Ap. *Carm.* – Sidônio Apolínário. *Carmina*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LVIII. Paris, 1862)
- Sid. Ap. *Epist.* – Sidônio Apolínário. *Epístolas*. (MIGNE, J. P. **Patrologia Latina**. Tomus LVIII. Paris, 1862)
- Tac. *Agric.* – Tácito. *Agrícola*. (HUTTON, M. **Tacitus**. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1996.)
- Tac. *Germ.* – Tacitus. *Germânia*. (HUTTON, M. **Tacitus**. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1996.)
- Var. *De ling. lat.* – Varrão. *Da língua latina*. (KENT, R. G. **Varro**. On the Latin Language. Cambridge: Harvard University Press/ Loeb Classical Library, 1938.)
- Veget. *Milit.* – Vegetius. *Sobre as coisas militares*. (REEVE, M. D. **Vegetius Epitoma Rei Militaris**. Oxford: Oxford University Press, 2004.)
- Venan. Fort. *Carm.* – Venâncio Fortunato. *Carmina*. (LEO, F. **Monumenta Germaniae Histórica**. Auctores Antiquissimi 4. Berlin, 1881.)
- Vict. Tunn. *Chron.* – Vítor de Tunis. *Crônica*. (COLLINS, R. **Iohannis Biclarensis**. Chronicon. Corpus Christianorum. Series Latina. CLXXIII A. Turnholti: Brepols, 2001.)

Virgil. *Aen.* – Virgílio. *Eneida*. (PÓLIT, A. E. **Publio Virgilio Marón**. Obras completas. Madri: Cátedra, 2006.)

Vit. Orient. – *Vida de Santo Oriente*. (HENSKENS, G. **Acta Sanctorum**. Vita sancti Orientii episcopo Ausciorum in Novempopulania. Antuérpia, 1643.)

VSPE – *Vidas dos Santos Padres Emeritenses*. (SÁNCHEZ MAYA, A. **Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium**. Corpus Christianorum. Series Latina. CXVI. Turnholti: Brepols, 1992.)

RESUMO

A presente Tese é uma tentativa de analisar as diferentes dimensões políticas das relações diplomáticas no ocidente tardo-antigo, em particular entre os séculos V ao VIII, período de instalação e consolidação das principais monarquias romano-germânicas. A escolha desse recorte cronológico se deve ao fato de que, com a desestruturação política da parte ocidental do Império Romano, abriu-se a oportunidade para a constituição de diversas unidades políticas soberanas, que necessitavam estabelecer relações diplomáticas entre si haja vista as expressivas transformações por que passava o ocidente europeu no período. Um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento da prática diplomática foi o processo de construção de relações de identidade e alteridade. Os soberanos tardo-antigos esforçavam-se por construir, entre seus súditos, relações de identidade monárquicas, tendo em vista que componentes de diversas matrizes contribuíam para que as populações locais possuíssem outros critérios de identificação social, como o de pertencimento a comunidades locais, a um estrato nobiliárquico supranacional ou ao conjunto da cristandade. Uma vez analisados os processos de elaboração de identidade social, procede-se à análise da prática diplomática quotidiana, evidenciando as continuidades e rupturas da Antigüidade Clássica para a Antigüidade Tardia. Assim, são apresentados de maneira diacrônica mecanismos essenciais das relações diplomáticas, como os critérios para a seleção de emissários, os privilégios e imunidades necessários ao seu trabalho, as regras de cerimonial e protocolo e os recursos de negociação. Uma vez que a prática diplomática tardo-antiga atendia a variados objetivos de política externa, a Tese também discute as prioridades políticas de cada unidade soberana, ressaltando a influência de condicionantes internas e externas em sua formulação. Por fim, analisam-se as implicações do exercício das relações diplomáticas no processo de legitimação de poder de monarcas, nobres e eclesiásticos. As benesses na imagem pública dessas autoridades poderiam ser auferidas tanto da prática diplomática quotidiana, como de um imaginário político que lhes atribuía essa importante dimensão da *res publica*. A conclusão da análise das diferentes dimensões das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia foi que a nobreza, atuando como uma classe supranacional e como herdeira dos signos e práticas políticas do Império Romano, foi responsável, por meio da observância aos mesmos padrões de comunicação política, por manter uma unidade política e diplomática no ocidente tardo-antigo. Do ponto de teórico-metodológico, este estudo recorre a formulações de autores clássicos do período, apropriando-se, principalmente, dos conceitos de imaginário político e de ideologia, tal como empregados, respectivamente, por Peter Brown e por Georges Duby; da maneira como Maria R. Valverde Castro trabalha a concorrência de bases materiais e ideológicas para a legitimação do poder; e da noção de pensamento político “bárbaro”, estabelecida por P. D. King. As fontes utilizadas foram de diferentes naturezas, com destaque para as crônicas, epístolas, e legislações produzidas no período.

Palavras-chave: diplomacia, Antigüidade Tardia, política externa.

ABSTRACT

This dissertation is an attempt to analyze the different political dimensions of diplomatic relations in Western Late Antiquity, focusing the period between 5th and 8th century, marked by the settlement and consolidation of the major romanic-germanic kingdoms. The choice for this chronological approach is based on the fact that the political ruin of the western part of the Roman Empire gave the opportunity to the development of several sovereign political unities, which had to establish diplomatic relation among them due the expressive social changes Western Europe faced in that period. One of the most important elements to the development of the diplomatic activity was the process of redefining social identities. The Late Antiquity rulers made efforts to create a stronger link between the citizens and the kingdom, since there were other expressive social identification criteria, such as belonging to a municipal community, to a noble class community or to a Christian community. Having analyzed the making of identities in Late Antiquity, I center the discussion on aspects of the daily diplomatic activity, in order to observe continuities and transformations from the pattern established in classical antiquity to late antiquity. Therefore, I compared in a diachronic perspective essential components to diplomatic relations, such as the criteria to select envoys, privileges and immunities necessities to their work, ceremonial and protocol rules and negotiation resources. Considering that diplomatic activity in Late Antiquity served varied foreign policies objectives, I also discuss, in its general patterns, the political priorities of each sovereign unity, whose definition depends on internal and external circumstances. Finally, I explore the implications of the diplomatic activity in the power legitimating process of kings, nobles and churchmen. The benefits on the public image of these authorities could come from the daily diplomatic activity as well from ideological aspects of a political imaginary which attributed to those authorities such an important role of the public government as to deal with the foreign affairs of the kingdom. My conclusion of the analysis of these different dimensions of the diplomatic relations in Late Antiquity is that the nobility, acting as a supranational class and as the heir of the political signs and practices of the Roman Empire, was the responsible for maintaining, through the observance of the same patterns of communication, a political and diplomatic unity in Late Antiquity West. From the methodological and theoretical point of view, this dissertation observed guidelines from consecrated authors in the field. In this way, I used the concept of political imaginary and of ideology, in the manner proposed, respectively, by Peter Brown and Georges Duby; I assumed the assumption that ideological and material elements work together in power legitimating process, like Maria R. Valverde Castro have developed; and I applied the idea of specific "barbarian" political thought, launched by P. D. King. The nature of the sources used in this dissertation was of a wide range. Among them, the most expressive were the chronicles, letters and legislation produced in the period.

Key-words: diplomacy, late antiquity, foreign policy.

INTRODUÇÃO

Convém ao historiador, como artífice de uma ciência que superou a pretensão da busca da objetividade, apresentar, de partida, suas posições e motivações que o levaram a se dedicar a determinado tema de pesquisa. Como historiador, sempre me chamou a atenção a riqueza e a complexidade política do período que se convencionou chamar Antigüidade Tardia, que engloba, grosso modo, do século IV ao VIII.¹ Trata-se de um dos momentos históricos fundadores do pensamento político ocidental, em que todo o arcabouço político desenvolvido pelo mundo greco-romano se reinterpretava à luz da desestruturação política do Império Romano e da disseminação da ideologia cristã no imaginário política da época. Por essa razão, optei, em minha Dissertação de Mestrado, defendida em 2005 na Universidade Federal do Paraná, por analisar o tema da caridade na Antigüidade Tardia, abordando suas transformações e suas implicações de poder.

Por essa época outro tema começava a despertar meu interesse – o da diplomacia, que me instigou a iniciar um Projeto de Doutorado na mesma Universidade, ao mesmo tempo em que me levou para os bancos do Instituto Rio Branco. Como diplomata e aluno da academia diplomática brasileira, interessava-me sobretudo o tema da legitimidade do poder nas relações diplomáticas, tópico clássico do estudo das Relações Internacionais. Por conseguinte, visando a conciliar essas áreas de interesse das carreiras acadêmica e diplomática, resolvi dedicar

¹ JAMES, E. The rise and function of the concept of “Late Antiquity”. **Journal of Late Antiquity**, Urbana, v.1, p. 20-30, 2008, anotou que “The phrase first appeared in an English book-title in a 1945 catalogue of late antique textiles by Paul Friedlaender (published by the University of California Press), which presumably borrowed the term from Wulff and Volbach’s earlier catalogue of late antique textiles, and it was used in the title of Samuel Sambursky’s fascinating book *The Physical World of Late Antiquity*, published in 1962. The phrase used in the Auerbach translation, “Late Latin Antiquity,” never caught on. After Sambursky, the next book in the catalogues to use the phrase “Late Antiquity” is Peter Brown’s 1971 book *The World of Late Antiquity*. In his inaugural lecture at Royal Holloway College London in 1976, Brown gave his job description as “an historian of Late Antiquity”: probably the first person to do so. If Peter Brown is not perhaps the Father of Late Antiquity, then certainly he is its presiding genius.” p. 21. O termo está atualmente consagrado na historiografia, inclusive entre não-especialista no período, como Jacques Le Goff: “[...] para designar o período que se estende do século IV ao VIII, emprega-se de preferência hoje a expressão Antigüidade Tardia. Ela me parece melhor adaptada à maneira como a história evolui em geral, sendo as revoluções pouco numerosas e às vezes ilusórias [...]” LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 29. Sobre o termo “Antigüidade Tardia”,

minha tese de doutoramento ao tema da política externa e das relações diplomáticas no ocidente tardo-antigo.

Debruçando-me sobre a pesquisa que ora se iniciava fui surpreendido, como historiador e diplomata, pela lacônica produção historiográfica brasileira sobre o tema. Com efeito, os estudos de história diplomática no Brasil são realizados, com algumas exceções, sobretudo por pesquisadores da área de Relações Internacionais. A despeito da qualidade e da relevância dessas pesquisas, sua abordagem epistemológica é distinta da da História, razão pela qual acredito que os historiadores podem contribuir de maneira mais expressiva para debates a respeito da história das relações internacionais.

Suponho que essa negligência sobre o tema seja decorrência das críticas sofridas pela historiografia hegemônica da Sociologia, no início do século XX.² Com efeito, o estudo da diplomacia foi uma das ferramentas mais importantes dos historiadores ao longo dos séculos. Alianças entre estados, estratégias políticas e táticas militares compuseram importantes páginas dos grandes compêndios históricos. Não obstante, por estar associada a grandes fatos, a heróis nacionais, a história diplomática foi considerada positivista, factualista, determinista, sendo banida do campo historiográfico. Assim, diplomacia e história diplomática foram encerradas no mesmo esquife historiográfico. A história diplomática tradicional, que correspondia a boa parte da historiografia positivista, de fato continha boa parte das limitações que se lhe apontaram. Mas a diplomacia, como resultado de relações de poder e construções culturais de uma época, sempre se apresentou como auspicioso instrumento de interpretação histórica, ao qual os historiadores recentes pouca atenção dispensaram. Dessa forma, espero que esta pesquisa possa, de alguma maneira, contribuir para lançar luz às possibilidades historiográficas de toda uma área da História que ainda está por se reincorporar, com novos temas, objetos e abordagens, às tendências hegemônicas da historiografia brasileira.

A análise das relações diplomáticas, isto é, do método pelo qual são conduzidas as negociações entre povos soberanos é reveladora do pensamento político de determinada sociedade. O processo de construção de identidade, a

² Essas críticas começaram a ganhar consistência a partir da crítica aos “ídolos da tribo dos historiadores”, isto é, a sobrevalorização de aspectos políticos, do papel de grandes indivíduos e da abordagem cronológica, apontadas por François Simiand em **Méthode historique et Science social**. Revue de synthèse historique. Paris, 1903.

maneira pela qual estrutura suas relações de poder, as estratégias que utiliza para legitimar ou ampliar seu poder manifestam-se na prática diplomática. Por conseguinte, mais que uma ferramenta de comunicação, um epifenômeno das relações internacionais, pode-se considerar a diplomacia como elemento estruturante da política internacional e, logo, da política interna de uma unidade soberana.

Nesse sentido, ao tomar a diplomacia como objeto de estudo, não proponho um retorno à tradicional História Diplomática, corrente no século XIX, e que se limitava a narrar os feitos de grandes estadistas na construção da grandeza nacional. O que almejo é uma abordagem que analise um dos mais significativos elementos da cultura política no mundo antigo para melhor se compreender não apenas as relações entre os povos tardo-antigos e as estruturas políticas internas dessas unidades políticas, mas também a cultura política do período.

Com efeito, as relações políticas entre povos soberanos sempre foram essenciais no processo de legitimação de poder. A própria situação de soberania, de independência, requer, necessariamente, o reconhecimento dos demais povos soberanos para que tenha eficácia. Nesse sentido, é patente que desde a Antigüidade Clássica as entidades políticas soberanas sempre visaram a desenvolver uma ativa política externa, buscando legitimidade e benefícios para seu governo. Com a desestruturação político-administrativa do Império Romano do Ocidente, na quinta centúria, cria-se um panorama bastante favorável para o desenvolvimento das relações diplomáticas no ocidente tardo-antigo.³ De fato, até esse século havia intensos contatos entre as diversas províncias do Império, mas todas faziam parte, em tese, de uma mesma autoridade político-administrativa.⁴ Com o esfacelamento do edifício imperial romano no ocidente europeu e a instalação das

³ GILLET, A. **Envoys and political communication in Late Antique West**. 411-513. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 03. "Throughtout antiquity, relations among the Mediterranean states and neighbouring powers had been managed by peaceful communications and alliances as well as by warfare. For several centuries, when the entire Mediterranean basin was subject to the Roman empire, formerly independent regions interacted politically with each other only little, looking primarily towards their common master, the emperor or his provincial representatives. In the fifth century AD, however, the western half of the empire was replaced by a multiplicity of powers, and constant political interaction again became necessary throughout these former parts of the empire."

⁴ KING, P. D. **Les royaumes barbares**. In: BURNS, J. H. **Histoire de la pensée politique medievale**. 330-1450. Paris: PUF, 1993. "Quoique l'idéal unitaire, qui compte parmi les plus importants des multiples héritages romains, n'ait jamais été bien éloigné de l'avant-scène de la conscience européenne. C'est la pluralité politique transmise par l'écroulement du V^e siècle qui a toujours prévalu en pratique."

monarquias romano-germânicas, há uma profusão de entidades políticas soberanas. Da necessidade de coexistência entre tais governos decorreu uma intensa atividade diplomática entre os mesmos. Num momento em que as instituições eram frágeis e que as agitações sociais constantes, a política externa era um essencial veículo de legitimação de poder para os monarcas tardo-antigos.

O presente estudo tem como recorte espacial o Ocidente Tardo-Antigo, entendido aqui como o território europeu compreendido pela antiga *pars occidentalis* do Império Romano. Isso não significa dizer, contudo, que ignorarei os sucessos políticos ocorridos no Oriente, pois muitos deles terão significativas implicações para o sistema político do ocidente tardo-antigo. Do ponto de vista temporal, o cerne do estudo são os séculos V ao VIII, período de instalação e consolidação das principais monarquias romano-germânicas. Essas balizas, contudo, não são rígidas, pois o entendimento de alguns importantes elementos das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia remonta ao período baixo-imperial romano, ou mesmo a momentos anteriores da cultura política greco-romana.

A estrutura da Tese está dividida em quatro capítulos, cada um relativamente autônomo dos demais, pois desenvolvem as variadas dimensões que compõem as relações diplomáticas na Antigüidade Tardia. Meu intuito foi destacar, por diferentes prismas, os elementos que me parecem essenciais para o entendimento das relações diplomáticas de qualquer período histórico: as relações de identidade e alteridade entre unidades políticas soberanas, os padrões de comunicação política entre essas unidades, as motivações para essas comunicações diplomáticas e as implicações de poder delas decorrentes. Desse modo, ainda que os capítulos possam ser lidos em qualquer ordem sem maiores prejuízos para o entendimento geral das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia, acredito que a seqüência em que aqui os apresento dará maior sentido e fluidez à narrativa.

O capítulo de abertura aborda o processo de construção política das monarquias romano-germânicas, com ênfase nas relações de identidade e alteridade do período. Com a desestruturação do Império Romano do Ocidente, os soberanos tardo-antigos precisaram empregar esforços para estruturar suas unidades políticas como soberanas. Para tanto, precisavam atuar em três dimensões, constituir um *populus*, definir uma *patria* e organizar um *regnum*. Contudo, conforme será demonstrado, apesar desses esforços por criar uma

identidade monárquica, a identidade nobiliárquica “supranacional” constituía um expressivo óbice para esses projetos de unidades político-territoriais.

No capítulo segundo analiso a evolução da prática diplomática do mundo clássico para o mundo tardo-antigo. Por meio da comparação diacrônica da seleção e da formação de emissários, das regras de protocolo, das técnicas de negociação e de outros elementos integrantes da atividade diplomática, notará o leitor que há mais continuidades do que rupturas na comunicação política tardo-antiga. Isso se deve, em meu entendimento, ao papel da nobreza como instituição portadora dos traços culturais romanos, agora revestidos de um verniz cristão. Com efeito, ao notarmos que tanto na Antigüidade Clássica como na Tardia, a figura do emissário era extremamente prestigiosa, parece natural que essa nobreza buscasse preservar essas estruturas de comunicação da qual auferiam recursos imagéticos e materiais de poder.

O capítulo terceiro trata das perspectivas de política externa e das atuações diplomáticas na Antigüidade Tardia. A desestruturação do Império Romano do Ocidente abriu caminho para um período extremamente dinâmico para as relações diplomáticas. Com efeito, no lugar de uma entidade política apenas passaram a coexistir diversas unidades autônomas, aumentando a complexidade das comunicações políticas do período. Cada uma dessas unidades possuía objetivos de política externa relacionados com a sua sobrevivência e ampliação de poder como entidade soberana. Esses objetivos de política externa eram operacionalizados por meio de diferentes estratégias de atuação diplomática, que variavam de acordo com as capacidades de cada reino e com as realidades políticas globais do ocidente tardo-antigo. Desse modo, só se pode compreender adequadamente uma determinada estratégia diplomática de um reino a partir do contexto político mais amplo da realidade verificada nas demais unidades soberanas do período. Por essa razão, optei por contemplar, ainda que de maneira circunstanciada, os objetivos de política externa e as atuações diplomáticas de todos os principais contendores tardo-antigos.

No capítulo de encerramento, são analisadas as implicações da atividade diplomática para a legitimação do poder de diversas autoridades do período. Monarcas, nobres, bispos e papas possuíam na gestão dos assuntos externos da *res publica* um importante recurso de poder. Evidentemente que, se uma atividade

serve para legitimar um poder, seu descuro também poder ser usado contra esse poder, de modo que a atuação diplomática constituía um campo ideológico do qual indivíduos retiravam elementos simbólicos contra ou a favor de determinadas autoridades. Esse capítulo conclui uma trajetória, acredito, de demonstrar que as relações diplomáticas não são elemento acessório à política, mas um traço constitutivo da própria concepção de política e, logo, de poder, na Antigüidade Tardia.

Quadro teórico

Proponho-me, neste estudo, a analisar as relações diplomáticas na Antigüidade Tardia sob o prisma da História Política. Não se trata da História Política tradicional, em que a diplomacia e os eventos diplomáticos bastavam em si mesmos, mas de uma História Política mais ampla, que se relaciona com aspectos sociais e culturais. Desse modo, tenciono desvelar, por meio da análise das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia, aspectos relevantes da cultura política do período.

Para tanto, sob o prisma teórico, seguiremos o caminho já bem traçado por autores consagrados no período da Antigüidade Tardia, entre os quais destaco Peter Brown. Este autor, que consagrou o conceito de Antigüidade Tardia, conforme apontei mais acima, é responsável por alguns dos mais significativos estudos do período, como “O fim do mundo antigo”, “The cult of the saints” e “Poverty and leadership in Late Roman Empire”.⁵ Nesses e em outros trabalhos, Peter Brown analisa as rupturas e continuidades no imaginário político do homem tardo-antigo, com o fito de entender determinadas práticas sociais do período. As rupturas proviriam, no pensamento do autor, sobretudo da disseminação da ideologia do cristianismo no imaginário coletivo da época, ao passo que as continuidades estariam assentadas mormente nas virtudes e práticas políticas desenvolvidas pela aristocracia romana. Ainda que o autor concentre seus estudos mais na parte oriental do Império Romano, e que dê pouca atenção aos valores e práticas das elites germânicas, seus estudos não deixam de ser a principal referência teórica para um estudo como este.

Do ponto de vista teórico, também compartilho da perspectiva de outros três especialistas no período. O primeiro deles é Georges Duby, que em sua obra “As três ordens ou o imaginário do feudalismo” propõe um conceito de ideologia que me parece ser o mais apropriado para estudos voltados à Antigüidade Tardia e Idade Média. Utilizei esse mesmo conceito em minha Dissertação de Mestrado e julgo ser oportuno replicá-lo aqui. Em sua obra, Duby conceitua ideologia “não como um

⁵ BROWN, P. **O fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972. BROWN, P. **The cult of the saints**. Its rise and function in Latin Christianity. Chicago: University of Chicago Press, 1981. BROWN, P. **Poverty and leadership in late Roman Empire**. Hanover: University Press of New England, 2002.

reflexo do vivido, e sim como um projeto de agir sobre ele”.⁶ Sobre esse tema, François Dosse comenta que em “As três ordens ou o imaginário do feudalismo” Duby estuda uma sociedade atravessada por zonas conflitivas que se deslocam e engendram representações do mundo cuja forma ou natureza se adapta à necessidade de sufocar conflitos. “Nesse quadro, o ideológico desempenha um papel muito diferente do de simples reflexo da dominação econômica. Ele produz o sentido, portanto, o real, o social [...] A esfera ideológica desempenha neste caso o papel do lugar da ausência, o modelo perfeito do imperfeito”. Posteriormente, em sua autobiografia, o próprio Duby define mais detalhadamente o que entende por ideologia: “utopias justificadoras, tranqüilizadoras [...] imagens, ou antes, conjuntos de imagens imbricadas, que não são um reflexo do corpo social, mas que, sobre ele projetadas, pretenderiam corrigir suas imperfeições, orientar sua caminhada num determinado sentido, e que por isto estão ao mesmo tempo próximas e distantes da realidade sensível.”⁷

Esse conceito, desdobrado para o tema das relações diplomáticas e da política externa, constitui instrumento da maior relevância para compreender-se as razões que levaram a determinadas práticas diplomáticas e opções de política externa por parte dos soberanos tardo-antigos. Possuíam, em seu horizonte de atuação, uma constante preocupação com a questão da legitimidade do poder monárquico, o qual ainda estava por se consolidar no período. Por conseguinte, tudo que se relaciona com sua atuação em âmbito de política externa possuía implicações para sua legitimação de poder, razão pela qual se esmeravam por constituir uma imagem de exímios emissários, negociadores e gestores da política externa do reino.

É nesse sentido que a historiadora espanhola M. R. Valverde Castro utilizou o conceito de ideologia em sua obra, “Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda”,⁸ em que defende que o desenvolvimento do processo de legitimação de poder no Reino Hispano-Visigodo foi empreendido não apenas em bases materiais, mas também por meio de ideologias e elementos simbólicos de

⁶ DUBY, G. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1982. p. 21. O original em francês é de 1978.

⁷ DUBY, G. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993. p. 113.

⁸ VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

poder. Assim, seguindo a linha desta autora, consideraremos as duas dimensões – a simbólica e a material – da política externa como veículo de legitimação do poder monárquico.

Finalmente, conforme proposto por P. D. King, creio ser indispensável para o correto entendimento das relações diplomáticas do período considerar o pensamento político das unidades políticas soberanas tardo-antigas como algo heterogêneo e multifacetado.⁹ Conforme este autor, embora o Império Romano e o cristianismo tenham dado uma base sócio-cultural semelhante aos reinos romano-germânicos, suas estruturas simbólicas e materiais de poder são bastante diferentes, o que proporciona maior complexidade para as comunicações políticas entre as diversas monarquias tardo-antigas. Com efeito, as circunstâncias de formação das monarquias dos suevos, dos visigodos, dos francos e dos lombardos, embora possuam pontos em comum, são muito diversas. Desse modo, as elites políticas de cada uma dessas unidades possuem uma cultura política diferente, baseada em referenciais históricos de sua formação, assim como em suas circunstâncias políticas imediatas.

Para além dos modelos teóricos desenvolvidos por especialistas no período, convém detalhar alguns referenciais próprios aos estudos das Relações Internacionais que foram utilizados para este estudo. É de suma importância para o historiador que se dedica ao estudo das relações diplomáticas ter em conta muito claramente a distinção entre os referenciais de política externa e de diplomacia. Por serem conceitos pouco utilizados no campo historiográfico, é comum encontrar análises que confundem esses dois conceitos, ou que generalizam um, geralmente o de diplomacia, para descrever os dois.¹⁰ Como se sabe, diplomacia é a condução das relações internacionais por meio de negociações, o método pelo qual essas relações são reguladas e mantidas. O objeto da diplomacia é, portanto, o procedimento pelo qual são conduzidas as negociações, e não o seu conteúdo.¹¹

⁹ KING. op. cit.

¹⁰ É o caso, por exemplo, de WHITBY, M. **Byzantine diplomacy: good faith, trust and co-operation in international relations in LateAntiquity**. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 122, que ao afirmar que “there is a contrast between the local or operational implementation of dirty tricks and the central or strategic concern for a public demonstration of imperial good faith.”, ignora as diferenças entre atuação diplomática e elaboração de diretrizes de política externa.

¹¹ OSTELLINO, P. **Diplomacia**. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002.

Por ser a diplomacia elemento essencial na comunicação entre povos soberanos, seria impossível e sem sentido querer identificar, em determinado período histórico, seu surgimento. Os documentos mais antigos de que se tem notícia provêm da Mesopotâmia, ao redor do terceiro milênio antes de Cristo.¹² No mundo helênico, os relatos dos primeiros emissários remontam ao período mítico, de convivência entre homens e deuses.¹³ De fato, é indicativo a respeito da antigüidade da função do diplomata e das relações diplomáticas o fato de que em duas línguas clássicas, o hebreu e o grego, a palavra para “mensageiro” encerrar uma acepção tanto de sacralidade como de missão secular.¹⁴ Conforme Isidoro de Sevilha,

Os anjos recebem esse nome em grego; em hebraico malchoth, em latim é traduzido certamente para nuncios (*nuntii*), porque anunciam aos povos a vontade do Senhor. O vocábulo de anjos é nome de seu ofício, não de sua natureza. Sempre são espíritos, mas quando são enviados, são chamados de anjos.¹⁵

Nesse sentido, é interessante analisar o conceito de diplomacia proposto por Christopher Jönsson e Martin Hall, para quem

Diplomacy expresses a human condition that precedes and transcends the experience of living in the sovereign, territorial states of the past few hundred years. Diplomacy, in short,

¹² “The first historical records of organized polities exchanging envoys date back to the third millennium B.C to the cuneiform civilizations of Mesopotamia. The excavated diplomatic archive of the king of Mari on the Euphrates contains letters from other rulers in the early second millennium BC, and diplomatic records of the Egyptian and Hittite empires include correspondence and treaties among kings. The Amarna Letters, a remarkable cache of diplomatic documents found at Tell el-Amarna in Egypt in 1887, reveal intensive and sophisticated relations among the polities of the Ancient Near East in the fourteenth-century b. C. The Hittite treaties of the thirteenth-century b.C. constitute another valuable source. The Ancient Near East, in short, is the earliest well-documented epoch of diplomacy.” JÖNSSON, C.; HALL, M. **The Essence of Diplomacy**. London: Palgrave, 2005. p. 10.

¹³ Cf. *El. Arist. Plat.* 396.

¹⁴ “It is sometimes argued that the first diplomats were angels, messengers between deities and human beings. Even if this notion may be dismissed as “mytho-diplomacy”, we should remember that in two classical languages, Hebrew and Greek, the word for messenger (“mal’ach” in Hebrew and “angelos” in Greek) convey the idea of sacredness as well as of secular mission. In Ancient Greece Hermes, the divine messenger, was the deity of language and diplomacy, and the most prominent diplomatic emissaries, heralds (*kerykes*), were regarded as the offspring of Hermes. The sanctity of diplomatic messengers in the ancient world implied inviolability and thus foreshadowed more recent notions of diplomatic immunity. JÖNSSON, C.; HALL, M. *Communication: An essential aspect of diplomacy. International Studies Perspective*, Wellington, v. 4, p. 194-209. 2003.

¹⁵ Isid. *Hisp. Etym* VII, 5.

exists whenever there are boundaries for identity and those boundaries of identity are crossed.¹⁶

Essa conceituação de diplomacia, ainda que um pouco generalizante – já que sua falta de precisão epistemológica poderia sugerir, no limite, que em qualquer relação humana há uma prática diplomática – aponta um aspecto que me parece essencial nas relações diplomáticas – a existência de laços de identidade e alteridade. Evidentemente, não havia, na Antigüidade Tardia, nem um Estado nem uma burocracia, nos sentidos modernos desses termos, mas havia relações de identidade e de alteridade entre unidades políticas soberanas que permitiam e fomentavam a existência de relações diplomáticas entre elas. Por conseguinte, parece-me coerente o emprego do termo diplomacia para o período de análise aqui proposto.

As relações diplomáticas são motivadas por objetivos, que estão relacionados sempre à questão do poder, seja do soberano, seja de sua unidade política. Esses objetivos compõem as diretrizes da política externa de um reino ou estado. Assim, a diplomacia constituirá, ao lado da guerra, um dos meios que um soberano possui para alcançar os seus objetivos de política externa. A política externa pode ser caracterizada, desse modo, como a razão por que uma diplomacia se move e o sentido que ela deve seguir.

Um conceito que utilizarei amiúde ao longo desta análise é o de “unidade política soberana”. Trata-se de uma tentativa de definir a área de projeção hegemônica de um poder devidamente reconhecido pelos seus pares de outras unidades. Segue uma definição muito próxima a essa Pablo C. Díaz Martínez, em artigo sobre a concepção de fronteira na monarquia visigoda, ao afirmar que “*sea cual sea el término que el reino visigodo utilizase para frontera, ésta debía separar su territorio de otra entidad de derecho público a la que reconociese como una entidad política equivalente a la suya*”.¹⁷ Por conseguinte, embora tenha como objeto o espaço, o conceito é muito mais político que geográfico. A existência de uma unidade política soberana está condicionada a ocorrência de quatro elementos: um

¹⁶ JÖNSSON, C.; HALL, op. cit. p. 02.

¹⁷ DÍAZ, MARTINEZ, P. C. **En tierra de nadie: visigodos frente a bizantinos**. In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica**. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madri: Nueva Roma, 2004. p. 56.

território, um poder político-administrativo que se exerce sobre esse território, uma população que se submete ao poder político-administrativo que se exerce sobre o território onde habita e o reconhecimento desse poder como soberano pelas demais unidades soberanas do período.

O conceito de “unidade política soberana” parece-me, deste modo, mais apurado que o de “poderes fáticos”, utilizado por Margarita Vallejo Girvés diante do mesmo objeto de análise.¹⁸ Há, em meu entendimento, duas limitações normativas dessa definição. Primeiramente, um poder fático não se desdobra, necessariamente, para o campo da política. Um poder fático pode ter projeção para o campo da religião, da arte, do comércio, mas passar ao largo da lide quotidiana dos assuntos políticos. Ademais, para a análise de relações diplomáticas, a adjetivação “soberana” é essencial, tendo em conta que só ocorrem comunicações políticas simétricas entre unidades que se reconhecem como autônomas e, sobretudo, soberanas. Isso significa dizer que um poderoso *dominus* local pode constituir um pequeno núcleo de poder fático e até mesmo arriscar a enviar uma legação a um soberano estrangeiro, mas se não for reconhecido como um poder soberano, essa legação terá uma série de implicações que lhe excluirão dos padrões universalmente aceitos (*ius gentium*) para as comunicações diplomáticas. Desse modo, as possibilidades de utilização do conceito de “poder fático” são muito mais reduzidas que as de “unidade política soberana”, porque dependem de uma série de pressupostos, normativos e contextuais.

Cumprir destacar, contudo, que não serão as unidades políticas soberanas as protagonistas deste estudo. Isso seria simplificar as relações diplomáticas, tomando cada uma delas como uma unidade coesa e hermética, desconsiderando o papel dos diversos agentes envolvidos na formulação de sua política externa e na condução de suas relações diplomáticas.¹⁹ As unidades políticas soberanas

¹⁸ VALLEJO GIRVÉS, M. Relaciones del Reino Visigodo de Tolosa con el Império: El papel de las embajadas. In: JORNADAS INTERNACIONALES “LOS VISIGODOS Y SU MUNDO”. Madrid, 1990. **Los visigodos y su mundo**: monográfico, jornadas internacionales. Ateneo de Madrid, noviembre de 1990. Madrid: Comunidad de Madrid, 1998.

¹⁹ Descarto, por conseguinte, a proposição do o modelo realista clássico das Relações Internacionais, proposto por Hans Morgenthau, em que as ações tomadas por uma unidade, entendida como uma coletividade possuidora de uma vontade comum, possuem efeitos previsíveis sobre outras. Nesse modelo, conhecido como modelo da “bola de bilhar” ou da “caixa preta”, preconiza-se a independência do campo político, de modo que as vicissitudes de política interna pouco influem no processo de decisão de política externa.

constituirão, para a presente análise, o ordenamento político-territorial sobre o qual se desenvolverão as relações diplomáticas na Antigüidade Tardia e cujas variantes serão responsáveis pelas opções de política externa de um soberano e por seus recursos diplomáticos.

Apesar de o objeto de estudo desta Tese constituir, em sua essência, as relações diplomáticas na Antigüidade Tardia, não encontrará o leitor referência aos termos “diplomata” e “embaixada”. Esses conceitos possuem uma concepção muito própria no âmbito dos estudos das Relações Internacionais, de modo que me parecem inapropriados e anacrônicos quando utilizados para período anterior ao Renascimento. Com efeito, estão os referidos termos relacionados à consolidação das missões permanentemente acreditadas no exterior (“embaixada”) e à especialização de servidores públicos na função permanente de emissário/negociador (“diplomata”). Por essa razão, preferi utilizar os termos “emissário” e “legado” a “diplomata”, isto é, ao enviado e negociador que trata dos interesses políticos de seu soberano junto a outro; e “missão” e “legação” a “embaixada”, para descrever o processo de deslocamento, representação e de negociação política de um emissário junto a uma unidade política soberana estrangeira.

Historiografia

A historiografia das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia ainda é escassa e pontual. Os estudos que se dedicam ao tema são recentes e produzidos em diferentes centros de pesquisa, por especialistas isolados. Uma tentativa de articular a pesquisa de alguns desses estudiosos foi realizada em 2008, por meio do esforço para a publicação de uma coletânea de artigos norteadas pelo tema “War and Peace in Ancient and Medieval History”, organizada por Philip de Souza e John France.²⁰ Contemplando um período que vai da Grécia Clássica às Cruzadas, o conjunto de artigos estrutura-se a partir das concepções e desdobramentos políticos da dicotomia entre guerra e paz, que está no cerne das preocupações diplomáticas de qualquer época. Analisando os limites dos acordos supranacionais e suas interpretações e manipulações para fins políticos, os autores propõem uma interessante abordagem para as relações diplomáticas, consoante à historiografia política contemporânea. A coletânea constitui, assim, um marco importante para o objeto histórico apresentado nesta Tese.

Considero, contudo, que a obra mais emblemática a respeito do tema é o livro de Andrew Gillet, “Envoys and political communication in Late Antique West”,²¹ resultado de sua Tese de doutoramento, em que analisa a função dos emissários no ocidente tardo-antigo. Por meio de diferentes tipologias de fontes, este autor traça as principais diretrizes que nortearam as relações diplomáticas na Antigüidade Tardia e, sobretudo, as diferentes dimensões que um emissário poderia assumir na sociedade do período. Trata-se de estudo consistente e inovador, desvelando importantes implicações políticas decorrentes da relação do emissário com sua comunidade política.

Nessa mesma linha de análise das relações diplomáticas sob o prisma da cultura política de uma época, há dois artigos que julgo relevantes. O primeiro, que constitui, sem sombra de dúvida, o melhor artigo sobre a diplomacia hispano-visigoda, é o de Jacques Fontaine sobre os objetivos do rei Sisebuto ao redigir sua

²⁰ DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

²¹ GILLET. op. cit.

Vita Desideri.²² A partir dessa hagiografia, e contando com um sólido conhecimento dos contextos políticos do Reino Visigodo e dos reinos francos, o autor traça as diretrizes da política externa hispano-visigoda durante o reinado de Sisebuto e os benefícios que essa política externa traria para a monarquia. Desse modo, considero inédito e paradigmático o tratamento que Jacques Fontaine faz da *Vita Desiderii*, pois extrai a essência das relações franco-visigóticas do período a partir de uma fonte cuja natureza, em princípio, pouco parecia poder agregar ao estudo das relações diplomáticas no período.

Mais recentemente, Paul S. Barnwell publicou, em forma de artigo, um dos poucos estudos, dos quais tomei conhecimento, que analisa as relações diplomáticas de uma perspectiva de conjunto do ocidente europeu tardo-antigo.²³ O autor observa a variação da frequência das legações diplomáticas do século VI para as do século seguinte, propondo a hipótese de que houve uma menor comunicação política entre reinos, como resultado de certo equilíbrio internacional na sétima centúria. Dessa forma, constitui um estudo de alguma maneira pioneiro pela escala de análise de seu objeto de pesquisa.

Com efeito, muito mais comuns são os estudos realizados a partir de uma escala menor, analisando a política externa de um reino e, sobretudo, suas relações com outra unidade soberana em particular. Nessa direção, uma excelente pesquisa é a de Margarita Vallejo Girvés, sobre a relação entre Hispania Visigoda e Império Bizantino.²⁴ Uma pesquisa exaustiva sobre as alianças políticas e matrimoniais nos reinos francos é a tese de doutoramento de Ryan Patrick Crisp, defendida na Ohio State University, em 2003.²⁵ Analisando o papel que os casamentos com reis, príncipes e princesas de outros povos desempenhavam na competição interna de poder entre os reis merovíngios, o pesquisador sugere que esses matrimônios eram resultado muito mais do desejo dos soberanos francos de aumentar sua legitimidade e prestígio interno que de um cálculo diplomático com o fito de iniciar ou cancelar um processo de aliança externa ou um acordo de paz.

²² FONTAINE, J. **King Sisebut's Vita Desiderii and the Political Function of Visigothic Hagiography**. In: JAMES, E. Visigothic Spain. New Approaches. Oxford: Clarendon, 1980.

²³ BARNWELL, P. S. War and peace: historiography and seventh-century embassies. **Early Medieval Europe**, Londres, v.6, p. 127-139, 1997.

²⁴ VALLEJO GIRVÉS, M. **Bizancio y la España tardoantigua** (ss. V-VIII): Un capítulo de história mediterránea. Alcalá de Henares, 1993.

²⁵ CRISP, R. P. **Marriage and Alliance in the Merovingian Kingdoms**. 481-639. Tese. (Doutorado em História) The Ohio State University, Ohio. 2003

Do ponto de vista temático, cumpre destacar a obra de Christopher Jones, “Kinship Diplomacy in the Ancient World”.²⁶ Trata-se de estudo dedicado à utilização e manipulação das noções de parentesco entre os povos antigos, como forma de legitimar determinada atitude de política externa. Abrangendo desde os princípios da organização política grega até a Antigüidade Tardia, Christopher Jones analisa como diversos líderes políticos forjaram, enalteceram e obliteraram laços de parentesco com certas deidades do panteão greco-romano, com o fito de criar uma empatia, uma origem em comum, que lhes permitia se aproximar sem qualquer constrangimento de alguma potência política do período, mormente, Roma. Outra obra referencial para o tema é a de A. D. Lee, “Information & Frontiers. Roman foreign relations in late antiquity”.²⁷ Embora se dedique mormente às relações do Império Romano com os sassânidas, o autor traz importantes contributivos ao estudo das relações diplomáticas tardo-antigas ao lançar luz ao tema da informação política no período. Lee dedica-se ao estudo dos canais de informação, os agentes públicos responsáveis por obtê-la e tratá-la e seus desdobramentos nas relações do Império Romano com seus vizinhos. Ambos os livros constituem, assim, estudos tangenciais, mas de fundamentais para o desenvolvimento da argumentação desta Tese.

²⁶ JONES. C. P. **Kinship Diplomacy in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

²⁷ LEE, A. D. **Information & Frontiers**. Roman foreign relations in late antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Fontes

Para o corrente estudo foi-me necessário recorrer a um extenso número de fontes. Isso se deve ao fato de as informações referentes às relações diplomáticas estarem diluídas em textos de natureza as mais diversas. Com efeito, por constituírem um elemento corriqueiro das comunicações políticas na Antigüidade Tardia, as missões diplomáticas e os processos de negociação entre soberanos não dispõem de um tratado normativo que sistematize regras processuais de envio de emissários, técnicas e recursos de negociação ou como gerir a política externa de um reino. Esses elementos eram vivenciados na prática política quotidiana, de modo que a informação auferida do conjunto de relatos circunstanciais e isolados é que me permitiu sistematizar as relações diplomáticas no período. Podemos, contudo, destacar algumas fontes cuja natureza propicia a obtenção de maiores detalhes sobre a política externa e a prática diplomática na Antigüidade Tardia.

Destaco, em primeiro lugar, as crônicas. O autor tardo-antigo que talvez tenha dispensado mais atenção ao tema das relações diplomáticas me parece ter sido Hidácio de Chávez. Escrevendo de uma região periférica do Império Romano, a antiga província da *Gallaecia*, Hidácio registra em estilo cronístico as implicações locais da desestruturação do Império Romano do Ocidente e da migração de suevos, vândalos e visigodos para a Península Ibérica. Quarenta e duas legações são registradas por Hidácio em sua Crônica, número sem rival em fontes dessa natureza. Essa importância conferida ao registro das relações diplomáticas do período pode ser atribuída, em parte, ao fato de o próprio autor ter sido encarregado da função de emissário, o que lhe poderá ter desvelado a relevância desse mecanismo de comunicação política para o desenvolvimento de processos históricos. Com efeito, conforme apontou Andrew Gillet,

Two aspects of Hydatius' *Chronicle* are instructive for the role of diplomatic communications in the fifth century. The author's unique attention to embassies as political phenomena demonstrates the importance which a provincial community leader recognized in communications among barbarians and Roman authorities, and highlights the general misleading omission of diplomatic embassies from other sources. The patterns of contact revolving around Suevic Gallaecia in Hydatius account, though falling far short of a full diplomatic history of the West, reveal the complex infrastructures of communications

underlying the break-up of the late Roman West. Both aspects deserve detailed investigation.²⁸

De fato, ao passo que na maior parte das fontes do período as legações são descritas como um fato histórico em si mesmas dignas de nota, na Crônica de Hidácio elas aparecem mormente como um dos elementos explicativos de determinados fatos históricos. Para Hidácio, as trocas de legações não são eventos isolados, reservados a ocasiões cerimoniais; constituíam a essência dos mecanismos de comunicação política da Antigüidade Tardia – perspectiva ignorada por muitos autores do período.

Outro autor que dedica especial atenção às relações diplomáticas é Gregório de Tours. Ao contrário de Hidácio, que registra a troca de legações como eventos significativos do ponto de vista político para sua Crônica, Gregório utiliza as legações como recurso narrativo.²⁹ Veremos, muitas vezes, serem reproduzidos os supostos diálogos de emissários com soberanos durante uma audiência diplomática. Tendo em conta ter sido o próprio Gregório investido da função de emissário, conhecia muito bem as convenções sociais dessas ocasiões, de modo que se sentia à vontade para incluir esses episódios em sua História. Evidentemente, seus relatos privilegiam a figura do bispo como emissário, embora registre a ocorrência de nobres laicos versados nas técnicas da diplomacia. Utiliza-se, ademais, de seu refinado conhecimento sobre regras de protocolo e cerimonial diplomático, para valorizar e denegrir a imagem de soberanos a respeito.

Continuador da obra de Gregório, o Pseudo-Fredegário é outro autor habituado aos usos diplomáticos. Seguindo a linha de Gregório, não apresenta o envio de legações como mera informação, mas como recurso literário. Mais do que a legação, interessa a Fredegário a figura do emissário, elevado à categoria de protagonista de sua Crônicas por conta das oportunidades que sua função política lhe abrem e do fardo que sua condição de *outsider* lhe confere.³⁰ Esses elementos

²⁸ GILLET. op. cit. p. 37.

²⁹ Ibid. p. 268. "Whereas Procopius is conscious of the time-delay involved in the sending and return of embassies, and the distinction between an embassy's principal and its members, Gregory sometimes (though not always) elides these distinctions. The embassy thus becomes the voice of its principal, and receives a reply directly from the recipient. Scenes of the reception of embassies therefore become dialogues between the two rulers."

³⁰ Ibid. p. 268. "More distinctly the work of Fredegar is his exploitation of the potential in embassy narrative for dramas of concealment and deceit. Embassies invest in a single individual the transfer of

são sublimados na figura do indivíduo que, solitário, tem nas mãos o poder de negociar com soberanos e de arquitetar intrigas com rainhas, mas também os perigos de negociar com povos hostis e de deambular por regiões desconhecidas.

As epístolas constituem, por definição, fonte privilegiada para o estudo das relações diplomáticas. Por meio delas o historiador encontrará não apenas o teor das negociações de importantes eventos políticos, mas também detalhes procedimentais que propiciam o entendimento dos padrões de comunicação política da época. Para esta pesquisa, recorri a epistolário variado, cronológica e geograficamente, que inclui a correspondência de nobres, como o senador romano Cícero, o aristocrata ostrogodo-romano Cassiodoro e o conde visigodo Bulgar; de bispos, como Avito de Viena e Bráulio de Zaragoza e de soberanos, como o visigodo Sisebuto e os reis da Austrásia. De todos esses, o que possui mais detalhes a respeito da prática diplomática é o epistolário do Conde Bulgar, nobre visigodo que atuou como o principal artífice da política externa do rei Gundemaro. Suas três epístolas enviadas para interlocutores francos, assim como as que envia para bispos visigodos e para o monarca, permitem desvelar o perfil de um homem público que se envolvia na lide diária da diplomacia ao mesmo tempo em que pensava a política externa do Reino. Desse modo, considero as cartas do Conde Bulgar fonte da maior importância para compreender-se o mundo diplomático tardo-antigo. Outro epistolário expressivo é o do reino da Austrásia. Em que pese a quase total ausência de cartas de respostas, trata-se de importante recurso que me permitiu compreender melhor a dinâmica protocolar das relações diplomáticas tardo-antigas. Detalhes a respeito da acreditação de emissários, da linguagem diplomática e dos procedimentos de negociação foram elucidados a partir da análise desse conjunto de cartas.

Por fim, das fontes de cunho legislativo também se pode auferir valiosas informações para o entendimento das relações diplomáticas. Cumpre destacar, contudo, que esse tipo de fonte deve ser utilizado sempre com a ressalva de que se trata de um elemento normativo, do desejo do legislador a respeito de como uma sociedade deveria funcionar. Por conseguinte, mais do que para aferir a prática

confidential information over sometimes very long distances; the legate is, by definition, an outsider at a foreign court, privileged by virtue of the potential his presence bears for his principal's displeasure and hostility.”

quotidiana das relações diplomáticas, as fontes legislativas servem para desvelar o imaginário político coletivo de uma sociedade, assim como suas influências e suas dimensões ideológicas. Para o corrente estudo, recorri à legislação romana, com destaque para a Digesta de Justiniano, o Código Teodosiano e as Institutas de Gaius; assim como à legislação das monarquias romano-germânicas, em especial à Lei dos Burgúndios, que possui um capítulo referente ao envio de emissários. Alguns cânones de concílios eclesiásticos, que começavam a ter força de lei no período, também são elucidativos a respeito do tema.

Cumprido esclarecer, com relação à autoria das traduções, que as referentes às fontes latinas apresentadas no decorrer do texto são, em sua maioria, de minha lavra. Para as que já havia traduções confiáveis em português, indiquei sua autoria em notas de rodapé. Para as fontes em grego, utilizei traduções consagradas para línguas modernas, sobretudo as pertencentes à coletânea Loeb Classical Library, da Universidade de Harvard.

CAPÍTULO I

**A CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SOBERANAS
NA ANTIGÜIDADE TARDIA**

Inter Romanos, ut dixi, Romanus, inter Christianos,
Christianus, inter homines homo.

(Oros. *Hist. Adv. Pag.* V,2, 5-6)

Entre os romanos, considero-me um romano; entre
os cristãos, um cristão; entre os seres humanos, um
ser humano.

(Orósio. *História contra os pagãos*)

No período tardo-antigo, as monarquias romano-germânicas esforçaram-se, com maior ou menor êxito, para a construção de unidades político-territoriais que, evidentemente, fundamentavam-se em relações de identidade e alteridade. Para que essas unidades fossem consideradas entidades soberanas pelas demais e pudessem, por conseguinte, estabelecer relações diplomáticas, era essencial a existência de certos elementos. Com efeito, assim como um Estado moderno compreende um povo, um território e uma administração soberana, os reinos tardo-antigos deveriam possuir *populi, patriae e regni*, o que, em certa medida, representa um desdobramento da relação entre *populus, prouinciae, senatus/princeps* do Império Romano. Contudo, dado o conturbado período de transição da Antigüidade ao Medievo, esses requisitos encontravam-se pouco desenvolvidos nas monarquias romano-germânicas, de modo que era necessário “construir o reino”. O objetivo deste capítulo é, desse modo, analisar as condições que propiciaram o advento dessas unidades soberanas que estabelecerão o novo panorama das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia. A construção de novas identidades vinculadas a essas entidades soberanas foi, a esse respeito, o elemento mais importante desse processo, merecendo, por conseguinte, pormenorizada atenção.

1.1. O *populus*

Conforme Isidoro de Sevilha, sabe-se que a definição de *gens* é substancialmente diferente da de *populus*. “*Gens* é uma multidão de pessoas que tem uma mesma origem ou que procede de uma raça distinta de acordo com sua particular identificação”, já o *populus* “é o apelativo aplicado a uma multidão humana associada em conformidade com um direito em que todos estão de acordo e com uma concórdia coletiva” – ensina o hispalense.³¹ No caso da *Hispania* Visigoda, seu *populus* era constituído por diversas *gentes*, tais como os vascos, os galegos, os hispanos, os romanos e os visigodos.³² *Gens* constitui, por conseguinte, uma dimensão étnica de uma coletividade humana, ao passo que o *populus* constitui sua dimensão cívica.

Entre os elementos essenciais para a existência de um reino tardo-antigo soberano, a definição do *populus* certamente é o mais complexo. Trata-se não apenas de definir quais serão os indivíduos submetidos ao poder de um monarca, como também de construir sua relação de identidade e alteridade em comparação com as demais entidades políticas soberanas.

The basic theoretical assumption of frontier studies holds that the frontier is a place of polarities, where frontier societies are created by the interaction of groups that perceived each other as different. Precisely what accounted for perceptions of difference can be a matter of dispute. Ethnic difference is what medieval contemporaries saw. Early medieval ethnicity was not racial, but cultural, and could be diagnosed on the basis of external cultural factors.³³

Não se pode, portanto, asseverar, para o período tardo-antigo, que as comunidades políticas eram unidades herméticas e estáticas. Num período de constantes transformações políticas e migrações demográficas, a configuração dos *populi* romanos e germanos assumia um caráter dinâmico. Assim, muito mais que

³¹ Isid. Hisp. *Etym.* IX, 2, 1. e IX, 4, 5.

³² Algumas das *gentes* que compõem a *Hispania* Visigoda são elencadas por Isidoro de Sevilha em *Etym.* IX, 2, 107-114. De acordo com Kulikowski, “In the Gothic period, we have a mingling of populations, outsiders and insiders, hostile and friendly, in a polarized atmosphere of perceived ethnic difference. Their interaction produced a new society, different from anything that had gone before, and different from anything outside the zone of their interaction: no one would deny that the cultural synthesis of seventh-century Spain was a unique achievement.” KULIKOWSKI, M. **Ethnicity, Rulership and Early Medieval Frontiers**. In: CURTA, F. op. cit. p. 254.

³³ KULIKOWSKI, op. cit. p. 248.

unidades de natureza étnica, os *populi* tardo-antigos eram unidades políticas, construções sociais que se utilizavam de diversos recursos, tais como a etnia, a história, a língua e a cultura para produzir e disseminar elementos de identidade destinados a distinguir toda uma entidade política.

Veja-se, como exemplo, a imane obra da nobreza eclesiástica hispano-visigoda na construção de um *populus visigothorum*. Até 589, quando da conversão do reino à ortodoxia nicena e construção de sua unidade religiosa, a *gens gothorum* denomina apenas os godos, ao passo que o *populi gothorum* refere-se a todas as *gentes* sob domínio visigodo. Com os esforços para elaboração de uma unidade político-religiosa, essa diferenciação torna-se praticamente inexistente. As diversas *gentes* do reino atingem um consenso político pela boa governança do reino, criando a idéia de um *populus* coeso. Exemplo desse consenso é o cânone 75 do Concílio de Toledo IV, em que Isidoro de Sevilha e os demais bispos do reino estabelecem que o monarca seja eleito pelo conjunto de toda a nobreza hispano-visigoda, tanto a laica como a eclesiástica, “ para que seja preservada entre nós a concórdia da unidade”.³⁴ Nessa direção, analisando as atas dos concílios hispano-visigodos, Isabel Velázquez sugere que

at the councils celebrated under Recceswinth, as before the 5th and 6th, references to *patria* and *gens* without mentioning *Gothorum*, which are also found in later councils [...] reveal, I believe, that awareness of a new political order is taking shape. [...] The *gens* is no longer defined by virtue of their ethnicity but by their political adherence and seems to encompass the entire population in most of the phraseology, although its main use in contexts dealing with the usurpation of power suggests that they actually have in mind the higher classes of that *gens* [...].³⁵

A questão, portanto, não é apenas saber qual *gens* pertence a qual reino, mas também qual a imagem que uma comunidade política, um *populus*, possui de si mesma – o que é fator de significativa importância para pautar as relações

³⁴ Conc. Tol. IV. c. 75.

³⁵ VELÁZQUEZ, I. **Pro Patriae Gentisque Gothorum Satv.** In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes.** op. cit. p. 210. Na *Historia Wambae* de Juliano de Toledo também é nítido o uso intercambiável de godo e hispano, em contraponto ao binômio gallo e franco, que tem no insulto à Província da Gália seu paradigma de distinção. O território já se incorporou ao povo dos visigodos, com exceção da Gália Narbonense, província fronteiriça, e por isso, menos fortemente relacionada ao centro de poder régio visigodo.

diplomáticas. Para entender-se apropriadamente a formação dos *populi* tardo-antigos faz-se necessário lançar luz às diversas matrizes culturais que se entrecruzam no período – a greco-romana, a germânica e a cristã.

1.1.1. O conceito de identidade no mundo romano

“*Sou um cidadão romano*” – tal expressão, utilizada por Cícero em seu discurso contra Verres, é paradigmática da noção de identidade no mundo romano.³⁶ Argumentar que a alegação de ser cidadão romano – ao invés de trazer socorro e assistência a quem a declarava, tão-somente trouxe morte mais acerba e suplício mais imediato – é poderosíssimo instrumento de argumentação utilizado por Cícero para demonstrar que Verres subvertera totalmente um ideal decantado na cultura política romana – a identificação entre o conceito de “romano” e o de “cidadão”, assim como todos os privilégios e tratamentos, legais e consuetudinários, que decorrem dessa associação.

Com efeito, tanto na República como no Império, a associação entre ser cidadão e ser romano é uma das mais fortes relações de identidade que se pode notar no mundo romano.³⁷ Definitivamente, não se trata da única relação de identidade que um indivíduo romano possuía; mas, possivelmente, trata-se da mais profunda. Relação difícil de ser apreendida, dada a complexidade do conceito de cidadão na cultura romana, bem como de sua transformação ao longo do tempo.

Qualquer que seja o substantivo que associemos ao adjetivo “romano” (mundo romano, homem romano...) o resultado sempre é o mesmo: construímos uma categoria abstracta e totalizante, e por isso mesmo parcial. Quanto mais essa construção se impuser como um dado empírico, de tal forma considerado como adquirido que não requer nem verificações nem concretizações, mais forte é o seu carácter oculto de tipo ideal. E isso é válido obviamente para todas as civilizações complexas, mas é ainda mais válido para as grandes civilizações que, como a romana, levaram até limites de extrema tensão as dimensões de tempo e espaço. Tempo: ao longo dos 1300 anos que constituem a duração mínima da

³⁶ Cic. *In Ver.* 5.2.147.

³⁷ NICOLET, C. **O cidadão e o político**. In: GIARDINA, A. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992. p. 22. “Humildes ou poderosos, governados por assembleias ou por magistrados eleitos anualmente e por um senado, ou por um príncipe vitalício (ao lado do qual, aliás, continuam a existir as antigas instituições), nenhuma hesitação é possível: cada romano é um cidadão, e todo aquele que possua ou adquira o “direito de cidadania”, a “cidadania” romana, é automaticamente romano”.

história romana (outras periodizações mais amplas são igualmente proponíveis) como se pode falar de um homem romano substancialmente igual a si próprio desde a cidade dos Tarquínios até a cidade de Augusto ou de Teodósio, o Grande? Espaço: as deslocações geográficas de um império que depressa se tornou “supranacional” formam um emaranhado de culturas e de tipos humanos, enquanto o carácter unificante da cultura greco-romana e os valores mutáveis da *humanitas* das classes dirigentes se implantavam como manchas de leopardo, de acordo com a trama ponteada do urbanismo e das áreas directamente controladas pelas cidades.³⁸

A configuração de Roma como uma *res publica* visava, evidentemente, ao interesse comum do conjunto da população romana. Constituíam um pacto social, em que os sacrifícios e encargos individuais se justificavam pelos benefícios da vida conjunta e do interesse geral; uma sociedade orgânica, em que a cada um lhe cabia uma função social específica para o bom funcionamento do corpo social como um todo.³⁹ Consoante essa concepção utilitarista, só pode ser considerado cidadão aquele que pode ser mobilizado em caso de guerra, que paga os impostos públicos e que participa nas decisões e ações da esfera da política. Daí decorre a exclusão de mulheres, crianças, escravos, estrangeiros e de outros grupos marginalizados da vida pública romana. Não são cidadãos e, por conseguinte, não podem ser considerados plenamente romanos.

Conseqüentemente, ser romano é, antes de tudo, pertencer a um estatuto jurídico. Não se trata, de modo algum, de um estatuto jurídico igualitário. As diferenças de tratamento jurídico entre os diversos substratos da sociedade romana, como os *honestiores* e *humiliores*, por exemplo, não deixam margem à dúvida da flagrante assimetria existente no trato entre as diversas condições sociais. Não obstante, esse estatuto jurídico que confere a um romano, independentemente de sua condição social ou econômica, o status de cidadão, significa que esse indivíduo está enquadrado no pacto social constitutivo da sociedade e, em especial, da vida pública romana. Assim, o cidadão romano assume três encargos: é um soldado que pode ser mobilizado, é um contribuinte que sustenta as instituições e as benfeitorias romanas, e é um indivíduo chamado a participar da vida política da *Res publica*, seja

³⁸ GIARDINA, A. **O Homem Romano**. In: GIARDINA, op. cit. p. 10.

³⁹ NICOLET. op. cit. p. 27. “Uma cidade é como um organismo vivo: se é ameaçada, é preciso defendê-la; por vezes precisa de recursos: é preciso fornecê-los; tem de manifestar a sua vontade, deve-se exprimi-la colectivamente; tem de agir: necessita de homens que falem, comandem, façam as contas, administrem, assegurem o culto, obedeçam”.

como eleitor, ou, eventualmente, como candidato a determinadas magistraturas. Conforme Nicolet,

não é necessário tomar uma decisão de princípio para justificar ou criar esses deveres: eles são anteriores a qualquer lei, contemporâneos da fundação da própria cidade. Dizem respeito e obrigam todos os cidadãos, a partir do momento em que começam a fazer parte da cidade: quando a sua idade o impõe ou, se são alógenos, precisamente devido ao próprio acto que os converte em cidadãos.⁴⁰

Ainda que a constituição política de Roma longe estivesse de uma democracia, cumpre ressaltar que, na delicada vida política romana, os sacrifícios da *res publica*, do interesse em comum, deveriam ser sopesados com seus benefícios. Daí a importância do *census* na configuração política da sociedade romana.⁴¹ O *census* é o elemento mediador que transforma um homem romano em um senador, um cavaleiro, um mercador; é o processo que converte o homem natural em homem político, e que lhe confere seus devidos direitos e encargos. Seu posto no exército, o montante de tributos que deve contribuir, os níveis de acesso na deliberação da *res publica*, tudo isso depende do papel exato que a um cidadão, por meio do *census*, se lhe atribui. Através desse espectro da sociedade romana, era possível que se administrasse a política de modo que as competências fiscais e militares mais onerosas recaíssem sobre os ricos ou bem-nascidos que, em contrapartida, segundo o modelo de pesos e contrapesos, possuíam também maior acesso às deliberações políticas e privilégios de tratamento. Assim, àqueles cujos encargos da *res publica* eram maiores, reservava-se-lhes maiores benefícios; àqueles outros que não tinham tantos privilégios, justificava-se-lhes tal condição devido à sua menor contribuição à *res publica*.

Formam-se, por conseguinte, papéis sociais muito definidos que darão azo à formação de outras relações de identidade, aparte da identificação entre romano e cidadão que lhes subjaz. Essas subcategorias são desdobramentos da associação romano/cidadão, uma vez que, numa sociedade complexa, vários níveis de identidade coexistem e se entrecruzam, sendo necessário, tal como no âmbito da

⁴⁰ NICOLET, op. cit. p. 26.

⁴¹ NICOLET, op. cit. p. 28. “[...] trata-se de um conjunto de dados respeitantes à idade, à origem local ou familiar, ao mérito mas também, e sobretudo, ao patrimônio, em suma, à riqueza”.

coletividade, construir identidades para o nível individual.⁴² Para efeitos de política externa, todo cidadão é um romano; não pode haver diferenças em seu tratamento independentemente de sua condição socioeconômica. Contudo, no plano interno, as diferenças afloram, assim como a necessidade de encontrar subrelações de identidade e alteridade. Conforme Andreu Pintado, a consideração que a comunidade possuía em relação ao indivíduo “se expresa con el término latino de *existimatio* y era variable en función del carácter personal de cada individuo, de los méritos a éste unidos por medio de su comportamiento y conducta, y también de prestigio y la *existimatio* familiar, a la que en Roma se daba mucha importancia.”⁴³ São nessas subunidades sociais que “as solidariedades concretas da vida coletiva se manifestam plenamente”.⁴⁴

Evidentemente, para a elite romana, havia uma imagem muito clara do “romano puro” construída tanto nas relações de alteridade com outros povos como também na alteridade entre *honestiores e humiliores*. Veja-se, por exemplo, a definição de Cícero, que associa romanidade a virtudes próprias dos latinos: “não vencemos os espanhóis por sermos mais, nem os gauleses pela força, nem os cartagineses pela astúcia, ou os gregos pelas técnicas, mas pela escrupulosa observância da *pietas*, da *religio* e dessa sabedoria teológica que é própria dos romanos”.⁴⁵ Com efeito, mesmo após o célebre edito de Caracala de 212 d. C., muitos romanos cultos tiveram sérias dificuldades em reconhecer seus concidadãos das camadas populares como autênticos romanos. E, se o afastamento da *urbanitas* poderia ser entendido como um sinal de afastamento da *ciuilitas*, as formas exageradas de *urbanitas* também poderiam ser entendidas como uma degeneração da *ciuilitas*. Por conseguinte, na auto-representação do romano culto, pertencer à

⁴² “A identidade social tem um nível individual: para um indivíduo, ela se caracteriza pelo conjunto de interações com o sistema social, levando a que ele pertença a um gênero, a um grupo etário, a uma classe social, a uma nação, etc. Graças à identidade social aplicada individualmente, a sociedade, por meio de representantes autorizados ou no dia-a-dia das interações, pode lidar com o indivíduo, classificando-o, enquanto o indivíduo por sua vez pode achar seu nicho no sistema social. Entretanto, a identidade social não se esgota no nível dos indivíduos, ela tem a ver também com interações de grupos inteiros, transindividuais, em suas relações com outros grupos do mesmo tipo.” CARDOSO, C. F. Etnia, nação e Antigüidade: um debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo, V, 2003, Pelotas. **Atas do V Congresso Da Sociedade Brasileira De Estudos Clássicos: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo**. Pelotas, 2003.

⁴³ ANDREU PINTADO, J. **Munificência pública en la Provincia Lusitânia**. (siglos I-IV d.C.). Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2004. p. 32.

⁴⁴ NICOLET, op. cit. p. 29.

⁴⁵ Cic. *De harusp. Resp.* XIX.

ciuilitas era substancialmente diferente de pertencer à *humanitas*, apanágio de poucos milhares de romanos. Conforme GIARDINA, “em Roma, só os membros da aristocracia senatorial, apoiados pela riqueza, pelo prestígio e pelas clientelas, seriam plenamente cidadãos.”⁴⁶ Todos os romanos pertenceriam à *ciuilitas*; mas apenas alguns possuíam a *humanitas*, qualidade mais autêntica do homem romano.

Nesse sentido, é ilustrativo recorrer aos discursos de Cícero, em que o orador romano qualifica, diversas vezes, seus inimigos como cidadãos nefastos, ímpios e perversos,⁴⁷ recordando, porém, que “posto que sejam inimigos (*hostes*), porque nasceram cidadãos, quero-os avisados mais e mais”.⁴⁸ Isso significa, por conseguinte, que a categoria de cidadão é status jurídico, desprovida de qualquer conteúdo ético. Adquirido de diversas formas, inclusive a venda, cujo volume é alvo de crítica de Cícero em relação a Marco Antônio,⁴⁹ o foro de cidadão também poderia ser subtraído, como punição a um indivíduo, como no caso de Públio Lêntulo.⁵⁰

Desde uma perspectiva quase popular, Vegécio, inspirado em Cícero e em Virgílio, define, três séculos depois, o que constituiria o cerne do homem romano, por meio de oposições antropológicas: “os romanos são menos prolíficos do que os Gauleses, mais baixos do que os Germanos, menos fortes do que os Africanos, inferiores aos Gregos nas técnicas e na razão aplicada às coisas humanas”. Apesar de aparente descrição negativa, o homem romano de Vegécio era superior aos demais devido à sua destreza militar, era essa a autenticidade romana.⁵¹ Note-se, porém, que, escrevendo no século IV, Vegécio ainda considera estrangeiros diversos povos que formalmente compunham o Império Romano.⁵² Em outras palavras, tanto para um senador do século I a. C. como para um autor do século IV d.C., oriundo de uma camada mais popular, ser cidadão não é o mesmo que ser romano. Desse modo, no plano interno, não bastava receber o estatuto jurídico de cidadão romano para sê-lo, é necessário possuir certas virtudes, variáveis de acordo com o ponto de vista.

⁴⁶ GIARDINA. op. cit. p. 16.

⁴⁷ Cic. *Cat.* I, 3 e 9; II, 29; III, 21; e *Phil.* II, 1.

⁴⁸ Cic. *Cat.* II, 27.

⁴⁹ Cic. *Phil.* II, 92.

⁵⁰ Cic. *Cat.* III, 15.

⁵¹ Veget. *Milit.* I. 1.

⁵² Pode-se suscitar a hipótese de que, para Vegécio, seria justamente a incorporação desses povos ao Império a causa da degeneração do exército romano, de que trata sua *Res Militaria*.

Em ambos os casos, e na maior parte dos relatos, nota-se a associação entre temperamento guerreiro e romanidade, associação tomada quase que como um dado da natureza, haja vista a hegemonia militar romana construída no Mediterrâneo. As virtudes com que se buscam identificar os romanos visam sobretudo a explicar essa superioridade. Trata-se, portanto, não mais da definição de um homem romano, mas de uma civilização romana. Essa idéia fica muito evidente no canto VI da Eneida, quando Enéias, aos descer ao Inferno para encontrar seu pai, encontra as gerações vindouras que constituíram a glória de Roma. Diz o pai Anquises:

Outros saberão, com mais habilidade, abrir e animar o bronze, creio de boa mente, e tirar do mármore figuras vivas, melhor defenderão as causas e melhor descreverão com o compasso o movimento dos céus e marcarão o curso das constelações: tu, romano, lembra-te de governar os povos sob teu império. Estas serão tuas artes, impor condições de paz, poupar os vencidos e dominar os soberbos.⁵³

No plano externo, é evidente que Roma não concebia a idéia de uma pluralidade de nações dotadas de direitos iguais.⁵⁴ A civilização romana, senhora do Mediterrâneo, tratava os demais povos por meio de relações clientelares. Seu expansionismo fundamentava-se pela sua auto-imagem de civilização superior. Não precisava justificá-lo ou legitimá-lo, suas conquistas evidenciavam esse fato. Por meio da cooptação das elites locais e da eficiência do modelo da cidade como unidade basilar da administração do Império, Roma prosseguia “civilizando” o Mediterrâneo. Roma não romanizava nem helenizava, civilizava, isto é, expandia a cultura greco-romana, entendida como a civilização *tout-court*, para onde quer que suas legiões e seu fisco pudessem chegar.⁵⁵

⁵³ Virg. *Aen.* VI, 847. Tradução de SPALDING, T. O. **Eneida**. São Paulo: Cultrix, 1982.

⁵⁴ VEYNE, P. **Humanitas: Romanos e Não-Romanos**. In: GIARDINA, op. cit. p. 296.

⁵⁵ VEYNE, op. cit. p. 299. Veyne explica a expansão romana no Mediterrâneo por meio do Teorema de Tocqueville, o qual sugere que “um grupo humano adota os valores de uma civilização estrangeira com a condição de não se encontrar, após a conversão, na última fila dessa civilização. Um chefe índio, escrevia Tocqueville, preferirá morrer na sua glória defunta e na sua nobre miséria, a encontrar-se no degrau mais ínfimo da sociedade dos brancos.” Isso era muito diferente do que ocorria no Império Romano, “[...], onde a cidade, o *self-government* local, era a circunscrição administrativa de base. Uma aldeia bárbara que se romanizava ou se helenizava não se encontrava por isso na última fila da sociedade greco-romana. Uma tribo africana ou lícia que se urbanizava não se encontrava na última fila da sociedade imperial. Tornava-se uma das células constitutivas da civilização mundial daquele tempo.” p. 302.

1.1.2. Identidades e etnogênese no mundo germânico

“*The Germanic world was perhaps the greatest and most enduring creation of Roman political and military genius*”.⁵⁶ A célebre assertiva de Patrick Geary, se por um lado considera os povos germânicos como meros objetos da ideologia romana, por outro lado, tem o mérito de destacar que as sociedades germânicas se configuraram de tal modo devido às relações de identidade e alteridade com a sociedade romana. Com efeito, a historiografia mais recente tem procurado superar a noção de naturalização das formações étnicas para considerá-las como noções social e culturalmente construídas.⁵⁷ É o caso de Garcia Moreno, para quem os elementos que definem uma etnia são “*la existencia de un nombre colectivo, a ser posible asociado con ciertas virtudes y drama histórico; un mito de un común origen; el sentimiento de una historia compartida; una cultura común y distintiva, la asociación con un territorio específico; y un sentimiento de solidaridad*.”⁵⁸

Nessa direção, especialistas no período têm apontado que, a partir do momento em que as trocas culturais entre romanos e germanos se adensam, cada vez mais a elite germânica opta, deliberadamente, por se constituir à sombra do Império.⁵⁹ Dada a grande influência política romana na região, a benevolência de Roma, isto é, o conjunto de dispositivos imagéticos e materiais de poder que poderia propiciar a um chefe germânico, era objeto de desejo e disputa entre as elites germânicas. Isso implicava, para os germanos, não apenas adotar as virtudes e

⁵⁶ GEARY, P. **Before France and Germany**: The creation and transformation of the Merovingian World. Oxford, 1998. p. vi.

⁵⁷ É o caso de HEDEAGER, L. **Kingdoms, ethnicity and material culture**. Denmark in a European perspective. In: CARVER, M. (org.). **The age of Sutton Hoo**. Woobridge: The Boydell Press, 1992, pp. 279-300; que analisando o reino dos ostrogodos no final do século IV percebeu que soldados de diversas origens, tais como ostrogodos, romanos, vândalos hérulos, suevos e outros, consideravam-se membros da mesma comunidade ostrogoda. Podemos citar como exemplos dessa tendência as coletâneas de artigos de POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001. e de GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.

⁵⁸ GARCIA MORENO, L. A. **Etnia Goda e Iglesia Hispana**. In: *Hispania Sacra* 54. Religión, etnia y nación. Madri. 2002. p. 415.

⁵⁹ Consoante essa interpretação, a vitória de Arminius sobre as legiões de Varrus em 9 a.D. pode ser interpretada não como um conflito que visava a libertar a Germânia dos romanos, mas como uma revolta militar de um chefe ambicioso que buscava obter mais prestígio dos políticos romanos, conforme sugere BRATHER, S. **Acculturation and Ethnogenesis along the frontier**: Rome and Ancient Germans in an Archaeological Perspective. In: CURTA, F. (ed.). **Borders, Barriers, and Ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005. pp. 142-145

vícios da cultura romana, mas também serem partícipes de um dinâmico jogo de interesses em que os romanos ditavam as regras. É nesse sentido que se deve interpretar a mencionada afirmação de Geary. Roma negociava com ambiciosos chefes políticos germânicos que, em troca de privilégios, tornavam-se seus fiéis tributários e colocavam seus séquitos de guerreiros à disposição do novo aliado. Lidando habilidosamente com as disputas internas entre os germanos, os políticos romanos exerciam grande hegemonia na política da região, amparando seus favoritos e preterindo aqueles que lhes eram hostis, com o intuito de constituir um quadro político e militar operacional e favorável. Conforme Brather, “since the balance of power shifted frequently, the political situation of the barbarian chiefs may also have changed rapidly. In the long run, this may well have resulted in the disappearance of many ‘ethnic’ names, quickly replaced by others”.⁶⁰ Roma tratava os povos germânicos de acordo com as definições étnicas que os próprios romanos produziam, de modo que mesmo aqueles que se opunham a Roma tiveram que se agrupar em torno de objetivos comuns, fomentando alguma relação de identidade, maior ou menor conforme a ocasião.⁶¹

Cumprir notar que os próprios povos germânicos não se reconheciam como tal. “Germano” trata-se, assim como a noção de “bárbaro”, de uma categorização do universo social e cultural romano sobre determinada região que estava, ainda, além de sua fronteira. Tácito afirma que a recente denominação “germano” aplicava-se aos *tungri*, cujo nome inicial seria germanos. Então, pouco a pouco essa denominação artificial teria transcendido para outros povos, primeiramente apenas para amedrontar os gauleses, e depois também nas relações entre si.⁶² Não há, contudo, qualquer indício de que os germanos se interpelavam como tais ou com

⁶⁰ BRATHER, op. cit. p. 169. Nesse sentido, o autor sugere que as etnias dos francos e dos alamanos, consideradas como de “bons bárbaros”, foi uma criação da política romana do século III, que visava a formar um cordão de segurança em torno do Império devido ao aumento da pressão de outros povos germânicos. Conforme o autor, “This dual confrontation strongly suggests that the rise of new *gentes* replacing the ones of the first two centuries AD was not just a matter of barbarian development. Instead, Roman categorization seems to have played a crucial role in the process. [...] The administration needed partners for reliable treaties that could guarantee political stability in *Germania*”. p. 150.

⁶¹ POHL, **Frontiers and Ethnic Identities...** op. cit. p. 263. Para o exemplo de como os Tervingi, ramo dos visigodos, e os Eslavos construíram sua identidade a partir das relações com Roma, vide CURTA, F. **Frontier Ethnogenesis in Late Antiquity: The Danube, the Tervingi, and the Slavs**. In: CURTA, op. cit.

⁶² Tac. *Germ.* II, 5.

qualquer outro nome coletivo até o século XI. Isso pode indicar que não se entendiam como uma comunidade mais ampla, contrastiva à romana.

Em verdade, fazia parte da estrutura de dominação romana a construção de um aparato de saber próprio, que estudava, classificava e dava as diretrizes da política externa romana para com esses povos. A etnicidade é, em grande medida, artefato político, pois atrai um grupo em torno de determinado objetivo. Tal resultado pode ser alcançado por meio da politização das diferenças culturais, que possui uma dinâmica interna e outra externa. Foi nesta última que agiram os romanos, ao contrastarem sua civilização com a dos germanos, favorecendo cisões e agrupamentos entre as tribos germânicas conforme seus interesses, assim como os interesses dos chefes germânicos. Para tanto, era necessário compreender e organizar aquela região que tão caótica lhes parecia, a fim de otimizar suas relações com aquelas gentes. Daí a necessidade de obras etnográficas que, em realidade, logravam, ainda que indiretamente, a própria gênese das etnias que, supostamente, apenas descreviam de maneira desinteressada.

Com efeito, a etnogênese do mundo germânico inicia-se com a definição de seu território. Sabe-se que as fronteiras não são apenas uma delimitação político-territorial, mas sobretudo uma referência simbólica. Assim, era necessário demarcar a fronteira entre romanos e germanos, pois isto implicava, para os romanos, estabelecer os limites entre civilização e barbárie, entre o domínio da *humanitas* e o da *ferocitas*. A concepção dos rios Reno e Danúbio como marco divisor entre os dois povos foi de César.⁶³ Concepção arbitrária e pouco precisa – uma vez que os contatos e interesses para além da região de fronteira faziam com que ambos os povos freqüentemente rompessem o *limes* –, mas que findou por encontrar guarida em outros autores como Tácito e, já em período bem posterior, Procópio.⁶⁴ Do mesmo modo, a inspiração nas três primeiras letras do alfabeto latino (ou do grego) na divisão das tribos celtas em *Aquitani*, *Belgi* e *Celti* (ou *Galli*), para as quais até então se usava uma plêiade de diferentes denominações é reveladora da tentativa do general romano construir um saber e de levar a ordem romana ao caótico mundo

⁶³ Caes. *Bel. Gal.* I, 1.

⁶⁴ Tac. *Germ.*I, 1. Procópio considera o Danúbio como a mais forte linha de defesa possível contra os bárbaros, em suas *Bell.* IV, 1, 33

dos bárbaros. Trata-se, por conseguinte, de uma divisão arbitrária com critérios muito mais geográficos que culturais.

Assim, embora Tácito tenha sido um dos autores que mais contribuiu para a consolidação da perspectiva romana sobre os povos considerados germanos, não resta dúvida que foi César o pioneiro e principal artífice nesse processo de ordenação do mundo germânico, certamente visando a uma dominação do poderio romano na região. Com efeito, os romanos, até as primeiras centúrias antes de Cristo, desconheciam que, na retaguarda de seus inimigos celtas, encontravam-se os povos germânicos.⁶⁵ É a partir do século I a. C. que os contatos tornam-se mais intensos, principalmente após a conquista das Gálias por César. O general romano relatou em diversos momentos de seu *Bellum Gallicum* os contatos que teve com os povos germânicos. Sua perspectiva em relação àquelas gentes é nitidamente a de alguém que se julga civilizado ante um selvagem grupo de bárbaros. Roma e Germania seriam, para a elite romana, elementos complementares na dicotomia civilização-barbárie. Quanto mais afastado de Roma estivesse determinado povo, mais estranhos – e, por conseguinte, bárbaros – seus hábitos pareceriam aos olhos dos romanos. Nessa perspectiva, César, ao dividir os povos da Gália em três, considera que os belgas são os mais bravos, já que os mais afastados da cultura e da humanidade da província romana.⁶⁶ Em relação aos suevos, por exemplo, o general romano afirma que “pensam que a maior glória de uma nação é ter em suas fronteiras um vastíssimo campo deserto, pois isso significa que um grande número de cidades não pode sustentar seu poderio militar”.⁶⁷ Convém recordar que a existência de cidades era considerada um distintivo de civilidade pelos romanos, de modo que César, ao enaltecer que os suevos regozijavam em ter grandes desertos em suas áreas de influência, associa-lhes, por oposição, um traço cultural típico de um povo bárbaro.⁶⁸ Os suevos, contudo, ainda seriam “mais civilizados que os

⁶⁵ BRATHER op. cit. p. 140, afirma que “before Caesar, Greek and Roman authors had known only Celts and Scythians as barbarians of north-western and north-eastern Europe, respectively”.

⁶⁶ Caes. *Bel. Gal.* I, 1.

⁶⁷ Caes. *Bel. Gal.* IV, 3.

⁶⁸ Essa idéia fica evidente em Tácito quando o autor se refere à exortação que Agrícola fizera aos Britanni. Agr. XXI. Sobre a relação entre cidade e civilização, Monique Mund-Dopchie assinalou que “Ces ensembles architecturaux de l’Antiquité ne répondaient pas uniquement à des contraintes pratiques: ils répondaient également à une philosophie et à une idéologie politiques; d’une part, ils manifestaient une habileté technique (murs en pierre taillés, ornements sculptés, fresques), qui établissait la suprématie de l’artificiel sur le naturel; d’autre part, ils évoquaient en même temps, par leur intégration dans un plan urbanistique, l’ordre et les lois qui président à la vie en commun et

outros povos”, uma vez que eram vizinhos dos gauleses e possuíam contatos com mercadores. No geral, César considerava os germanos “homens ferozes e incultos”, um perigo para o povo romano.⁶⁹

Ademais de ordenar o território, era necessário apreender dos germanos seus traços mais distintivos, comparando-os, inclusive, a outros povos considerados bárbaros. Em uma famosa passagem do *Bellum Gallicum*, César traçou uma comparação entre os gauleses e os germanos, em que afirmava que havia um tempo em os gauleses superavam os germanos em bravura. Contudo, segundo o general romano, por terem um contato maior com as províncias romanas e deterem um maior conhecimento marítimo, os gauleses passaram a prezar muito as riquezas; ao passo que os germanos, permanecendo na privação e no cuidado com o corpo, seriam muito mais corajosos que os gauleses.⁷⁰ O sentido da comparação é evidente. A proximidade com as províncias e o apreço pelas riquezas materiais teriam desvirtuado os gauleses, afrouxando seus costumes austeros que lhes faziam tão corajosos sob o prisma militar.

Perspectiva similar foi registrada por Tácito, outro eminente político romano. Servindo como *legatus pro praetore* na província da Bélgica, Tácito também considerava sua civilização culturalmente superior a dos germanos, embora utilizasse alguns hábitos destes para criticar certos costumes romanos que lhe pareciam desvirtuados. Um exemplo é o grande número de abandono de filhos e o controle de natalidade praticado pelos romanos. As autoridades romanas tentaram resolver esse problema através da *Lex Papia Poppaea* de 9 d. C.⁷¹ Tácito critica esse fato, afirmando que entre os germanos “limitar o número de seus filhos ou se desfazer de um *agnatus* é considerado uma vergonha, e bons costumes aqui valem mais do que boas leis em outros lugares”.⁷² Do mesmo modo podemos entender a referência de que, na sociedade germânica, “não há ostentação no funeral”, como

permettent l'organisation d'un Etat”. MUND-DOPCHIE, M. La frontière entre le civilisé et le sauvage dans l'imaginaire de l'Occident latin: usages et méusages des critères antiques. **Folia Electronica Classica**. Louvain-la-Neuve. n. 07, p. 04. jan-jun 2004.

⁶⁹ Caes. *Bel. Gal.* I, 33.

⁷⁰ Caes. *Bel. Gal.* VI, 24. Para BRATHER, “All of Caesar's description of *Germani cisrhenani* and Celtic groups living beyond the river Rhine show that there was in fact no sharp contrast between these barbarians. True, the ancient Germans were viewed as more 'savage' than the Celts, but this was only because of the long and enduring Roman influence in southern Gaul, closer to the Celtic lands”. op. cit. p. 140.

⁷¹ Gaius. III, 42-53.

⁷² Tac. *Germ.* XX, 1.

uma crítica às pomposas celebrações fúnebres dos romanos.⁷³ Também se nota uma crítica aos costumes militares romanos. Ao se referir aos reis e comandantes germânicos, Tácito relata que seus reis não têm poder infinito ou arbitrário, e que seus generais controlam mais pelo exemplo que pelo comando, colocando-se sempre na linha de frente.⁷⁴ Em outra passagem, o romano satiriza a deturpação dos triunfos militares, afirmando que os germanos concederam aos romanos mais triunfos que vitórias.⁷⁵

Apesar de fazer algumas concessões pontuais à cultura germânica, a perspectiva de Tácito sobre os germanos não deixa de ser bastante negativa. Com efeito, as constantes exaltações às habilidades militares dos germanos refletem os temores de um romano que percebe o significativo perigo que uma invasão bárbara traria à civilização romana. Não à Roma de seu tempo, politicamente corrompida, moralmente viciada, mas à Roma dos “velhos tempos”, parteira da civilização.

É como um civilizado que se encontra diante de uma horda de bárbaros que Tácito descreve os germanos como “gente não astuta nem habilidosa”.⁷⁶ A tribo dos Chatti é descrita como “gente de corpo duro, de membros fortes, rosto ameaçador, e de espírito mais corajoso”.⁷⁷ “Sórdidos e com chefes torpes” os *Finnis* viveriam “numa incrível selvageria”, segundo Tácito. Essa rude descrição da aparência externa tem a intenção de refletir os valores dos germanos, bem como a ameaça que representam ao Império. Tácito também se horroriza com alguns hábitos germânicos, como no caso dos *Suevos Semmones*, que se juntavam numa certa floresta em que “celebravam seus horrendos ritos bárbaros após um assombroso sacrifício público de vida humana”.⁷⁸ No caso da tribo dos *Sitones*, Tácito afirma que seriam governados pelas mulheres e, “desse modo, se rebaixam não apenas da liberdade como também da servidão”.⁷⁹ Em relação à agricultura, afirma que os grãos são cultivados pacientemente com a “letargia típica dos germanos”.⁸⁰ Essa referência a um baixo desenvolvimento técnico da agricultura seria outra característica típica dos bárbaros. Em contrapartida, é uma peculiaridade da

⁷³ Tac. *Germ.*XXVII, 1.

⁷⁴ Tac. *Germ.*VII, 1.

⁷⁵ Tac. *Germ.*XXXVII, 6.

⁷⁶ Tac. *Germ.*XXII, 4.

⁷⁷ Tac. *Germ.*XXX, 2.

⁷⁸ Tac. *Germ.*XXXIX, 2.

⁷⁹ Tac. *Germ.* XLV, 9.

⁸⁰ Tac. *Germ.*XLV, 4.

civilização o domínio sobre a natureza. Sobre o âmbar, produto muito apreciado pelos romanos, Tácito afirma que “tampouco investigaram, porque são bárbaros, qual substância ou processo que o produz”.⁸¹ Nessa passagem percebemos que, para Tácito, era evidente que o estrangeiro, o bárbaro, não possuía interesse na investigação, na descoberta, no aprendizado, características tidas como peculiaridades da civilização romana.

Tendo em consideração os apontamentos de influentes políticos como César e Tácito, pode-se concluir que as relações de identidade e alteridade entre romanos e germanos era um processo dinâmico, mas conduzido sobretudo pela parte romana, por ser a mais estruturada política e administrativamente. Nesse sentido, encontraremos um ingente esforço de conhecimento e sistematização desses povos, cujas relações com os romanos se adensavam, sobretudo em âmbito comercial e militar. Esse processo concorria para a intensificação das relações de identidade e alteridade, transformando os povos germânicos em bárbaros e imputando-lhes, por conseguinte, uma série de elementos imagéticos negativos que dificultava, quando não impedia por completo, sua integração ao Império Romano. Como não podiam ser imediatamente assimilados culturalmente, nem vencidos militarmente com facilidade, esses povos serão vistos, cada vez mais, como uma ameaça a Roma, à civilização. A superação dessa ameaça implicaria a superação da forte relação de alteridade entre civilização (Roma) e barbárie (Germânia) criada na época de César e Tácito, fato que tardaria ainda alguns séculos para concretizar-se, e para o qual concorreria sobremaneira a disseminação do cristianismo.

1.1.3. Identidades cristãs

O temor de Tácito em relação às atividades militares dos germânicos concretizar-se-ia nos próximos séculos. A partir da quarta centúria os povos germânicos se deslocam, armados, para dentro do *limes* imperial romano. Toda a violência decorrente desse processo é atribuída, pelos autores pagãos, ao cristianismo e aos imperadores cristãos. Amiano Marcelino condena o imperador Valente por este ter organizado a travessia dos godos pelo Danúbio em 376: “Foram

⁸¹ Tac. *Germ.* XLV, 5.

enviados muitos agentes com o encargo de arranjar meios de transporte para aquele povo truculento. Tomaram-se todos os cuidados para que nenhum dos futuros destruidores de Roma, mesmo acometido de doença letal, deixasse de atravessar até a outra margem do Danúbio”.⁸² Para esses autores pagãos, fiéis à ideologia civilizacional romana desenvolvida por César e Tácito, a degeneração do *mos maiorum*, a ofensa aos deuses, teriam sido as causas primeiras da desgraça romana. Consideravam que a adoção do cristianismo como religião oficial do Império teria sido o elemento responsável pela destruição de sua civilização, e que as invasões dos bárbaros constituíam o elemento inteligível da ira dos deuses romanos a respeito.

Contudo, muitos cristãos, para quem o Império Romano é o berço providencial do cristianismo, sentiam pelos invasores a mesma repulsa. Um bom exemplo desse sentimento pode ser apreendido na Crônica do bispo Hidácio de Chaves. Habitando o nordeste da Península Ibérica, Hidácio vê-se às voltas com as migrações de suevos, vândalos e visigodos em seu território. Na introdução de sua crônica, o bispo demonstra toda sua amargura em relação ao período em que vive:

conhecendo todas as calamidades deste tempo miserável e encerrado nas estreitezas do Império Romano e, o que é ainda mais lamentável, encerrado na *Gallaecia*, o último extremo do mundo, se incluiu [na Crônica] o estado deformado da ordem eclesiástica devido a fatos indiscriminados e a morte de uma honesta liberdade e o ocaso de quase toda religião na disciplina divina por conta da perturbação e desordem da dominação furiosa de povos iníquos.⁸³

O saque de Roma por Alarico em 410 foi o grande choque para a civilização romana. A queda da cidade eterna prenunciava o fim dos dias. Influenciado por esse fato, Hidácio descreve a entrada dos germanos na Península Ibérica num tom apocalíptico. Além dos invasores e dos tirânicos cobradores de impostos, Hidácio relata a ocorrência de uma peste. Desse modo, o bispo afirma que se abateu sobre as *Hispanias* uma fome cruel, que obrigou os homens a comer carne humana e as mães a comerem os corpos de seus filhos, ao passo que as bestas, acostumadas aos cadáveres, se lançavam à destruição da raça humana. “E assim com as quatro

⁸² Amm. Marc. *Hist.* XXX, IV, 5.

⁸³ Hidat. *Chron.* 53.

pragas, da espada, da fome, da peste e das bestas, que se espalham por todo o orbe, se cumprem as predições do Senhor anunciadas por seus profetas”.⁸⁴ O resultado desse processo, para Hidácio, não seria uma convivência entre os dois povos, mas a escravização dos romanos pelos bárbaros: “Os *hispanos* que resistem às plagas, pelas cidades e fortificações, se submetem à servidão dos bárbaros que dominam as províncias”.⁸⁵

A despeito das perspectivas pejorativas em relação aos “invasores bárbaros” por parte de alguns autores cristãos, havia muitos homens da Igreja que propunham outra explicação para as incursões germânicas. Um dos melhores representantes desta vertente foi o monge Salviano de Marselha, que sugere ser a degeneração interna dos Romanos, incluindo os cristãos, a causa da catástrofe:

Romanos emigram para os Celtas rebeldes, para os Godos e outros bárbaros porque preferem viver livres sob a aparência de prisão a viverem prisioneiros sob a aparência da liberdade; e procuram entre os bárbaros a *humanitas romana* porque não podem suportar a bárbara desumanidade que existe entre os Romanos.⁸⁶

Essa mesma perspectiva também passava a ser compartilhada por autores laicos. É o caso de Prisco de Pannio, por exemplo, um emissário romano enviado à corte de Átila, que relata um encontro que teve com um grego, levado como prisioneiro pelos hunos, no qual este homem lhe teria dito que:

Tra gli Sciti, disse, una volta finita la guerra, si vive comodamente, in quanto ciascuno gode di quello che ha e non molesta affato o pochissimo gli altri, e neppure viene molestato. Fra i Romani invece si perisce facilmente in guerra, perché essi ripongono le loro speranze di salvezza in altri, dal momento che per via dei loro tiranni tutti gli uomini non hanno il permesso di portare le armi. E per quelli che ne fanno uso la viltà dei loro generali, incapaci di sostenere una guerra, è ancora più rischiosa. In periodo di pace la situazione è persino peggiore dei mali della guerra a causa delle tasse opprimenti e degli intrighi dei malvagi, dato che le leggi non valgono per tutti. Infatti, se il trasgressore della legge appartiene ai ceti ricchi, non è costretto a pagare il fio per la sua colpa; se invece è povero, non sapendo come cavarsela, deve

⁸⁴ Hidat. *Chron.* a. 410, 223.

⁸⁵ Hidat. *Chron.* a. 411, 250.

⁸⁶ Salv. *Guber. Dei.* 5. 17. 18. 21 e 22.

attendersi la punizione stabilita dalla legge, se addirittura non muore prima della sentenza, perché i processi vanno per le lunghe e occorre spendere moltissimo denaro. [...] ⁸⁷

Entre os autores que revelam essa transformação no imaginário político tardo-antigo, o mais emblemático foi, sem sobra de dúvida, Agostinho de Hipona. Em certa medida, pode-se entender sua Cidade de Deus como uma tentativa de mitigar o choque do saque de Roma e, principalmente, de responder às críticas que o cristianismo sofria dos autores pagãos pelo desastre romano. Santo Agostinho já apontava para a necessidade de romanos e germanos tentarem conviver em harmonia. Sobre o fatídico evento de 410, o bispo de Hipona propõe a seguinte interpretação:

Assim, ruína, homicídios, pilhagens, desolação, incêndio, horrores cometidos no recente desastre de Roma, tudo se deve a usanças guerreiras. Mas o fato estranho, o fato novo, a ferocidade dos bárbaros transformada nesse prodígio de clemência que escolhe, que designa ao povo as mais amplas basílicas como refúgio onde ninguém será ferido, donde pessoa alguma será arrancada, para onde os vencedores mais humanos levarão os cativos a fim de assegurar-lhes a liberdade, donde os mais cruéis não poderão tirá-los a fim de reduzi-los a escravos, devem-no ao nome de Cristo, à era Cristã. Quem não vê é cego; quem o vê em silêncio, ingrato; quem se insurge contra as ações de graças, louco. Ninguém de bom senso o atribui aos costumes ferozes dos bárbaros. Quem lhes assombrou, freou, admiravelmente abrandou as mentes assim truculentas e ferozes foi Ele, que por boca do profeta há longo tempo dissera: 'Castigar-lhes-ei as iniquidades com o cajado e os pecados com os flagelos, mas não os privarei de minha misericórdia'. ⁸⁸

Agostinho, portanto, não vê no saque de Roma evento pior do que os que os próprios generais romanos já haviam cometido. Ao comentar a guerra civil entre os romanos, o bispo afirma que “tantas batalhas foram perpetradas e tanto sangue derramado, que quase todos os povos da Itália, os quais exerciam o maior poder no Império Romano, foram dominados como se fossem bárbaros selvagens”. ⁸⁹ Ao afirmar que os povos da Itália haviam sido subjugados com uma “selvagem barbárie” pelos romanos, Agostinho sugere um novo conceito de barbárie. O bispo não opõe

⁸⁷ Prisc. Pan. *Frag.* VIII, 47-48. Trad. BORNMANN, F.; **Fragmenta**. Prisci Panitae. Firenze: Le Monier, 1979.

⁸⁸ August. *Ciuit. Dei.* I, 7.

⁸⁹ August. *Ciuit. Dei.* III, 26.

os invasores aos romanos dentro do contexto bárbaros/civilizados. Agostinho associa o conceito de *ciuilitas* ao de *christianitas*. Na sua concepção, o bárbaro é aquele que não possui a *christianitas* ou, o que é o mesmo, as virtudes cristãs – *pietas*, *iustitia*, *miserericordia*, *humilitas*, *clementia*, etc. Os romanos, ao praticarem atitudes moralmente anti-cristãs, também recaíam na barbárie. Já os germanos poderiam ter alguns traços de civilização quando demonstravam possuir virtudes cristãs como a clemência, por exemplo, explicitada no relato supracitado.

Diante dos tempos difíceis em que o Império vivia, Agostinho de Hipona injetara nos homens de fé um novo ânimo para viver o seu tempo, bem como para permitir que eles compreendessem o momento em que viviam como parte de um processo mais amplo, dando-lhes assim a esperança dos tempos que viriam e não se limitando à visão restrita dos acontecimentos de sua época. Suas concepções de natureza humana e da iluminação divina foram fundamentais para a consolidação da Igreja nesse período. Agostinho resgatou o conceito clássico de *humanitas*. Conforme Renan Frighetto, diferentemente da aceção clássica do termo, “a partir do século IV as fontes baixo-imperiais romanas vinculam a *humanitas* à idéia duma coletividade civilizada”.⁹⁰ A *ciuilitas* romana, detentora da *humanitas*, se opunha aos bárbaros, marcados pela *ferocitas* e representados pelos inimigos da ordem social. Agostinho, porém, deu uma interpretação peculiar ao conceito de *humanitas*. Para ele, o que torna o homem mais profundamente homem é o cristianismo. E, uma vez que o cristianismo é uma religião universal, e que todos têm o livre arbítrio para se converter ao cristianismo, todos podem possuir uma mesma *humanitas*. Assim, o bispo permitiu que a Igreja se preocupasse mais em converter os invasores do que simplesmente em combatê-los, já que não havia condições de derrotá-los pelas armas.⁹¹ Como para Agostinho a natureza de todos os homens é uma apenas, todos poderiam ser cristianizados e, assim, civilizados.⁹²

⁹⁰ FRIGHETTO, R. Da Antigüidade Clássica à Idade Média: A Idéia da Humanitas na Antigüidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. Buenos Aires, 2004. p. 09. O autor destaca, contudo, que a partir da instauração das monarquias romano-germânicas os conceitos de *ciuilitas* e *humanitas* possuem aceções um pouco mais distantes. Ao passo que a primeira designaria a cristandade ocidental, a segunda seria apanágio exclusivo dos cristãos ortodoxos.

⁹¹ Boa parte dos povos germânicos se deslocara ao Império Romano já cristianizada graças à ação do bispo Ulfilas, que fora capturado pelos godos em 264. Ulfilas, porém, seguia a vertente do cristianismo ariano que não acreditava na co-eternidade de Pai e Filho, afirmando a existência de diferentes substâncias na Trindade, conforme relata Isidoro de Sevilha em suas Etimologias VIII, 5, 43. A exceção são os francos que se convertem do paganismo diretamente à ortodoxia nicena. A partir do Concílio de Nicéia de 324, o arianismo foi considerado uma heresia que deveria ser

Com efeito, uma significativa transformação nas noções de identidade para o homem tardo-antigo estava em curso, motivada pelos séculos de convivência no *limes* e pela disseminação do cristianismo. As migrações germânicas soçobraram a fronteira Reno-danubiana, que separava não apenas os romanos dos germanos, mas, sobretudo, a civilização da barbárie. Assim, o sentido simbólico da fronteira no mundo mediterrânico transforma-se significativamente. Conforme Pohl,

In Antiquity, it was the Roman frontier, regarded and stylized as the boundary between civilization and the barbarians, between the *populus Romanus* and the *gentes*, the barbarian nations. Late Antiquity transformed this notion, and as the Roman order dissolved in many parts of Europe and new kingdoms established their power, the boundary that counted became that of Christendom: between the *populus Christianus* and the *gentes*, the pagans. [...] It was a dividing line that was intended to include all who belonged to a divinely sanctioned order with a sense of mission and superiority and to exclude barbarians and pagans who were regarded as barely human in their ignorance of all that represented a higher form of humanity. But even on the ideological plane, this distinction was sometimes criticized by contemporaries as too conveniently masking the moral insufficiency of Christians and Romans.⁹³

Graças aos anos de convivência e à imposição do poder dos *reiks* germânicos sobre as populações de origem romana, as idéias de Agostinho começavam a se substancializar no cotidiano do ocidente tardo-antigo. As clivagens entre romanos e germânicos eram, aos poucos, superadas, ao passo que as novas considerações sobre civilização e barbárie, sugeridas pelo bispo de Hipona, ganhavam eco nos textos do período. Assim como a civilização não era mais apanágio dos romanos, a barbárie deixava de ser dos germanos. De fato, analisando a Península Ibérica, Renan Frighetto aponta que “no momento em que

eliminado em prol da unidade político-religiosa do Império. A posteriori, esse fato engendrou sérios problemas na integração política entre romanos e germanos.

⁹² Apesar desse discurso, ainda notamos nos textos de Agostinho preconceitos em relação aos germanos, um ar de superioridade de sua civilização romano-cristã em relação aos invasores, associando a estes a característica da *ferocitas*. No supracitado excerto do livro I da Cidade de Deus, Agostinho se refere à “*feritati barbarorum*” e às suas “*truculentissimas et saeuissimas mentes*”. O arcabouço teórico do bispo de Hipona, ainda que proponha um convívio em harmonia entre ambas as populações, deixa escapar a idéia de que a civilização romana, parteira da *christianitas*, de uma “civilização cristã”, é culturalmente superior à cultura dos germanos.

⁹³ POHL, **Frontiers and Ethnic Identities**... op. cit. p. 262.

os visigodos passaram a ser fundamentais no auxílio e na defesa dos territórios ocidentais o discurso político romano imperial passou a um tom de integração dos novos parceiros no seio da *ciuilitas* romana.⁹⁴ Os visigodos, na categoria de *foederati* do Império Romano, desempenharam um papel de contenção de outros povos em meados da quinta centúria, além de terem sido os grandes responsáveis pela vitória sobre Átila. Assim, o próprio Hidácio de Chaves, ferrenho crítico dos germanos, se curva ao pragmatismo e afirma que “Valia, rei dos godos, a serviço dos romanos, produz numerosas mortes de bárbaros dentro das *Hispanias*”.⁹⁵ Hidácio não descreve os visigodos como bárbaros, mas como inimigos dos bárbaros. Estes seriam os vândalos e suevos que assolavam a *Gallaecia* de Hidácio.

Uma maior aceitação dos germanos e sua conseqüente desvinculação do conceito de bárbaro é percebida conforme se avança no tempo. Cerca de meio século depois de Hidácio e Agostinho, podemos encontrar essa perspectiva agostiniana sobre o bárbaro nas epístolas de Sidônio Apolinário. Este poderoso aristocrata da Gália foi prefeito de Roma e bispo de Clermont Ferrand, e casou-se com a filha do imperador Avitus. Em uma carta a seu cunhado, Agrícola, Sidônio descreve a aparência do rei visigodo Teodorico II, com quem possuía bom relacionamento político:

Seu nariz possui linhas suaves; os lábios são finos e não são alargados pela extremidade da boca. Todo dia os pelos que crescem de suas narinas são cortados. [...] Suas coxas são como chifres duros; as juntas do joelho são firmes e masculinas; os joelhos são os de melhor aparência e os menos enrugados do mundo [...].⁹⁶

A descrição que Sidônio faz de Teodorico fomenta a imagem de uma pessoa comedida e civilizada, que não possui qualquer traço físico considerado tosco ou grotesco que lhe associasse à imagem corrente de um bárbaro. Ademais de suas características físicas, Sidônio exalta as qualidades de bom cristão encarnadas pelo monarca visigodo. “Antes de começar o dia ele vai com um pequeno séquito assistir ao serviço dos padres. Ele reza com assiduidade, mas, se eu posso falar

⁹⁴ FRIGHETTO, R. Infidelidade e barbárie na *Hispania* Visigoda. *Gerión*. Madri, v. 20, n. 1, 2002. p. 494.

⁹⁵ Hidat. *Chron.* a. 417, 319.

⁹⁶ Sid. *Epist.* I, 2.

confidencialmente, pode-se suspeitar mais do hábito do que da convicção nessa devoção”.⁹⁷

Esse trecho é bastante eloqüente, pois Sidônio associa Teodorico às virtudes da *christianitas*, mas, a par e passo, duvida de sua devoção intrínseca. De fato, Teodorico era ariano, mas Sidônio contemporiza esse fato, tendo em conta que o soberano visigodo e seus homens eram *foederati* de seu sogro, o imperador Avitus.⁹⁸ Assimiladas as proposições agostinianas, nota-se que o protótipo de bárbaro de Sidônio será personificado em outra personagem: Seronatus – influente aristocrata da região e inimigo político de Sidônio. Em uma epístola a Ecdicius, Sidônio considera este indivíduo como “o Catilina de nosso século”. Isto se deve as atitudes, políticas e religiosas, moralmente condenáveis por Sidônio. “Ele graceja na igreja, e prega à mesa; ronca nos bancos, e respira censuras em seu quarto. Suas ações estão enchendo as florestas de perigosos fugitivos, as igrejas de acusados e as prisões de clérigos”.⁹⁹ Desse modo, ao relatar que seu inimigo político é desprovido das virtudes cristãs, Sidônio se sente à vontade para afirmar que Seronatus é mais falso que um bárbaro: “ordena como um soberano, avalia como um tirano, sentencia como um juiz, e dissimula como um bárbaro”. O bárbaro, nesse contexto, não se refere a nenhum povo germânico. Expressa uma condição na sociedade, assim como o senhor, o tirano, e o juiz, que Sidônio utiliza na mesma sentença para, a partir de características inerentes a esses tipos sociais, depreciar a imagem de Seronatus.

Assim, a partir da consolidação das monarquias romano-germânicas, a utilização dos termos civilização e barbárie perde muito de sua função como

⁹⁷ Sid. *Epist.* I, 2.

⁹⁸ A descrição positiva dos visigodos muda radicalmente quando, em 470, Eurico rompe o pacto com o império e exila Sidônio Apolinário. O bispo então recai num certo saudosismo como se pode apreender na Epístola II, 10. Sobre a relação de Sidônio Apolinário com os monarcas visigodos, um interessante estudo é o de GOLDBERG, E. J. *The Fall of the Roman Empire Revisited: Sidonius Apollinaris and His Crisis of Identity*. GOLDBERG, E. J. *The Fall of the Roman Empire Revisited: Sidonius Apollinaris and His Crisis of Identity*. **Essays in History**, Charlottesville, n. 37, p. 1-15, 1995. O autor aponta que “In Sidonius’s mind, the faith of the barbarians to the *foedus* was of much greater importance than their heretical Christian faith. These materials related to Avitus’s rise to the imperial throne demonstrate Sidonius’s willingness to excuse the Arian religion of the Goths in order to further Gallo-Gothic relations and uphold the cherished *foedus*, the cornerstone of his conception of Roman order in Gaul. In addition to this sympathetic tone towards the Arian Goths, Sidonius’s earlier writings are almost completely devoid of any interest in Christianity, orthodox or otherwise.”

⁹⁹ Sid. *Epist.* II, 2.

elemento definidor de identidades étnico-culturais.¹⁰⁰ O cristianismo foi um dos grandes responsáveis por esse processo, um dos marcos mais distintivos da transição da Antigüidade ao Medievo, e que permitiu a superação das diferenças culturais entre romanos e germânicos. Num primeiro momento, mitigou o choque das invasões germânicas e, dado o caráter universalizante dos Evangelhos, permitiu a incorporação dos povos germânicos ao lado das populações romanas. Um segundo passo foi a formação de um arcabouço ideológico que fomentou às monarquias romano-germânicas um projeto político de poder.¹⁰¹ Nessa direção a religião era um elemento de fundamental importância. O conceito de “cristão” tomava o lugar do de “romano” como elemento definidor de civilização.

1.1.4. Identidades nobiliárquicas na etnogênese das monarquias tardo-antigas

“Entre os romanos, considero-me um romano; entre os cristãos, um cristão; entre os seres humanos, um ser humano.”¹⁰² O excerto de Orósio é indicativo da imbricada relação de identidade proveniente da encruzilhada de heranças culturais verificada na Antigüidade Tardia. De fato, embora a disseminação do cristianismo superasse o conceito “romano” de identidade, isto é, aquilo que por excelência definia um cidadão romano, outros conceitos romanos de identidade, complementares, tiveram permanência mais longa no imaginário político do homem tardo-antigo. Com efeito, por um lado, com a desestruturação política do Império Romano do Ocidente, não fazia mais sentido a associação entre romano e cidadão, pois a entidade política fonte geradora de seu estatuto jurídico, mantenedora de seus privilégios e recurso imagético de coletividade ao qual pertencia, não mais existia. Não obstante, encontraremos, ainda séculos após a queda de Roma, relatos de indivíduos que se dizem, orgulhosamente, pertencerem

¹⁰⁰ Contudo, ainda se encontram algumas referências pontuais, como o caso da associação dos bizantinos à condição de bárbaros por Isidoro de Sevilha no Concílio de Sevilha II, de 619, c. 1. Quem analisa esse episódio é FRIGHETTO, R. Infidelidade e barbárie na *Hispania* Visigoda. op. cit. É interessante notar que se a expressão “bárbaro” continua a ser usada, não se trata mais de sua forma substantivada, mas sobretudo de sua função adjetiva, como no caso em questão. “Bárbaro” não é mais elemento definidor de etnia ou grupo político nesse contexto do ocidente tardo-antigo, mas alinha pejorativa.

¹⁰¹ Elemento decisivo nesse processo foi a conversão, nos séculos quinto e sexto, de boa parcela dos povos germânicos à ortodoxia nicena, eliminando as divergências ideológicas que a questão colocava entre romanos e germânicos.

¹⁰² Oros. *Hist. Adv. Pag.* V,2, 5-6.

à estirpe romana. É o caso, por exemplo, do Duque Cláudio da Lusitânia, quem o cronista das Vidas dos Santos Padres Emeritenses descreve como “fruto do nobre gênero dos romanos”.¹⁰³ Não se trata, contudo, da mesma relação de identidade, mas de recurso simbólico de poder que, pela instrumentalização da tradição política, visa a enaltecer uma condição nobiliárquica privilegiada. Aquela relação primeira e originária da condição de romano, de pertença a uma comunidade política comum, serve, doravante, para reforçar uma segunda relação de identidade, a de pertencimento à *christiana nobilitas*.

Desse modo, a noção de identidade social, para o caso dos indivíduos pertencentes à nobreza, sobrepõe-se às demais, conferindo certa continuidade política às comunicações diplomáticas tardo-antigas. Essas identidades nobiliárquicas se haviam, contudo, transformado na forma – sua referência de vida cívica não estava mais associada à *romanitas*, mas à *christianitas*. Continuavam, porém, a assentar nas poderosas aristocracias locais, laicas e eclesiásticas, cujo cerne do poder encontrava-se concentrado sobretudo no âmbito local. Assim, no processo de etnogênese das monarquias romano-germânicas, notamos que a *nobilitas christiana*, herdeira dos signos das tradições políticas romana, ainda que dispersa em vários núcleos de poder, sobressai-se com relação aos projetos de unidade político-territorial encampados pelos soberanos tardo-antigos.

É notável que, do ponto de vista geográfico, as identidades locais eram muito mais fortes que as identidades monárquicas. Ao contrário do que ocorria no mundo romano, onde todos se apresentavam como pertencentes àquela comunidade política, verifica-se, no ocidente tardo-antigo, que o sentimento de identificação dos indivíduos ocorre de maneira mais forte com suas *ciuitates* do que com seus *regna*. Para esse processo, contribuiu decisivamente a disseminação do culto aos santos. Conforme Harrison, “the notion of qualitatively different space was constantly connected with the physical manifestation of saint power”.¹⁰⁴ Com efeito, as liturgias, procissões e celebrações organizadas em torno de um santo substituíam as antigas festas, jogos e cerimônias cívicas romanas como espaço de sociabilidade e

¹⁰³ *VSPE*. V, 10, 32.

¹⁰⁴ HARRISONS, D. **Invisible boundaries and places of power**: notions of liminality and centrality in the Early Middle Ages. p. 87. In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. op. cit.

identidade entre os habitantes.¹⁰⁵ Diversas evidências culturais e lingüísticas em textos tardo-antigos indicam que as igrejas e as cidades eram elementos centrais na construção da noção de limites e fronteiras à época. Igrejas, bispos, habitantes, regiões e moedas referiam-se, sobretudo, como pertencentes a uma cidade. É o caso, por exemplo, de São João Batista e os habitantes da cidade de Monza,¹⁰⁶ no reino Lombardo; e, no reino Visigodo, a relação de Santa Eulália com os habitantes de Mérida,¹⁰⁷ e de Acisclus com os de Córdoba.¹⁰⁸ São nesses núcleos locais de organização que para as aristocracias tardo-antigas, as identidades, a um só tempo, cristã e nobiliárquica, ou melhor, cristã porque nobiliárquica, se faziam mais presentes. Tinham na figura de um santo um elemento aglutinador da nova ordem cívica em âmbito local, que lhe conferia seu lugar no universo da cristandade, habilitando-os a integrar os laços de solidariedade, políticos, econômicos e sociais, dessa *nobilitas christiana*.

Portanto, verificamos que, nesse processo de reconstrução de identidades no mundo tardo-antigo, a tradição greco-romana, mediterrânica, sobressair-se-á, seja em sua forma cristianizada, seja em seus recursos políticos meramente imagéticos, justamente por apresentar-se a nobreza, laica e eclesiástica, como instituição mais forte que a própria monarquia. Desse modo, estou de acordo com a sugestão de Frighetto, de que

¹⁰⁵ Um exemplo posterior dessa relação de identidade é o apontado por JÖNSSON, C., HALL, M. **Communication: An essential aspect of diplomacy.** *International Studies Perspective*, 4(2), 194-209. 2003. "In the ninth century the city of Venice was squeezed between the Byzantine Empire in the east and the Carolingian advance in the north and west. One way of remaining independent was to have a local religious focus for the construction of a political identity. Such foci could be provided by relics of appropriate saints, and these relics were often used as diplomatic gifts."

¹⁰⁶ Paulo Diácono relata que, antes de iniciar uma campanha em 660, o Imperador bizantino Constante II teria sido informado por um eremita que os Lombardos eram invencíveis devido à proteção de São João. Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 6, No mesmo sentido, sugere que foi o controle da igreja de Monza por homens ímprobos que propiciou a invasão de Carlos Magno em 773. Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 5.

¹⁰⁷ Hidácio de Chaves relata que o rei Teodorico, que pensava saquear Mérida, aterrorizou-se com os prodígios da mártir e desistiu da idéia. Hidat. *Chron.* a. 456, 914. De fato, conforme o mesmo relato, alguns anos antes, Heremigário, rei suevo que saqueara a *Lusitania* e injuriara Santa Eulália, morreu afogado pelo "poder divino" no rio Guadiana. Hidat. *Chron.* a. 430, 439. Outra fonte que indica a *potentia* de Eulália é a *VSPE* IV, VI, 17 ao atribuir às graças de Santa Eulália o fato de ninguém se ferir quando ruiu parte do palácio episcopal na época do bispo Fidel.

¹⁰⁸ De acordo com Isidoro de Sevilha, após ter profanado a tumba de Santo Acisclus, o rei visigodo Ágila foi derrotado em campanha militar, perdendo seu filho, grande parte do exército e todo o seu tesouro. Isid. *Hisp. Hist. Goth.*, 45.

a proposta teórica e metodológica apresentada pelo conceito de *etnogênese*, amparada pela premissa de que as *gentes* bárbaras e suas congêneres romanas configurariam um grupo nobiliárquico unido à volta de elementos políticos e tradicionais comuns, encontrou sua maturação, no caso hispano-visigodo, a partir da conversão ao Cristianismo católico por parte das *gentes* de origem goda. Todavia, segundo nossa interpretação, a existência da *etnogênese* no seio das monarquias romano-bárbaras tardo-antigas acabou por contribuir ao fortalecimento da nobreza enquanto instituição, dotada de valores políticos e tradicionais próprios baseados, sobretudo, na força dos poderes regionais em detrimento da almejada idealização “unitária” à volta da figura do soberano. Tal atitude reforçava, indubitavelmente, o incremento dos laços entre os integrantes da *christiana nobilitas*, independentemente de sua origem ou pertença a uma *patria* ou *regnum*.¹⁰⁹

¹⁰⁹ FRIGHETTO, R. **Pro robore nostrorum regum et stabilitate gentis Gothorum**: algumas considerações sobre o conceito de *gentes* no reino hispano-visigodo de Toledo (século VII). II Seminario Internacional Instituciones, poderes, jurisdicciones, culturas y fronteras, Santiago, 2009.

1.2. A *patria*

A *patria* é um conceito relacionado ao território, aos limites territoriais onde determinado poder exerce uma hegemonia política. Isidoro de Sevilha, em seção de suas Etimologias dedicada à terra e às suas partes, assim o define: “*Patria* é desse modo chamada em virtude do que seja comum a todos que nela são nascidos.”¹¹⁰ Percebe-se, nessa definição, que a *patria* representa os referenciais espaciais de uma *gens*, que lhe habilita estabelecer uma relação de identidade para o local onde se nasceu e que se constitui, por conseguinte, o território de hegemonia política e cultural de uma unidade soberana. O grande desafio na Antigüidade Tardia, com a desestruturação política do Império Romano do Ocidente, era saber onde começava uma *patria* e onde terminava outra. De acordo com Virgílio, Júpiter teria dado reinos com limites aos povos, mas, aos romanos, teria conferido um império sem fim.¹¹¹ Essa passagem é paradigmática do imaginário político hegemônico na maior parte do período republicano e imperial romano. Tendo em vista suas constantes vitórias militares e a anexação de territórios à sua administração formal, Roma parecia não conhecer a idéia de limites para sua civilização, isto é, para sua *patria*. Essa mesma idéia da expansão ilimitada está presente em Ovídio: “Para outros povos, a terra pode ter sido dada com um limite fixado. Mas para a cidade de Roma, seu espaço é o mesmo que o do mundo”.¹¹²

Desse modo, a fronteira romana não é uma área de limites, mas de assimilação. Javier Arce aponta para um excerto da *Vita Sancti Severini*, redigida em 511, na Itália, por Eugippius, como um dos melhores indícios para compreender a associação entre fronteira como limite do alcance do fisco no Império Romano:

Por essa época, enquanto o Império romano ainda existia, os soldados encarregados da defesa das fronteiras em grande número de cidades eram pagos pelos fundos públicos; quando esse costume chegou a termo, os destacamentos desapareceram ao mesmo tempo em que as fronteiras.¹¹³

¹¹⁰ Isid. Hisp. *Etym.* XIV, 5, 19.

¹¹¹ Virgil. *Aen.* I, 279.

¹¹² Ovi. *Fasti*, II, 683.

¹¹³ ARCE, J. **Frontiers of the Late Roman Empire: Perceptions and realities.** In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers.** From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001. p. 12 A tradução é de minha autoria, a partir da versão latina de

O especialista espanhol concorda que o conceito de fronteiras, no sentido de linhas militares defensivas, não existia no mundo romano. Isso significaria limitar a expansão, a glória e, sobretudo, a arrecadação de tributos romana. É por isso, em parte, que não proliferaram iniciativas como a muralha de Adriano. Arce alude ao relato de um panegirista de Constantino que escrevera, sem nenhum embaraço, que suas fortificações “mais ornem que protegem”, para explicitar que a divina figura imperial era a melhor defesa.¹¹⁴

E, nessa expansão de Roma, isto é, da civilização, conforme a ideologia das elites romanas, diferenças étnicas pouco importavam. Conforme Whittaker, ocorreu uma “*gradual assimilation of border folk into a culture that was itself changing by adapting to pressures. So in the end it was unclear who were the barbarians and who were the Romans.*”¹¹⁵ É por essa razão que os políticos e ideólogos da época, sobretudo os eclesiásticos, empenharam seus maiores esforços para ensejar a construção de identidades monárquicas. De acordo com Goetz,

while the late-antiquity Christian view of Orosius, with its convictions that the Roman Empire was universal, in the last analysis, denied the existence (or at least the importance) of the frontiers (which might have been a reaction as well as a reflection of the increasing menaces of the Roman Empire by barbarian peoples), Merovingian chronicles, such as that of Gregory of Tours or the so-called Fredegar, while perhaps not reflecting frontiers as an immanent problem, reveal a changing understanding. They perceived and acknowledged the existence of frontiers between peoples, provinces and kingdoms.¹¹⁶

A definição do *populus* de um reino, é resultado, em grande medida, do processo de construção da *patria* e do *regnum*. Trata-se, em realidade, de três vertentes complementares do mesmo esforço político de construir-se uma unidade político-territorial. Desse modo, o entendimento do processo de definição de identidades na Antigüidade Tardia passa pela análise dos processos de definição

RÉGERAT, P. Eugippius. *Vita Sancti Severini. Sources Chrétiennes*. 364. Paris, 1991. Cap. XX, 1 ss. Eugippius chega inclusive a relatar detalhes da última expedição que foi recolher os tributos para pagar o soldo do destacamento.

¹¹⁴ Ibid.p. 07.

¹¹⁵ WHITTAKER, C. R. *Frontiers of the Roman Empire*. Londres; Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997. p. 132.

¹¹⁶ GOETZ, H. W. *Concepts of realm and frontiers from Late Antiquity to the Early Middle Ages: Some preliminary Remarks*. In: POHL, W.; WOOD, I.; REMITZ, H. op. cit. p. 82.

territorial e de construção de um aparato administrativo pelo qual o poder do soberano possa ser exercido.

Em relação ao território, à *patria*, é notável a dificuldade de se encontrar a concepção de fronteira linear, demarcando e separando claramente dois territórios. De fato, a idéia de limites políticos, étnicos, culturais, nitidamente traçados é uma concepção relativamente moderna.¹¹⁷ Conforme destacou POHL:

A kingdom was not simply a definite stretch of territory in the way in which modern nations are shown in uniform colours. It was perceived as a complex structure, a network of centres of power and lines of communication. Notionally, it was defined by its frontiers – *finis*, the plural of 'frontiers', was the most common word for 'territory'. There is clear evidence for a territorial notion of the *regnum* and the *patria* in the early Middle Ages. But in practice, it was regarded as a complex political landscape.¹¹⁸

Por conseguinte, talvez seja possível afirmar que, no que se refere aos limites de um poder político, o homem tardo-antigo operava, sobretudo, com a idéia de centros de influência. De fato, em relação às definições territoriais e até mesmo para a defesa dos reinos, muito mais importante que as grandes muralhas, rios ou cadeias de montanha limítrofes, eram as cidades e fortificações que guardavam acessos a estradas e caminhos e que garantiam (ou embaraçavam) a aplicação das determinações do monarca. Essa importância das cidades, dos centros de influência locais, não deixava, contudo, de reforçar expressivamente o sentimento de identidade local que sua elite possuía, conforme mencionei acima.

Ao sugerir que o homem tardo-antigo entendia os limites do poder régio sobretudo do ponto de vista de áreas de influência, não quero dizer que não existia a concepção de fronteira, mas sim que ela não era aplicada para definir uma unidade territorial, tal como ocorre atualmente. Nesse sentido, acredito ser significativo que,

¹¹⁷ Pohl, sugere que "in recent years frontiers, in a very general sense, have become one of the strategic concepts through which a changed view of late Antiquity could be expressed. It can be shown that modern experience shaped the perception of late antique and medieval early medieval frontiers to a considerable degree. Two basic 19th and 20th century problems were projected into the past. On the one hand, the efforts to redraw the map of Europe to establish clear national boundaries required a concept of total frontier as a political, linguistic, cultural and economic dividing line. On the other hand, imperialism put frontiers of empires on the agenda, especially in the case of colonial expansion." POHL, W. **Conclusion. The Transformation of frontiers.** In: POHL, W.; WOOD, I.; REMITZ, H. op. cit. p. 248.

¹¹⁸ POHL, W. **Frontiers and Ethnic Identities:** Some final considerations. In: CURTA, op. cit. p. 261.

no âmbito de suas Etimologias, Isidoro de Sevilha defina os termos *finis*, *lindes* e *limus* justamente no livro dedicado aos edifícios e campos.¹¹⁹ Essa escolha revela que a noção de uma linha fronteira bem-definida era muito mais relacionada à propriedade agrícola do que a reinos e nações. As fronteiras, os limites que o homem tardo-antigo estabelecia eram outros que não o político-territorial. Conforme sugere Pohl:

It seems that frontiers between people, between possessions, between men and women, between Christians and pagans, between clerics and laymen, between cloister and the outside world, between cities and the countryside, between culture and nature, between natural and supernatural mattered more to most people than where exactly the frontiers of kingdoms and empire were. [...] the world *terminus*, in Latin, can mean 'frontier', '(definite) territorial space', but also 'term' 'expression'. Thus, the question of frontiers leads to the problem in what ways social spaces and the boundaries between them, become significant, and therefore relevant to human action.¹²⁰

Desse modo, a fronteira tardo-antiga reflete a utilização de argumentos simbólicos de poder como a separação entre cristãos e pagãos, entre bem e mal, entre salvação e apocalipse, para delimitar entidades políticas. Sob um prisma ontológico, as fronteiras dos reinos e, no limite, sua própria soberania, justificam-se muito mais sob argumentos religiosos que políticos.

Territorial boundaries are only one specific case of social boundaries in which systems perpetuate themselves by a continuous process of inclusion and exclusion. [...] This, however, does not mean that early medieval societies were open and fluid and frontiers and communities only 'imagined'. Violent conflict and chauvinism haunted Late Antiquity and early Middle Ages no less than modern world. Borders and barriers did matter. But they are not an expression of clear, unproblematic categories and identities, but part of the effort to establish appropriate distinctions in a puzzling world.¹²¹

Nesse sentido, pode-se entender que as fronteiras políticas têm uma função mais importante na criação do que propriamente na separação das configurações

¹¹⁹ Isid. *Hisp. Etym.* XV, 14.

¹²⁰ POHL, W. **Conclusion. The Transformation of frontiers.** In: POHL, W.; WOOD, I.; REMITZ, H. *op. cit.* p. 260.

¹²¹ POHL, **Frontiers and Ethnic Identities...** *op. cit.* p. 265.

étnicas tardo-antigas. Trata-se de uma importante dimensão do ingente esforço político das elites romano-germânicas na tentativa de construir sólidas identidades monárquicas com o intuito de melhor exercer sua soberania sobre a complexa tessitura social herdada da antiga *pars occidentalis* do Império Romano. Será, sem dúvida alguma, hercúlea tarefa, pois, freqüentemente, a aristocracia local ou mesmo a nobreza de origem germânica assentada em determinadas *villae* terá mais poder que o próprio monarca em determinada região, atuando, algumas vezes como os verdadeiros soberanos em seus territórios.

1.3. O *regnum*

Conforme a definição de Isidoro de Sevilha, “‘reino’ deriva de rei, assim como os ‘reis’ são assim chamados de ‘reger’ [...] Não rege o que não corrige. Por conseguinte o nome de rei se possui obrando retamente; pecando, se perde”.¹²² Há, na definição isidoriana, não apenas o pressuposto de que o reino é uma entidade administrativa, como também um sentido político nessa administração. O conceito de Isidoro de *regnum* é, desse modo, a transposição do ideal da *res publica* para uma política teleológica cristã. Constitui a administração correta de um soberano sobre seu *populus* em sua *patria*. Trata-se, desse modo, de fator imprescindível no processo de criação de unidades políticas autônomas e soberanas.

Evidentemente que a administração dos soberanos tardo-antigos desdobrou-se, em larga medida, dos alicerces do aparato administrativo romano. Os novos soberanos do ocidente tardo-antigo europeu precisariam gerir a legislação, a justiça, a administração pública, o exército e o fisco de seus súditos. Se por um lado essas atribuições fortaleciam a instituição monárquica frente às poderosas nobrezas locais, por outro, considerando que a empreitada se apresentava complexa, os soberanos germânicos terão de recorrer à experiência administrativa da nobreza laica e, sobretudo, eclesiástica, acostumada às idiossincrasias da administração pública romana. É com esse espírito de garantir a governabilidade, “*para a utilidade do reino e saúde da pátria*”, que encontramos, por exemplo, os pontífices e próceres do reino franco reunidos, no final do reinado de Clotário, para deliberar sobre como resolver o impasse político gerado com o assassinio de um importante nobre ligado ao rei.¹²³

A atividade legislativa talvez tenha sido a dimensão mais importante das funções administrativas do rei no processo de construção do *regnum*. Com efeito, a legislação escrita, amparada no modelo imperial romano, funcionou como índice distintivo e formulador de identidades monárquicas. Por volta do final da quinta centúria e princípios da sexta, os monarcas tardo-antigos iniciam sua atividade legislativa. Isidoro de Sevilha assinala que teria sido Eurico, monarca que governou de 466 a 484, o primeiro rei visigodo a estabelecer por escrito leis que até então

¹²² Isid. Hisp. *Etym.* IX, 3, 1-4.

¹²³ Fredg. *Chron.* V, 55. Cumpre observar, porém, o caráter claramente filonobiliárquico da Crônica do Fredegário, que, em outra ocasião (V, 58), sugere que o êxito do reinado de Dagoberto se deve aos conselhos do bispo de Metz e de seu prefeito do palácio.

eram fundamentadas na tradição e no costume.¹²⁴ Mais ou menos coevas são a *Lex Burgundionum* e a *Lex Salica*,¹²⁵ o que indica a existência de uma tendência verificada em boa parte dos reinos tardo-antigos de estabelecer uma lei sobre um povo, ou, o que é o mesmo de submeter – e, logo, caracterizar – uma coletividade ao poder legislativo de um monarca. Assim, nota-se que os monarcas não legislavam apenas para sua próprias comunidades de origem, mas para a totalidade de habitantes que se encontravam nas regiões de seu domínio. Era necessário, para os romanos e para os novos migrantes, que o monarca suprisse e interpretasse as lacunas jurídicas da legislação que herdara do Império Romano. Nesse sentido, a eficácia de sua atividade legislativa confundia-se com a eficácia de sua legitimação. Se suas normativas eram respeitadas em determinada comunidade, isso significa que seu poder era reconhecido como legítimo, de modo que o soberano poderia afirmar que aquela comunidade estava integrada ao seu reino. Para conferir maior legitimidade à atividade legislativa, alguns monarcas associavam-na às atividades e recursos religiosos.

Entre esses recursos pode-se destacar a afirmação de que a atividade legislativa era delegada ao monarca por Deus, e a proclamação de códigos normativos por ocasião da celebração de concílios, como fê-lo Recesvinto no Concílio de Toledo VIII. Nesse aspecto, vale notar a definição de *populus* para Isidoro de Sevilha, que o define como “uma multidão humana associada *em conformidade com um direito em que todos estão de acordo* e com uma concórdia coletiva” (grifo meu).¹²⁶ Assim, a existência de normas jurídicas gerais transforma as *gentes* em *populi* dos reinos, definição que se desloca da caracterização étnica para uma de ordem cívica, de pertencimento a uma comunidade política.

¹²⁴ Isid. Hisp. *Hist. Goth.* 35. VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda**: un proceso de cambio. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. p. 70 indica que “a pesar de que Isidoro de Sevilha afirme que los visigodos continuaron rigiéndose por su tradicional derecho consuetudinario hasta que, en época de Eurico, comenzaron a disponer de leyes escritas, lo cierto es que la labor de Eurico al respecto no fue la primera iniciativa legislativa de los monarcas. Contamos con una serie de referencias documentales que constatan la existencia de leyes escritas con anterioridad a su reinado.”

¹²⁵ WORMALD, P. **The *leges barbarorum***: Law and ethnicity in the Post-Roman West. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003. p. 26.

¹²⁶ Isid. Hisp. *Etym.* IX, 4, 5.

Tanto o direito como as demais vertentes da consolidação do poder régio e, por conseguinte, do reino e de sua identidade, passaram por níveis de autonomia em relação ao legado romano. Num primeiro momento as elites dos novos reinos romano-germânicos engajavam-se na tentativa de construir suas unidades políticas à semelhança de Roma – a tática da *imitatio imperii*.¹²⁷ Com efeito, um longo período de convivência, pacífica ou não, sobretudo no campo militar, legou aos germanos os fundamentos da sociedade romana, sua cultura, sua economia e, principalmente, sua administração.¹²⁸ Essa aproximação com a cultura romana incluía também a linguagem. Não me refiro tão-somente ao uso do latim entre as elites dos reinos, mas também a toda gama de códigos e procedimentos utilizados pelos romanos. Para estabelecer relações com os romanos, as elites germânicas precisavam adentrar no universo da comunicação política, e, logo, cultural, romana. Desse modo, regras de protocolo, procedimentos, recursos e estilos de comunicação romanos foram, em certa medida, legados aos políticos germanos. Vale notar, ademais, que com a instalação das monarquias romano-germânicas em unidades políticas relativamente definidas, as antigas elites romanas locais passaram a compor expressiva parcela da administração pública das novas entidades políticas, aprofundando os padrões culturais romanos.

Nesse processo, o episcopado teve papel de fundamental importância, sobretudo na administração municipal. De fato, com o esfacelamento do edifício

¹²⁷ Entre os historiadores do mundo clássico e tardo-antigo, é corrente o uso das categorias analíticas “*imitatio*”, “*aemulatio*” e “*comparatio*”, emprestadas dos estudos da poética clássica. Analisando a influência do modelo de Alexandre Magno na tradição historiográfica romana, Elena Torregaray Pagola sugere uma delimitação de cada um desses termos, que me parece ser bastante apropriada para a corrente análise: “así la *imitatio* implicaría un deseo consciente por parte del imitador de plagiar los modos y actuaciones de Alejandro; la *aemulatio*, por su parte, consistiría en el deseo de alcanzar o incluso superar las obras de Alejandro pero sin imitarle necesariamente; y finalmente, la *comparatio*, respondería a la acción de terceras personas, fundamentalmente los autores de las Fuentes clásicas – y, en nuestra opinión, también de la historiografía moderna – quienes establecen comparaciones entre Alejandro y otros personajes históricos [...]”. TORREGARAY PAGOLA, E. La influencia del modelo de Alejandro Magno en la tradición escipiónica. *Gerión*, Madri, n. 21, p. 137-166, 2003, p. 140.

¹²⁸ CHRYSOS, E. **The Empire, the Gentes and the Regna**. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003. p.14. “The service in the Roman army introduced the individual or corporate members into the monetary system of the Empire since quite a substantial part of their salary was paid to them in cash. With money in their hands, the “guests” were by necessity exposed to the possibility of taking part in the economic system, of becoming accustomed to the rules of the wide market, of absorbing the messages of or reacting to the imperial propaganda passed to the citizens through the legends on the coins. In addition the goods offered in the markets influenced and transformed the newcomers’ food and aesthetic tastes and their cultural horizon.”

administrativo imperial, a projeção política dos bispos ganha ainda mais destaque. Com o poder público romano cada vez mais frágil e fossilizado, as aristocracias laica e eclesiástica ampliaram suas esferas de atuação. O poder militar passou a ser exercido por grandes *domini*, que constituíam poderosos séquitos armados. Ainda que bastante vinculados ao meio rural, de onde provinham suas rendas, tais indivíduos possuíam importante papel político nas cidades. Já os bispos, quase que por definição figuras urbanas, apresentavam-se como os verdadeiros representantes das populações citadinas, ingerindo cada vez mais nos destinos políticos das *ciuitates*.¹²⁹ Em ambos os casos, para além de uma identidade local, existe uma identidade social, isto é, de sua função na sociedade, seja como *dominus*, seja como de *episcopus*, compondo os dois mais altos estratos da aristocracia tardo-antiga. Essas identidades geográficas e sociais complementam-se na definição da imagem que o indivíduo possui de si e da sociedade na qual está imerso. Os poderosos *domini*, satisfeitos com o *status quo*, uma vez que seus poderes se ampliaram com a desestruturação do poder político romano, pouco fizeram para superar as identidades locais e forjar uma unidade política maior. Já o episcopado possuía interesse em construir reinos católicos que fossem o braço político da disseminação dos princípios do cristianismo e, logo, de seu próprio poder, já que se apresentam como os únicos interlocutores autorizados a mediar as relações deste mundo com o Além.¹³⁰

Cumprir notar que, dada a forte identidade urbana mencionada acima, foi necessário significativo esforço ideológico para se formular referências a uma unidade maior – o reino. Somente um veículo de legitimação tão poderoso como a religião poderia lograr tão hercúlea tarefa. Nesse projeto político, os centros religiosos, isto é, os grandes centros de agregação identitária geralmente localizados em centros urbanos significativos tinham papel fundamental. O domínio e

¹²⁹ SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 37, p. 67-84, 2002. Muitas vezes o episcopado possuía interesses em comum com a nobreza laica, a quem estava unido por laços ideológicos e de parentesco. Exemplo clássico de associação entre nobreza laica e eclesiástica é o da família de Frutuoso de Braga. Os membros de sua família, em meados do século VII, eram senhores de cargos administrativos, sedes episcopais, e até mesmo do trono real, com Sisenando. GARCIA MORENO, L. A. **Prosopografía del Reino Visigodo de Toledo**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1974. p. 347.

¹³⁰ Sobre o tema da consolidação do poderio do clero na Antiguidade Tardia, vide ZÉTOLA, B. M. **Pobreza, Caridade e Poder**. Antiguidade Tardia. Curitiba: Juruá, 2009.

capitalização política da devoção de toda uma comunidade por meio do controle e da associação a esses centros religiosos por parte de determinado grupo político era elemento estratégico cuja importância não poderia ser desconsiderada. A associação com a nobreza eclesiástica apresentava-se, pois, incontornável.

Quando esses reinos já se encontram num estágio avançado de construção de identidades monárquicas, nota-se que as iniciativas de *imitatio imperii* transformam-se em iniciativas de *aemulatio imperii*. Elaborados recursos materiais e imagísticos passam a ser utilizados para exaltar a supremacia de determinado reino não apenas em relação a seus congêneres, mas também em relação ao Império, a grande referência de poder no horizonte político tardo-antigo. Um dos mais eloqüentes exemplos nesse sentido é a argumentação a respeito da origem étnica dos francos, apresentada na Crônica do Fredegário, que sugere serem os francos descendentes diretos dos troianos,¹³¹ rivalizando, do ponto de vista ideológico, em pé de igualdade, com os romanos, cuja origem também remontaria, segundo a tradição, a figura de um troiano – Enéias, que teria escapado do cerco de Tróia pelos helênicos com a missão de fundar uma nova e virtuosa civilização. Fredegário situava os francos, nesse contexto, não mais como herdeiros ou continuadores do Império Romano, mas como senhores de um domínio cujas origens seriam tão ínclitas como as de Roma.

Para o caso do reino Hispano-Visigodo, o maior teórico dessas iniciativas políticas ideológicas de *aemulatio imperii* foi o bispo Isidoro de Sevilha.¹³² Ao denominar as forças do Império Romano do Oriente que estavam no litoral da Península Ibérica de bárbaros, por ocasião do Concílio de Sevilha II, por exemplo, Isidoro está invertendo a relação de civilização e barbárie que o mundo greco-romano elaborara.¹³³ Trata-se de um reino cristão ortodoxo sendo atacado por hordas de guerreiros cujo imperador era suspeito de heresia. Contudo, talvez sua

¹³¹ Fredg. *Chron.* III, 2.

¹³² Há, certamente, outras personagens que atuaram no mesmo sentido, como João de Bicláro, responsável pela redação de uma crônica no final da sexta centúria, em que utiliza recursos imagísticos para emular o poderio visigodo ao romano. Não apenas inclui, em sua datação, a referência dos monarcas visigodos junto a dos imperadores romanos, como também sugere que Recaredo seria o novo Constantino e compara o Concílio de Toledo III aos de Nicéia ou da Calcedônia. Iohan. Bicl. *Chron.* 80. É eloqüente a datação do ano 587, que designa Maurício como *princeps* e adjectiva o reinado de Recaredo: *anno V Mauricii principis Romanorum qui est Reccaredi Regis primus feliciter annus*.

¹³³ Vide nota 100 supra.

obra política mais completa seja sua *Historia Gothorum*. Trata-se de relato a respeito da trajetória dos visigodos repleto de elementos ideológicos destinados a enaltecer a supremacia desse povo em relação aos demais. Embora seja vasto o repertório ideológico de Isidoro, dois momentos dessa obra podem ser destacados, como indicativos de uma *aemulatio imperii* pelo reino Visigodo. O primeiro é quando Isidoro relata o saque de Roma em 410 por Alarico:

Por conseguinte, a Cidade, vitoriosa sobre todos os povos, sucumbiu, vencida pelas vitórias dos Godos, submetida e cativa, os serviu. Mas os Godos eram tão conspícuos por sua clemência que haviam feito votos que, se entrassem na cidade, não colocariam nenhum Romano encontrado nos locais de Cristo no meio da devastação da cidade. Com efeito, após este voto, quando eles saqueavam a cidade, todos os que fugiram para os refúgios dos santos foram separados da morte ou cativeiro. Mesmo aqueles que, fora das igrejas dos mártires, simplesmente clamaram pelos nomes de Cristo e dos santos, foram tratados pelos Godos com igual misericórdia.¹³⁴

O argumento de Isidoro assemelha-se ao de Agostinho, no sentido de que os Godos não são apresentados como bárbaros, mas como integrantes de uma mesma comunidade cristã dos romanos, posto que tenham empreendido guerras contra eles. As menções à clemência e à misericórdia dos godos para com os cristãos da cidade é outro traço nítido dessa proposição dos Godos como novo braço de disseminação do cristianismo. “Empreendemos guerra contra os romanos, não contra os apóstolos de Deus”, é a frase que Isidoro coloca na boca do rei Amalarico.¹³⁵ Com efeito, ao derrotar Roma, vencedora de todos os povos, e, ao mesmo tempo, respeitar e disseminar os princípios do cristianismo, os godos teriam logrado superar os feitos dos romanos na constituição de seu Reino na Península Ibérica. A formulação ideológica dessa *aemulatio imperii* fica ainda mais evidente na Lauda à *Hispania* com que Isidoro inicia sua *Historia Gothorum*.

[...] Por direito anteriormente a áurea Roma, cabeça das gentes, desejou-te e conquanto que aquele Rômulo poder, inicialmente vitorioso, o tenha esposado, agora é o mais florescente povo dos Godos que, em seu turno, após muitas vitórias ao redor do mundo, lhe apossou

¹³⁴ Isid. Hisp. Hist. Goth. XV.

¹³⁵ Isid. Hisp. Hist. Goth. XVI.

avidamente e lhe amou, fruindo-lhe até o momento em meio a emblemas reais e grande regozijo, segura na felicidade do império.¹³⁶

Trata-se, aqui, de demonstrar a consolidação do reino Visigodo, obtida graças às virtudes da *gens* dos godos, que migrando para a *Hispania*, soube tratar esse território e suas *gentes* locais com sua devida dignidade, habilitando o surgimento de um *populus visigothorum*. Da união do *populus visigothorum* com sua *patria*, isto é, o território da *Hispania*, decorre a possibilidade de constituir-se um novo poder político-administrativo, o *regnum gothorum*. Isidoro, contudo, vai mais além, e sugere ser esse novo poder um verdadeiro *imperium*, uma vez que os soberanos godos teriam sucedido os imperadores romanos como mandatários supremos da *Hispania*. E tal “império” logrado pelos visigodos era ainda mais esplendoroso que o romano, porque cristão, e, logo, voltado à disseminação do cristianismo sob a tutela da Igreja.

Talvez o único texto que se assemelhe à *Lauda da Hispania* de Isidoro de Sevilha, no sentido de propor uma inequívoca identidade político-territorial do reino Visigodo, é o “Lamento da *Hispania*”, expresso pelo autor da Crônica Mozárabe de 754. Esse texto representa não apenas um contraponto à “*Lauda à Hispania*” de Isidoro de Sevilha, mas também uma prova de que foi exitoso o processo de construção de uma identidade visigoda na Península Ibérica.¹³⁷

Para a infelicidade da *Hispania*, na antiga sede patricia de Córdoba, que sempre foi a mais opulenta das cidades adjacentes, e que fornecia ao reino dos Visigodos os melhores deleites, [os Sarracenos] estabeleceram seu reino selvagem. Quem poderia relatar tantos perigos? Quem enumeraria tão graves desastres? Mesmo se cada membro se transformasse em línguas, estaria além da capacidade humana expressar as ruína da *Hispania* e suas desgraças. Para além dos inumeráveis flagelos que este cruel e imundo mundo trouxe para suas incontáveis regiões e cidades desde o tempo de Adão – que são, historicamente, tudo o que permitiu a captura de Tróia, o que assolou Jerusalém, conforme predito pelos profetas, o que destruiu Babilônia, conforme as Escrituras, e o que, finalmente, aniquilou Roma, martirialmente agraciada com a nobreza dos mártires – tudo isso e mais *Hispania*, outrora tão prazenteira e agora tornada tão miserável, sofreu, para sua honra e desgraça.¹³⁸

¹³⁶ Isid. *Hisp. Hist. Goth.* Prol.

¹³⁷ GARCIA MORENO, **Etnia Goda** op. cit. p. 416 cita outros exemplos de indivíduo que, em pleno período de dominação árabe na Península Ibérica, orgulham-se de sua alegada gótica estirpe.

¹³⁸ *Chron.* 754. 36-37.

Por meio de relatos como esse, fica evidente que a unidade político-religiosa da Monarquia Hispano-Visigoda foi um relativo sucesso. A comparação aos grandes marcos civilizacionais, Tróia, Jerusalém, Roma, é indicativo de que a ideologia de Isidoro e seus seguidores surtiu efeito, no sentido de agrupar, na *Hispania*, diversas *gentes* sob uma mesma identidade. Nesse sentido, é interessante notar que Córdoba, cidade tradicionalmente rica, pujante e, logo, com fortes tendências autonômicas é apresentada, com certo rigor, como efetivamente integrada ao Reino Hispano-Visigodo, reino cuja perda nosso cronista lamenta em tom quase apocalíptico.

Não pretendo entrar no problema da legitimação do poder régio no reino Visigodo, assunto já bastante discutido pela historiografia.¹³⁹ A esse respeito, limito-me a endossar as palavras de Isabel Velázquez, que acredito resumirem apropriadamente a relação da legitimidade do poder monárquico com a construção da identidade visigoda:

That creation of a new *Hispania* (= *regnum Gothorum*), the secular motherland of the natives of the Iberian Peninsula, where a *gens* already made up of *gothi et hispani populi* live, under the single and centralized rule of powerful *rex* a *religious princes*, blessed by God and the Church, was a dream that Leander of Seville timidly dared to formulate at the 3rd Council of Toledo and his brother Isidore thought capable of being realized, joining their praises of Spain and her rulers. A dream that royal power tried to define and put within political boundaries in the Council regulations and in legislation, gradually abandoning the “ethnic discourse”, increasingly emptier of content, although at the same time formulating the genuine identity of the *gens* and the motherland through its ruling class.

¹³⁹ A obra clássica é a de VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. Podemos também destacar os manuais de *Hispania Visigoda*, como GARCIA MORENO, L. A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Catedra, 1989 e de OLRANDIS, J. **Historia de España: Época Visigoda**. Madrid: Gredos, 1987. que abordam a temática e os artigos de SILVA, L. R. op. cit., de SANZ SERRANO, R. La excomunión como sanción política en el reino visigodo de Toledo. **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, n. 3, p. 275-286, 1986, e de FRIGHETTO, Da Antigüidade Clássica à Idade Média: A Idéia da Humanitas na Antigüidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. Buenos Aires, 2004. Infidelidade e barbárie na *Hispania Visigoda*. **Gerión**. Madrid. v. 20. n. 1. 2002. Os usurpadores, “maus” soberanos e o conceito de tyrannia nas fontes hispano-visigodas do século VII: o exemplo de Chindasvinto. In: REUNIÃO DA SBPH, 19, 1999. **Atas da XIX Reunião da SBPH**. Curitiba, 1999, p. 135-140. p. 135-140. Religião e poder no reino Hispano-Visigodo de Toledo: A busca da unidade político-religiosa e a permanência das práticas pagãs no século VII. **Iberia**, Logroño, n. 2, 1999. Uma tentativa de unidade político-religiosa na *Hispania Visigoda* de finais do século VII: O reinado de Égica. **Fundación para la Historia de España**. Buenos Aires, n. 4, 2002.

Hispania was Chindaswinth's true political project and, most of all, Recceswinth's; both tried to issue laws for the new society of the period. A dream that could have become true had it not been for the tensions among nobles, the lust for independence of local aristocracies, the increasingly ambitious aspirations of very powerful figures with clienteles and "almost" their own subjects and the gradual weakness of a monarchy with its seat in Toledo. A dream eagerly pursued, with even more zeal as it grew increasingly impossible to fulfill, by the latter kings, from Wamba and Toledo's Church itself with Julian at its head.¹⁴⁰

Desse modo, se os exemplos supramencionados provam que monarquias romano-germânicas como as dos francos e dos visigodos estavam, a partir do final da quinta centúria, cômnicas de que suas instituições, seu território e seus súditos compunham uma unidade política autônoma e soberana, capaz de estabelecer relações diplomáticas em nível de igualdade com qualquer outra entidade soberana na Europa tardo-antiga; por outro lado o fenômeno de dispersão de núcleos de poder e de resistência ao poder central que as elites locais sempre demonstraram possuir, implicou a incapacidade de o poder monárquico centralizar suas funções públicas. Por conseguinte, a atividade diplomática, que é o cuidado da *res publica* em âmbito externo, diluiu-se em diversas instâncias, sobretudo entre o monarca, o alto clero e a nobreza laica, palatina ou local, conforme será analisado no quarto capítulo. Antes de analisar como cada uma dessas instituições tratava as relações diplomáticas, acredito ser elucidativa a análise do contexto político tardo-antigo, assim como da evolução das relações diplomáticas da Antigüidade Clássica, uma vez que se trata do marco operativo referencial em que as monarquias tardo-antigas pautaram sua política externa.

¹⁴⁰ VELÁZQUEZ, I. *Pro Patriae Gentisque Gothorum Satv.* p. 217. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. *Regna and Gentes.* The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003. Note-se que a autora utiliza os termos *gens* e *populus* com o sentido invertido ao da definição que proponho na primeira parte deste Capítulo.

Capítulo II

A PRÁTICA DIPLOMÁTICA NA ANTIGÜIDADE TARDIA: CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES

Et inde ius gentium, quia eo iure omnes fere gentes utuntur.

(Isid. Hisp. *Etym.* V, 6)

E chama-se *ius gentium*, pois esse direito é utilizado por quase todas as gentes.

(Isidoro de Sevilha. *Etimologias*)

Significativa parte dos marcos operativos da diplomacia e da política externa do período tardo-antigo forjou-se no período clássico, de modo que se faz necessário retroceder a esse período para um melhor entendimento da prática diplomática tardo-antiga. Seria despropositado e impossível traçar as raízes da diplomacia no mundo clássico, razão pela qual pretendo tão-somente evidenciar aqueles elementos de origem grega que, de alguma maneira, se desdobraram na prática diplomática tardo-antiga. Mais importante, sem dúvida, é a contribuição da diplomacia romana, que forneceu às jovens monarquias romano-germânicas o marco operativo de suas comunicações de política externa. Por meio da análise das transformações e rupturas da figura do emissário, de seus recursos de negociação, e das práticas protocolares envolvidas em seu ofício, já se aponta para a idéia de que a diplomacia constituía importante fonte de legitimação e de exercício de poder político no período.

2.1. A seleção e formação de emissários

2.1.1. A seleção e formação de emissários no mundo greco-romano

A rigorosa seleção dos emissários que eram enviados a outros centros de poder para estabelecer comunicações constitui característica marcante do mundo helênico. Não é fortuito que Hermes, o mensageiro divino, era o deus da linguagem e da diplomacia, e, evidentemente, da hermenêutica, isto é, da técnica de interpretação da linguagem, dos sinais, das comunicações, cujo domínio era virtude essencial para o emissário grego. Élio Aristides, em seu discurso “Contra Platão”, apresenta sua versão de como a raça humana recebeu o dom divino da retórica:

A raça caminhava assim para o seu fim e pouco a pouco desapareceria, quando Prometeu resolve dela se ocupar, e, sempre um pouco filantropo, parte em embaixada ao socorro dos homens sem que os homens o enviem, pois ainda não sabiam enviar um embaixador por sua própria conta. Zeus, excessivamente impressionado pela correção do que dizia Prometeu, não sem ter ele mesmo refletido sobre a matéria, ordena a um de seus filhos, Hermes, de se dirigir aos homens, levando-lhes a retórica. Era para todos sem exceção e outorgando a cada um que Prometeu, anteriormente, havia moldado os órgãos dos sentidos e os membros do corpo: desta vez, ele ordenou a Hermes de não efetuar uma distribuição como a dos lugares no teatro, tal que todos pudessem ter lado a lado sua parte de retórica, como ocorre com os olhos, as mãos e os pés, mas de escolher os melhores, os mais nobres, os de natureza mais robusta, e lhes conceder, em mãos, o dom, para que assim tivessem como salvar a si próprios e aos outros.

É provindo dos deuses que a retórica adveio aos homens: desde então, os homens puderam escapar à rudeza de suas vidas com as feras, e deixando de ser todos, por toda parte, inimigos uns dos outros, eles descobriram o princípio da comunidade.¹⁴¹

Além de saber ouvir e interpretar, o negociador grego também deveria saber expressar com rigor e propriedade as demandas e posições de sua cidade. Desse modo, era-lhe imprescindível o apurado domínio das qualidades de orador, elemento sobejamente valorizado no mundo clássico.¹⁴² Essas virtudes aparecem, por

¹⁴¹ *El. Arist. Plat.* 396 e ss. Tradução de Paulo Pinheiro, em CASSIN, B. **O Efeito Sofístico**. Sofística, filosofia, retórica, literatura. São Paulo: Editora 34, 2005.

¹⁴² Demost. *Orat.* 19, 339. “Again, when you observe eloquence, or vocal power, or any such merit, in a right-minded and patriotic speaker, by all means congratulate him and help him to exercise his gift,

exemplo, nos versos homéricos da *Ilíada*, em que Ulisses é apresentado, em algumas ocasiões, como modelo de emissário, fazendo uso de seus dons da oratória e da retórica. Talvez a passagem mais emblemática a esse respeito seja o canto IX da *Ilíada*, em que Ulisses é enviado a tratar com Aquiles.

Demóstenes, em seu famoso discurso “Da Embaixada Corrompida”, aponta outros cinco elementos que uma nação demanda ao bom emissário

By consideration among yourselves, gentlemen, you should form a true conception of what should be included in the vindication which the state requires of any ambassador. He is responsible then, in the first place, for the reports he has made; secondly, for the advice he has offered; thirdly, for his observance of your instructions; then there is the question of times and opportunities; and, to crown all, whether he has done his business corruptly or with integrity.¹⁴³

Os dois primeiros elementos estão intrinsecamente relacionados. Não resta dúvida que um emissário deve produzir relatos claros, objetivos e fidedignos e com relação às negociações que teve com sua contraparte. Porém, mais do que saber descrever, o emissário deve saber analisar a situação com que se defrontou, para que, a partir de suas percepções, possa sugerir às instâncias competentes as condutas políticas que lhe parecem ser as mais apropriadas.

A questão dos tempos e oportunidades está diretamente relacionada à técnica diplomática, isto é, saber capitalizar a seu favor uma série de elementos que transcendem o objeto de negociação. Assim, trata-se de uma virtude associada à sagacidade e à experiência, que permite ao emissário saber o momento exato de utilizar de maneira apropriada determinada técnica diplomática, como questões de cerimonial, negociação ou a própria argumentação.¹⁴⁴ Cumpre observar que Demóstenes fazia, com essa descrição normativa do emissário, uma crítica

for you all share in its advantages. But when you find such powers in the possession of a corrupt and evil-minded man, the slave of filthy lucre, discourage him, and listen to him with aversion and animosity; for if knavery enjoys in your eyes the reputation of ability, it becomes a peril to the commonwealth. ” A tradução é de VINCE, C. A.; VINCE, J. H. **Demosthenes with an English translation**. Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. 1926.

¹⁴³ Demost. *Orat.* 19, 4.

¹⁴⁴ Um exemplo interessante são as táticas procrastinadoras que Esparta utilizou contra Atenas na negociação de um acordo em 405, com o fito de intensificar a crise interna em Atenas, cujo porto estava bloqueado, para auferir melhores termos no acordo.

específica a Ésquines, cuja demora em concluir sua missão permitiu a Filipe da Macedônia avançar em territ[ório helênico.

Ainda de acordo com a definição de Demóstenes, fica evidente que, para os gregos, a observância às instruções por parte dos legados era elemento de essencial importância para o bom andamento das relações diplomáticas. O emissário, no mundo helênico, não possuía autonomia para negociar, devendo-se ater a execução das instruções que lhe foram transmitidas. Só poderia falar, conceder e demandar aquilo que lhes fosse expressamente autorizado pela assembléia.

De fato, na Antigüidade o respeito às instruções era algo extremamente difícil de ser controlado, podendo o emissário ser corrompido por favores da nação à qual foi enviado sem que a nação que o enviou suspeitasse dessa traição. Assim, esse princípio, assim como os demais, relacionam-se com a quinta e mais importante virtude diplomática conforme enunciado por Demóstentes – a incorruptibilidade. Nesse sentido, não deixa de ser uma laudação a si próprio o famoso discurso de Andócides de Atenas, “Pela paz com Esparta”:

Thus we delegates are making delegates of you all; every man of you who is about to raise his hand to vote is a delegate whose business is peace and war, no matter which he prefers. So bear in mind all that I have said, gentlemen: and vote for that alternative which will never cause you regrets.¹⁴⁵

Embora construa toda sua argumentação pela paz com Esparta, Andócides deixa implícito que, como delegado, sua função é a de cumprir quaisquer instruções que lhe sejam dadas, não deixando seu próprio juízo de valores interferir no processo de comunicação ou de negociação para qual foi enviado.¹⁴⁶ Essa preocupação com a observância de instruções e com a corrupção de enviados fica evidente também ao se analisar uma categoria muito particular de emissários, a dos *presbeis autokratores*, indivíduos enviados como chefes de delegação em situações

¹⁴⁵ Andoc. *Orat.* 3, 41. Tradução de MAIDMENT, K. J. **Minor Attic Orators in two volumes** 1, Antiphon Andocides. Cambridge/Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. 1968.

¹⁴⁶ Não obstante, pondera que, “as delegates, we must be guided not only by your written instructions, but by your character, gentlemen.”, referindo-se à Assembléia de cidadãos. *Orat.* 3, 35.

muito críticas, sobretudo relacionadas a termos de rendição.¹⁴⁷ Analisando diversas ocasiões em que *presbeis autokratores* foram enviados, Missiou-Ladi, conclui que estes

envoys did not have the power to negotiate but were compelled either to conclude a settlement on imposed terms if the members of the mission all agreed, or, if they did not, to bring back to their city the opponent's proposals, which did not include any provisions of mutual interest and obligation, but expressed only the will of the conqueror.¹⁴⁸

O interessante a destacar no excerto acima é a falta de liberdade de ação e negociação entre os emissários gregos, mesmo em uma situação crítica, como a de uma rendição incondicional, geralmente ocasionada por pressão militar que implica fome, devastação e mortes para a comunidade vencida. Ainda nesses casos em que se configurava a assinatura de uma rendição incondicional, os emissários gregos precisavam do aval do restante da delegação para poder assinar um acordo que lhes seria, invariavelmente, imposto.¹⁴⁹ Nesse sentido, a autonomia de um negociador grego era muito limitada. Possuía a autoridade moral da precedência, mas não dispunha de um verdadeiro poder decisório.

Dadas as diversas qualidades que se esperavam de um emissário grego – como a observância às instruções, a incorruptibilidade, o domínio da hermenêutica, da oratória e da retórica – sua seleção era feita, ordinariamente, por eleição.¹⁵⁰ No processo de eleição, aditava-se uma característica mais à figura do enviado: a

¹⁴⁷ De acordo com JONES. C. P. **Kinship Diplomacy in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1999. p. 20, Heródoto utiliza o termo *presbys*, derivado de uma raiz que denota “precedência”, e semanticamente próximo a *presbytes* – “ancião” – para designar o chefe de delegação, aquele que tem precedência sobre uma coletividade.

¹⁴⁸ MISSIOU-LADI, A. Coercive diplomacy in Greek interstate relations. **The Classical quarterly**, Cambridge, v. 37. n. 2, p. p. 336-345, 1987. p. 342.

¹⁴⁹ Cumpre observar que, nesses casos, ao menos não havia a necessidade de se consultar a Assembléia para se concluir o acordo. Veja-se os exemplos apontados por RUNG, E. War, peace and diplomacy in Graeco-Persian relations from the sixth to the fourth century b.C. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). *War and Peace in Ancient and Medieval History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 45. “Callias is described by Diodorus as the head of plenipotentiary ambassadors (*presbeis autokratores*; Diod.12.4.5), meaning that they were empowered to conclude the treaty without its further ratification by the Athenian Assembly. The envoys sent from Athens to the Persian court possessed some letters from Council instructing them for future negotiations (Andoc.3.35;Dem.19.277–9)”

¹⁵⁰ No caso de Atenas, “for reasons of expediency, formation of foreign policy and the selection of envoys to represent the city were often delegated by the assembly to the council. The envoy, “authorized by the council and the people”, executed the formal decrees of these bodies. Consequently, envoys were subject to public audit, and to punishment to failure to adhere faithfully to their briefs or for corruption”. Gillet, op. cit. p.12.

representatividade.¹⁵¹ O emissário precisava ser um interlocutor autorizado da nação que representava, o que implicava, necessariamente, possuir distintiva condição social e reconhecimento por parte da nação para onde seria enviado. Esta questão geralmente era resolvida pelo envio de cidadãos que possuíam vínculos de parentesco ou de comércio com o local para onde seriam enviados. Encontrar algum ilustre cidadão que fosse representativo de sua comunidade, e que quisesse participar de uma missão diplomática não era tarefa difícil. Como projeção externa dos negócios públicos, as legações eram consideradas atividades dignificantes, de modo que não faltavam cidadãos da elite candidatos às missões.¹⁵²

Vale ressaltar, por fim, que os gregos também possuíam uma autoridade responsável pela defesa dos interesses de seus cidadãos em outras unidades políticas, algo com certas características das atuais funções de um cônsul-honorário. Trata-se do *proxenos* (defensor de estrangeiros), que era um cidadão cujas relações com determinada nação tornavam-lhe um canal privilegiado para representar ali os interesses de seus concidadãos. Sua competência dizia respeito tão-somente aos interesses dos concidadãos, não podendo negociar questões relativas ao interesse da *polis*. Um dos exemplos mais conhecidos é o do ateniense Callias, cujos pai e avô também exerceram a dignidade de *proxenos*, e que representou os interesses de seus concidadãos na conferência de paz da Primeira Guerra entre os Gregos, em 371 a. C.¹⁵³

Algumas dessas características inerentes aos emissários gregos serão apropriadas e desenvolvidas pelos romanos. No mundo romano, “são chamados legados os que são escolhidos publicamente, cujo trabalho e conselho para o

¹⁵¹ Sobre o tema da representatividade dos emissários, vide DUMÉZIL, B. Les ambassadeurs occidentaux au VIe siècle: recrutement, usages et modes de distinction d'une élite de représentation à l'étranger. In: **Colloque International Theories et Pratiques des Elites du Haut Moyen Age**. Conception, perception et réalisation sociale. Hamburgo, 2009. p. 01. “En effet, le personnel diplomatique en déplacement à l'étranger se trouve dans la nécessité permanente de démontrer son statut, à la fois par des preuves écrites et par des pratiques sociales particulières auquel nul ne peut théoriquement contrevenir. En effet, l'ambassadeur n'est pas un Grand pour lui-même ; il a le devoir d'apparaître comme un Grand dans le but de représenter la majesté du roi ou du peuple qui l'envoie. Le personnel diplomatique constitue ainsi un cas d'école, puisqu'il s'agit d'une élite de circonstance.”

¹⁵² “A list of some 368 known politically active individuals from fourth-century BC Athens shows that the sixty-seven recorded *strategoí* rarely served as envoys; but almost a third of the remaining 300-odd rhetors did, fifteen of them undertaking three or more embassies. These proportions are an indication as much of the honour associated with embassies as of the frequent need for diplomatic interchange”. Gillet, op. cit. p. 15.

¹⁵³ Xenop. VI, 3, 4.

exterior use um magistrado, ou que sejam mensageiros do senado ou do povo”.¹⁵⁴ A breve definição de Varrão, uma das poucas conhecidas na Antigüidade para o termo “*legatus*”, não concede muitos detalhes a respeito das funções e prerrogativas do emissário no mundo romano. Além da evidente ocupação da dimensão externa dos assuntos da república, pode-se inferir do excerto que emissário, no mundo romano, não era cargo, mas função a que se encarregavam determinados homens públicos.¹⁵⁵ Disso decorre certa amplitude terminológica para denominar aqueles que tratavam dos assuntos exteriores da *res publica*: “*legatus*”, “*nuntius*” e “*missus*” eram os termos mais utilizados para definir essa função.¹⁵⁶ Segundo Isidoro de Sevilha, o “*nuntius* é o que anuncia e o que se anuncia”.¹⁵⁷ Trata-se, por conseguinte, de conceito que envolve habilidades de comunicação oral. De fato, os emissários, durante o período republicano, eram escolhidos publicamente pelo Senado, que distinguia tal honra aos homens públicos mais capazes, versados no *trivium* e no *quadrivium*.¹⁵⁸

Sidônio Apolinário, ao enaltecer e recomendar os serviços diplomáticos do questor Licinianus, traça uma descrição das virtudes desejáveis em um emissário romano, já no período baixo-imperial.¹⁵⁹ Sidônio o descreve como um modelo de julgamento, “digno do poder que representa”, de modo que não há nele artificialidade e falsidade nem na solenidade que confere peso a suas palavras. Por oposição, Sidônio também define os vícios do mau legado: a falta de assertividade de certos enviados, mascarada sob o pretexto da segurança dos negócios públicos; e, principalmente, a corrupção, verificada em certos emissários às cortes bárbaras, que vendem o segredo de seus mestres, trabalhando pelo seu próprio bem, em

¹⁵⁴ Var. *De ling. lat.* V, 16.

¹⁵⁵ Em âmbito judiciário, contudo, havia uma função que tangenciava topicamente alguns assuntos de que se ocupa a diplomacia atual, em especial os consulares. Trata-se dos *recuperatores*, juizes originariamente estabelecidos para dirimir controvérsias entre cidadãos romanos e estrangeiros, em assuntos relacionados sobretudo aos direitos de propriedade que precisavam de rápida providência. Gradualmente, suas funções estenderam-se para outras áreas de jurisdição que envolviam litígio entre cidadãos romanos e estrangeiros. Um bom exemplo de suas funções é descrito por Lívio em *Urb. Cond.* XLIII, 2., na época em que os habitantes da *Hispania* ainda não haviam recebido cidadania romana.

¹⁵⁶ Deve-se ressaltar que o termo “*baiulus*”, encontrado em algumas fontes (e.g. *Ep. Visig.* XII, 2), não possui a acepção de emissário, mas tão-somente de mensageiro, isto é, de alguém que envia uma comunicação, geralmente escrita, mas que não possui competências para negociar.

¹⁵⁷ Isid. *Hisp. Etym.* X, 189.

¹⁵⁸ Cic. *Vatin.* 15.

¹⁵⁹ Sid. *Ap. Ep.* III, 7.

detrimento do da legação.¹⁶⁰ Não faltam, ademais, referências romanas de que bons emissários possuíam aguçados os dons da retórica e da dialética, utilizados nos processos de negociação.¹⁶¹ Desse modo, eram requisitadas ao emissário romano, em linhas gerais, as mesmas qualidades do emissário grego: incorruptibilidade, representatividade, apurado domínio da oratória e retórica e senso de oportunidade. O que conferia sua peculiaridade era sua identidade coletiva, caracterizada pelo temperamento ardente.

Essa aproximação de definição do emissário romano, contudo, não pode ser generalizada para todos os períodos. Varrão e Lívio sugerem que as primeiras relações diplomáticas dos romanos com outros povos não ficaram a cargo de homens públicos, mas do colégio de sacerdotes que compunha as *feciais*.¹⁶² Esses “guardiões da fé pública entre os povos”, como os definiu Varrão, tinham a incumbência de solicitar reparações a povos estrangeiros, determinar as circunstâncias sob as quais hostilidades poderiam ser iniciadas, realizar os ritos sagrados para declaração de guerra e celebrar tratados de paz.¹⁶³ Embora não se saiba com precisão quantos eram os sacerdotes que compunham o referido Colégio, estima-se que era composto por cerca de vinte indivíduos.

Dionísio de Halicarnasso informa que eram homens escolhidos das melhores famílias e que seu ofício era vitalício.¹⁶⁴ Quando havia necessidade de se os enviar a alguma missão, a comitiva geralmente era composta por quatro indivíduos, dos quais o *pater patratus populi Romani* era o mais importante. Este era o chefe da missão, responsável por fazer os juramentos de boa-fé a Júpiter e por celebrar os tratados com os outros povos.¹⁶⁵ O *pater patratus* portava consigo os instrumentos ritualísticos, como a verbena, símbolo de pureza que lhe facultava, muitas vezes a denominação de *verbenarius*. Cumpre notar que o Colégio de Feciais era instituição

¹⁶⁰ Em descrição laudatória do caráter do Imperador Avito, Sidônio o compara a C. Fabricius Luscinus, quem recusou pomposos presentes do rei Pirro em 28 a. C., tornando-se o modelo romano de incorruptibilidade. Sid. Ap. *Carm.* VII, 225.

¹⁶¹ Por exemplo, em Amm. Marc. *Hist.* XVII, 5, 15, que descreve Eustatius, filósofo enviado à Pérsia em 358, como “*opifex suadendi*” – um artífice da persuasão. Relatos similares encontram-se em Prisc. *Frag.* II, 19; e Procop. *Bell.* II, 24.

¹⁶² Liv. *Urb. Cond.* XXXVI, 3.

¹⁶³ Varr. *De Ling. Lat.* V, 15. Também Cícero, para quem os feciais compunham elemento essencial em seu modelo de governo: Cic. *De legibus* 2, 21.

¹⁶⁴ Dion. II, 72.

¹⁶⁵ Descrições detalhadas dos rituais do *pater patratus* podem se encontradas em Liv. *Urb. Cond.* I, 32 e em Dion. II, 72.

romana, de modo que Dionísio se sente obrigado a relatar suas funções “uma vez que o colégio de feciais não é corrente entre os gregos”,¹⁶⁶ atribuindo sua constituição ao reinado de Numa.

Lívio relata que não se podia assinar tratado sem os feciais: “Os cônsules saíram para conferenciar com os *Pontus*. Com a vitória demandando um tratado, eles lhes disseram que não seria possível celebrar um tratado sem o mandato do povo e com a ausência dos feciais, como era de costume”.¹⁶⁷ Não obstante, as cerimônias levadas a cabo pelos feciais caíram em desuso a partir do século II a. C., retendo função tão-somente protocolar na conclusão de tratados.¹⁶⁸ Segundo um analista,

Roman territorial expansion and the growth in the importance of the Senate caused adaptations to, or made obsolete, some of their activities, particularly their role in declaration of war, but much was done to preserve their functions and the efficacy of their ritual in making and in maintaining the terms of treaties.¹⁶⁹

Era indício de que a esfera cívica sobrepujara a religiosa, e de que o mundo da política desenvolvia suas próprias normas. Mais um indicativo nesse sentido foi a publicação da *Lex Gabinia*, que decretava que de primeiro de fevereiro a primeiro de março, o senado deveria dar audiências diárias aos emissários estrangeiros. Com efeito, o desenvolvimento do conceito de cidadania impelia a elite romana a encarregar-se dos mais diversos afazeres da administração pública. Nesse sentido, a condução dos negócios públicos em sua vertente exterior deveria caber a cidadãos e, preferencialmente, aos mais notáveis de Roma.

Desse modo, é significativo notar que a legislação romana a respeito das legações e dos enviados dedica-se, em grande medida, a estabelecer requisitos para os indivíduos que desejam tomar parte numa missão. Além de apresentar leis que concedem privilégios e imunidades aos enviados, e de sanções para os legados que desertam ou degeneram sua missão, o livro L, 7 da *Digesta* de Justiniano

¹⁶⁶ Dion. II, 72.

¹⁶⁷ Liv. *Urb. Cond.* IX, 5.

¹⁶⁸ GILLET, op. cit. p. 17.

¹⁶⁹ BROUGHTON, T. R. S. *Mistreatment of Foreign Legates and the Fecial Priests: Three Roman Cases*. **Phoenix**, Toronto, v. 41, n. 1, p. 50-62, 1987.p. 62. Cumpre notar, ademais, que durante a dinastia Júlio-Claudiana, os feciais voltaram a ter certa projeção política, tendo em conta os laços dessa casa com o sacerdócio, sendo o próprio Otávio um fecial.

apresenta uma série de impeditivos para aqueles que querem se engajar em legações. Não deveriam ser enviados, por exemplo, cidadãos em débito com a República, os que possuíssem interesses particulares ou os que fossem acusados publicamente.¹⁷⁰

Algumas leis sobre o envio de legações também regulavam a relação paternal nas legações. Proibia-se que os legados enviassem outras pessoas, a não ser seus filhos, como seus representantes, e impedia-se que os privilégios concedidos ao pai pelo desempenho de uma legação fossem transmitidos aos filhos.¹⁷¹ Em verdade, pelo prestígio que conferiam aos seus encarregados, as missões diplomáticas parecem ter sido particularmente cobiçadas pelos filhos da elite romana, isto é, jovens ávidos por traçar um auspicioso *cursus honorum*.

Também facilitava o engajamento nas missões diplomáticas, por parte de jovens políticos que ainda não possuíam patrimônio sólido, o fato de que geralmente seus gastos durante uma missão eram custeados pela República e as autoridades provinciais deveriam supri-lo, nas províncias, no que fosse necessário. Os emissários contavam, ademais, com a *tuitio* pública – proteção estatal para defendê-los de uma acusação pública em sua ausência. Trata-se de expediente que parece ter sido extremamente necessário para a defesa de seus interesses contra políticos opositores, ao ponto de verificarmos sua permanência ainda no século sexto, quando Teodorico nomeia o *patricius* Rufius Postumius Festus, na competência de *caput senatus* como protetor dos interesses do *patricius* Agnellus, na ausência deste, que servia em missão diplomática ao norte de África.¹⁷²

Lívio e Cícero relatam que, se morresse durante sua missão, o *legatus* teria sua memória honrada pela República com um sepulcro público e uma estátua em Rostra, o que, embora não fosse algo desejável, era alguma garantia, ainda que póstuma, do *honor*, virtude tão desejada pela elite romana.¹⁷³ Desse modo, muitos jovens de famílias aristocráticas afluíam ao serviço diplomático romano. César, em seus comentários sobre a Guerra Civil, enaltece seus jovens emissários afirmando que “eram jovens muito distintos, filhos de senadores e de eqüestres, eram enviados

¹⁷⁰ Respectivamente, *Dig.* L, 7, 5; L, 7, 9, 2; e L, 7, 5, 3.

¹⁷¹ Respectivamente, *Dig.* L, 7, 5, 4; e L, 7, 7.

¹⁷² Cassiod. *Var.* I, 15.

¹⁷³ Liv. *Urb. Cond.* IV, 17. Cic. *Philip.* IX, 2.

das cidades, eram legados de César”.¹⁷⁴ De fato, engajar-se numa legação tornou-se alternativa interessante sobretudo no período imperial, em que as magistraturas começavam a perder sua importância frente à centralização de poder, e em que o Senado cedia lugar ao Exército como principal palco das disputas pelo poder. Eram, por conseguinte, objeto de acaloradas disputas por parte de indivíduos que lhe queriam afeirar *popularitas*, virtude que Sidônio Apolinário associa aos que se encarregam de missões diplomáticas:

Muitos freqüentemente agem por causa da execrável popularidade, pegam os principais cidadãos pelas mãos, separam-nos de uma reunião para conversas particulares e os infligem abraços, prometendo-lhes seus ofícios, sem que lhes tivessem sido requisitados. De modo que possam ser nominados emissários públicos, são vistos recusar os auxílios, insistindo em custearem-se às suas próprias expensas; e rogam separadamente a cada membro, para que possam ser publicamente aclamados por consenso. Decorre que embora possa ser admitido com bons olhos o serviço gratuito, também é considerado favorável o de pessoas recatadas, ainda que com despesas; a impudícia que se tem nomeando-se para o cargo é muito grande, ainda que não traga ônus tributário para sua cidade.¹⁷⁵

De fato, não deveriam faltar candidatos para exercer a função de emissários, sobretudo entre os jovens políticos romanos. Essa pode ter sido uma das causas que levaram à publicação de uma lei limitando a três o número de emissários provinciais.¹⁷⁶ Tratava-se, muito provavelmente, de uma tentativa de racionalizar as audiências, tornando-as menos custosas e mais objetivas. De todo modo, havia aqueles que defendiam o serviço diplomático como uma opção auspiciosa para a carreira pública de um cidadão romano, como é o caso de Plutarco:

Mais maintenant que les citez de la Grece sont reduites à tels terms, qu'elles n'ont plus d'armees à conduire, ny d'alliance à prattiquer, ny de tyrannies à ruiner, quelle noble et illustre entree voulez vous que face un jeune homme en l'entremise du gouvernement? Il reste encore les causes publiques à plaider, les ambassades devers l'Empereur à negocier, où il

¹⁷⁴ Iul. Caes. *Bel. Ciu.* I, 51, 3.

¹⁷⁵ Sid. Ap.. *Ep.* V, 20.

¹⁷⁶ *C. Th.* XII, 12, 7.

est ordinairement besoing d'un personnage ardent à l'action, qui ait coeur et entendement pour en venir à chef .¹⁷⁷

Cumprer notar que Plutarco aponta, entre as virtudes demandadas aos jovens emissários romanos, um elemento que era irrelevante na seleção dos emissários gregos – o temperamento ardente. Com efeito, para além do intelecto, Plutarco julgava necessário que os jovens romanos encarregados do serviço diplomático deveriam possuir temperamento ardente e coragem, características típicas do “homem romano”, tal como definido no capítulo anterior. Com efeito, se o emissário romano representa seu povo, deve demonstrar possuir as características por que se identificam coletivamente seus concidadãos.

2.1.2. A seleção e formação dos emissários na Antigüidade Tardia

Na Antigüidade Tardia a condução das relações diplomáticas continuava a ser uma função política acessória aos cargos de determinados indivíduos próximos ao círculo de confiança de um soberano. Cabia ao rei, por conseguinte, definir o nível, a função social e o número de seus representantes.¹⁷⁸ No ocidente tardo-antigo, serão sempre personagens de alta representatividade, do nível de *virii illustres* para cima. Desse modo, nobres que compunham a antiga aristocracia romana, membros do *consilium* régio e da alta hierarquia eclesiástica eram designados *ad hoc* para determinadas missões. Os termos utilizados nas fontes sofreram poucas alterações. “*Legatus*” continuará a ser o mais recorrente, assim como sua forma derivada “*legatarius*”.¹⁷⁹ “*Nuntius*” também constitui um uso importante, às vezes intercambiável como “*legatus*”, isto é, um emissário negociador, outras vezes como mero mensageiro.¹⁸⁰ Por fim, aparecerá um novo nome para descrever certos

¹⁷⁷ Plut. *Moral.* XXXI, 166. Tradução de AMIOT, J. **Les Oeuvres Morales de Plutarque**. Paris, 1587.

¹⁷⁸ De acordo com DUMEZIL, op. cit. p. 03 “On pourrait en conclure que, dans la mesure où les ambassadeurs représentent le roi (au sens littéral, c'est-à-dire le rendent présent), leur nombre, leur qualité et leur fonction sont les seuls éléments déterminants. Le corps diplomatique constitue en effet une élite de notabilité, dont la sélection correspond à des codes partagés par le destinataire et leur récepteur.”

¹⁷⁹ Para *legatarius* vide *Ep. Austr.* 19 e 48. . *Fredeg. Chron.* II, 58; IV, 31, 45, 51, 71, 73. Gillet, op. cit. p. 266 acredita ter sido uma influência da chancelaria imperial.

¹⁸⁰ *Legatus* e *nuntius* como intercambiáveis: *Greg. Tur. Hist. Franc.* V, 4; VI, 19; VIII, 18; e IX, 13. *Fredeg. Chron.* II, 58; IV, 31, 45, 51, 71, 73. *Nuntius* como mero mensageiro: *Greg. Tur. Hist. Franc.*

emissários, “*apocrisiarius*”, utilizado sobretudo em referência aos enviados pelos papas para residir por um longo período na corte de Constantinopla e informar-lhes a respeito das tendências políticas imperiais.¹⁸¹

Dos emissários do período tardo-antigo esperava-se quase todas as mesmas virtudes dos do período romano. Cassiodoro, em epístola a Agapito, selecionado para uma missão no Oriente, afirma ser este a pessoa certa para essa missão, por ser um indivíduo ilustre, sábio, prudente, capaz de se expressar perante uma assembléia sutil e douta, e de não se deixar vencer por pessoas mais eruditas ou engenhosas. E acrescenta, com respeito à importância da retórica, que é se trata de uma grande arte (*magna ars*).¹⁸² Ao que concorda Gregório de Tours, descrevendo Secundinus, emissário que executou diversas missões para Teudeberto, como alguém “educado e embebido pela literatura da retórica”.¹⁸³ Outro exemplo eloqüente a respeito do desenvolvimento da sagacidade da linguagem diplomática na Antigüidade Tardia é o caso de Opila, emissário visigodo enviado por Leovigildo a Chilperico I da Nêustria. Em sua passagem por Tours, Opila teve uma altercação com Gregório de Tours, a respeito de questões dogmáticas. Em certo momento, ao ser indagado por Gregório se era católico, Opila respondeu, de maneira propositadamente ambígua, que cria no que criam os católicos. A resposta sibilina leva em consideração que o arianismo e o catolicismo ortodoxo divergiam em pouquíssimos pontos dogmáticos no bojo de uma vasta base de credo comum. Essa ambigüidade construtiva permitiu, no entanto, que o diálogo entre Opila e Gregório não escalasse para um rompimento, como poderia ter ocorrido no caso de uma resposta menos elaborada.

Cumprir observar, porém, que o domínio da retórica relaciona-se muito mais com o conteúdo da argumentação do que com sua forma. Discursos floreados e pomposos que pouco pudessem acrescentar às negociações eram reconhecidos como má diplomacia e criticados, como “discursos juvenis, que não introduzem nada

VI, 31; VII, 24; IX, 18. Isid. *Hisp Etym* X, 189, define o *nuntius* como “o que anuncia”, numa perspectiva mais próxima do emissário, portanto, do que do negociador.

¹⁸¹ O termo está registrado, por exemplo, em carta que o rei franco Childeberto escreve “ad Honoratum Apochrisiarium”. (*Ep. Austr* 32). Sobre a origem do termo, GILLET, op. cit. p. 266., afirma que “*Apocrisiarius* (or *responalis*) was a generic term for messenger, including agents dispatched by senior magistrates to the imperial court, and by the patriarchs to each other as well as to the court, to convey and bring back communiqués.”

¹⁸² Cassiod. *Var. Epist.* II, 6.

¹⁸³ Greg. Tur. *Hist. Franc.* III, 33.

de útil”, conforme queixa do Imperador Maurício em epístola ao rei Childeberto II.¹⁸⁴ Havia casos, ademais, em que o próprio conteúdo do discurso era contraproducente, demonstrando a fragilidade da formação do emissário, como na leviana atuação do franco Sicarius junto ao rei dos esclavones, que lhe valeu a descrição de *stultus legatus* pelo Fredegário.¹⁸⁵

A questão da experiência também continuava a ser algo importante na seleção e formação dos emissários das monarquias romano-germânicas que sucederam ao Império Romano do Ocidente. Há numerosos registros de emissários que se encarregavam de mais de uma missão.¹⁸⁶ Esse corriqueiro expediente talvez fosse a maneira mais eficaz de formar um emissário na Antigüidade Tardia. Ainda que o domínio da retórica e da argumentação fossem atributos importantes, a experiência de uma negociação, ao forçar o emissário a colocar em prática esses atributos, aprimorava suas habilidades em situações concretas, que poderiam ser replicadas em circunstâncias similares. Era importante, por conseguinte, aos soberanos, propiciar aos seus emissários esse tipo de treinamento, para que pudessem contar com subordinados que dominassem, ademais da teoria, a técnica diplomática.

Talvez o fito de dar treinamento a emissários mais jovens é que tenha desencadeado a prática freqüentemente verificada do envio de três emissários.¹⁸⁷ Evidentemente que um desses emissários haveria de ter preponderância sobre os outros, funcionando com uma espécie de chefe de delegação.¹⁸⁸ Outro indício de que os emissários não eram enviados sós é a sistematização proposta por Cassiodoro em suas *Variae*, que por meio da recorrente fórmula *ille et ille*, indica a ordinariedade do despacho de uma dupla de enviados.¹⁸⁹

Ademais dos emissários, a legação contava com funcionários de apoio, mais ou menos numerosos de acordo com o caso. É o que se pode inferir, por exemplo,

¹⁸⁴ *Ep. Austr.* 42.

¹⁸⁵ Fredeg. *Chron.* V, 68.

¹⁸⁶ Vide, por exemplo, no reino Franco, o caso de Warmário e Firminus, enviados tanto para o Império como para a Burgúndia, cf. Greg. *Tur Hist. Franc.* IV 30, e IV, 40.

¹⁸⁷ Prisc. *Frag.* II, 1. II, 2.; Greg. *Tur. Hist. Franc.* IV, 40; VI, 18; VII, 30, 32; IX, 20; X, 2; Fredeg. *Chron.* V, 30.

¹⁸⁸ Vide o exemplo de Greg. *Tur Hist. Franc.* VIII, 44, em que aponta que na missão enviada pela rainha merovíngia Fredegunda ao rei Gontrão, “Baddo senior habebatur”; e em outra ocasião (VI, 31), em que aponta que, em dada legação, o bispo de Reims era “*inter quos primus*”.

¹⁸⁹ Cassiod. *Var.* I, 4, 11; V, 1, 2, 44; VIII, 1.

de relato de Gregório de Tours em que o bispo registra que, no naufrágio de uma embarcação que trazia uma legação de Constantinopla a Tours, afogaram-se muitos serviçais.¹⁹⁰ Do mesmo modo, Constantius, ao fazer uma apologia ao pequeno número de integrante de uma legação liderada por São Germano, atestando, desse modo, sua humildade, sugere, por conseguinte, que a existência de um grande *entourage* era algo corriqueiro.¹⁹¹ Outro indicativo no mesmo sentido provém das queixas dos presbíteros das paróquias da Galícia visigoda, registradas nas atas do Concílio de Toledo VII, a respeito dos custos que lhes proporcionavam as visitas de bispos com grandes séquitos. Os bispos limitarão, por conseguinte, a cinquenta o número da comitiva e a um dia por basílica o período de visitação.¹⁹²

Os monarcas romano-germânicos poderiam, em casos excepcionais, selecionar um tipo muito particular de emissários: seus próprios herdeiros. Esse expediente ocorria em momentos emblemáticos da política externa do reino, como a legitimação da associação de um herdeiro ao trono ou a negociação de um matrimônio entre duas casas reais. Sabe-se, a esse respeito, que o rei burgúndio Gundobado empregou seu filho Sigismundo “no ofício da legação” ao Imperador Anastasius, com o fito de reconhecê-lo como sucessor legítimo.¹⁹³

Um tipo de emissário muito distinguido era o bispo de Roma. Até o século V, quando a autoridade papal ainda não se havia afirmado em definitivo, era comum encontrar-se papas como emissários nas monarquias romano-germânicas, em particular na dos ostrogodos e dos lombardos, e do Império. Durante o reinado de Teodorico na Itália Ostrogoda, por exemplo, o papa Agapito foi enviado pelo monarca a Constantinopla com o fito de tratar questões de política interna do reino Ostrogodo.¹⁹⁴

Tanto para papas e outras autoridades eclesiásticas, bem como próceres da antiga aristocracia romana e da nobreza de armas germânica, a participação em legações diplomáticas representava oportunidade atraente para atuar no mundo da política. Embora já proviessem de uma elite cultural e econômica, esses indivíduos encontravam no serviço diplomático um meio de aumentar seu prestígio entre seus

¹⁹⁰ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 2.

¹⁹¹ Constant. *Vit. Germ.* 19, 20, 30.

¹⁹² *Conc. Tol.* VII. c. 4.

¹⁹³ Avit Vien. *Ep.* 9 e 78.

¹⁹⁴ Cassiod. *Var.* XII, 20.

pares, pois estavam na linha de frente do processo de negociação política entre autoridades soberanas. Sua atribuição por excelência era tratar da vertente externa da *res publica*. Ser um emissário na Antigüidade tardia representava, antes de tudo, ser uma influente personalidade política.

2.2. Privilégios e imunidades diplomáticas

2.2.1. Privilégios e imunidades diplomáticas no mundo greco-romano

Os gregos dispensavam especial atenção no sentido de evitar a ocorrência de situações que pudessem corromper ou degenerar uma missão diplomática. Assim, seus emissários não contavam com o apoio de acomodação, transporte ou provisões por parte das cidades para onde eram enviados, sob o risco de considerar-se que isso lhes poderia deturpar a missão. Contavam, como quaisquer outros viajantes, com as tradicionais cortesias de hospitalidade, mas garantidas sobretudo por indivíduos, e não pelo poder público.

O caráter sagrado das relações diplomáticas é outro elemento marcante na política externa helênica. Por conseguinte, os emissários gregos sempre rogavam a proteção dos deuses e cumpriam ritos religiosos nas cidades acreditadas e acreditantes. Claro está que, nesse contexto, as gentes que partilhavam, ao menos em parte, os referenciais sagrados dos gregos possuíam maior facilidade em suas relações com estes. Conforme aponta um especialista, “we shall see that the web of Greek diplomacy really was centered on Greek gods and heroes, and that claims of kinship with Semitic peoples are unusual, while claims of kinship with African peoples, including the Egyptians, are virtually nonexistent”.¹⁹⁵

De fato, um aspecto importante da prática diplomática grega é a noção de parentesco, isto é, do pertencimento a uma mesma tradição política, estudada por Christopher P. Jones em “Kinship Diplomacy in the Ancient World”.¹⁹⁶ Conforme sugerido pelo historiador, as relações diplomáticas no mundo grego e, em certa medida, também no mundo romano, eram balizadas pela idéia de parentesco, relacionada, sobretudo, à questão dos mitos. O tema do parentesco e do compartilhamento de mitos trata-se, em meu entendimento, de uma das mais importantes facetas do processo de constituição de identidade e alteridade no mundo grego. Tendo em vista as considerações de Aristóteles de que a casa (*oikos*)

¹⁹⁵ JONES, op. cit. p. 03

¹⁹⁶ JONES, op. cit.

é o elemento essencial e original da constituição da *polis*,¹⁹⁷ é natural que essas relações sociais familiares fossem replicadas também no âmbito da política externa.

Cumprir observar que o reconhecimento de que determinado povo partilhava de suas origens históricas e mitológicas não implicava um tratamento político simétrico, mas tão-somente a garantia de utilização de uma mesma linguagem diplomática nas relações com aquele povo. Com efeito, paralelamente a um reconhecimento horizontal de determinado povo como pertencente a um mesmo universo político, legitimado por um mito ou fato histórico constituinte desse povo e reconhecido como tal pela tradição grega, havia também um reconhecimento vertical, que definia o lugar dessa nação no âmbito da história helênica, e que era especialmente dependente dos recursos de poder desse povo. É indicativo a esse respeito que o termo grego para legação (*presbeia*), possa significar “chamado de intercessão”, e que o termo para “aceitação” possa designar a decisão da parte em vantagem em concordar com os argumentos da parte fraca.¹⁹⁸ Do mesmo modo, a prática da *proskynesis* (prosternação perante o soberano), comum entre algumas cortes na recepção de emissários estrangeiros, não era algo muito bem aceito pelos gregos, tendo em conta sua concepção helenocêntrica de mundo. Plutarco relata que um emissário tebano ao rei persa, quando instado a prestar obediência, deixou cair seu anel, de modo que aquilo que para ele constituía um ato de se abaixar para recolher o anel fosse interpretado como ritual de *proskynesis* pelos persas.¹⁹⁹

Os romanos exploraram muito mais que os gregos a vertente sagrada dos privilégios e imunidades diplomáticas. Mais que a relação de parentesco, era o estatuto jurídico dos emissários que lhes garantia sua incolumidade. A sacralização dos emissários e das normas gerais de tratamento diplomático assentava-se, em boa medida, no *ius gentium*, isto é no direito das gentes. Trata-se de conceito essencial na diplomacia de todos os períodos, e cujas premissas ontológicas provêm, em boa medida, do direito romano. “Todos os povos que são governados por leis e costumes observam por um lado sua própria lei e por outro a lei comum a todos os seres humanos”.²⁰⁰ Ao iniciar suas *Institutas* com essa premissa, Gaius, importante escritor e jurista romano do século II d. C., sugere a existência de uma

¹⁹⁷ Arist. *Pol.* I, 125, b.

¹⁹⁸ JONES, op. cit. p. 07.

¹⁹⁹ Plut. *Artax.* 22.

²⁰⁰ Gai. *Inst.* I, 1,

legislação com alcance em toda a humanidade, e que, por conseguinte, poderia regular relações entre diferentes nações que possuíssem legislações próprias. Com efeito, trata-se do *ius gentium*, que, segundo Isidoro de Sevilha, recebe esse nome justamente por ter vigência entre quase todos os povos.²⁰¹ O *ius gentium* deriva da *naturalis ratio*, isto é, de uma razão natural, uma concepção intrínseca a todas as sociedades.²⁰² Seu desenvolvimento deve-se à inaplicabilidade do *ius ciuile* romano aos *peregrini*, de modo que era necessário encontrar balizas legais para regular suas interações com os cidadãos romanos. O *ius genitum* constituiu, desse modo, um marco operativo mínimo para que entidades políticas diversas pudessem se comunicar, estabelecer acordos, e tratados.

Um dos pontos mais importantes no âmbito do *ius gentium* para o estudo das relações diplomáticas é a integridade dos emissários, componente basilar das relações diplomáticas. A integridade dos legados é elemento essencial em qualquer sistema internacional, para que não haja qualquer possibilidade de contestação a respeito da liberdade e da intencionalidade com que determinada negociação foi dirigida. Não resta dúvida de que a coação física ou moral de uma legação diplomática eiva a legalidade qualquer acordo que seja celebrado em condições tão adversas para uma das partes negociadoras.²⁰³ Por essa razão, essa importante garantia diplomática já era comum no mundo clássico, embora mais cara aos romanos que aos gregos.²⁰⁴ O apropriado tratamento de mensageiros e negociadores era um princípio de cortesia e hospitalidade no mundo grego, mas uma norma religiosa no mundo romano, cujo desrespeito era considerado nefasto

²⁰¹ Isid. Hisp. *Etym.* V, 6.

²⁰² Trata-se da concepção da origem do direito natural, e não do próprio direito natural. Para Gaio, *ius genitum* e *ius naturale* são a mesma coisa (como, por exemplo, em II,65), ao passo que Ulpiano os distingue, de acordo com o desenvolvimento de um povo: estado de natureza (*ius naturale*), estado de sociedade (*ius gentium*), e estado organizado e soberano (*ius ciuile*). Cícero nega qualquer divisão e sugere (*de offic.* III, 17) que o que é *ius gentium* necessariamente é *ius ciuile*.

²⁰³ O que é situação bastante distinta da de um tratado ser celebrado em condições adversas para um povo como um todo, como no caso de derrota em uma guerra.

²⁰⁴ São vários os relatos de violação a legações por parte dos gregos, especialmente as provenientes da Pérsia, como em Nepos, *Pelop.* 5, 1 e Herodot. *Hist.* 7, 134-137, ao passo que poucos eventos similares se encontram nas fontes romanas.

sacrilégio.²⁰⁵ Desse modo, a legislação romana contemplará essa preocupação, prevendo sanções para os que desrespeitassem sua integridade.²⁰⁶

A integridade das legações e o respeito às normas do *ius gentium* foi algo que os romanos sempre buscaram respeitar em relação aos emissários que recebiam. São poucos, por conseguinte, os registros de casos de emissários estrangeiros desrespeitados em Roma. Broughton, analisando sobretudo o período republicano, encontra apenas três episódios de violação da integridade de enviados estrangeiros recebidos pelos romanos e, em todos eles, os agressores são punidos pelo Senado e pelo Colégio de Feciais com a extradição, o que implicava, ainda que provisoriamente, a perda da cidadania.²⁰⁷ Uma legislação específica vedará castigos físicos e mesmo o aprisionamento de emissários que estivessem em Roma quando da decisão de declaração de guerra a suas pátrias.²⁰⁸

Em contrapartida, exigiam os romanos a mesma observância a essa vertente dos *ius gentium* às gentes às quais enviavam legados. A agressão a emissários romanos sempre foi reprimida de maneira enérgica, de modo a não deixar dúvidas no agressor da dimensão do delito que cometera. Um bom exemplo é a destruição da cidade de Corinto, em 146, como punição pelos maus-tratos que seus cidadãos estenderam aos legados romanos.²⁰⁹ Outro exemplo paradigmático da ação repressora de Roma nesses casos foi o castigo infringido por César aos venezianos, matando os senadores e escravizando os demais habitantes, para que aprendessem a respeitar “o direito dos emissários (*ius legatorum*)”.²¹⁰ Com efeito, haviam os venezianos prendido e posto em correntes emissários romanos, “cujo título sempre foi considerado sagrado e inviolável para todas as nações.”²¹¹ Aparentemente excessiva, a justificativa de César à punição dos venezianos é indicativa da importância dos *legati* e da sedimentação de seus direitos e imunidades.

Outra abordagem que permite compreender a importância do *ius gentium* e do respeito à integridade das legações é por meio da análise do pensamento de

²⁰⁵ Veja-se, por exemplo, o horror religioso com que Tácito descreve as ameaças a legados do Senado romano enviados a Germanico, que desaprova efusivamente a atitude de suas tropas, em *Ann* I, 39, 5.

²⁰⁶ *Dig.* XLVIII, 6, 7.

²⁰⁷ BROUGHTON, op. cit. pp. 50-62.

²⁰⁸ *Dig.* L. 7, 18.

²⁰⁹ Liu. *Per.* 52; e Cic. *Leg. Man.* 11.

²¹⁰ Caes. *Bel. Gal.* III, 16, 4.

²¹¹ Caes. *Bel. Gal.* III, 9, 3.

Sêneca. Em seus diálogos, o estóico romano dedica um capítulo ao estudo da ira e suas nefastas conseqüências para a ordem cívica. Dentre os exemplos de graves distúrbios ocasionados pela ira, Sêneca inclui a violação das missões diplomáticas e a ruptura do *ius gentium*. Como a intenção do autor é evidenciar o caos decorrente da quebra dos *mores maiorum* provocados pela ira coletiva, a inclusão desses exemplos é sintomática da consolidação do *ius gentium* e da inviolabilidade das legações na mentalidade romana da época.²¹²

De acordo com Gaius, o emissário romano contava com o status de peregrino, o que lhe conferia alguns privilégios, sobretudo relacionados a transporte, hospedagem e alimentação.²¹³ No caso dos transportes, contava com o *evectio*, que era o direito de se fazer transportar gratuitamente, às expensas dos aliados ou do governo romano, garantido por um diploma que autorizava o *cursus publicus*,²¹⁴ e estava, a partir de Augusto, estreitamente ligado com o serviço de mensageiros que o imperador criará em sua administração. Poderiam, assim, servir-se das estações (*mansiones*) que Augusto criara. O imperador e os governantes de província eram os responsáveis pela autorização dessa concessão, o *ius euectionis*. Outro privilégio diplomático garantido pelo Império a seus oficiais em missão era a *tractoria*, um auxílio para transporte e acomodação durante a viagem.²¹⁵

Para diferenciar os emissários dos demais peregrinos que se deslocavam por assuntos particulares, os legados de Roma portavam consigo emblemas distintivos. Poderiam ser uma espécie de bastão ou cajado, a *virga consecrata*, ou, o que era mais comum, as ervas sagradas, os *sagmina*, que eram geralmente verbena.²¹⁶ Isidoro de Sevilha afirma que seu nome, *hierobotane*, provém das propriedades medicinais e acépticas que possuía, servindo por extensão, para a purificação de sacerdotes: “Também se chama *verbena* porque é pura”.²¹⁷ Plínio, o velho, afirma que “não há elemento de distinção romana maior que a *hiera botane*”.²¹⁸ Deveriam

²¹² Sen. *Dial.* V, 2, 5.

²¹³ Gaius. *Inst.* III, 94.

²¹⁴ C. *Th.* 8.5.19

²¹⁵ C. *Th.* VIII, 6, 1-2.

²¹⁶ Sobre a *virga consecrata*, GILLET, op. cit. p. 259, anotou que “in the classical Greek and early republican period also, heralds and other messengers bore staffs as tokens of their peaceable Office. The custom appears in Virgil [*Aeneid.* IV, 242], and several late antique Latin commentators gloss the *virga* of envoys as a *pacis signum*”.

²¹⁷ Isid. *Hisp. Etym.* XVII, 55.

²¹⁸ Plin. *Hit. Nat* XXV, 105.

ser arrancadas no Capitólio com a raiz e a terra ao seu redor, para simbolizar a terra que representavam.²¹⁹ Serviam, segundo Festus, como uma credencial dos emissários, denotando seu caráter sagrado e inviolável, ao mesmo tempo em que os legitimavam como interlocutores autorizados a negociar em nome do povo romano junto a outros povos.²²⁰ No mesmo sentido, encontramos na Digesta de Justiniano uma referência às *sagmina*: “A inviolabilidade é aferida pela *sagmina*: *sagmina* são certas ervas, as quais os emissários romanos soem portar, para que não se lhes ultrajem, assim como os emissários gregos portam aquilo que se chama *cerycia* (caduceus).”²²¹ Tito Lívio, descrevendo o tratado entre romanos e albanos, o mais antigo de que se tem notícia no mundo romano, descreve seu uso:

Os tratados diferem nos termos, mas fazem-se sempre todos segundo os mesmos procedimentos. Foi assim, tal como nos transmitiram, que este foi então celebrado, e não há memória de nenhum tratado mais antigo. O fecial assim interrogou o rei Tulo: “ordenas-me, rei, que celebre um tratado com o *pater patratus* do povo albanos?” Dando-lhe o rei essa ordem, “rei, peço-te a erva sagrada”. O rei disse-lhe: “Toma-a pura”. O fecial trouxe da cidadela a planta. Depois, assim interrogou o rei: “rei, fazes-me representante do rei do povo romano dos Quirites, assim como aos meus companheiros e recipientes”. O rei respondeu: “Conquanto isso não seja em prejuízo da minha pessoa e do povo romano dos Quirites, faço”. O fecial era Marco Valério; este designou Espúrio Fúcio *pater patratus* tocando-lhe na cabeça e nos cabelos com verbena. O *pater patratus* é incumbido de pronunciar o juramento solene, isto é, de tornar o pacto sagrado, e é com inúmeras frases expressas numa longa fórmula métrica, que não vale a pena reportar, que o leva a cabo. Depois, lidas as condições, “Ouve”, disse, “Júpiter, ouve, *pater patratus* do povo albanos; ouve tu também, povo albanos. Que estas, lidas publicamente em voz alta, da primeira à última, a partir das tábuas de cera, sem prejuízo nem má-fé, tal como aqui e agora, foram perfeitamente entendidas, a estas condições o povo romano não será o primeiro a faltar. Se for o primeiro a faltar por deliberação pública, com dolo e prejuízo, então, nesse dia, Júpiter fere o povo romano tal como eu ferirei este porco aqui e agora. E fere-o com tanto mais violência quanto tu és mais forte e poderoso”. Tendo dito estas palavras, golpeia o porco com um calhau de sílex. Do mesmo modo, os albanos, por intermédio de seus próprios sacerdotes e do seu ditador, pronunciaram as suas próprias fórmulas e o seu próprio juramento solene.²²²

²¹⁹ Plin. *Hist. Nat.* XXIII, 5. Liv. *Urb. Cond.* XXX, 43.

²²⁰ Fest. V. S. 424

²²¹ Dig I, 8, 8.1.

²²² Liv. *Urb. Cond.* I, 24., 4. Tradução de ALBERTO, P. F. **Tito Lívio**. História de Roma. Lisboa: Inquérito, 1993.

Esses ritos sacralizavam a anuência com os termos dos tratados, conferindo certa garantia de que cada parte cumpriria suas obrigações, sem que houvesse necessidade de uso da força para tanto. Essa dimensão sagrada dos tratados parece ter, de fato, permeado o imaginário político de muitos romanos, a se crer nas fontes do período. Appiano, por exemplo, é categórico ao afirmar que Lúculo “cobriu de opróbrio o nome de Roma” quando violou os pactos tratados com os enviados de Coca, arrasando a cidade.²²³ Do mesmo modo, o Senado declarou *hostis* Decebalus, rei da Dácia, no início do século I d. C., por ter violado um tratado de paz.²²⁴

2.2.2. Privilégios e imunidades diplomáticas na Antigüidade Tardia

O *ius gentium* continuará a ter grande validade na Antigüidade Tardia e contemplava, segundo as palavras de Isidoro de Sevilha,

a ocupação de terras, construções de edifícios, fortificações, guerras, prisioneiros, servidão, restituições, tratados de paz, armistícios, o respeito à inviolabilidade dos emissários, o matrimônio com estrangeiros.²²⁵

Percebe-se, por conseguinte, que o princípio da inviolabilidade dos emissários continuava a ser uma normativa sagrada nas relações diplomáticas no período. A consolidação desse princípio também pode ser inferida de relato de Paulo Diácono, em que narra, com notável dramaticidade, que, em uma vitória dos lombardos sobre os gépidas, os primeiros promoveram um grande massacre, “quase não restando sequer os mensageiros”.²²⁶ Infere-se dessa passagem que constituíam os emissários indivíduos cujos privilégios eram realmente tidos como intocáveis, para que Paulo Diácono utilize a eventualidade da transgressão de sua integridade física como referência ideológica da brutalidade lombarda. Evidentemente, nem sempre os emissários farão valer essa dimensão do *ius gentium*. Há numerosos registros de legados que foram aprisionados como reféns ou molestados publicamente, de modo

²²³ App. IX, 52.

²²⁴ Dio. LXVIII.

²²⁵ Isid Hip. *Etym.* V, 6.

²²⁶ Paul. Diac. *Hist. Lang.* I, 27.

a habilitar ao soberano que os recebia indicar, em especial para os nobres de seu reino, sua hostilidade política para com o soberano que os enviava.²²⁷ A própria existência de registros a respeito do tema é mais um indicativo da disseminação do *ius gentium* no imaginário político tardo-antigo, pois não fossem suas convenções hegemônicas, os autores da época não tenderiam a incluir tais casos, considerados excepcionais ou revoltantes, em seus relatos.

Dos numerosos casos de quebra de imunidades diplomáticas atribuídos a Gontrão por Gregório de Tours, merece destaque o que ocorre após a conferência que este monarca realizou com emissários de Childeberto. Irritado com o tom das negociações, Gontrão ordenou que se arremessasse lama das sarjetas, feno e palha apodrecidos, e até mesmo esterco eqüino na saída dos legados de Childeberto, causando-lhes mácula e injúria públicas.²²⁸ Esses freqüentes episódios de desrespeito ao *ius gentium* devem ter contribuído para que, no tratado de Andelot, celebrado entre Childeberto e Gontrão, uma das cláusulas previsse a liberdade de ir e vir de homens públicos tardo-antigos, entre os quais se destacavam, nesse particular, os emissários e negociadores:

E como uma concórdia pura e sincera foi selada em nome de Deus entre os referidos reis, foi decidido que a passagem através do reino de um e de outro não será jamais recusada aos fiéis nem de um nem de outro quando eles quiserem se locomover seja para os assuntos públicos, seja em nome de interesses privados.²²⁹

A necessidade de inserção desta cláusula é indício de que as normas do *ius gentium* nem sempre eram respeitadas nas comunicações políticas entre os reinos. Por outro lado, ao manifestar um desejo de buscar a concórdia das populações de seus reinos, a cláusula também denota o perfil de moderadores do interesse público que os monarcas, normativamente, possuíam em seus reinos. Com efeito, mais que condenações morais, encontramos, na Antigüidade Tardia, reações práticas ao desrespeito à integridade dos emissários. Não serão, contudo, retaliações pautadas

²²⁷ Um exemplo do primeiro caso é o do Conde Censório, que se entregou aos suevos como refém *in pace*, mas foi degolado anos depois. Hidat. *Chron.* a. 440, 571; a. 448, 659. Para o segundo caso, um exemplo interessante é o narrado por Gregório de Tours em *Hist. Franc.* VII, 32, e analisado mais abaixo.

²²⁸ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VII, 14.

²²⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 20.

unicamente na violência, como perpetrara César contra os venezianos. Na Antigüidade Tardia notaremos um maior esforço por resolver esse tipo de questão em bases amistosas. Um caso interessante a respeito é narrado por Gregório de Tours, ao descrever a revolta de um emissário franco pela violação da integridade dos membros de uma legação que retornavam de uma audiência com Imperador Maurício, durante um tumulto ocorrido na cidade de Cartago, então sob a jurisdição do Império:

Nós ignoramos as coisas que se passaram e eis que meus colegas de missão, que se dirigiram diretamente ao Imperador, foram abatidos pelo gládio. Julgará Deus a nossa injúria e a morte deles por meio de vossa destruição, pois nós, vindos inocentes e em paz, fomos de tal forma trucidados. Nem haverá paz vindoura entre nosso rei e vosso imperador. Nós realmente vínhamos pela paz e para prestar apoio ao governo. Invoco hoje Deus como testemunha de vosso crime perpetrado, de modo que a paz prometida entre nossos príncipes não será observada.²³⁰

Tendo em conta a gravidade dos fatos, o Imperador Maurício, que visava a assegurar uma aliança com Childeberto, ordenará a imediata punição dos culpados, assim como o cumprimento das sanções que o monarca franco ordenasse a respeito do caso. Outro episódio sintomático a respeito encontra-se em epístola enviada pelo conde visigodo Bulgar a um bispo franco com quem negociava, a restauração de territórios ao reino Visigodo como contrapartida ao aprisionamento de emissários visigodos.²³¹

Cumprе observar, ademais, que o caráter sagrado das legações será visto, cada vez mais, sob os referenciais do cristianismo. Talvez o melhor exemplo da cristianização do caráter sagrado das legações seja um excerto de Gregório de Tours sobre uma missão enviada pelo rei Miro dos suevos a Gontrão, soberano franco responsável pela região da Burgúndia.²³² De acordo com Gregório, quando os emissários dos suevos passavam pelos domínios de Chilperico em direção à

²³⁰ Greg. Tur. *Hist. Franc.* X, 2.

²³¹ *Ep. Visig.* XII. Sobre o episódio, ORLANDIS, J. **Semblanzas Visigodas**. Madri: RIALP, 1992. p. 102. comenta que “terminaba el conde su carta adirtiendo al obispo que, si los francos deseaban la paz, no era suficiente que lo proclamasen con buenas palabras: habían de confirmarlo con obras y reparar, ante todo, los agravios pendientes. Todavía hacía referencia Búlgar a una cuestión que era, sin duda, manzana de discordia entre visigodos y franco-burgundios: las plazas de *lubinacum* y *Corelianum*, cedidas por Recaredo a Brunekhilda y vueltas a recuperar más tarde por los visigodos.”

²³² Greg. Tur. *Hist.V.* 41

Burgúndia, este rei teria ordenado sua prisão, provavelmente temendo que Gontrão articulasse com os suevos uma aliança contra seus interesses. Logo em seguida, Gregório registra terem ocorrido uma série de eventos nefastos na cidade onde os enviados dos suevos foram presos: epidemias, vendavais, enchentes, galos cantando no início da noite, eclipse lunar, passagem de cometa e, segundo testemunha de alguns, o céu teria sido visto em chamas. A passagem termina da seguinte forma: “Os enviados dos suevos ficaram retidos por um ano; e foram então libertos e autorizados a voltar para sua nação”. A relação entre a violação do *ius gentium* e os eventos que assolaram a cidade de Poitiers é nítida. Sabe-se que Chilperico é descrito nas Histórias como o paradigma do mau soberano. Gregório utiliza-se dessa passagem, por conseguinte, para denegrir a imagem de Chilperico, recorrendo a um importante elemento consolidado no imaginário político de seus interlocutores coevos – a inviolabilidade das legações. Ao atentar contra os direitos dos emissários, Chilperico interferia no mundo do sagrado, desencadeando uma grande desordem no curso da natureza, isto é, naquilo que não cabe à discricionariedade dos homens, tais como o ciclo da lua e dos cometas, o fluxo dos rios e dos ventos, e, evidentemente, o *ius gentium*. Tendo em vista a política constantiniana perseguida por Chilperico, entende-se o cerne da crítica de Gregório: evidenciar os erros do rei que governa sozinho e em benefício próprio, sem o auxílio dos bispos, intermediadores legítimos entre o mundo terreno e o sagrado.

O princípio de que os *pacta sunt seruanda* era outro elemento integrante do *ius gentium* que terá expressiva vigência no ocidente tardo-antigo. Desse modo, quando os suevos invadem a Cartaginense, em 455, ignorando um tratado de demarcação de limites que firmaram anos antes com o Império e com os visigodos, esse fato será imediatamente repreendido pelos demais envolvidos no acordo.²³³ Inicialmente, serão enviadas legações para fazer-lhes cumprir o acordo; não tendo surtido efeito, serão empreendidas campanhas punitivas pelos visigodos, como *foederati* dos romanos, que findarão com a morte do soberano suevo.²³⁴ Igualmente, Gregório de Tours não deixa de condenar Justiniano, ao afirmar que o rei visigodo Atanagildo conseguiu libertar algumas cidades que haviam sido equivocadamente

²³³ Hidat. *Chron.* a. 456, 825.

²³⁴ Hidat. *Chron.* a. 456, 904.

capturadas (*male pervaserant*), isto é, contra o pactado pelos soberanos no pedido de auxílio que o visigodo fez ao imperador para se alçar ao trono.²³⁵

Com relação aos emblemas distintivos de condição de emissário, tais como as *sagmina* para os romanos, encontramos tão-somente um registro nas fontes tardo-antigas. Trata-se de uma passagem na Crônica de Gregório de Tours, em que o bispo relata o envio de emissários do usurpador Gundovaldo ao rei Gontrão, “com cajados sagrados (*cum uirgis consecratis*), conforme o costume dos francos, para que não fossem importunados por ninguém”.²³⁶ Essa menção não é incidental na obra de Gregório. Poucas linhas depois, o bispo de Tours relata que Gontrão terá ignorado a inviolabilidade dos emissários, aprisionando-os e torturando-os. De todo modo, haja vista a escassez de registros a respeito, não é possível afirmar categoricamente que portar emblemas diplomáticos constituía uma prática recorrente na Antigüidade Tardia. O expediente da carta credencial parece-me ter sido muito mais difundido para a finalidade de resguardar a incolumidade dos emissários.²³⁷

Atestando a continuidade do estatuto jurídico privilegiado dos emissários, encontramos a previsão do direito de *evectio* naqueles lugares onde o *cursus publicus* romano se conservar. É o caso, por exemplo, do reino Ostrogodo de Teodorico, que previa o *evectio* não apenas para seus emissários, como também para os de outros soberanos que se dirigiam a Ravena, inclusive nas legações realizadas por via fluvial.²³⁸ Gregório de Tours também registra a prática de *evectio publica* nos reinos merovíngios.²³⁹ Sidônio Apolinário, viajando a Roma em 467, fará jus a sua *evectio*, mas ficará hospedado na casa de um particular, indicando não mais ser comum a concessão do *mansio*.²⁴⁰ Com efeito, são escassos os casos de alojamento público para o período. Os monarcas parecem ter optado por requisitar aos seus súditos que habitavam às rotas de comunicação que

²³⁵ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 8.

²³⁶ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VII, 32.

²³⁷ Veja-se, por exemplo, a correspondência trocada entre o monarca visigodo Sisebuto e o patrício Cesário, no início do século VII, que possuem também a função de cartas credenciais, para apresentar e legitimar seus emissários. *Ep. Visig.* II-V.

²³⁸ Cass. *Var.* VI, 6, 4; VII, 33. O termo *subvectio* também é utilizado, como em IV, 45; sobre o uso de transporte por barcos, vide Cassiod. *Var.* IV, 45.

²³⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 9.

²⁴⁰ Sid. Apol. *Ep.* I, 5, 2. Também São Germano fez uso de transporte público em missão, conforme indicado em Constant. *Vit. Germ.* 19, 20, 444.

provessem o auxílio que fosse necessário às delegações diplomáticas que passavam por suas localidades. É o que se desvela de uma passagem de Gregório de Tours em que relata que a *magna legatio* que acompanhou a princesa Rigunta à fronteira com a *Hispania* Visigoda, onde se casaria com o príncipe Recaredo, viajou “às expensas de diversas cidades no itinerário”.²⁴¹ No mesmo sentido, encontramos, entre as fórmulas de Marculfo, uma cujo objetivo era o de solicitar aos súditos do reino víveres e facilidades de alojamento e transporte.²⁴² O mesmo também pode ser aferido de legislação integrante do *Liber constitutionum* burgúndio, que na seção “Contra a recusa de hospitalidade a emissários de povos estrangeiros e de viajantes”, obrigava a todos os indivíduos a prover acomodação e alimentação aos que se dirigiam à corte:

Da não recusa da hospitalidade a legados de gentes estrangeiras e viajantes

1. Quem quer que recuse seu teto ou fogo a um hóspede em sua chegada, seja multado em três *solidi* pela negligência.
2. Se for membro da corte régia, que o montante da multa seja de seis *solidi*.
3. Queremos que seja observado no que se refere aos emissários de gentes estrangeiras, o que segue: que onde quer que se alojem, eles tenham o direito de solicitar um porco e um carneiro. E que aquele que impedir esse direito, seja obrigado a pagar uma multa de seis *solidi*.
4. Que se foram dados víveres aos legados, que aquele que fez donativos a esses seja compensado pelos que vivem nos arredores da vila.
5. Ademais, se durante o inverno o emissário solicitar feno ou cevada, que isso seja provido do mesmo modo por aqueles que habitam nos arredores da vila, seja Burgúndio ou Romano, sem qualquer recusa. Ordenamos que isso seja observado sobretudo pelas pessoas ilustres.
6. Se essa pessoa está entre aquelas que, por conta de nossa munificência podem hospedar um emissário, que ela prepare às suas próprias custas um alojamento por uma noite para o emissário. Se não o fizer, que saiba que uma multa no montante de 12 *solidi* deverá ser paga.
7. Se alguém viajando por uma causa privada venha à casa de um burgúndio, e procure hospitalidade, e este o encaminhe para a casa de um romano, e que isso possa ser provado, que o burgúndio pague três *solidi* àquele cuja casa ele enviou o viajante, e que seja multado em três *solidi*.

²⁴¹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 45.

²⁴² Marc. *Form.* 11.

8. Se alguém procurando hospitalidade nos domínios ou colônias reais, e não lhe for estendida, que o colono responsável seja castigado.
9. Se o hóspede, porém, destruir insolentemente alguma coisa, que ele restitua nove vezes o seu valor.
10. Se houver na vila um liberto que seja despenseiro (*conductor*), e ele não provir teto e fogo, que ele pague uma multa de três *solidi*. E se ele for servo, que seja castigado.
11. Que essas coisas sejam observadas por todos os colonos e servos dos Romanos e dos Burgúndios.²⁴³

Cumprir destacar que, no caso dos emissários eclesiásticos, estes costumavam contar com a hospitalidade de praxe de seus pares, o que facilitava em larga medida o cumprimento de sua missão e sua própria escolha como emissários. Os bispos também poderiam acolher emissários não eclesiásticos, por conta da prática caritativa, da qual a hospitalidade é uma das principais vertentes, inerente à sua função social. Desse modo, veremos Gregório de Tours encarregando-se de cuidar da recepção, na cidade, até mesmo de heréticos nobres visigodos que se dirigiam à corte do rei Burgúndio.²⁴⁴

²⁴³ *Lib. Const.* XXXVIII.

²⁴⁴ *Greg. Tur. Hist. Franc.* V, 43; VI, 40.

2.3. Cerimonial e protocolo

2.3.1. Cerimonial e protocolo na prática diplomática greco-romana

As normas de cerimonial e protocolo são imprescindíveis no trato diplomático. Servem para dizer o que não foi dito, para insinuar o que se deseja dizer, para estabelecer papéis e hierarquias, para reforçar mensagens, ou seja, para estabelecer relações diplomáticas não verbalizadas. Desde o envio de um emissário, até suas tratativas com seu interlocutor, sua recepção e sua partida, o protocolo diplomático faz-se presente, auxiliando o desempenho das funções do emissário.

Entre os gregos, contudo, nota-se uma grande preocupação com a possibilidade de corrupção das legações, de modo que serão refratários às pomposas cerimônias para envio ou recebimento de emissários, como ocorrerá em Roma, a fim de evitar o *fascinium* dos enviados. Por essa razão, não se notará com frequência algumas práticas de cortesia caras aos romanos, como a doação de presentes, haja vista tal atitude poder ser interpretada como tentativa de corrupção. De fato, a linha era muito tênue, e poderia inclusive ser utilizada por detratores como elemento de desestabilização de determinado político. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Timagoras, condenado e executado pelos atenienses por ter recebido vultosos presentes do rei persa.²⁴⁵ A importância da questão foi explorada também por Platão Cômico, poeta ateniense do início do século IV a. C., que representa os emissários Epicrates e Phormisus propondo ações ridiculamente descabidas após terem recebido presentes do grande rei.²⁴⁶ Entre os gregos, apenas quando concluídas as negociações se poderia esperar algum tipo de envolvimento mais próximo do emissário com seus interlocutores locais, como participar de um almoço como convidado.²⁴⁷

No caso da cultura política romana, nota-se um grande afastamento desses ideais gregos. O oferecimento de presentes, de estadia e guarida aos emissários e de suntuosas recepções eram prática corrente do protocolo diplomático romano. Nesse sentido, discordo da afirmação de Johnson e Hall, para quem “*in the*

²⁴⁵ Dem. 19. 137.

²⁴⁶ Plat. *Fr.* 119

²⁴⁷ GILLET, op. cit. p. 14.

diplomacy of the Roman Empire, protocol seems to have developed only among equals or near equals. Whereas sophisticated rules of protocol developed between Roman and Persian Empires, Rome's diplomatic relations with the "northern barbarians" seem to have involved no protocol."²⁴⁸ Mais do que com governos estruturados, com os quais a comunicação política se dava sob os mesmos parâmetros, era com aqueles menos estruturados que as regras de protocolo serviam como eficazes meios de comunicação.

Em condições normais, os romanos concediam aos emissários estrangeiros alojamento e manutenção (*aedes liberae* e *locus et lautia*), assim que se identificavam a um magistrado.²⁴⁹ Varrão anota a existência, próxima ao Senado, do *graecostasis*, uma espécie de alojamento para emissários estrangeiros que vinham negociar com Roma.²⁵⁰ Por conseguinte, o cerimonial romano para recepção de legações estrangeiras era mais complexo que o grego, constituindo-se em mais um elemento de originalidade romana no quadro do desenvolvimento da diplomacia ocidental. Banquetes, por exemplo, eram um elemento corriqueiramente utilizado para criar um ambiente favorável à negociação de determinado tratado. Sidônio Apolinário, exaltando as virtudes negociadoras de seu amigo Ferreolus, escreve-lhe que "por meio de um banquete removestes das portas de Arles aqueles quem Aécio foi incapaz de remover pelas armas",²⁵¹ referindo ao cerco dos godos de Torismundo àquela cidade em 451. Note-se, porém, que a recepção de emissários não ficava a cargo de nenhuma magistratura em particular; era diluída no âmbito da administração pública romana. As facilidades de transporte e acomodação, por exemplo, ficavam a cargo do prefeito do pretório e do *magister officiorum*.

²⁴⁸ JÖNSSON, C., HALL, M. **Communication: An essential aspect of diplomacy.** International Studies Perspective, 4 (2), 194-209. 2003.

²⁴⁹ Liu *Urb Cond.* XLII, 26, 5. OCHOA, BRUN, M. A. **Historia de la diplomacia española.** V. I Madri: Ministério de Asuntos Exteriores, 2003. p. 55 ressalta, contudo, a diferença de tratamento entre povos aliados e hostis: "En 152 a. C.; los embajadores de pueblos hispanos fueron recibidos en forma que nos es minuciosamente conocida. Los que venían de los belos y de los titios (pueblos amigos de Roma), fueron admitidos dentro del recinto urbano; los de los arévacos hubieron de acampar al otro lado del Tiber por provenir de un pueblo hostil. Los primeros gozaron también de preferència en la admisión ante el pretor urbano, quien escuchó sus peticiones con prioridad [...]".

²⁵⁰ Varr. *De Ling. Latin.* 155.

²⁵¹ Sid. Apol. *Ep.* VII, 12.

Com relação à conclusão de tratados, supõe-se que o protocolo ajustava-se às peculiaridades dos interlocutores.²⁵² Tendo em conta que eram poucas as nações com as quais os romanos negociavam que possuíam um aparato administrativo razoavelmente desenvolvido, não havia muitas oportunidades para a celebração de acordos por escrito. Assim, o protocolo baseava-se nos ritos solenes de cada povo, adequando-se a uma tradição consuetudinária que pouca importância dava aos documentos escritos. Ainda no final do século IV notamos a existência dessa cultura política, por meio de uma passagem em que Amiano Marcelino descreve um acordo firmado entre o Imperador Valentiniano e o rei germânico Macrianus, importante liderança dos alamanos, que estavam em confronto com o Império na fronteira danubiana:

Foi cordialmente convidado para que aparecesse nas proximidades de Mainz o mencionado rei (Macrianus), que se mostrava inclinado a aceitar um acordo. E veio com um humor extremamente exultante de si mesmo, como que viria a ser o árbitro superior da paz. E no dia previsto para o colóquio esse chefe colocou-se altivamente ereto à margem do Reno, enquanto trovejava o som dos escudos de suas gentes. Do outro lado, o imperador, envolto por uma multidão de oficiais de várias ordens, visível pelo brilho dos estandartes fulgurantes, ingressou nos barcos fluviais e dirigiu-se a um lugar seguro próximo à margem do rio. E tendo finalmente se aplacado os extravagantes gestos e murmúrios bárbaros, após terem dito e ouvido um e outro lado, firmou-se um pacto de amizade por meio de um juramento solene. E à perfeita rendição reduziu-se o rei artífice dos distúrbios, tornando-se em seguida nosso aliado, e desde da capitulação até o fim de sua vida, os belos fatos de seu comportamento atestam sua consistente concórdia.²⁵³

Para além da descrição de ritos solenes de observância a acordos, esse excerto é revelador de outras características do protocolo diplomático para a conclusão de tratados entre Roma e alguns povos germânicos do período. Em primeiro lugar, nota-se que o local da negociação é o próprio rio Reno, emblema do *limes* romano e, por conseguinte, região neutra, onde se poderia negociar sem pressões de parte a parte. Verifica-se, ademais, que ambos os líderes estavam

²⁵² LEE, A. D. **Treaty-making in Late Antiquity**. p. 115. In: DE SOUZA, op. cit. "Roman willingness to rely on oaths and the formulation specific to a particular people has rightly been seen as indicative of Roman flexibility and their being prepared to adapt diplomatic forms to the needs of the frontier, where it encountered groups with their own particular norms for establishing formal relationships".

²⁵³ Amm. Marc. XXX, 3, 4-6.

acompanhados de um expressivo séquito guerreiro que, cada um à sua maneira (estandartes fulgurantes ou trovejar de escudos), eram instrumentalizados para passar uma imagem de fortaleza e liderança política de seus chefes. Só em seguida passa-se ao processo negociador, pelo que se percebe que a parte protocolar, mais do que mera formalidade, possuía a função de habilitar o chefe político a chegar em uma posição de prestígio para dialogar com seu interlocutor.

Desdobrada da relação de *amicitia*, a troca de presentes entre legações logo se difundiu entre os interlocutores dos romanos. Considerado pelos helênicos como elemento passível de corromper uma legação, a oferta de presentes, no protocolo diplomático romano, era símbolo de distinção e de respeito; era o próprio elemento inteligível da vontade de *amicitia* entre as partes. A esse respeito, um exemplo eloqüente é o narrado por Amiano Marcelino:

Os alamanos romperam, então, os limites da Germânia e a causa de sua insólita ferocidade era esta. Eles haviam enviado legados ao *comitatum* e, de acordo com o costume, estavam habilitados a receber determinados presentes, mas receberam ofertas de menor valor e dignidade, as quais jogaram longe com grande indignação. Por isso eles foram tratados rudemente pelo então *magister officiorum* Ursatius, homem de temperamento quente e cruel, e tendo retornado, exagerando o relato dos fatos de como haviam sido tratados desrespeitosamente incitaram aquela gente selvagem que fora desdenhada.²⁵⁴

2.3.2. Cerimonial e protocolo na prática diplomática tardo-antiga

Embora muitas das características do cerimonial e protocolo diplomático do mundo clássico tenham permanecido na Antigüidade Tardia, há importantes transformações, resultado de novas conformações políticas e ideológicas. A mais evidente é a cristianização da sociedade, que trouxe para o centro das cerimônias diplomáticas elementos ideológicos caros a um conceito de monarquia cristianizada. Notaremos que os rituais e práticas protocolares atenderão, freqüentemente, ao desígnio de demonstrar as virtudes cristãs de determinado soberano ou emissário. Paralelamente, ocorre um processo de amadurecimento da administração das unidades soberanas tardo-antigos, o que favorece o desenvolvimento de cerimônias

²⁵⁴ Amm. Marc. *Hist.* XXVI, 5, 7.

e protocolos mais elaborados. Conforme anotou A. D. Lee, “*once emperors ceased to campaign in person, the locus of such display shifted to the imperial palace where the emperor would receive foreign ambassadors*”.²⁵⁵ Esse processo certamente está relacionado com o desenvolvimento, já a partir do alto-império, do conceito de *pax romana*, e, em seguida, de *pax christiana*, que associava o bom monarca mais à imagem do pacificador do que à do guerreiro.²⁵⁶

Poucos são os relatos sistemáticos do cerimonial diplomático na Antigüidade Tardia. É possível, contudo, arriscar uma tentativa de aproximação de sua dinâmica, com base em informações pontuais provenientes de relatos de diferentes fontes e episódios. Sabe-se que os emissários enviados a soberanos eram previamente recebidos por nobres de confiança do monarca que assuntavam o tema que desejavam tratar.²⁵⁷ Caso o soberano lhes concedesse a audiência, eram levados ao *consistorium* régio e, em cerimônia solene, recebiam a *licentia* para falar-lhe.²⁵⁸ Após saudar o monarca, apresentavam, geralmente por meio da leitura de uma missiva, o objetivo da missão. Poderia ser uma petição ou uma resposta a uma demanda anterior, as quais se desdobravam em argumentações das partes para defender um ponto de vista, muitas vezes já pré-estabelecido.²⁵⁹ Eventual troca de presentes poderia ocorrer durante essas cerimônias ou ao final das negociações.²⁶⁰ Resolvido o assunto da missão, a não ser que o monarca convidasse para alguma outra cerimônia, era de praxe o retorno imediato dos emissários, causando espécie o contrário.²⁶¹ Concluída a missão, os emissários costumavam relatar pessoalmente ao monarca o que ocorrera durante o processo de sua legação.²⁶²

O supracitado relato de Amiano Marcelino no item anterior aponta para características importantes do protocolo diplomático que se consolidariam na Antigüidade Tardia. A primeira delas é a existência de um *comitatum* para onde se dirigiam as missões diplomáticas estrangeiras, o que revela um grau já avançado de

²⁵⁵ LEE, A. D. **Treaty-making in Late Antiquity**. In: DE SOUZA, op. cit. p. 116.

²⁵⁶ Analisarei esses elementos mais detalhadamente no Capítulo IV.

²⁵⁷ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 1.

²⁵⁸ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 31. Ennod. *Uit. Epith.* 62.

²⁵⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 13 e 44. Vide, a respeito dos pontos de vista pré-concebidos, as instruções do Papa Hormisdas para seus emissários enviados ao Imperador Anastasius, em 515, em que tentava prever quais seriam os argumentos utilizados pelo imperador para defender seu ponto de vista e como seus legados deveriam responder-lhe. *Collect. Avell.* 116.

²⁶⁰ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 1 e 20.

²⁶¹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 13 e 44, e IX, 20.

²⁶² Ennod. *Uit. Epith.* 75, 95 e 179.

institucionalização do protocolo das relações diplomáticas na época. A segunda é o relato da função do *magister officiorum*, indivíduo responsável pela recepção de delegações estrangeiras.²⁶³ Trata-se de ofício criado no início do século IV cuja competência, dentre várias outras, incluía questões relacionadas à diplomacia e, sobretudo, a aspectos protocolares.²⁶⁴ Cabia a essa espécie de chefe de gabinete tardo-antigo a responsabilidade pelo envio e recebimento de emissários, intérpretes e soldados da guarda imperial. Desenvolveu-se, porém, apenas na parte oriental do Império, haja vista que no Ocidente o edifício político-administrativo romano soçobrava frente às migrações germânicas. Sua importância também é registrada no *De ceremoniis aulae Byzantinae*, compilação feita no século X sob as instruções do Imperador Constantino VII Porphyrogenitus para registrar o protocolo utilizado em diversas ocasiões cerimoniais nos séculos V e VI. Sabe-se, desse modo, que os emissários enviados ao Imperador eram primeiramente recebidos pelo *magister officiorum*, que inquiria a respeito do propósito da missão. Uma vez obtido o aval do *magister officiorum* para que um enviado pudesse atravessar as cortinas de seda que velavam o *consistorium* do Imperador, deveriam apresentar-lhe a devida deferência e iniciava-se a audiência.²⁶⁵

A assinatura de tratados por escrito tornava-se expediente cada vez mais usual na diplomacia européia tardo-antiga, superando-se a prática, ainda freqüente nos séculos IV e V de estabelecer acordos apenas verbalmente, por meio de juramentos solenes, consoante à tradição germânica.²⁶⁶ É fato que esses ritos continuarão a existir, como atesta, por exemplo, uma passagem da Crônica do Fredegário, em meados da sétima centúria, a respeito de um acordo firmado entre

²⁶³ LEE, A. D. **Information & Frontiers**. Roman foreign relations in late antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 39. "The origins of the Office in the early fourth century are obscure, but its title suggests it was initially conceived as having oversight of the bureaux in the palace administration. [...] The only incident from this period when a *magister* can be seen acting in this connection is Ursacius' dispense of gifts to Alamannic envoys in 364. This does suggest that by the mid-fourth century the *magister* had a role in the reception of foreign envoys, but it is hardly a sufficient basis for concluding that the fourth-century *magister* was already as involved in foreign relations as his successors were to be in subsequent centuries; Ursacius' ability to exasperate the envoys suggests that diplomatic skills were not considered an important criterion in selection for the office. [...]"

²⁶⁴ Conforme GILLET, op. cit. p. 225. "One of the duties of the *magister officiorum* clearly is to carry out the substantive communications between the emperor and the envoys in private, to ensure that issues are decided before the actual audience. The procedure of the later formal audience, carried out before the full consistory, is ritual, not negotiation.

²⁶⁵ *De cer.* I, 87, 89. Para um estudo mais detalhado dessa fonte vide Gillet, op. cit. 222.

²⁶⁶ Por exemplo, em Amm. Marc. XVII, 1, 3; XXX, 3.4; Menand. Fr. 6, 1.

Dagoberto e os saxões: “Os sacramentos, como era do costume deles, depositados sobre as armas, confirmavam [o acordo] para todos os saxões. Mas essa promessa pouco efeito surtiu [...]”.²⁶⁷ Contudo, ao sublinhar que esse tipo de protocolo era costume dos saxões, e reduzi-lo à categoria de mera promessa (*promissio*), o cronista traça uma comparação implícita com o protocolo franco, que já abandonara os ritos germânicos e, por conseguinte, vinculava de maneira mais efetiva as partes.

Com efeito, o desenvolvimento de um aparato administrativo mais elaborado nas principais monarquias romano-germânicas do período habilitava-as a dialogar sobre marcos políticos mais estáveis, propiciando a negociação e o estabelecimento por escrito de acordos com detalhes de ordem burocrática, como vigência, extensão, garantias, sanções, executores, entre outros. Nesses casos, os termos do tratado deveriam ser lidos em voz alta e as partes deveriam proceder a alguma ação que o ratificasse, tais como lhe jurar observância ou instar imediatamente a seus servidores para que tomassem medidas bastantes.²⁶⁸ Os tratados por escrito certamente comprometiam mais as partes, como sugere uma passagem da Crônica do Fredegário sobre um tratado de possessão territorial firmado entre os reis francos Dagoberto e Cariberto: “tudo isso que concedeu a Cariberto foi amarrado pelo vínculo de um tratado (*pactionis vinculum*), para que o grande Cariberto não presumisse demandar contra Dagoberto nada do reino de seu pai”.²⁶⁹ Entre os numerosos exemplos de tratados por escrito, pode-se citar os textos firmados entre Justiniano com o soberano Vitigis e com um soberano visigodo não-identificado, assim como o tratado de paz ente Clotário, Teuderico e Teudeberto.²⁷⁰ Contudo, talvez o documento tardo-antigo mais emblemático é o texto do acordo de Andelot, firmado entre Gontrão e Childeberto II, que possui minúcias e detalhes indicativos de um alto grau de profissionalismo diplomático de seus negociadores.²⁷¹

Os termos mais utilizados para referir-se a tratados eram *foedus* e *pactio*. Aparentemente, o *foedus* consistia em um tratado assimétrico, ao passo que o

²⁶⁷ Fredeg. *Chron.* V, 74.

²⁶⁸ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 20. Ennod. *Uit. Epih.* 72 e 168.

²⁶⁹ Fredeg. *Chron.* V, 47.

²⁷⁰ Respectivamente, Procop. *Bell.* VI, 29, 5. Greg. Magn. *Regist.* 229 e Fredeg. *Chron.* V, XX. O monarca não identificado por Gregório poderia ser Atanagildo, tendo em conta a famosa interpelação de Recaredo a Gregório Magno para saber a respeito de um tratado firmado entre visigodos e bizantinos, conforme descrito em Greg. Magn. *Regist.* 122.

²⁷¹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 20.

pactio refletia um acordo entre iguais.²⁷² Gregório de Tours utiliza o termo “*pactio*” de maneira muito específica, para descrever tratados que abordam partilhas e controvérsias territoriais.²⁷³ Para Isidoro de Sevilha, *pactio* e *foedus* são estágios de transição para que beligerantes possam atingir a paz após uma guerra, como se verifica no excerto abaixo:

Quatro coisas ocorrem na guerra: batalha, fuga, vitória e paz. O vocábulo “paz” (*pax*) parece derivar de pacto (*pactio*). A paz é obtida, porém, depois que se proceda primeiro a um tratado (*foedus*). O tratado (*foedus*) é a paz que se faz entre os beligerantes, derivado de fidelidade (*fides*) ou de feciais (*fetiales*), que eram os sacerdote pelos quais se faziam os tratados. [...]²⁷⁴

O bispo de Sevilha entendia a paz como o processo final da guerra, que se seguia ao estabelecimento de um *foedus*. A associação etimológica que faz entre *pax/pacis* e *pactio* também sugere que o conceito de *pax* exigia um acordo formal, podendo ser um *pactio* ou um *foedus*, termos que Isidoro utiliza sem maior rigor.

No caso da chancelaria papal, ainda que boa parte das altas hierarquias eclesiásticas proviesse da aristocracia romana e estivesse cônica, por conseguinte, da prática diplomática romana, há diferenças significativas no despacho e recebimento de seus emissários. Essas diferenças referem-se, sobretudo, à relação de identidade do clero, como um corpo político autônomo e, freqüentemente, com frouxas relações de identidade com os reinos aos quais pertenciam suas dioceses.

Contava o papa, para a instrução de seus emissários, com um expediente análogo às cartas de instruções, denominado *indiculus*. Trata-se de uma carta de instruções em que o papa descrevia os objetivos da missão e chamava a atenção,

²⁷² Para o uso do termo *foedus*, note-se, por exemplo, a utilização na Crônica de Amiano Marcelino, que utiliza esse conceito para designar a relação de povos e soberanos tributários ao Império Romano (e.g. XIV, 8; XVII, 1, 6 XVIII, 2; XIX, 5; XXIV, 26; XXVII, 5; XXX, 2; XXXI, 4). Já o termo *pactio* será utilizado diversas vezes por Gregório de Tours em sua Crônica, para referir-se a acordos entre os soberanos merovíngios, hierarquicamente iguais entre si (e. g. IV, 45; VI, 3; VII, 6; VII, 14; IX, 11, X, 19). Termo também utilizado, dessa forma, em Fredeg. *Chron.* V, 74.

²⁷³ CRISP, R. P. **Marriage and Alliance in the Merovingian Kingdoms.** 481-639. Tese de Doutorado. The Ohio State University, 2003. p. 260. “Unlike *pax* and *foedus*, which were used ambiguously in Gregory’s *Historiae*, Gregory appears to have a more specific idea about what a *pactio* was. All nineteen uses of the word are related to the division of the Frankish kingdom amongst the Merovingian kings. They seem to refer to a written agreement about the terms of the division. By far, the commonest use of the word is in reference to the Treaty (*pactio*) of Andelot (587), which encompassed twelve of his nineteen uses of the word. The *pactio* was, therefore, a negotiated, written agreement between parties in competition, conflict or disagreement with one another, and in Gregory of Tours, specifically refers to the compact governing the division of the kingdom.”

²⁷⁴ Isid. *Hisp. Etym.* XVIII, 1, 11.

eventualmente, para procedimentos específicos no decorrer do protocolo. Em um desses expedientes, em que o Papa Hormisdas dava instruções para emissários que encontrariam o Imperador Anastasius, é descrito com certo detalhamento o protocolo diplomático que o papa imaginava que fosse conferido aos seus emissários. Os bispos seriam recebidos por seus pares orientais, e deveriam aceitar os *libelli* de fé que eventualmente fossem oferecidos. Também deveriam aceitar os elementos de *hospitalitas*, como acomodação e transporte, para não criar hostilidades nem contribuir para a desagregação da unidade da Igreja. Deveriam, contudo, recusar ofertas de comida e convites de *convivia*. Ademais da hospitalidade de seus pares, Hormisdas esperava que o próprio Imperador oferecesse acomodação (*mansio*) aos seus emissários e que enviaria um funcionário para tratar de seus assuntos. As instruções, contudo, eram para que não recebessem ninguém antes de sua audiência com o Imperador. Queria Hormisdas que seus argumentos fossem ouvidos diretamente pelo Imperador, para que, sem prévio conhecimento do caso, diminuísse sua possibilidade de contrarrestar à posição do Papa. Após a audiência, contudo, poderiam os bispos receber quaisquer que apoiassem a causa papal, com o fito de favorecer o objetivo da missão.²⁷⁵ Percebe-se, por conseguinte, que havia por parte da chancelaria papal um grande cuidado em evitar que o assunto da missão fosse divulgado antes da audiência, por mecanismos formais, como o envio de funcionário imperial ao encontro dos bispos, ou informais, como no *convivium* com bispos locais, que poderiam desavisadamente estender essa informação à chancelaria imperial. É, contudo, pouco factível que essas instruções tenham sido possíveis de serem cumpridas à risca, uma vez que seria muito improvável que o Imperador concedesse uma audiência a emissários dos quais sequer conhecia o pleito.

O despacho e a recepção de emissários seguiam, eventualmente, as características de um *adventus* romano. Como se sabe, essas cerimônias consistiam nos retornos solenes e apoteóticos de um general vitorioso a Roma, a quem a pátria romana queria recompensar seus esforços e reconhecer e premiar suas táticas e seus êxitos militares.²⁷⁶ Com o tempo, a propaganda política associada ao protocolo

²⁷⁵ *Collect. Avell.* 116. Para uma análise detalhada do documento vide GILLET, op. cit. p. 228.

²⁷⁶ Sobre o tema vide MCCORMICK, M, **Eternal victory**. *Triumphal rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West* Cambridge: Cambridge University Press 1986.e ZÉTOLA, B.

dos triunfos militares desdobrou-se para outras searas, incluindo a das trocas de legações. Com efeito, tratava-se de um eloqüente símbolo de poder político demonstrar a interlocutores selecionados, por meio de cerimônias públicas, a capacidade soberana de receber e enviar emissários. Esse foi o caso, por exemplo, do monarca lombardo Adaloaldo, que, em sua cerimônia de coroação, fez notória sua atribuição de gerir a política externa do reino ao receber emissários francos em pleno anfiteatro de Milão.²⁷⁷ Poder-se-ia aproveitar essas ocasiões, ademais, para demonstrar a opulência de determinado reino, ou a força militar que um monarca possuía. Nesse sentido, é interessante notar que Gregório de Tours deixa transparecer a boa impressão que lhe passou o *convivium régio* quando foi enviado como emissário de Childeberto a corte de Gontrão.²⁷⁸ Do mesmo modo, Hidácio de Chaves registra que emissários suevos estavam presentes tanto em uma cerimônia militar visigoda, como na chegada a Roma de uma expressiva armada que se reunia para atacar os vândalos.²⁷⁹ Tendo em conta ser a monarquia sueva um importante contendor militar na segunda metade o século V, é possível que tanto visigodos quanto romanos tenham se aproveitado da presença de legados suevos para mostrar-lhes seu poderio bélico, com o fito de dissuadir eventuais ataques.

Por se tratar a chegada e o envio de legações de um protocolo público, poderiam os soberanos utilizar-se desse fato também para conceder uma recepção fria ou mesmo rejeitar a recepção de emissários de determinados soberanos, o que constituía uma mensagem política não apenas para o soberano que enviou a legação, mas também para seus interlocutores internos, que por meio daquela atitude pública ficavam a par das tendências de política externa de seu soberano. Gontrão da Borgonha, no âmbito de sua tradicional política de oposição ao reino Hispano-Visigodo, recusar-se-á a receber os emissários do rei Recaredo.²⁸⁰ Tal gesto equivalia, em alguma medida, aos atos de não-reconhecimento de um estado ou governo verificados atualmente. O mesmo rei fará questão de que se note,

M. **Triunfos militares e legitimação de poder na antigüidade romana.** Métis (UCS), v. 5, p. 35-59, 2006.

²⁷⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 16

²⁷⁸ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 20.

²⁷⁹ Hidat. *Chron.* a. 468. 1209; a 469, 1230.

²⁸⁰ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 1.

ademais, que a recepção aos emissários da rainha franca Fredegunda foi mais calorosa do que a dos de Childeberto II.²⁸¹

Era de praxe que as legações enviadas a um soberano portassem uma carta de credencial (*mandata*), acreditando aqueles emissários junto ao seu destinatário. Trata-se de herança da sistematização da comunicação política romana, que estabelecia esse documento como pré-requisito para as audiências imperiais.²⁸² Muitas vezes essa apresentação constava da própria carta que entregava o emissário ao monarca.²⁸³ Havia casos, contudo, em que os emissários portavam uma carta de credencial em separado, que não possuía outro objetivo que o de acreditar emissários junto a um monarca.²⁸⁴ Tendo em conta as dificuldades de se aferir a veracidade das informações prestadas por alguém que se apresentava como emissário, esse expediente era elemento importante para conferir alguma garantia de que aqueles indivíduos realmente estavam a serviço de determinado soberano.²⁸⁵ Por meio da comparação com modelos anteriores arquivados no ofício palatino, assim como pela análise da forma e do conteúdo apresentados nas missivas credenciais, cuja veiculação era restrita, poderiam o soberano e seus oficiais identificar, embora sempre com alguma margem de erro, se aquele texto realmente provinha de determinada chancelaria. A ausência desse documento colocava em dúvida não apenas a integridade dos emissários, como sua própria acreditação, como indica uma queixa do Imperador Maurício ao rei franco Childeberto, em que relata que “recebemos vossos emissários, ainda que não os reconhecêssemos”.²⁸⁶ Esse episódio, contudo, deve ter sido um caso isolado, pois a chancelaria de Childeberto era sabedora dessa prática, razão por que encontraremos, no epistolário do Reino da Austrásia, missivas enviadas por Childeberto a funcionários imperiais, apresentando-lhes seus emissários e solicitando-lhes as facilidades de praxe:

²⁸¹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 20.

²⁸² *C. Th.* XII, 12, 10 e 11.

²⁸³ Prisc. *Frag.* II, 2. *Collec. Avell.* 116-5.

²⁸⁴ É o caso da epístola enviada pelo monarca hispano-visigodo Sisebuto a Cesário, governador bizantino das terras peninsulares, que constitui exemplar mais antigo de que se tem notícia desse modelo de documento na Península Ibérica. *Ep. Visig.* 4.

²⁸⁵ No âmbito das comunicações episcopais, essa preocupação também se verificava, como atesta o cânone 58 do Concílio de Elvira (c. 306), que recomendava interrogar a todos que portavam cartas comunicatórias (*communicatorias litteras*), para comprovar pelo testemunho o que se afirmava pela carta.

²⁸⁶ *Ep. Austr.* 42. “

Childeberto rei dos Francos ao homem glorioso, estimado por todos os lugares com laudável eminência, Patrício Venâncio.

Impele-nos tanto da nobreza como das ações de vossas funções públicas, que lhe enderecemos epístolas por que solicitamos a amizade. Por conseguinte, comprometidíssimos tributários da obrigação de saudar a Vossa Gloriosíssima Eminência, e pela integridade que desejamos vivamente encontrem de vossa parte, submetemos à vossa apreciação nossos presentes legados destinados ao clemente e sereníssimo príncipe, governante da república dos Romanos, regido por Cristo. Tendo sido apresentados com vossa distinção, pela utilidade comum e pela paz, uma e outra gente serão vistas reunidas, e por essa razão encarregai-vos que, por meio dos vossos elevados conselhos e da vossa augusta potestade, essas coisas sejam deliberadas, e que a vossa e a nossa parte unidas pela afeição progredam junta e indissociavelmente no futuro.²⁸⁷

Marculfo, com o mesmo objetivo de acreditar emissários junto a reinos estrangeiros, inclui em sua compilação de fórmulas alguns modelos de cartas credenciais:

A esse Rei, glorioso senhor e excelente irmão, em nome de Deus, este Rei.

Um desejado evento deu-nos a profícua oportunidade de apresentar a honra de nossas saudações à sua serenidade, uma vez que desejamos, inteiramente mobilizados pelo afeto, saber a respeito da prosperidade de sua alteza, já que consideramos ser sua glória inseparável de nós pela irmandade. Por conseguinte, enviamos à presença de sua fraternidade os ilustres homens, esse e esse, para quem nós solicitamos sejam recebidos com a mais amável tranqüilidade, como é apropriado à sua glória, para que quando eles completarem o objeto da missão atribuída a eles, depois de terem dado notícia de sua clemente resposta, eles possam ser honrados por meio de sua carta sagrada para nos trazer as notícias de sua saúde.²⁸⁸

A troca de presentes resguardava sua importante função no envio e recebimento de missões diplomáticas, como prova de *amicitia* e expressão de *concordia*. É o que demonstra, por exemplo, Isidoro de Sevilha, em sua História Gothorum, ao relatar que Atanarico enviou emissários com donativos ao Imperador Valente, e também ao afirmar que o mesmo monarca foi honrosamente recebido por

²⁸⁷ *Ep. Austr.* 39. Vide também *Ep. Austr.* 35, 36 e 38.

²⁸⁸ *Marc. Form.* 9. A fórmula 10 é um modelo de resposta a esse tipo de documento.

Teodósio. Nesse mesmo sentido, é interessante notar a inferência feita por João de Bicláro sobre o tema: “Os legados da gente dos macuritos vêm a Constantinopla e, oferecendo presas de elefantes e girafas como presente ao príncipe Justiniano, estabelecem para si a amizade dos romanos.”²⁸⁹ Também o historiador bizantino Menandro Protector relata um exemplo nesse sentido, ao escrever que os enviados de um povo asiático aceitariam os termos de um tratado com os romanos contanto que estes oferecessem a seu soberano alguns presentes, para que com isso se conservasse o respeito e a autoridade desse governante junto aos demais povos da confederação.²⁹⁰ Muitos casos não são sequer descritos pelas fontes – tratava-se, muito provavelmente, de ofertas pecuniárias, de animais, sobretudo os de montaria, e de objetos de uso diário.²⁹¹ Oferendas especiais, seja pelas proporções ou pela natureza, serão registradas com destaque pelos autores da época. Nesse sentido, há registros de doação de objetos bélicos, animais exóticos, harpistas e jóias²⁹²

Com a cristianização da política, notaremos que os presentes serão, por vezes, relíquias de santos ou rebuscados ornamentos litúrgicos, tendo em conta a crescente apreciação desses elementos no imaginário político tardo-antigo. O rei visigodo Sisenando, por exemplo, prometera ao seu homólogo franco Dagoberto, em retribuição a seu apoio para ascender ao trono, enviar-lhe uma legação portando um missal de ouro doado por Aécio ao tesouro visigodo.²⁹³ O rei visigodo Recaredo enviará para Gregório Magno 300 mantos para os pobres de Roma e um cálice de ouro com pedras preciosas incrustadas em sua parte superior. Em retribuição Gregório Magno enviará ao rei visigodo uma legação portando, entre outras relíquias, um fragmento da cruz e cabelos de São João Batista.²⁹⁴ Outras vezes poderão ser elementos cujo valor simbólico era maior do que o valor corrente. É o caso do florilégio de citações patrísticas que o rei visigodo Sisebuto enviou ao soberano lombardo Adaloaldo, junto com uma carta em que o exortava a converter-se à ortodoxia nicena.²⁹⁵

²⁸⁹ Iohan. Bicl. *Chron.* 28.

²⁹⁰ Men. *Fr.* XII, 5.

²⁹¹ Na maior parte dos relatos, informa-se tão somente que *datisque muneribus*, como em Greg. Tur. *Hist Franc.* IX, 1 e 16.

²⁹² Hidat. *Chron.* a. 464, 1129; Iohan. Bicl. *Chron.* 28, 36; Cassiod. *Var.* II, 40-1; e Greg. Tur. *Hist Franc.* IX, 28.

²⁹³ Fred. *Chron.* V, 73.

²⁹⁴ Greg. Magn. *Reg.* 128

²⁹⁵ *Ep. Visig.* VIII, 192.

A cristianização da sociedade foi responsável pela transformação de outro elemento corriqueiro no protocolo diplomático do mundo clássico, que era vinculação parental. Nas epístolas francas, encontraremos os monarcas francos dirigindo-se aos imperadores como filhos, e este respondendo àqueles como pai. O Imperador colocava-se, assim, como o “*pater familias*” da família de reis cristãos, cujos governos terrestres deveriam emular os princípios do governo de Deus, no âmbito da cada vez maior cristianização do imaginário político. Esse padrão de comunicação política, se muito caro aos soberanos francos, não terá paralelos expressivos nas outras monarquias, o que indica que a diplomacia de parentesco perdia espaço na Antigüidade Tardia. Conforme um especialista,

What caused kinship diplomacy to die out was in part the lessening importance of the Greek city as a unit within the Roman empire. No less important was the emergence of a religion which did not acknowledge the living force of pagan gods and heroes, but saw the kinship between human and divine in new terms all its own.²⁹⁶

A esses fatores apontados por Jones, sugiro outro mais: o crescente papel da aristocracia na lide das relações diplomáticas, aristocracia cujas relações estão assentadas não no parentesco, mas na *amicitia*.

²⁹⁶ JONES. op. cit. p. 05.

2.4. Recursos diplomáticos de negociação

2.4.1. Os recursos de negociação romanos

Os romanos desenvolveram, muito mais que os gregos, apurados recursos de negociação diplomática. Para além de elaborada formação de seus emissários, contavam com uma eficiente estrutura administrativa, com uma extensa rede de captação de informações e com uma máquina de guerra sem rival. Sabiam os políticos romanos, ao elaborar seus objetivos de política externa, que podiam contar com esses importantes recursos de negociação diplomática.

Entre esses elementos, um dos mais destacados certamente foi o desenvolvimento de um aparato administrativo que se tornava cada vez mais elaborado no período baixo-imperial. De fato, as reformas administrativas levadas a termo por Diocleciano e Constantino propiciaram o advento de uma administração mais complexa da *res publica*. No âmbito do desenvolvimento do aparato crescia também o número de documentos oficiais gerados e geridos por procedimentos que se consolidavam. Desse modo, iniciou-se uma política de conservação de documentos administrativos e políticos entre os quais se incluíam, evidentemente, aqueles afetos à diplomacia romana. No império oriental, chegou-se a criar um arquivo central para os documentos oficiais, do qual não se tem notícia de existir na *pars occidentalis*.²⁹⁷ De todo modo, é provável que em ambas as partes do Império documentos diplomáticos tenham sido preservados e copiados, servindo de importantes recursos para os emissários romanos.

O tipo de documento mais essencial são os tratados escritos firmados entre Roma e outras nações, cujas cláusulas, disposições e preâmbulos os emissários romanos dedicavam sua elaborada hermenêutica para interpretar e atuar conforme os objetivos de sua política externa. Havia também as missivas trocadas entre soberanos estrangeiros e políticos romanos, fontes privilegiadas de informações a respeito de um povo, tema ou personalidade com que o emissário romano poderia tratar. Diversos autores citam essas epístolas, de modo que sua difusão entre o público culto romano parece ter sido significativa.²⁹⁸ Por fim, relatos de missão e

²⁹⁷ Sobre a consulta a esse arquivo veja-se Men. *Fr.* 6, 1 e 6, 2.

²⁹⁸ Veja-se, por exemplo, Euseb. *Uit. Const.* IV, 8; Amm. *Hist.* XVII, 5; e Procop. *Bell.* I, 11, 7.

aide-mémoires, apresentados sob as mais diversas formas, também constituíam importante recurso de informações para a diplomacia romana. Os fragmentos da obra de Prisco de Pannio são exemplos típicos dessa fonte, que provavelmente era bastante difundida entre os políticos romanos. Contudo, talvez o mais freqüente fosse o relatório direto ao imperador, indicado em diversos registros.²⁹⁹

Essa apurada administração da política romana era combinada com o alto nível de formação e seleção dos emissários romanos, que comentei anteriormente, desdobrando-se em táticas administrativas que visavam a potencializar a experiência adquirida por seus emissários em determinado tema ou região. Nota-se nas fontes a prática, provavelmente deliberada, de enviar a determinada região emissário que já fora enviado para o mesmo lugar anteriormente. As vantagens evidentes dessa tática são a familiaridade com o povo e as condições geográficas com que o emissário se deparará, diminuindo os efeitos de eventuais choques culturais. Ademais, uma bem-sucedida negociação deixava um canal de diálogo aberto entre os indivíduos de diferentes nações que participaram dos acordos, favorecendo um ambiente de confiança e entendimento entre as partes. Um desdobramento desse ativo político que o papel do indivíduo legava ao Império Romano era a escolha de parentes do emissário previamente enviado para uma missão, quando este não queria ou não podia se encarregar pessoalmente de nova missão.³⁰⁰ Percebe-se, portanto, que também do ponto de vista da *res publica*, era interessante que os filhos e demais parentes de emissários assumissem as funções que couberam a seus pais, o que completa o sentido da extensa legislação acima referida a respeito do tema. O que se esperava com essa prática era que por meio da reputação do sobrenome da família uma relação pessoal cultivada previamente

²⁹⁹ Para uma lista de exemplos de relatos de missão vide LEE, op. cit. p. 38. Segundo o autor, "Such accounts might have been written up for the archives by the envoy himself after his audience with the emperor, but the most convenient method would have been for a verbatim record of the audience itself to have been taken down on the spot by imperial shorthand writers who were undoubtedly available for comparable tasks. This last possibility directs attention to a final category of document worth considering, namely the minutes of the imperial consistory, the emperor's advisory council, which are known to have been kept by imperial shorthand writers."

³⁰⁰ Esse expediente já era largamente utilizado pelos gregos como indica RUNG, op. cit. p. 44. "Thus, in Athens personalities with the Persian royal house were considered in the choice of Callias and Pylilampus as ambassadors to Persia; they were thought as significant for including Conon in the Athenian embassy to Sardis (Xen. Hell.4.8.13). The Spartans sent to Persia Nicolaus and Stratodemes who were the sons of Bulis and Sperthius, who had departed for Persia one generation earlier (Hdt. 7.137). The Thebans sent to Susa Ismenias (2) as one of envoys (Plut. Artax. 22) who was the son of Ismenias(1), accused of medism and executed at Thebes c.382BC."

pelo pai ou outro parente proporcionasse significativa vantagem em relação a algum negociador cuja outra parte não possuísse referência alguma. Desse modo, trata-se de mais uma tática diplomática romana no sentido de prover seus emissários com recursos eficientes para tratar apropriadamente com nações estrangeiras.

Outro recurso importante para o poder público romano era a própria técnica de seus emissários, isto é, o seu modo de fazer diplomacia, elemento que se relaciona estreitamente com a experiência diplomática e, logo, com a informação como recurso diplomático. Os exemplos mais inteligíveis da técnica diplomática como recurso referem-se às práticas protocolares e ao uso do tempo como aliado que, conforme a supramencionada idéia de Demóstenes, já era elemento reconhecidamente importante na diplomacia grega. Um exemplo do bom uso da técnica diplomática relacionada ao tempo da negociação, às regras de protocolo e ao *ius gentium* é narrado por Tito Lívio, ao relatar que em uma contenda entre pilhagens mútuas de camponeses romanos e *albos*, ambos os povos enviaram emissários buscando reparação dos danos causados em seus territórios. Tulo, o rei dos romanos, ao mesmo tempo em que instruiu seus enviados a cumprir diretamente suas ordens e pedir a reparação, recebeu os enviados albanos com extrema cortesia, ofertando-lhes banquete e procrastinando o máximo as reuniões de trabalho. Quando finalmente concede permissão para os enviados *albos* lhe falarem, já fora informado que o rei dos albanos recusara aos enviados romanos a mesma reparação que os enviados *albos* lhe pediam. Desse modo, nem entrou no mérito da questão, pois a recusa anterior dos *albos* lhe dava um *casus belli* legítimo.³⁰¹ Um exemplo contrário, isto é, de como a falta de técnica em relação ao uso do tempo nas relações diplomáticas atrapalha a política também é relatado por Tito Lívio, que registra que os cartagineses empreendiam já diversos preparativos para a guerra enquanto os romanos ainda gastavam seu tempo em relações diplomáticas.³⁰²

Roma contava, para a formulação e execução de sua política externa, com extensa rede de informações, angariadas por canais formais e informais de atualização e verificação de notícias referentes a entidades políticas exteriores. O trânsito de peregrinos e comerciantes, como exemplo de canal informal, facilitava a

³⁰¹ Liv. *Urb. Cond.* I, 22.

³⁰² Liu. *Urb. Cond.* XXI, 11, 3.

difusão de rumores e percepções a respeito de determinada situação de política externa, bem como a detalhes relacionados à geografia e às características climáticas de uma região. No campo dos canais formais de informação, Ademais das legações, havia as atividades de espionagem que permitiam aos romanos, além de descobrir novas informações acerca de outros povos, verificar as informações recebidas por canais informais de comunicação. Havia, por conseguinte, uma preocupação com a contra-informação, isto é, evitar que emissários estrangeiros dispusessem de informações significativas que pudessem virar importantes recursos diplomáticos contra os romanos. Assim, tentava-se evitar que emissários estrangeiros ficassem desacompanhados em território romano, a fim de que não pudessem recolher informações sensíveis. Procópio lamenta que Isdigousnas, enviado dos Persas a Constantinopla em 551, tivesse ficado livre para vagar pela cidade conversando e negociando com quem quisesse sem que houvesse um romano para o vigiar “como de costume”.³⁰³ O mesmo autor relata a freqüente atividade de espões por parte dos romanos e dos persas, “homens acostumados a se infiltrar secretamente ente o inimigo para examinar detalhadamente seus negócios, reportando aos seus soberanos em seu retorno”.³⁰⁴

Por fim, o exército romano constituía um importante elemento de negociação. Como se sabe, a política externa de uma nação pode ser desenvolvida pela diplomacia ou pela guerra. No caso da guerra havia, evidentemente, normas e parâmetros relativamente universais para o seu uso. De todo modo, não deixava de ser um elemento importantíssimo na negociação de um político romano saber que dispunha, para garantir ou forçar a aceitação de suas posições, da maior máquina de guerra do período. Assim, ainda que não utilizasse a guerra como recurso de negociação, a mera possibilidade de fazê-lo era elemento que pesava sobremaneira no cálculo político de seus interlocutores. Por conseguinte, constituía, ao lado do aparato administrativo, de sua rede de informações, e da apurada formação de seus emissários, um dos mais importantes recursos diplomáticos romanos.

³⁰³ Procop. *Bell.* VIII. 15, 20.

³⁰⁴ Procop. *Bell.* I. 21, 11.

2.4.2. Recursos diplomáticos de negociação na Antigüidade Tardia

Morto Frumário, Remismundo, confirmado em seu mandato real pelo juramento de todos os suevos, restaura a paz com os galaécios, envia emissários para um acordo a Teodorico, rei dos Godos, quem por emissários, e armas e matrimônio, o que se considerava, aceita.³⁰⁵

O excerto acima, encontrado na *Historia Sueborum* de Isidoro de Sevilha, é revelador dos diversos recursos diplomáticos de negociação a que um soberano poderia precisar recorrer, a um só tempo, para tentar atingir determinado objetivo de sua política externa. Remismundo, assumindo o reino dos Suevos em um momento conturbado, precisava por todas as maneiras negociar uma paz com Teodorico.

O primeiro recurso de negociação citado por Isidoro é o próprio corpo de emissários do rei. Trata-se, com efeito, do mais elementar mecanismo de que dispunha um soberano para negociar determinado ponto de política externa. Confiava, nesses casos, nas habilidades de negociação de nobres, laicos e eclesiásticos, que estavam próximos a si. Paulo Diácono fornece um exemplo expressivo do papel dos emissários no processo negociador, evitando uma grande batalha entre saxões e francos: “por intermédio dos emissários (*nuntiis*), fizeram a paz”.³⁰⁶

Outro recurso descrito por Isidoro no pacto de paz entre suevos e visigodos são as armas, o poder bélico. Embora não possa ser considerado como um recurso diplomático, a guerra constitui mecanismo de política externa plenamente aceito no conjunto de códigos morais que norteavam as comunicações e negociações políticas na Antigüidade. Conforme demonstrou Georges Duby em seu “Domingo de Bouvines”, a guerra, nas sociedades cristãs, possuía o objetivo de revelar de que lado estava a justiça divina.³⁰⁷ Um excerto dos versos que Venâncio Fortunato redige em louvor ao monarca franco Sigiberto ilumina um pouco mais essa idéia: “por uma prosperidade inconcebível, tuas guerras produziram a paz e tua espada criou uma bondade assegurada”.³⁰⁸ A referência ao poder coercitivo por parte de Sigiberto contra os saxões e os turíngios corresponde a um recurso diplomático

³⁰⁵ Isid. *Hisp. Hist. Sueb.* 90.

³⁰⁶ Paul. *Diac. Hist. Lang.* III, 5.

³⁰⁷ DUBY, G. **Le dimanche de Bouvines**. Paris, 1973.

³⁰⁸ Venan. *Fort. Carm.* VI, 1.

legítimo no período tardo-antigo e deve ser entendida à luz da cristianização do *casus belli*. Nesse mesmo sentido, Juliano de Toledo, em seu relato das campanhas militares do rei Wamba, não deixa margem a dúvidas com relação ao lado justo da contenda: “Foi visto, segundo se conta, por um homem de raça estrangeira, que o exército do príncipe religioso estava protegido por guardas de anjos e que esses mesmos anjos em seu vôo pressagiavam os sinais de sua proteção sobre o acampamento do mesmo exército”.³⁰⁹ Do mesmo modo, Paulo Diácono afirma que o rei lombardo Cunincperto venceu uma batalha contra o tirano Alahis pois “o Senhor quisera conceder-nos a vitória”.³¹⁰ Nos textos dos três mencionados autores, nota-se um retorno ao tema do poder coercitivo como instrumento de punição divina aos maus e pecadores, já enunciado pelos autores cristãos desde a Epístola de Paulo aos Romanos. A guerra aparece, por conseguinte, como recurso de política externa de que se utilizou o monarca para atingir um nobre objetivo – a produção da paz e da bondade, isto é, de um ambiente propício à salvação. Assim, a derrota de povos heréticos a um príncipe cristão consistia em mais um sinal da legitimidade do recurso à guerra como meio de uma monarquia se relacionar com outras unidades soberanas do período.

Para além de uma guerra santa, o poder bélico podia ser utilizado como instrumento de relações diplomáticas para gerar desconforto em determinado soberano e obrigá-lo a ceder em determinado ponto. Exemplo ilustrativo desse mecanismo de negociação é o do monarca lombardo Agilulfo que, tendo sua filha raptada pelos romanos, fará uma campanha militar punitiva, com o auxílio dos avaros e eslavos, contra cidades nominalmente vinculadas ao Império.³¹¹ Essas ações não tinham outro objetivo que o de conseguir resgatar a princesa lombarda, ilustrando claramente a utilização do poder bélico como elemento de política externa. Trata-se, destarte, de expediente muito diferente da guerra de conquista, que não objetiva obter uma concessão de outra parte para além do próprio território conquistado.

Nesse contexto, iniciava-se a cristalizar a idéia de que a paz é uma dádiva de Deus. Ao agradecer a paz que o rei lombardo Agilulfo concedera ao Papado mesmo

³⁰⁹ Iohan. Tol. *Hist. Wamb.* XXIII, 600.

³¹⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 41.

³¹¹ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 28.

após este ter firmado um funesto acordo com um duque lombardo com pretensões sediciosas, o papa Gregório afirma que Agilulfo, ao amar a paz, demonstra amar Deus, que é seu autor.³¹² Trata-se de uma construção ideológica importante, que terá implicações fundamentais no exercício da prática diplomática e da atuação régia na Antigüidade Tardia e Alta Idade Média. Equiparar a paz a uma dádiva divina significa afirmar que os monarcas cuja política externa possuíam um componente cristão deveriam pautar suas agendas diplomáticas mais pelos elementos imateriais do que pelos materiais.

No excerto em que apresenta os mecanismos de relação diplomática ente Remismundo e Teodorico, Isidoro de Sevilha também se refere à proposta de matrimônio que se considerava entre o rei suevo e uma princesa ostrogoda como um dos meios por que se conseguiu a paz. Com efeito, não poderia haver manifestação pública mais eloqüente da confiança e do desejo de aproximação entre duas casas nobiliárquicas do que um matrimônio, razão pela qual foi um dos expedientes mais utilizados na prática diplomática tardo-antiga. O matrimônio régio tornava público e trazia uma espécie de garantia para o desejo de aliança entre dois clãs, entre dois reinos, ente duas comunidades políticas. Resultado de complexas tratativas políticas, o matrimônio régio poderia servir como mecanismo de negociação facilitador para variadas situações: unir territórios, selar paz entre inimigos, obter determinada concessão, pressionar sobre certo litígio, etc.

Nessa direção, é em âmbito nobiliárquico e, mais ainda, monárquico que o matrimônio ganha uma dimensão diplomática. A princesa eleita para consumir uma aliança deveria encerrar em si uma série de virtudes, pois se tornaria emblema do reino e da linha política de um soberano. Dessas virtudes, deveria destacar-se seu fervor católico, o qual, orientado pelas políticas de seu cônjuge, conduziria o reino aos píncaros da glória. O matrimônio régio bem-sucedido estendia, por conseguinte, para toda a comunidade política a relação de complementaridade entre masculino e feminino que Deus propiciara para cada relação matrimonial.³¹³

³¹² Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 9.

³¹³ DUBY, G. **Helóisa, Isolda e outras damas no século XII**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 124. Analisando o tema do *appetitus*, o autor assinala que “[...]é um perigo, mas também uma força, a quantia que a torna capaz de ajudar seu homem como deve. Tal capacidade de amor deve ser dominada pela razão, ou seja, pelo viril, caso contrário se desvia. No entanto, quando convenientemente orientadas, controladas, as forças do desejo que a mulher por natureza possui se

Para além dos expedientes de negociação mencionados por Isidoro de Sevilha, pode-se aditar muitos outros, dos quais destacarei três, expressivos, ao meu ver, da característica legitimadora do exercício da função diplomática. O primeiro desses é o multilateralismo.³¹⁴ Sabe-se que as relações diplomáticas eram conduzidas, na Antigüidade Tardia, sobretudo em âmbito bilateral. Contudo, com o fito de dar maior legitimidade a determinado pleito, poderiam ocorrer negociações entre mais de uma parte. Tome-se, como exemplo, o caso da legação em conjunto de godos e romanos enviada ao rei suevo Requiário, que pretendia se assenhorear da Província Tarraconense, em 456, rompendo um pacto anteriormente firmado entre as três partes.³¹⁵ Com essa missão conjunta, os godos buscavam muito mais a autoridade política do Império do que seus já convalescidos recursos bélicos para pressionar os suevos a respeitar o pacto estabelecido e restaurar o equilíbrio de poder na região. Dois séculos depois, o rei visigodo Witerico também almejou concertar uma coalização multilateral contra Teodorico II, após uma frustrada tentativa de matrimônio régio. Tentou mobilizar um pacto com os francos Clotário e Teodeberto e o lombardo Agilulfo para atacar Teodorico, mas não obteve sucesso em suas tratativas.³¹⁶ No mesmo sentido, Paulo Diácono registra a inclusão de um emissário avaro na legação que foi enviada aos francos, com o intuito de firmar um acordo de paz tripartite, entre lombardos, avaros e francos.³¹⁷

Desdobramento da legitimação que o multilateralismo conferia aos atos internacionais do período, a arbitragem também era elemento ordinário de resolução de controvérsias na Antigüidade Tardia. Sua lógica era recorrer à suposta neutralidade do *tertius*, nação soberana não interessada no litígio. É esse o recurso usado pelo ostrogodo Teodorico para tentar evitar o iminente conflito entre o rei

mostram capazes de sustentar, e de maneira muito eficaz, uma ascensão espiritual." Sobre esse mesmo tema, vide a glosa de Santo Agostinho sobre a Gênese (Agost. Hip. *Gen.* II, 11).

³¹⁴ Para um precedente de um acordo multilateral na Antigüidade Clássica, tome-se o exemplo da chamada Paz Comum, firmada entre os gregos no início do século IV, e analisada por RHODES, P. F. **Making and breaking treaties in the Greek world**. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). *War and Peace in Ancient and Medieval History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Contudo, a legitimação do tratado não provinha do fato de o tratado ser multilateral: "What made the common peace common to all the Greeks was not that all of them had agreed to it but that it could be enforced on all of them. Enforced on all of them by Sparta, not because Sparta was given a privileged position by the text of the treaty, but simply because it was Sparta that had done a deal with the Persians and had obtained from the Persians this treaty and their promise to enforce it." p. 19.

³¹⁵ Hidat. *Chron.* a. 456, 825.

³¹⁶ Fredeg. *Chron.* V, 30.

³¹⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 24.

franco Clóvis e o visigodo Alarico II, seu protegido. Desse modo, envia *epistola uniformis talis* aos reis dos turíngios, hérulos e warnos, solicitando que enviem emissários a Clóvis, em conjunto com o seu próprio e o do rei Gundobaldo, para que por sua *aequitate* possam aplicar as *leges gentium*.³¹⁸ Ainda com respeito a essa referência ao *ius gentium*, e informando dos perigos da indiferença de sua observância pelo rei franco, Teodorico assevera: “Aquele que não quer agir pela lei está apto a devastar todos os reinos”. Paralelamente, faz chegar a Clóvis correspondência exortando-o a aceitar a conciliação proposta pelos “amigos neutros, perseverantes da paz”, pois “é uma atitude inaceitável mover as armas logo após a primeira legação”.³¹⁹ Apesar de utilizar recursos simbólicos importantes, como a moderação do uso da guerra por um soberano, Teodorico não consegue convencer Clóvis a aceitar sua proposta de mediação multilateral. Registram-se na Antigüidade Tardia, além desta, outras tentativas, menos documentadas, de conciliação multilateral. Procópio, por exemplo, relata o caso da solicitação de arbitragem de Amalasunta, soberano ostrogodo, a Justiniano para deliberar sob o direito de ocupação da Sicília.³²⁰ Do mesmo modo, o Fredegário também registra uma tentativa de conciliação na sétima centúria.³²¹

Por fim, a informação, recurso mais valioso de que dispõe um emissário de qualquer período, não poderia deixar de figurar no rol dos instrumentos de negociação do período. A disseminação de informações a respeito de determinado fato pode ser uma importante estratégia política. Ao se divulgar a informação sobre uma vitória militar ou sobre um acordo de paz, por exemplo, um soberano está informando a outrem a respeito de sua capacidade de poder ou de seus objetivos de política externa, o que pode provocar reações favoráveis a seus interesses, tais como dissuasão de ataques e alianças políticas, entre outras. Note-se, a esse respeito, o caso de Valentiniano III, que não demora em encaminhar emissários às monarquias romano-germânicas para informar que, com a morte de Aécio, era o verdadeiro soberano dos romanos.³²² O Imperador Avitus também parece ter

³¹⁸ Cass. *Var.* III, 3.

³¹⁹ Cass. *Var.* III, 4.

³²⁰ Procop. *Bell.* IV, 5, 12.

³²¹ Fredeg. *Chron.* II, 58.

³²² Hidat. *Chron.* a. 454, 776.

recorrido ao mesmo expediente, ao enviar legações a respeito da vitória do *magister utriusque militiae* Ricimer sobre os vândalos, em 456.³²³

Uma prática comum nesse sentido é a dissimulação, isto é, a divulgação de uma imagem distorcida sobre a realidade, com o fito de obter vantagem em determinado processo político bilateral. Paulo Diácono relata um episódio interessante durante uma controvérsia entre avaros e lombardos: após serem solicitados pelo monarca lombardo a auxiliar a debelar uma revolta nobiliárquica na cidade de *Forum Iulii*, os avaros ocupam a cidade mas recusam-se a devolvê-la ao domínio lombardo. Com o objetivo de dissuadir os avaros a entrar em guerra pela posse de *Forum Iulii*, o rei lombardo Grimualdo, que se encontrava momentaneamente com poucos efetivos bélicos, solicitou que seu pequeno exército entrasse e saísse repetidas vezes de seu palácio trajando cada vez uma indumentária e armas diferentes, para que os emissários avaros acreditassem ser o exército lombardo muito maior do que realmente era. Informado por seus legados sobre a dimensão do exército lombardo, o rei avaro teria prontamente devolvido a cidade.³²⁴ Em outra passagem sobre a dissimulação e a importância de preservar a informação, Paulo Diácono relata a estratégia do rei lombardo Ariperto, quando recebia emissários de gentes estrangeiras, vestia-se com roupas simples e feitas de pele, e nunca oferecia vinho nem outras iguarias locais.³²⁵ Seu objetivo com esse protocolo às avessas era desestimular o interesse de outros povos pela Península Itálica.

³²³ Hidat. *Chron.* a. 456, 825.

³²⁴ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 21.

³²⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 35.

Capítulo III

A POLÍTICA EXTERNA NA ANTIGÜIDADE TARDIA

Omnia sunt externa unius virtute terra marique
pacata, domesticum bellum manet, intus insidiae
sunt, intus inclusum periculum est, intus est hostis.

(Cic. *Cat.* II, 11)

Todas as coisas externas estão em paz por terra e
por mar; pelo valor de um único homem. Mas
perdura a guerra civil, persistem as ciladas internas,
o perigo, a traição

(Cícero. *Catilinárias*).

Este capítulo analisa as diretrizes de política externa do baixo império romano e das principais unidades soberanas tardo-antigas, que surgiram da desestruturação de sua parte ocidental. Inicia-se com a análise do ocaso da política externa e da diplomacia romana, sobretudo à luz de suas relações com os sassânidas e com os germanos. Endosso a hipótese de que a desestruturação da *pars occidentalis* do Império Romano teve como um de seus fatores preponderantes um desequilíbrio na balança de poder do período, provocado pelas migrações germânicas, ao qual nem o exército nem a diplomacia romana conseguiram responder. Contudo, devido a relações políticas e culturais cada vez mais intensas com os povos germanos e com o Império Sassânida, seus principais vizinhos, as relações de identidade e de alteridade dos romanos começavam a se alterar, propiciando às monarquias romano-germânicas que sucederam ao Império ensejo de se apropriar mais facilmente de diversos elementos políticos elaborados no período. Em seguida, examinam-se os objetivos gerais de política externa das principais unidades soberanas que sucederam à hegemonia política imperial no ocidente tardo-antigo. Esses objetivos dependiam não apenas das circunstâncias políticas externas de cada reino, como também das disputas internas entre suas elites pelo controle e legitimação do poder soberano de exercer a política externa do reino.

3.1. Política externa no mundo clássico

3.1.1. A política externa no mundo clássico

A multiplicidade de cidades-estado gregas, suas alianças e ligas, seus freqüentes contatos com os persas, macedônicos e romanos fizeram da Grécia clássica um universo propício ao desenvolvimento das relações diplomáticas. Desse modo, muitos especialistas apontam esse período como parteiro da diplomacia ocidental.³²⁶ Diversas instituições e técnicas tradicionais da diplomacia desenvolveram-se nesse período, constituindo marcos operativos que serviram de base não apenas à diplomacia romana, mas também à das monarquias tardo-antigas.

Com a expansão da hegemonia romana no Mediterrâneo, as cidades-estado gregas verificaram um significativo decréscimo em sua autonomia política. Conforme anotou Christopher Jones, “a Greek observer of the new era noted that cities could no longer conduct their own foreign policy. “Formerly”, says Strabo early in the principate, “They used to deliberate about war, peace, and alliance, but that is not likely now; these things inevitably depend on the Romans”.³²⁷

A prática diplomática romana desenvolveu-se a partir do legado político grego, o que levou alguns estudiosos da diplomacia a afirmarem que os romanos não foram muito originais no tratamento de suas relações diplomáticas. Muito embora seja verdade que significativa parte dos usos e costumes da diplomacia romana tenham provido do mundo helênico, acredito existirem indícios suficientes para caracterizar um legado romano da diplomacia.³²⁸ Evidentemente, numa

³²⁶ Com efeito, é comum, em cursos de Teoria das Relações Internacionais, apontar-se Tucídides como o primeiro teórico da interpretação “realista” das Relações Internacionais, em virtude de sua interpretação a respeito da Guerra entre os Gregos, que privilegia, segundo esses autores, a perspectiva da balança de poder em Guerra do Peloponeso, 88: “O voto dos lacedemônios considerando o acordo rompido e determinando, portanto, que deveriam ir à guerra, foi motivado não tanto pela influência dos discursos de seus aliados quanto por temor dos atenienses, para evitar que eles se tornassem excessivamente poderosos, pois viam que a maior parte da Hélade já estava em suas mãos.” Tradução de CURI, M. G. **História da Guerra do Peloponeso**. Tucídides. Brasília: Editora da UnB, 1999, 3ª ed.

³²⁷ JONES. op. cit. p. 106.

³²⁸ De acordo com essa hipótese, GILLET, op. cit. p. 17. sugere que “Diplomatic under the Roman empire, up to the battle of Adrianople, were conducted within substantially different political and administrative frameworks from that of the classical Greek cities. But the mode of communication, the

civilização tão duradoura e extensa como a romana, as diferenças cronológicas e geográficas são significativas. De uma diplomacia de caráter quase sagrado verificada no período monárquico, desenvolveu-se uma diplomacia cívica no período republicano, que foi substituída por uma diplomacia militar na época Imperial. Antigos territórios soberanos foram integrados como províncias romanas, de modo que uma relação diplomática entre povos autônomos transformava-se em comunicação política interna, com o envio de emissários provinciais e cidadãos ao centro do poder romano.

Para entender-se apropriadamente a dinâmica da diplomacia romana há de se buscar uma definição daquilo que constituía sua essência, isto é, quais eram os interesses e objetivos por que propugnava a prática diplomática romana. Cícero, em suas *Catilinárias*, fornece uma pista a respeito do entendimento da concepção de política externa no mundo romano. Ao distinguir, por ocasião da conspiração de Catilina, as ameaças internas e externas à República, afirma que “não há nação nenhuma a que no momento possamos temer, não há rei que possa fazer guerra ao povo romano. Todas as coisas externas (*omnia externa*) estão em paz por terra e por mar; pelo valor de um único homem. Mas perdura a guerra civil (*domesticum bellum*), persistem as ciladas internas, o perigo, a traição.”³²⁹ O contraponto entre os afazeres internos e externos da política está claro pela expressão “*omnia externa*”, que se opõe ao adjetivo “*domesticum*”. Há, portanto, uma clara percepção de que a vertente externa da política romana era compreendida como algo classificado à parte no âmbito da *res publica*, e que graças aos exitosos esforços dos políticos e generais romanos, essa parte da política não apresentava maiores preocupações no momento.

Esse eloqüente excerto de Cícero, para além de revelar claramente a distinção entre política externa e interna, aponta algumas diretrizes da política externa romana. Conforme sugeri no capítulo primeiro, a política externa de uma nação é pautada por suas relações de identidade e alteridade. A identidade do povo romano, isto é, de suas elites no período republicano e alto-imperial, era a de um povo guerreiro, que subjugara as maiores potências e exercia ativa hegemonia no

Greek model of the envoy as an eloquent advocate, persisted throughout the Roman imperial period into late antiquity.”

³²⁹ Cic. *Cat. II*, 11.

mundo da época. Ao afirmar que não há nação alguma que o povo romano tema, e que nenhum rei poderá fazer-lhes guerra, Cícero está reafirmando a identidade do povo romano, como povo guerreiro e *caput mundi*, no âmbito da política externa.

No mundo romano, os objetivos de política externa eram definidos por um número muito reduzido de indivíduos, que orbitavam ao redor do centro de poder em Roma. Pouco espaço havia para o debate político a respeito de quais eram os interesses de Roma, e quais eram os melhores meios para defender tais interesses. As orientações de política externa vinham a reboque tanto da noção de identidade coletiva, como de decisões, discricionárias e oportunas, do Senado ou imperador. Nesse sentido, concordo com Fergus Millar quando esse autor, ao analisar o papel decisório do imperador nas relações externas de Roma, conclui que

[...] the Emperor's strategic choices and orders and the replies which he made in formal verbal exchanges with foreign embassies could only be determined by the general values of Graeco-Roman culture, of which he himself was a product. When that culture changed, as with the victory of Christianity, so did some of the values which informed foreign relations [...].³³⁰

3.1.2. A política externa romana no período baixo-imperial

A política externa romana requereu, por quase todo período republicano, uma diplomacia ativa e eficiente. A expansão de sua hegemonia pela bacia mediterrânica deu-se não apenas pelos feitos de armas, mas também por meio de numerosos acordos pacíficos, tratados, alianças e pactos entre as nações que incorporou aos seus domínios. Conforme anotou um especialista, analisando sobretudo a expansão romana na Península Itálica,

the developed Roman Empire was not limited to the provinces directly governed by Roman officials, but constituted a mosaic of princes, peoples and cities. The Romans referred to all of these as their allies (*socii*), but only a minority of these allies had treaties. These treaty communities (*ciuitates foederatae*) were formally independent, but so too were numerous treaty less friends of Rome, the friendly and allied kings (*reges socii et amici*), and others, variously known as 'free peoples' (*populi liberi*) or 'free communities' (*ciuitates liberae*). In

³³⁰ MILLAR, F. Emperors, Frontiers and Foreign Relations. 31 B. C. to A. D. 378. **Britannia**, Oxford, v. 13, p. 1-23, 1982. p. 22.

addition to these there were the majority of the provincial communities: these too were subject to the governors commands.³³¹

Assenhoreando-se de boa parte do mundo conhecido, a diplomacia romana viveu um período de certa tranqüilidade durante a maior parte do período alto-imperial. Embora os contatos, bélicos ou não, com povos d'além *limes* persistissem, os assuntos de política interna demandavam mais cuidado que os de política externa, característica, aliás, que provém desde o final do período republicano, conforme mencionado no segundo discurso de Cícero contra Catilina. Desse modo, as legações internas, de cidades, províncias, ou mesmo de grupos sociais para o imperador, continuavam a se desenvolver em grande volume, ao passo que as legações externas arrefeciam.³³² Otávio, em sua *Res Gestae*, relata ter recebido uma série de legações proveniente de diversas nações, incluindo uma da longínqua Índia.³³³ Trata-se, não obstante, de legações cujo objetivo era, sobretudo, render homenagem aos romanos e reiterar laços de amizade, não se detendo a assuntos substantivos de maior transcendência.³³⁴

Em seus escritos, Otávio regozija-se de ter empreendido guerras por mar e terra por todo o mundo, e de ter forçado as tribos dácias a obedecer às leis romanas.³³⁵ Esse registo é eloqüente a respeito de seu projeto de política externa e, logo, de sua concepção de identidade coletiva para o mundo romano. O famoso conselho de Vegécio, “quem deseja a paz, prepare a guerra”, sintetiza, de certo modo, os parâmetros da política externa republicana e alto-imperial.³³⁶

Desse modo, por estarem, durante o Principado, os objetivos da política externa romana, isto é, sua hegemonia no mundo conhecido, praticamente

³³¹ RICH, J. W. Treaties, allies and the Roman conquest of Italy. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). War and Peace in Ancient and Medieval History. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 55.

³³² Um exemplo interessante é o relatado por Tito Lívio, em *Urb. Cond.* XLIII, 3, que denomina “legatio” uma peculiar legação proveniente da Península Ibérica constituída de filhos de soldados romanos e de mulheres sem matrimônio legítimo que solicitavam a Roma que se lhes concedesse uma cidade para habitar.

³³³ *R.G.* 31.

³³⁴ *R.G.* 31.

³³⁵ *R.G.* 3 e 30, respectivamente.

³³⁶ Veget. *Milit.* III.

atingidos, sua diplomacia não foi tão ativa como em outros períodos.³³⁷ Essa tranqüila situação começa a transformar-se no século III, com o aumento da pressão de nações estrangeiras nas duas principais fronteiras do Império, a Reno-danubiana, com os povos germânicos, e a do oriente próximo, com os persas. Nesse sentido, a humilhação imposta ao imperador Valeriano por Shapur I da Pérsia, em 260, talvez seja um dos pontos de inflexão mais importantes na Antigüidade Tardia, pois revelava que os paradigmas da política externa romana soçobravam e, com eles, as relações de identidade e alteridade, tendo em conta as trocas culturais cada vez mais intensas entre romanos e germanos, por um lado, e as procelas com os persas, por outro.³³⁸ Esse período de transformações políticas e culturais, que alguns especialistas caracterizam como de crise, ocasionou também algumas implicações para a política externa romana, dentre as quais destaca-se seu recrudescimento.

Com efeito, a ascensão do império sassânida introduziu novo elemento no cálculo da política externa romana, que necessitaria, a partir de então, de uma diplomacia novamente ativa. Em meados da década de 220, a dinastia Parto Arsácida, governante do reino que por três séculos fora o maior vizinho do Império Romano, foi derrubada por uma revolta nobiliárquica liderada por Ardashir, senhor dos persas.³³⁹ O sucesso dessa revolta estabeleceu a dinastia sassânida, que levou a cabo um processo de fortalecimento e centralização do fragmentado poder que possuíam seus governantes predecessores. Essa nova vertente da política externa de seu maior oponente não passaria despercebida pela diplomacia romana, que logo tratou de tomar medidas para fazer frente ao poderio crescente do império lindeiro.

³³⁷ Exemplo disso é a ausência de arquivos diplomáticos. Conforme LEE, op. cit. p. 33, "Little if anything in the way of archives devoted to foreign affairs or personnel specializing in this field seems to have existed during the first three centuries AD, which has lent support to the conclusion that the imperial government of that period was not greatly interested in acquiring information about foreign peoples."

³³⁸ A derrota dos romanos em Edessa, em 260 d. C., pode ser considerada como um marco no declínio da hegemonia romana. Após ser capturado, Valeriano foi triunfado com o ritual do *calcatio colli*, prostrando-se frente a Shapur para que este o utilizasse como degrau de acesso a seu cavalo. Trata-se de humilhação muito utilizada entre os romanos, especialmente junto ao exército, dada a eloqüente mensagem que transmitia às tropas. O relato do suplício é descrito por Lact. De mort. persecut. V, 3.

³³⁹ LEE, op. cit. p. 15.

A percepção de ameaça frente ao império vizinho era compartilhada por romanos e sassânidas, o que levou a uma situação de constante vigilância e persuasão de lado a lado. Essa percepção transcendia, contudo, aos objetivos e limites da política externa de cada oponente. Evidentemente, o Império Sassânida almejava reconstruir a grandeza e glória do antigo Império do Irã, conquistado por Alexandre da Macedônia. Tratava-se, inclusive, de discurso instrumental em que se amparava a nova dinastia governante para legitimar sua posição junto à nobreza persa. Não obstante, o fato de os soberanos sassânidas não aproveitarem as ocasiões em que o Império Romano se encontrava vulnerável para ampliar seus domínios sugere que eles se contentavam em manter o status quo, esforçando-se tão-somente para barrar um aumento de poder romano na região.³⁴⁰ Os reveses militares romanos, e em especial a captura de Valeriano, contribuíram, no entanto, para suscitar no imaginário romano a percepção de que a ameaça vinda do leste era questão crucial para a própria sobrevivência do Império Romano, tal como apresentada em autores como Libanius, Juliano e Procópio.³⁴¹ O mesmo equívoco de avaliação possivelmente passava pelas estratégias persas de diplomacia em relação aos objetivos romanos. Certamente, Roma nunca considerou estender seu controle para muito além do Tigre durante a Antigüidade Tardia. Faltavam-lhe, se não a intenção, sobretudo os meios. Contudo, algumas fontes relatam que os governantes persas preocupavam-se vivamente com essa possibilidade, o que implicava uma constante mobilização na região de fronteira.³⁴²

Conforme um especialista no tema, o resultado dessa situação foi que

Roman-Persian relations were pervaded by mutual suspicion and fear of one another's intentions. From this perspective, major invasions (as well as smaller-scale raids) by both

³⁴⁰ LEE, op. cit. p. 21. "It therefore remains striking that Sasanian kings did not make greater territorial demands than they did on occasions when the Romans were vulnerable – when Shapur I captured the emperor Valerian in the mid-third century, when Shapur II had Julian's defeated army at his mercy in 363, and when Kushro I was free to roam through Syria in 540. Once control of the eastern half of the north Mesopotomian plain had been wrested from Roman hands in 363, the Persians seemed content to abide by the status quo with respect to major territorial aggrandizement."

³⁴¹ Lib. *Or.* XIII, 74; Jul. *Or.* I, 22; Proc. *Bell.* VIII, 7. 10.

³⁴² Quem indica essas fontes é LEE, op. cit. "[...] Nor were some later Roman emperors particularly concerned to disabuse the Persian of such ideas. In 572, Justin II dismissed a Persian envoy with the threat that he would overthrow Khusro and place a king of his own choice on the Persian throne (*Men. Fr.* 16,1/55-6) and is also reported to have believe that a Roman alliance with the Turks would enable him to destroy Persian power (*Men. Fr.* 13,4). Indeed, an oriental source from the early seventh century presents Kushro as expressing considerable alarm about Roman Turkish *rapprochement*. [...]"

powers should be seen primarily as pre-emptive in aim, as attempts to keep one another off-balance and on the defensive.³⁴³

Evidentemente, butins e prisioneiros também eram elementos importantes no cálculo de um ataque militar. Contudo, a questão estratégica era a predominante. Sofrendo significativos reveses militares, Roma percebeu que o Império Sassânida constituía entidade política com recursos comparáveis aos seus, de modo que, se não era possível vencer o inimigo a curto prazo, era necessário encontrar meios de administrar esse condomínio de poder. Conforme Michael Whitby, esse processo findou por favorecer o desenvolvimento de procedimentos diplomáticos regulares com uma intensidade muito maior do que nas relações com o Ocidente:

In the East it is clear that Rome and Persia accepted each others existence as enduring political units, and accorded each other a rough equivalence of status. Here where there was less opportunity for defensive diplomacy on the European model, there was conversely a greater impetus for the establishment of regular procedures; diplomatic relations evolved, as opposed to *ad hoc* diplomatic activity.³⁴⁴

Assim, foram dispensados esforços no sentido de manter estável uma balança de poder que se configurara na região da Ásia Menor, por meio de diversas técnicas diplomáticas, tais como imposição de pagamento de tributos, tréguas temporárias para fazer frente a outras ameaças, tentativa de hegemonia sobre pequenos reinos formalmente autônomos e, evidentemente, guerras.³⁴⁵ No longo prazo, essa busca pelo equilíbrio de poder, pela contenção e dissuasão mútuas revelou-se nefasta aos dois contendores. As vitórias romanas no século VII desestruturaram a dinastia sassânida, facilitando a invasão de um califado muçulmano poucos anos depois. Roma, porém, obteve uma vitória de Pirro, pois seu êxito militar custou-lhe enormes recursos humanos, materiais e monetários, enfraquecendo seu poder relativo frente aos demais reinos tardo-antigos.

³⁴³ LEE. Op. cit. p. 25.

³⁴⁴ WHITBY, M. **Byzantine diplomacy: good faith, trust and co-operation in international relations in Late Antiquity**. In: DE SOUZA, op. cit. p. 125.

³⁴⁵ O pagamento de tributos, contudo, era muito criticado por diversos autores contemporâneos, como Procópio, Prisco e Amiano Marcelino, que o consideravam uma sujeição do contribuinte ao beneficiário, encorajando os bárbaros a atacar e extorquir os romanos. A respeito do tema, véde o estudo de BLOCKLEY, R. C. *Subsidies and diplomacy: Rome and Persia in Late Antiquity*. **Phoenix**, Toronto, v. 39, n. 1, p. 62-74, 1985.p. 62.

Ao fim desse período a identidade romana se havia alterado. Não foi, contudo, por obra de um choque de realidade, ao perder determinada batalha para os persas, mas de uma transformação estrutural que o compartilhamento de fronteiras com um vigoroso império sassânida por cerca de quatro séculos legou ao imaginário coletivo romano, constituindo, pois, importante elemento no processo de redefinição da identidade coletiva romana e, por conseguinte, de sua política externa e diplomacia. Outro aspecto importante a ressaltar é a existência de comunidades religiosas em comum. Tanto no império romano como no sassânida havia numerosas comunidades de judeus e de cristãos, elemento que favorecia não apenas maior interação entre essas entidades políticas soberanas, como também propiciava a atenuação dos contrastes na percepção das relações de identidade e alteridade.³⁴⁶

Paulatinamente, a idéia de *Roma caput mundi*, de um povo de temperamento ardente e conquistador, deparava-se com uma incômoda realidade que não se podia ignorar. Um império com recursos comparáveis aos seus, que infligiu suplícios ao seu imperador, e que desafiava sua “natural” supremacia era argumento incontornável para a transformação do paradigma romano de identidade. As elites romanas começavam a identificar-se como membros de um dos mais poderosos impérios de seu tempo, mas não mais como o único império do planeta, destinado a assenhorear-se de todas as terras. Os objetivos de sua política externa eram agora, a preservação do *limes* até então alcançado, e não mais uma expansão ilimitada. Sua recrudescida diplomacia estaria voltada muito mais para o diálogo e para concessões, reflexo das instabilidades políticas internas e externas.

Do mesmo modo que as relações entre romanos e sassânidas foram importante elemento definidor da política externa romana da *pars orientalis* do Império Romano, as relações entre romanos e germanos o foram para a *pars occidentalis* e para as monarquias romano-germânicas que o sucederam. Portanto, discordo de Lee, quando esse autor afirma que “although it is clearly impossible to compare interaction across the eastern and northern frontier in strictly quantitative terms, the overall impression derived from the available evidence is that interchange in the east was more intense than in the north.”³⁴⁷ Considero que a interação entre

³⁴⁶ LEE, op. cit. p. 56.

³⁴⁷ Ibid. p. 78.

romanos e germanos sempre foi muito intensa, inclusive no que concerne ao trânsito de informações estratégicas e de legações diplomáticas. Sugiro, como evidência dessa argumentação, a paulatina assimilação e simbiose que ocorreu entre o mundo germânico e o mundo romano ao longo da Antigüidade Tardia, fenômeno não verificado para as relações entre romanos e sassânidas. Um exemplo disso é o número cada vez maior de oficiais romanos recrutado entre a nobreza de armas germânica.

Com efeito, na região Reno-danubiana, as relações com os povos germânicos se fazia sentir de maneira mais forte desde o século III d. C. As diversas *gentes* que habitavam a região sentiam e replicavam a pressão húnica no *limes* imperial romano, requerendo, pois, maior atenção militar e diplomática por parte de Roma. Embora esses povos se encontrassem, muitas vezes, confederados sob um único estandarte, a anarquia e falta de organização administrativa eram elementos constantes dos interlocutores dos romanos nessa região. A dinâmica e a imprevisibilidade decorridas da pouca organização política no mundo germânico ofereciam desafios, bélicos e diplomáticos, significativos aos estadistas romanos. Era-lhes dificultoso, por exemplo, definir claramente quando haveria um ataque germânico ao *limes* romano, uma vez que, em virtude de sua desestruturação política, essas nações utilizavam táticas militares fundamentadas muito mais nos raids do que em campanhas planejadas de longo curso. Do mesmo modo, a falta de grandes centros políticos e decisórios eivava-lhes a possibilidade de identificar os objetivos de política externa das nações germanas, quando havia. Do ponto de vista estrito das relações diplomáticas, essa característica, por um lado, dificultava as negociações com os povos germânicos, haja vista a inexistência de um aparato administrativo organizado e as constantes transformações nas organizações políticas internas dessas nações. Por outro lado, abria oportunidades para que Roma pudesse aproveitar e incitar cisões, uniões, acordos e alianças entre diferentes chefes germânicos conforme sua conveniência. Fazia-se necessário, portanto, uma diplomacia bem informada e com senso de oportunidade, para obter pelo diálogo o que Roma não tinha condições de obter pelas armas, visto que seu *front* oriental também demandava cuidados.

A partir do século IV, contudo, intensifica-se a pressão germânica no *limes* imperial, de modo que os objetivos da política externa romana não eram mais

passíveis de serem obtidos pela diplomacia ou pelas armas. Concordo com Peter Heather, quando este autor afirma que “*it was a foreign policy crisis which brought down the western Empire. [...] Despite continued attempts of late to stress the importance of internal factors, there is still not the slightest sign that the Empire would have collapsed under its own weight*”.³⁴⁸ Individualmente, nenhum dos povos germânicos poderia fazer frente aos recursos de poder de que dispunha o Império Romano do Ocidente. A crise de política externa a que o autor se refere foi ocasionada pelos hunos, que, ao pressionarem diversos povos germânicos a adentrar em territórios imperiais quase que concomitantemente, ruíram as defesas romanas e alteraram definitivamente a balança de poder no *limes* Reno-Danubiano.³⁴⁹

Evidentemente, essa crise política externa possuía implicações internas. Para estruturar um exército capaz de atuar em dois *fronts* ao mesmo tempo eram necessários recursos que, invariavelmente, eram auferidos de grandes proprietários de terras que viam os impostos aumentarem cada vez mais. No limite, pode-se afirmar que a maior parte da elite romana consistia de uma heterogênea classe de grandes proprietários rurais que sustentavam as instituições imperiais pois estas lhes rendiam prestígio e recursos, em Roma ou localmente, por meio de cargos públicos e oportunidades privilegiadas de negócio, legitimando o status social dessa classe junto a seus concidadãos. A partir do momento em que era necessário aumentar impostos para estruturar o exército em face de um desequilíbrio da balança de poder, e que, em consequência desse rearranjo de poder, o Império não consegue mais propiciar às elites locais, muitas vezes sob áreas de hegemonia de algum *reik* germânico, os mesmos privilégios de antes, a administração romana revela-se ineficiente a essas elites locais, perdendo legitimidade. Uma voz eloqüente e representativa desse pensamento das elites romanas é a do bispo Hidácio de Chaves, que ao descrever em tom apocalíptico as pragas que assolavam as

³⁴⁸ HEATHER, P. **The Huns and the end of the Roman Empire in Western Europe**. The English Historical Review. V.10. n. 435. Oxford, 1995. p. 38-39.

³⁴⁹ Conforme Heather, op. cit. p. 41. “Individually, the new Germanic powers were still no match for the Roman state in the fourth century. By themselves, they could generate some adjustment in relations along frontier, but were not about to pull the Empire apart. [...] The Huns, however, induced too many of these more substantial state to be able to deal with them effectively. The balance of power on the frontier was already swinging away from the Empire, but only within a limited arc. By creating an accidental unity of purpose among Rome’s neighbors, the Huns shattered frontier security, and set in motion processes which generated – out of unprecedented combinations of outside military power and existing local Roman elites – a new political order in western Europe.”

Hispanias, aponta, ao lado do papel dos bárbaros, da fome e da peste, o “do tirânico recolhedor de impostos que arrebatava as riquezas e bens das cidades”.³⁵⁰

Entre a grande migração de povos germânicos, ocorrida ao redor de 410, e o fim da existência do Império Romano do Ocidente, em 476, passaram-se várias décadas em que a legitimidade da administração romana, inicialmente, e da noção de Império, em um segundo momento, soçobraram. Com efeito, com a perda de uma base fiscal sustentável, Roma, o centro do Império, já não possuía condições de controlar nada. Ruía, assim, a relação mútua entre elites locais e administração centralizada que por séculos sustentou a idéia de uma comunidade política, seja sob a forma republicana, seja sob a forma imperial. Trata-se de uma transformação significativa em uma relação de identidade e alteridade. Durante essas seis décadas ocorreu, por conseguinte, um dos momentos mais significativos no desenvolvimento do imaginário ocidental, em que tanto a nobreza de armas germânica quanto as elites locais romanas assimilaram que o Império Romano, *de facto*, não mais existia. Jordanes relata muito nitidamente esse ponto de inflexão a partir do qual os povos germânicos percebem o anacronismo de se lutar pelo Império, contra ou a favor, passando a perseguir, doravante, seus próprios objetivos: “Por conseguinte Eurico, rei dos Visigodos, analisando os freqüentes câmbios do imperador dos Romanos (Ocidental), engajou-se para ocupar as Gálias sob sua própria autoridade.”³⁵¹ Logo em seguida, Eurico ganhará o apoio das elites romanas locais da Gália, como do influente político Sidônio Apolinário, que redigirá um panegírico em sua homenagem. A deposição de Rômulo Augusto em 476 marcará o fim *de facto* de uma entidade política que, no âmbito do imaginário político de boa parte das elites romanas, já não mais existia ou não mais fazia sentido que existisse. Era uma instituição anacrônica, cujo fim fora assimilado em definitivo, ainda que custosamente, dada sua plurissecular existência na vida e no imaginário de gerações.

Findava, desse modo, a política externa e, logo, a diplomacia romana, desdobrando-se em um novo período para as relações diplomáticas no ocidente tardo-antigo. Ao lado do Império Romano do Oriente, e de um Papado em estruturação, haveria, no lugar do Império Romano do Ocidente, uma plêiade de monarquias romano-germânicas que constituíam as entidades soberanas que

³⁵⁰ Hidat. *Chron.a.* 410, 225.

³⁵¹ Iord. *Get.* XLV. 237.

pautariam a diplomacia do período. Algumas eram mais estruturadas que outras, mas, em todas elas, destacava-se uma heterogeneidade de relações de identidade. Naqueles reinos em que essa questão pôde ser encaminhada razoavelmente a contento, viu-se a formulação de uma política externa mais clara, permitindo a existência de um serviço diplomático sistemático e organizado, que dispunha de vários recursos herdados do mundo clássico. Para todas essas unidades soberanas haverá um elemento basilar na formulação de suas políticas externas e em suas ações diplomáticas: o cristianismo.

3.2. A política externa na Antigüidade Tardia

A transição da Antigüidade ao Medievo possui uma de suas datas mais emblemáticas no ano de 476, quando ocorre a deposição de Rômulo Augusto, último imperador romano do ocidente. De acordo com Malchus, Odoacro, general romano residente na Itália e rei dos ciros e dos turcilingos, após ter deposto Rômulo Augusto, o último imperador do Ocidente, enviou uma legação do senado de Roma ao imperador Zenão do Oriente, com as insígnias imperiais do imperador deposto.³⁵² Por meio desses emisários, afirmava não haver necessidade de dois imperadores, ao mesmo tempo em que requisitava o reconhecimento do título de patrício e o governo da Itália.

Não deixa de ser eloqüente o fato de haver uma missão diplomática no marco simbólico mais conhecido da transição do mundo clássico para o medieval. O envio de emissários continuava a ser importantíssimo veículo de comunicação, de negociação política e de legitimação de poder, mantendo muitas das características forjadas na Antigüidade Clássica. Como instrumento de política externa, as legações eram enviadas para negociar paz, informar aliados ou inimigos sobre êxitos militares, obter informações fidedignas, negociar alianças e demonstrar amizade e boa-vontade com outros reinos. Persistiam, ademais, os outros meios de relacionamento político além do envio de emissários, como o casamento para selar uma aliança e as guerras para impor uma posição ou objetivo.

As técnicas e recursos diplomáticos na Antigüidade Tardia precisavam atender a uma nova realidade que se configurava com o esfacelamento da unidade político-territorial do Império Romano do Ocidente. No lugar de uma unidade soberana havia então diversas entidades autônomas, como os reinos dos suevos, visigodos, dos francos e lombardos, cada um deles com diversos problemas de unidade interna, além do Império Romano do Oriente e de um incipiente Papado. Essa dispersão de centros políticos autônomos propiciou um notável recrudescimento das atividades diplomáticas no período. Conforme anotou um especialista,

³⁵² Malc. Fr. 10.

Each barbarian kingdom maintained multiple, bilateral relations with neighboring and distant powers. Policies regarding other states might be independent, as with the tripartite relations between Sueves, Goths, and the empire in the 410s and 450s; or relations could instead be separate and simultaneous. Long distances did not preclude diplomatic relations. The division of the western half of the Roman empire into autonomous kingdoms did not result in isolationism. Constant, complex interchange replaced imperial rule as a political force binding the West together into a diplomatic system.³⁵³

Eram inúmeras as questões que precisavam ser acordadas entre essas novas unidades políticas à luz do ocaso do Império Romano do Ocidente. Questões territoriais, pactos de fidelidade, questões religiosas e migrações de grandes comunidades eram alguns dos temas que precisavam ser discutidos entre os novos donos do poder. Desse modo, eram vários os objetivos de política externa que essas entidades soberanas perseguiram por meio de seus aparatos diplomáticos, razão por que optei por descrevê-las separadamente, consoante as peculiaridades de cada uma.

Cumprir notar, ademais, que deve ser verificada nesse período, como de resto, em qualquer outro, a questão de quem formula a política externa do reino. No campo da ciência política, há aqueles que defendem que as entidades soberanas possuem uma política externa autônoma das vicissitudes internas, que existe uma Razão de Estado independente das concertações políticas internas de cada unidade. Os críticos a esse modelo reiteram a importância do contexto político interno na definição dos paradigmas de política externa da entidade soberana.³⁵⁴ Defendem que a existência de grupos significativos com interesses diversos pode influir decisivamente na tomada de decisão dos rumos da política externa.

Para o período em análise, pode-se afirmar que um modelo intermediário entre essas duas tendências seria o mais apropriado. Os rumos da política externa eram definidos sobretudo pelo soberano, fosse ele rei, papa ou imperador. Os únicos grupos políticos que poderiam propor algum objetivo de política externa às entidades políticas do período eram as nobrezas eclesiástica e laica, de onde

³⁵³ GILLET, op. cit. p. 75.

³⁵⁴ O debate a respeito dos agentes formuladores da política externa constitui um dos pontos mais controversos no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, opondo, sobretudo, os autores da escola realista aos autores da escola idealista. Para uma análise detalhada desse debate vide, entre outros, BATTISTELA, D. **Théories des relations internationales**. Paris: Presses de SciencesPo., 2009.

provinha o próprio soberano. De todo modo, essa influência era relativa, pois o soberano poderia governar sem o horizonte da *utilitate publica*, ainda que isso lhe propiciasse atritos e contestações não desprezíveis. O que proponho, por conseguinte, e que na prática política do período, o diminuto espaço para o debate político interno na elaboração do interesse público e da política externa, assim como a grande discricionariedade dos monarcas nessa seara, tornava o soberano o principal definidor dos objetivos da política externa e da condução das atividades diplomáticas de seus reinos. Esses objetivos poderiam ou não se referir à *utilitas publica*, o que poderia abrir espaço para contestação de sua legitimidade por parte da nobreza. Assim, se eram os soberanos os principais formuladores da política externa do período, eram os nobres quem chancelava essa política externa, podendo desestabilizar um reinado no caso de sentir que o monarca agia a contrapelo de seus interesses.

Analisarei essas dinâmicas de poder a seguir, no âmbito de cada uma das principais monarquias romano-germânicas do período. Optei por restringir o estudo aos reinos dos francos, visigodos, suevos, lombardos ao Papado e ao Império, por serem as entidades políticas mais estáveis na Antiguidade Tardia. Foram preteridos, por conseguinte, reinos mais efêmeros como os dos ostrogodos e dos vândalos, cedo desestabilizados pelas campanhas imperiais, assim como aqueles que ainda se apresentavam politicamente pouco consistentes no período, como os reinos anglo-saxões.

3.2.1. Os francos

Um grande rumor chegou até nós, vós assumistes a administração da Bélgica Segunda. Isso não é novo, pois tu terás começado por ser aquilo que teus pais sempre foram. [...] Anima teus cidadãos, alivia os aflitos, favorece as viúvas, alimenta os órfãos; mais do que iluminá-los, que todos te amem e te respeitem.[...] Que teu pretório esteja aberto a todos a fim de que ninguém regresse triste. [...] se queres reinar, julga em nobre.³⁵⁵

Essa epístola do bispo Remígio de Reims ao rei franco Clóvis, por ocasião de sua ascensão ao poder, fornece importantes detalhes a respeito do imaginário

³⁵⁵ *Ep. Austr. 2*; Trad. de CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

político da época e, por conseguinte, dos objetivos da política externa franca no período. Talvez o elemento mais importante a ser destacado no referido excerto seja o caráter duplo da função política de Clóvis, *rector provinciae* da Bélgica Segunda e, ao mesmo tempo, rei dos francos. A referência à equanimidade da lei – “que teu pretório esteja aberto a todos a fim de que ninguém regresse triste” – e a admoestação para que todos o amem e o respeitem, é mais um indício desse caráter ambíguo de Clóvis. O bispo de Reims deixa claro que, para a esmagadora maioria da população de origem galo-romana, a fonte de legitimação do poder de Clóvis provinha do fato de ser um alto dignitário da administração pública romana, e não de suas conquistas militares.

Com efeito, o esfacelamento do edifício político-administrativo do Império Romano do Ocidente colocava a todas as monarquias romano-germânicas que lhe sucederam o problema da legitimidade e do reconhecimento, interno e externo, das novas entidades políticas soberanas. No caso dos francos, a solução encontrada para essa questão, num primeiro momento, foi a de estabelecer relações hierárquicas legitimadoras com o Império do Oriente, tal como fizera Odoacro poucas décadas anteriormente. Era uma opção interessante, sobretudo, ao recordarmos que as antigas noções de identidade regionais da aristocracia romana não desapareceram de imediato com a hegemonia política franca na região. Percebe-se que nos séculos V e VI persistia o orgulho das populações pelas suas respectivas *ciuitates*, reforçadas pela organização militar merovíngia, que reunia suas tropas de acordo com as localidades, e também pela organização fiscal e administrativa, fundamentada no nível da *ciuitas*. Mantendo muitos dos princípios da administração romana, e aparecendo para as populações locais como delegados do poder imperial, os chefes francos possuíam melhores condições de legitimar sua hegemonia política não apenas entre os demais chefes germânicos do período, mas também, e talvez esse fosse o principal objetivo, entre as poderosas aristocracias galo-romanas.

A utilização desse recurso de associação ao Império é evidente em texto do historiador Procópio de Cesaréia que, ao descrever a cessão da Provença dos ostrogodos aos francos, no âmbito das guerras da *restauratio imperii* de Justiniano, afirma:

Não somente os romanos não puderam impedir essa cessão, mas Justiniano, seu rei, a confirmou por medo de ter diante de si como adversários esses bárbaros excitados a lhe fazer a guerra. Pois os francos não acreditavam possuir em completa segurança as Gálias sem terem um ato revestido do selo do imperador.³⁵⁶

Marcelo Cândido registra o paradoxo desse trecho: “não há indício algum de que o Império estivesse em condições de se impor pela força na Gália durante o reinado de Justiniano – e isso o próprio autor deixa claro ao afirmar que Justiniano temia que os francos lhe declarassem guerra. Porque então os francos teriam necessidade do consentimento imperial?”³⁵⁷ A resposta jaz exatamente na questão da legitimação da soberania franca em âmbito interno e externo, cuja solução foi obter o consentimento imperial. É evidente que, de seu ponto de vista pró-imperial, Procópio marca claramente a relação hierárquica de subordinação da jovem monarquia que começava a se configurar com relação ao Império. Por essa razão, os francos não são apontados como conquistadores da Gália, mas sim como delegados da autoridade imperial, o que lhes conferia importante grau de reconhecimento junto a outras monarquias romano-germânicas do período.

Essa aproximação política com o Império também fica nítida por meio da análise das epístolas trocadas entre soberanos francos e imperadores. Por diversas vezes nessas cartas os soberanos francos referem-me aos imperadores Justiniano e Maurício como “pai”, “sereníssimo príncipe do Império Romano, nosso pai, nosso imperador” e, em uma carta de Maurício a Childeberto, este é referido como “parente cristianíssimo e amantíssimo”.³⁵⁸ Trata-se, em meu entendimento, de um desdobramento tardio da noção de parentesco, analisada no capítulo anterior. Em um período em que as relações diplomáticas assentavam-se sobremaneira nas relações pessoais entre os soberanos, os monarcas francos buscavam afirmar sua posição no contexto de uma “família de reis” cristãos, na qual o imperador representava o papel de *paterfamilias*.

A política externa e a diplomacia dos primórdios do Reino Franco atenderão, por conseguinte, a esse anseio político de confirmar sua soberania junto ao Império. Incrustado no seio daquilo que M. Rouché denominou a “internacional ariana”, isto é,

³⁵⁶ Procop. *Bell.* III, 33.

³⁵⁷ CÂNDIDO DA SILVA, op. cit. p. 44.

³⁵⁸ *Ep. Aust.* 25, 42 e 43; apontadas por CÂNDIDO DA SILVA, op. cit. p. 45.

uma aliança ideológica ente visigodos, ostrogodos e burgúndios, os francos utilizavam-se do fato de serem a única soberania ortodoxa da região para pleitear uma consideração especial por parte de Constantinopla. Esse “cordão sanitário” ariano em torno do reino Franco ameaçava não apenas o expansionismo deste reino, como também as próprias pretensões imperiais na Itália. Teodorico, rei dos ostrogodos, havia ocupado a Panônia Segunda, região de onde provinha o imperador Anastácio, de modo que não lhe faltavam razões para incitar os francos de Clóvis contra essa coalizão e, em especial, contra Teodorico.

O reconhecimento definitivo, por parte do Império, da soberania e do prestígio político dos francos ocorrerá por ocasião da vitória militar destes sobre os visigodos em Vouillé, em 507, que ensejou o deslocamento dos visigodos para a Península Ibérica e confirmou o novo rearranjo de forças no Ocidente tardo-antigo. O retumbante triunfo de Clóvis era o que o soberano franco necessitava para ser considerado pelo Império como um parceiro de primeira importância no complexo jogo político da *pars occidentalis*. O imperador Anastácio enviou-lhe emissários portando-lhe símbolos imperiais e um documento que o nomeava cônsul, reconhecendo-o, desta feita, como interlocutor privilegiado de Constantinopla.³⁵⁹

Superada a fase de legitimação da soberania franca, os herdeiros de Clóvis possuíam outras preocupações no âmbito da política externa do reino. De acordo com Marcelo Cândido da Silva,

a expansão militar constituiu a espinha dorsal da política externa do *Regnum Francorum* do final do século V até a primeira metade do século VI. Os reis merovíngios tiveram de fazer frente, nos anos que se seguiram à morte de Clóvis, a um verdadeiro “cordão sanitário” instalado ao redor de seus *regna*: os ostrogodos mantiveram sua presença na Provença, os visigodos conseguiram restabelecer sua autoridade no sul da Aquitânia, enquanto os burgúndios representavam uma ameaça considerável.³⁶⁰

As campanhas militares dos filhos de Clóvis denotam essa atuação mais assertiva dos francos nesse período, com vistas a consolidar sua hegemonia política na região. A vitória sobre os burgúndios, em 537, que consolidou o poderio franco sob a Gália e facultou-lhe o acesso ao Mediterrâneo, é exemplo eloqüente dessa

³⁵⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* II, 38.

³⁶⁰ CÂNDIDO DA SILVA, op. cit. p. 102.

postura. Esse e outros povos submetidos ao longo do século VI forneceram aos reis francos os homens e tributos com os quais foi possível implementar uma política externa ambiciosa, cujo “carro-chefe” era a intervenção militar na Itália.³⁶¹ Região disputada por ostrogodos, lombardos e pelo Império, a Itália constituía palco privilegiado para o exercício da soberania franca, por meio de alianças diplomáticas e intervenções militares que provavam a todos se tratar o jovem reino de uma das poderosas forças do Ocidente tardo-antigo.

Essa política persistiu, em linhas gerais, até o ano de 561, quando a morte de Clotário I provoca mudanças significativas na correlação de forças nos reinos francos, divididos, grosso modo, da seguinte forma: Nêustria, região central que abrangia Soissons, Paris, Tours e Rouen; Austrásia, cujos domínios incluíam as regiões a leste do Reno, assim como Champagne, Reims e Metz; e Borgonha, que abrangia o antigo reino dos burgúndios, além de parte significativa da Gália até Orléans. Essa repartição de territórios entre os netos de Clóvis deflagrará um período de guerras civis em que cada uma das partes do Reino Franco possuirá objetivos próprios de política externa, relacionados, sobretudo, com a questão da legitimidade de seus *regna*. São duas as principais linhas de ação verificadas nesse sentido: aproximação diplomática e militar com o Império e suas práticas políticas, ou aproximação política e ideológica com o episcopado e de seus valores políticos e morais.

A Austrásia atuou, num primeiro momento, em uma política de defesa de suas fronteiras, tanto contra os avaros, como contra os ataques de Chilperico, soberano da Nêustria, que se considerava prejudicado pela partilha territorial de 561. Ademais, as relações de Sigiberto com Gontrão da Burgúndia se deterioravam, e os dois soberanos estavam na iminência de um conflito armado. Desse modo, a Austrásia praticou uma política externa bastante ativa, com vistas a melhorar sua posição no jogo de poder do período. Por volta de 571-573, Sigiberto enviou emissários ao Império com o provável objetivo de obter apoio político e militar contra Gontrão.³⁶² Os romanos, contudo, não poderiam fornecer apoio bélico, uma vez que estavam envolvidos com a invasão dos lombardos em seus domínios na Itália. Desse modo, uma alternativa que pareceu interessante a Sigiberto foi a aliança com os visigodos,

³⁶¹ Ibid. p. 103.

³⁶² Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 40.

consagrada por meio de seu casamento com a princesa Brunequilda, filha do rei visigodo Atanagildo.³⁶³ Sigiberto conquistava para sua causa, desta feita, o apoio de uma das mais importante monarquias romano-germânicas num momento delicado para a Austrásia. Outra aliança importante firmada por Sigiberto, em seguida, foi com o próprio Gontrão, com quem se uniu por necessidade comum de fazer frente às agressões de Chilperico. Sigiberto, porém, morreria pouco depois, sem conseguir resolver a questão de ter um aliado seguro para resguardar suas possessões territoriais.

A Nêustria de Chilperico buscou, no período, uma política de fortalecimento interno face aos demais *regna* francos, para o que considerava essencial uma estreita aproximação diplomática com o Império. Com a morte de seus dois filhos, Chilperico promove a *adoptio* política de Childeberto II, frustrando uma aliança que este estabelecera com Gontrão.³⁶⁴ A aliança com o Império fica evidente, também neste ato, uma vez que é nessa época que são enviados emissários de Chilperico ao imperador Tibério, a quem interessava a constituição do eixo austrásia-nêustria com o fito de enfraquecer a política pró-lombarda da Burgúndia.³⁶⁵ Devido a insurreições políticas internas, a Austrásia rompeu a aliança com a Nêustria e se alinhou novamente a Burgúndia. Esse fato levou Chilperico a recorrer ao apoio dos visigodos, tal como fizera Sigiberto. A aliança seria selada com o casamento de sua filha Rigunta com o príncipe e futuro rei Recaredo. O assassinato de Chilperico, em 584, frustrou a consumação do casamento e favoreceu a hegemonia da Burgúndia de Gontrão, haja vista haver tão-somente regentes nos demais reinos.

A Burgúndia, ao contrário da Austrásia e da Nêustria, buscou sua legitimação pela via interna, isto é pela aliança com o episcopado no sentido de constituir aquilo que Marcelo Cândido da Silva chamou de Realeza Cristã.³⁶⁶ Assim, não se pautou por uma legitimante submissão hierárquica ao Império; pelo contrário, a relação entre Gontrão e os romanos era bastante delicada. Só há registro de uma legação enviada da Burgúndia ao Império, e cujo objetivo, possivelmente, não era estabelecer relações duráveis entre as duas entidades, mas frustrar projeto de

³⁶³ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 27.

³⁶⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 3

³⁶⁵ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 2.

³⁶⁶ CÂNDIDO DA SILVA, M. op. cit.

aliança costurado por seus rivais.³⁶⁷ Com efeito, tendo em vista a estreita aproximação com o Império buscada pelos outros soberanos francos, a oposição ao Império era uma estratégia de legitimação de Gontrão no âmbito dos *regna* francos. O mesmo pode ser notado com respeito às relações com os visigodos, cujos projetos de aliança com a Austrásia e Nêustria colocavam-nos no rol de adversários de Gontrão. Em âmbito externo, por conseguinte, a única monarquia com que a Burgúndia possuía bom relacionamento era a dos lombardos, com quem partilhava uma política anti-imperial.

Essa postura mais assertiva e independente de Constantinopla é a que vai emergir como projeto de política externa hegemônico ao final das guerras civis. Conforme demonstrou Marcelo Cândido da Silva, “os herdeiros de Chilperico foram os vencedores das guerras civis. Porém, o projeto político que encarnaram não era o de Chilperico. Clotário II retomou as grandes linhas políticas de Gontrão, buscando o auxílio da aristocracia secular e especialmente a eclesiástica, o que lhe permitiu obter uma vitória decisiva sobre seus rivais”.³⁶⁸ Calcado nos preceitos da realeza cristã, o reino franco unificado constituirá uma potência de primeira grandeza ao longo do século VII.³⁶⁹ No século seguinte, o autor carolíngio Einhard registrará um provérbio, corrente entre os gregos, que define, de certo modo, essa postura altiva dos francos: “se tens um franco como amigo, não o tens como vizinho”.³⁷⁰

Exemplo notável desse auto-reconhecimento de potência é a atuação do rei Dagoberto, que será responsável por uma política externa consistente, que previa uma aliança estratégica com o Império e cooperação com os visigodos.³⁷¹ Neutralizadas essas duas potências do ocidente tardo-antigo, estava livre para atuar

³⁶⁷ Fredeg. *Chron.* IV, 6.

³⁶⁸ CÂNDIDO DA SILVA, op. cit. p. 267.

³⁶⁹ De acordo com CRISP. op. cit. p. 224, a unificação do reino franco sob Dagoberto seria a razão para não haverem mais, dorvante, casamentos de reis francos com membros de outras casas reais: “Chlothar II, and his son Dagobert I (r. 629-639), now in full command of the resources of the Frankish kingdom, did not have to compete with rivals for treasure, territory or subjects. [...] After Dagobert, the Frankish aristocracy rose in power, and eventually came to dominate the Merovingian kings, who were often minors. It was not in their interest to raise the prestige of these kings beyond what would reflect upon themselves, or give them greater power. Foreign marriage alliances were not needed. It was, therefore, within the competitive milieu of the sixth-century Frankish kingdom that marriages to prestigious members of foreign ruling houses could play an important role.”

³⁷⁰ Eihn. *Vit. Karol. Magn.* c. 16.

³⁷¹ Fredeg. *Chron* V, 62 e 73, para as alianças com o Império e com os visigodos, respectivamente.

na projeção de sua hegemonia política junto a reinos menos estruturados, como o dos avaros, por exemplo.³⁷²

Esse grande momento de projeção da política externa merovíngia, contudo, não perseverará às disputas políticas internas no reino franco. Com efeito, desde a morte de Dagoberto e por boa parte do século VIII, nota-se o paulatino enfraquecimento dos soberanos francos face à nobreza palatina. Esse enfraquecimento da instituição monárquica implicará um sensível retraimento das atividades diplomáticas nas últimas décadas do período merovíngio.

3.2.2. Os visigodos

Tal como os francos, os visigodos possuíam status de delegados do poder imperial romano, legitimado por pactos de federação. Eram senhores de um importante reino sediado em Toulouse e possuíam uma política externa bastante assertiva. A derrota para os francos na batalha de Vouillé, em 507, entretanto, aniquilaria boa parte desse capital político adquirido e implicaria aos soberanos visigodos a necessidade de políticas voltadas para a reconstrução de seu aparato de poder. Desse modo, a agenda da política externa visigoda no século VI estaria pautada pela necessidade de se reconstruir uma base territorial para o exercício do poder, e pelo problema da legitimidade da sucessão régia. Em relação a este problema, Maria Valverde Castro assinalou que

los acontecimientos que ocasionaron la extinción del reino visigodo com centro en la *Gallia* debieron de debilitar considerablemente el patrimonio y el renombre de la dinastia gobernante, provocando que desapareciese el monopolio político de un clan regio que destaca entre los demás por su prestigio y riqueza. Sin que una indiscutible superioridad económica, social, y política sustentase ahora los derechos de un clan determinado para hacerse con el poder, la lucha por la realeza entre los miembros más poderosos de la nobreza visigoda estaba asegurada.³⁷³

³⁷² Fredeg. *Chron.* V, 58.

³⁷³ VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000. p. 130.

Atesta essa perda de legitimidade da dinastia dos Baltos a própria ascensão de Teudis, nobre de origem ostrogoda, à monarquia visigoda. Com efeito, qualquer um que angariasse o apoio de uma facção nobiliárquica expressiva e que contasse com poderoso séqüito armado se sentia apto para pleitear o trono real. A seva disputa pelo poder real na *Hispania* Visigoda que se seguiu ao desastre de Vouillé pode ser verificada pela série de regicídios ocorridos no período. Amalarico, Teudis, Teudiselo e Ágila foram todos vítimas de regicídio, o que levou Gregório de Tours a afirmar que os visigodos têm adotado o péssimo hábito de eliminar os reis que os desagradam substituindo-os por outros de seu agrado.³⁷⁴

Paralelamente à instabilidade política interna, havia a necessidade de se recompor uma base territorial para o exercício do poder régio visigodo. O deslocamento para a Península Ibérica, embora fosse a melhor opção – haja vista a existência de núcleo de povoamento e guarnições militares no sul peninsular desde o século V –, impunha grandes desafios aos monarcas visigodos nessa seara. Não bastasse o desejo de autonomia das elites hispano-romanas de poderosas *ciuitates* do sul peninsular, os monarcas visigodos ainda teriam de fazer face ao domínio dos suevos, no noroeste da Península, assim como de comunidades nativas praticamente incólumes à ocupação romana anterior, tais como os bascos no norte e povos na Orospeña e na Cantábria.

Esses fatores incrementavam a vulnerabilidade da monarquia visigoda frente a ataques provenientes do exterior, sobretudo dos merovíngios ao norte e dos imperiais ao sul. Amalarico, último dos soberanos visigodos da dinastia dos baltos, tentou compor uma aliança com os francos, por meio de matrimônio com Clotilde, filha de Clóvis, com o intuito de buscar fortalecer sua posição. Gregório de Tours, contudo, relata que as discórdias entre a princesa católica e o rei ariano teriam levado ao fracasso do enlace.³⁷⁵ Clotilde teria feito chegar a seu irmão Childeberto um lenço ensangüentado, como prova dos mal-tratos de Amalarico. Childeberto, então, desencadearia uma campanha punitiva, cujo epílogo, além do resgate de Clotilde, seria o assassinato do próprio Amalarico na cidade de Barcelona, onde tentava recompor suas defesas. Mais provável, entretanto, é que Childeberto tenha

³⁷⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc.* III, 30. Tema retomado pelo Fredegerário em *CHron* V, 82, com relação à usurpação de Chindasvinto.

³⁷⁵ Greg. Tur. *Hist. Franc.* III, 10.

utilizado o pretexto para tentar anexar a Septimania, tendo em vista não apenas a debilidade interna do novo rei visigodo, como também o momento oportuno ensejado pela morte de seu avô, Teodorico, o grande.

Em 541, os francos desencadearam um novo ataque às possessões visigodas, alcançando desta vez até o vale do Ebro. A devastação e as pilhagens foram tão duras que a Crônica de Zaragoza chega a afirmar que os ataques causaram o despovoamento da região.³⁷⁶ O ataque foi repellido por uma bem-sucedida campanha do general e futuro rei Teudiselo, que recuperou uma parte do butim espoliado pelo exército franco, obtendo a primeira vitória visigoda sobre o exército franco.

Contudo, ao que tudo indica, foram necessárias novas ameaças externas para que a elite visigoda entrasse em um consenso em relação a seus objetivos de política externa, visando à criação e manutenção de uma unidade territorial soberana frente a seus vizinhos já organizados. É o que sugere Isidoro de Sevilha, em um trecho de suas Histórias dos Godos: “Os godos, percebendo que estavam destruindo a si mesmos e temendo que o exército imperial invadissem a *Hispania* sob o pretexto de prover assistência, mataram Ágila em Mérida e colocaram-se sob o poder de Atanagildo”.³⁷⁷ De fato, por solicitação de Atanagildo, tropas imperiais haviam desembarcado na Baetica, para auxiliá-lo na luta contra Ágila em troca de possessões no sul peninsular. Esse lance parece ter alertado os nobres visigodos a respeito da vulnerabilidade externa de seu reino, haja vista o processo de *restauratio imperii* levado a cabo por Justiniano, que conseguira, em virtude sobretudo de lutas internas, eliminar o poderio ostrogodo na Itália e o vândalo no norte de África. Com efeito, Teudis recebera uma legação dos vândalos solicitando auxílio contra as forças imperiais, pouco antes da re-anexação do norte de África ao Império. A resposta que Procópio põe na boca de Teudis a respeito da solicitação dos vândalos – “Já se inteirão com certeza das coisas quando regressarem à sua pátria” – é reveladora de que o Império acreditava, talvez com boa dose de razão, não apenas numa inocente indiferença do soberano visigodo com respeito à expansão imperial, como também na impotência de os visigodos, naquele momento, abrirem mais uma

³⁷⁶ *Chron. Caesarg.* 130a.

³⁷⁷ *Isid. Hisp. Hist. Goth.* 46.

frente de hostilidades.³⁷⁸ Tendo em vista esse delicado quadro político, o assassinato de Ágila em 555, pode ser entendido como um pacto político de unidade da nobreza visigoda em prol da soberania de seu reino. A partir de então os soberanos passariam a ter certo respaldo político para desenvolver relações diplomáticas em bases estáveis com o fito de consolidar a soberania hispano-visigoda.

Com o início do período de instabilidade política interna verificado nos reinos francos, o maior adversário dos visigodos passou a ser o Império e suas possessões no sul peninsular. Desse modo, havia interesse também por parte dos visigodos em uma aliança defensiva com os reinos da Austrásia e da Nêustria, que visava a neutralizar as pretensões de Gontrão da Borgonha, região fronteiriça à Septimania visigoda e, com isso, abrir guerra em dois *fronts* ao mesmo tempo. O primeiro passo dessa tentativa de aliança foi o casamento de Brunequilda, filha de Atanagildo, com Sigiberto da Austrásia, quem, segundo Gregório de Tours, repelia a idéia de casar-se com uma mulher de condição inferior, tal como verificado com seus irmãos. Brunequilda, convertida à ortodoxia, desempenharia um papel protagônico na política de ambos os reinos nas décadas seguintes.³⁷⁹ Destino mais funesto teria Galasvinta, outra filha de Atanagildo que fora dada em matrimônio a Chilperico, desejava de repetir o processo legitimador da boda de seu irmão, assim como de lançar bases para uma aliança com o soberano visigodo.³⁸⁰ Contudo, poucos meses após o casamento, Chilperico mandou assassinar Galasvinta, instigado por uma antiga concubina. Venâncio Fortunato canta em versos a sorte tão díspar das duas princesas visigodas: “Toledo te enviaste, ó Gália, duas torres gêmeas: a primeira permanece erguida. Jaz rota a segunda”.³⁸¹

A primeira das torres de Venâncio Fortunato seria o elemento pivotal de imbricadas relações dinásticas franco-visigóticas, que ensejariam um episódio responsável pelo período mais intenso de relações diplomáticas registrado na *Hispania* Visigoda: a rebelião de Hermenegildo contra seu pai Leovigildo. Para entendermos melhor esse episódio, cumpre recordar alguns fatos relacionados à ascensão de Leovigildo ao poder e sua ligação com o clã de Atanagildo e Gosvinta,

³⁷⁸ Procop. *Bell.* I, 14, 10.

³⁷⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 27.

³⁸⁰ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 28.

³⁸¹ Venant. Fort. *Carm* VI, 5.

sua esposa: Isidoro de Sevilha relata que Atanagildo morre em Toledo, de morte natural, e que cinco meses se passam até que haja a aclamação de seu sucessor, Liuva, na longínqua Narbonense.³⁸² Esse interstício é claro sinal de uma falta de consenso entre as elites visigodas a respeito da sucessão régia. É provável, desse modo, que a aristocracia visigoda na Septimania, sentindo a crescente pressão bélica franca, findasse por aclamar Liuva a contrapelo do que desejava a aristocracia palatina, baseada no sul peninsular e fiel a Atanagildo. Essa questão deve ter levado Liuva a associar seu irmão Leovigildo ao trono, pouco mais de um ano após o início de seu reinado, com poderes aparentemente irrestritos para, a partir de Toledo, governar como um *consors regni* representativo dos interesses dessa elite palatina. Conforme afirma Garcia Moreno,

Dicha asociación real, com toda igualdad de poderes, aparecería tanto más necesaria y efectiva en la medida que Leovigildo contrajo matrimonio en ese mismo instante con la reina viuda Gosvinta. Parece lógico pensar que esta última aportó a su nuevo marido y rey la considerable fuerza sociopolítica que representaba la antigua facción nobiliaria que en otro tiempo había apoyado a su anterior marido Atanagildo. Si tales suposiciones están en lo cierto, la asociación real de Leovigildo, y su matrimonio con Gosvinta, serían la consecuencia de un acuerdo entre los dos grupos políticos, facciones nobiliarias, predominantes entonces en el reino godo. Además, tal hipótesis se ve reforzada al comprobar la prepotencia y libertad de movimientos de que habría de gozar Gosvinta y durante los reinados de Leovigildo y de su hijastro Recaredo.³⁸³

Leovigildo havia nomeado seus dois filhos, Recaredo e Hermenegildo, como *consortes regni*, quando da morte de Liuva. Conforme Dionísio Pérez Sanchez, a Península Ibérica provavelmente foi dividida militarmente em três partes durante esse período, tendo em vista as diversas frentes do processo de unificação político-territorial empreendido por esse monarca. Leovigildo conduziria pessoalmente as guerras contra cântabros e vascos e Recaredo teria ficado encarregado de fazer frente a um possível ataque dos francos na fronteira leste.³⁸⁴ Ao primogênito Hermenegildo caberia a integração das rebeldes cidades do sul peninsular, bem

³⁸² Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 47.

³⁸³ GARCIA MORENO, L. A. **Historia de España Visigoda**. Madri: Cátedra, 198. p. 105.

³⁸⁴ PÉREZ SÁNCHEZ, D. **El Ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989. p. 111.

como a incumbência de combater os imperiais. Portanto, Hermenegildo possuía um papel estratégico para o pai, o que justifica a tentativa de se costurar um difícil casamento diplomático com a princesa Ingundis de Austrásia, filha do rei Sigiberto e da princesa visigoda Brunequilda, e, por conseguinte, neta de Gosvinta.³⁸⁵ Constituíam-se, desse modo, um eixo político supra-monarquias entre avó (Gosvinta), filha (Brunequilda) e neta (Ingundis) que teria significativas implicações diplomáticas no decorrer da década de 580.

Concordo com Isla Frez e Roger Collins, quando esses autores sugerem que, em princípio, a questão religiosa não deve ter tido importância alguma.³⁸⁶ A rebelião de Hermenegildo possivelmente tratava-se de uma rinha doméstica, que opunha a facção de Gosvinta e Hermenegildo – vinculado a essa facção após seu casamento com Ingundis –, a de Leovigildo. João de Bicláro, em sua crônica, é categórico ao afirmar que Gosvinta participou da rebelião de Hermenegildo.³⁸⁷ Com efeito, constituía, junto com Brunequilda e Ingundis, um eixo político de princesas franco-visigóticas que possuía um projeto próprio de poder. A esse grupo político, Leovigildo tentava contra-arrestar com a tentativa de casamento de seu filho Recaredo com Rigunta, filha de Chilperico. Além de fortalecer-se internamente, esse projeto dava continuidade à política de isolamento de Gontrão da Borgonha e suas pretensões na Septimânia visigoda. Cumpre salientar, ademais, que Chilperico havia assassinado a outra filha de Gosvinta, Galasvinta. Desse modo, é possível que tenha sido esse lance político de Leovigildo o estopim para deflagrar a rebelião de Hermenegildo, Gosvinta e os nobres a eles vinculados, insatisfeitos com a política de centralização monárquica levada a cabo pelo soberano visigodo. O sucesso da rebelião coroaria o projeto de poder de Atanagildo e de Gosvinta, traçado muito tempo antes junto com Sigiberto. É eloqüente a esse respeito que ao filho de Hermenegildo e Ingundis dera-se o nome de Atanagildo, em homenagem ao avô. Do mesmo modo, é expressivo que Leovigildo tenha tratado de enviar Ingundis e o pequeno Atanagildo para o exílio, e que Brunequilda tenha se empenhado

³⁸⁵ Iohan. Bicl. *Chron.* 53.

³⁸⁶ ISLA FREZ, A. Las relaciones entre el reino visigodo y los reyes merovingios a finales del siglo VI. **En La España Medieval**, Madri, n. 3, p. 11-32, 1990. COLLINS, R. **Merida and Toledo**. 550-585. In: JAMES, E. **Visigothic Spain: New Approaches**. Oxford: Clarendon, 1980.

³⁸⁷ Iohan. Bicl. *Chron.* 89.

sobremaneira na vã tentativa de localizar o herdeiro legítimo das duas casas reais.³⁸⁸

A vitória de Leovigildo sobre o filho rebelde deveu-se, em larga medida, a uma atuação diplomática muito bem articulada por esse monarca. Na guerra civil visigoda, formavam-se dois eixos de alianças: uma entente entre Hermenegildo, suevos e os reinos francos da Austrásia e da Borgonha; e um pacto, se não de cooperação bélica, ao menos de neutralidade, ente Leovigildo, o Império e Chilperico da Nêustria, que possuía divergências com os demais soberanos francos. Prova da estreita aliança de Leovigildo com Chilperico são a continuidade das tratativas de matrimônio entre Recaredo e Rigunta;³⁸⁹ e os entendimentos políticos de Leovigildo com Fredegunda,³⁹⁰ esposa de Chilperico, para eliminar Childeberto e sua mãe, Brunequilda. Com relação ao Império, Gregório de Tours aponta que Leovigildo teria garantido sua neutralidade por meio de pagamento de 30 mil *solidi*.³⁹¹ Em relação aos suevos, sabe-se que, por conta de suas campanhas no noroeste peninsular, Leovigildo havia firmado um tratado de paz com o rei Miro alguns anos antes, que talvez impusesse um laço de fidelidade de Miro a Leovigildo.³⁹² Desse modo, seria natural que Miro atuasse em favor de Leovigildo no conflito, conforme anota João de Bicláro. Gregório de Tours, entretanto, afirma que Miro teria lutado ao lado de Hermenegildo. É provável, por conseguinte que, inicialmente, Miro tenha prometido apoio a Leovigildo, mas que, em um segundo momento, tenha havido uma traição por parte do rei suevo. Esta hipótese encontraria respaldo na conversão de Hermenegildo, uma vez que os suevos já se haviam convertido à ortodoxia e poderiam buscar no rebelde um apoio contra o tradicional inimigo ariano. A derrota de Miro, com a subsequente imposição de um tratado de submissão de seu filho Eborico a Leovigildo, e a conjuração de Audeca contra Eborico, deram a oportunidade que o monarca visigodo aguardava para conquistar definitivamente o reino Suevo.³⁹³

Superada rebelião de seu filho e anexado o reino dos suevos, a atenção de Leovigildo voltava-se novamente para os reinos francos, com o fito de tentar

³⁸⁸ *Ep. Austr.* III, 25 e ss.

³⁸⁹ *Greg. Tur. Hist. Franc.* VI, 33.

³⁹⁰ *Greg. Tur. Hist. Franc.* VIII, 28.

³⁹¹ *Greg. Tur. Hist. Franc.* V, 38.

³⁹² *Iohan. Bicl. Chron.* 39.

³⁹³ *Iohan. Bicl. Chron.* 72.

neutralizar qualquer coalizão de forças contra si, em especial liderada por Gontrão. Enviou diversas legações ao monarca sênior dos francos, com o objetivo de tentar estabilizar as relações entre os dois soberanos. O registro de Gregório de Tours resume seu êxito: “naquele tempo vieram freqüentes legações da *Hispania* para o rei Gontrão e nada podendo obter da graça da paz a inimizade foi se pronunciando cada vez mais”.³⁹⁴ A situação era delicada para os visigodos, uma vez que seu tradicional aliado, Chilperico, havia morrido, e que Gontrão e Childeberto estreitavam sua aliança desencadeando grandes campanhas que visavam à anexação não apenas da Septimania, mas de boa parte do reino Visigodo.³⁹⁵ Trata-se, provavelmente, dos ataques registrados por João de Bicláro, que foram repelidos por generais visigodos e pelo próprio príncipe Recaredo.³⁹⁶

Desse modo, promover uma distensão das relações com os francos era um dos grandes desafios da política externa de Recaredo, ao assumir o trono de seu pai, que morre em 586. Conforme Gregório de Tours, assim que assume o poder, Recaredo faz um acordo com Gosvinta, provavelmente visando a garantir a fidelidade dos nobres a ela vinculados. Conforme Isla Frez, “*al reconocer el papel de Gosvinta, en cierto modo y momentanamente se puso fin a uma discórdia que había motivado la guerra*”.³⁹⁷ Esse acordo era importante para que Recaredo pudesse voltar a ter na rainha um interlocutor com os reinos francos, aliança que não ocorria desde a morte de Chilperico. Orientado por Gosvinta, Recaredo envia legações a Childeberto II e a Gontrão, propondo um tratado de defesa mútua em caso de necessidade.³⁹⁸ A missão junto a Gontrão não consegue reverter sua hostilidade aos godos. Já a missão a Childeberto é revestida de êxito, facilitado pelo envio da enorme soma de 10.000 *solidi*. Esse triunfo político seria selado com o casamento de Recaredo e Clodosinda, neta de Gosvinta. Além de romper uma eventual coalizão dos reinos merovíngios contra o reino visigodo, o matrimônio também consolidaria a aliança de Recaredo com o grupo de nobres vinculados à rainha Gosvinta.

³⁹⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 44.

³⁹⁵ Por duas vezes Gregório indica que a Septimania seria apenas o primeiro passo de uma conquista mais ampla. *Hist. Franc.* VIII, 28 e VIII, 30.

³⁹⁶ Iohan Bicl. *Chron.* 74.

³⁹⁷ ISLA FREZ, op. cit. p. 28.

³⁹⁸ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IX, 1.

Se do lado dos visigodos Gosvinta era a principal artífice desse projeto político, pelo lado dos francos era sua filha Brunequilda quem se esforçava pela consecução do matrimônio de sua filha. Com efeito, o fato de a princesa Ingundis ter sido perseguida em terras hispânicas era usado como motivo para oposição ao enlace por parte da nobreza franca. Gontrão de Borgonha, o monarca sênior dos francos, era quem mais se opunha a essa tentativa de matrimônio, pois isso implicaria uma perda relativa de seu poder frente ao Reino Visigodo. Não obstante suas restrições, Brunequilda consegue articular um tratado entre os monarcas francos autorizando o casamento de Clodosinda com Recaredo. O preço demandado ao monarca visigodo, em contrapartida, é um expressivo dote, como prova de confiança mútua nas futuras relações franco-visigóticas, ao qual Recaredo parece aceder.³⁹⁹

Apesar de tudo caminhar para o êxito do enlace, o matrimônio não se realiza, e as fontes silenciam sobre as causas dessa reviravolta. É possível que tenha contribuído para tanto o ataque promovido por Gontrão à Septimania visigoda, gerando um clima de hostilidade entre os dois reinos.⁴⁰⁰ Por outro lado, pode ser que tenha ocorrido justamente o contrário – que a desistência de Recaredo em contrair matrimônio com Clodosinda tenha instigado hostilidades por parte dos francos. Com efeito, nas atas do Concílio de Toledo III, celebrado em 589, com o intuito de abjurar a heresia ariana e converter o reino Visigodo à ortodoxia nicena, já consta o nome de uma outra personagem ao lado de Recaredo, a princesa Baddo.⁴⁰¹ Estudos onomásticos sugerem que se trata de um nome não aristocrático nos séculos VI e VII na *Hispania Visigoda*.⁴⁰² Outro indício no mesmo sentido é verificado na *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, que afirma ter o filho de Recaredo, Liuva II, origem de uma mãe plebéia, possivelmente Baddo.⁴⁰³ Quando destronado e morto, em 603, Liuva II contava com 20 anos de idade. Desse modo, é possível que a relação, ainda clandestina, de Baddo com Recaredo tenha interferido na tentativa de matrimônio

³⁹⁹ O dote incluía, entre outras coisas, a *Morgengabe* de Galasvinta, sua irmã assassinada por Chilperico, e terras na Septimania. Sabe-se, pela correspondência do Conde Bulgar, que duas propriedades próximas a cidade de Béziers. Juvignac e Corneilhan, foram repassadas a Brunequilda por Recaredo.

⁴⁰⁰ Iohan. Bicl. *Chron.* 90.

⁴⁰¹ *Conc. Tol. III* Tomus:

⁴⁰² ORLANDIS, J. **Estúdios de historia eclesiástica visigoda**. Cap. VII. Baddo, gloriosa regina. Pamplona: EUNSA, 1998. p. 101.

⁴⁰³ Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 57.

deste monarca com Clodosinda. A existência de uma favorita do rei e de um herdeiro seria um forte argumento para demover os francos desse projeto de aliança.

O elemento mais interessante a destacar nesse conturbado período de relações franco-visigóticas que vai do casamento das filhas de Atanagildo com reis francos até a conversão do reino Visigodo, em 589, é a facilidade de relacionamentos entre personagens de casas reais de origem ariana e niceíta. Não há qualquer registro de objeção por parte das fontes da época pelo fato de Brunequilda e Galasvinta terem professado, originariamente, a fé ariana. Tampouco existem objeções de seus pais em enviarem-nas para desposar soberanos niceítas. Nota-se, do mesmo modo, que a questão religiosa não se apresenta como um óbice para as tentativas de matrimônio das princesas francas (niceitas) Ingundis e Rigunta com os príncipes visigodos (arianos) Hermenegildo e Recaredo. No mesmo sentido, conforme relatam as *Vidas dos Santos Padres Emeritenses*, em uma revolta de cunho ariano na Septimania contra Recaredo, os revoltosos arianos não tiveram dificuldades em garantir o apoio das tropas francas (niceítas) de Gontrão.⁴⁰⁴ Nesse sentido, concordo com Isla Frez, para quem

el desarrollo de la monarquía visigoda en este momento está en relación con los problemas de fortalecer su propia posición a través de alianzas entre poderosas familias que podían tener intereses territoriales en zona determinadas y también ramificaciones familiares que superasen el marco del próprio reino. [...] el centro de los problemas entre los reinos no estaba ocupado por las cuestiones religiosas – aunque éstas pudieran ser utilizadas en un momento determinado y con un contenido específico en la sublevación de Hermenegildo – pues, tanto las alianzas como las guerras se desarrollan muchas veces al margen de afinidades religiosas. En todo caso, podría parecer que las relaciones entre los reinos no se mueven con la fé religiosa, sino más bien al contrario.⁴⁰⁵

A conversão oficial do Reino Hispano-Visigodo à ortodoxia nicena, em 589, iniciaria, assim, um novo período da política externa visigoda. Com a constituição paulatina de uma realeza cristã, para além do projeto de unidade político-territorial, os monarcas visigodos agregariam um novo item em sua agenda diplomática – a

⁴⁰⁴ *VSPE*, V, 12.

⁴⁰⁵ ISLA FREZ, op. cit. p. 32.

missão religiosa. Nessa direção, muitas de suas atitudes em relação aos demais governos tardo-antigos devem levar em consideração essa nova vertente diplomática, de cunho evangelizador. No preâmbulo do Concílio de Toledo III, fica evidente essa agenda política:

Não apenas a conversão dos Godos se soma entre a série de graças que recebemos, mas também a da infinita multidão de gentes dos Suevos, que com a ajuda dos céus submetemos ao nosso reino, ainda que conduzida à heresia por culpa alheia, por nossa diligência foi trazida à origem da verdade.⁴⁰⁶

Muito embora a submissão dos suevos tenha ocorrido no reinado de seu pai e, por conseguinte, não tenha sido estimulada por um projeto evangelizador, Recaredo é categórico ao afirmar que isso lhe propiciou a oportunidade de convertê-los à ortodoxia.⁴⁰⁷ Coerente com os princípios políticos da realeza cristã que fundamentavam seu governo, a política externa de Recaredo visava à consolidação da monarquia hispano-visigoda como a campeã da fé católica no ocidente tardo-antigo. Indício dessa predestinação política do reino Hispano-Visigodo seriam as glórias militares que Recaredo obtivera, segundo Isidoro de Sevilha, com o auxílio de sua nova fé.⁴⁰⁸ O reconhecimento público do Papado dessa nova correlação de forças no ocidente tardo-antigo virá por meio de uma legação enviada a Recaredo respondendo a uma suntuosa legação que o visigodo encaminhara ao pontífice em 590, portando 300 vestimentas para distribuição entre conventos e mendigos de Roma, além de objetos preciosos, com a qual dava ciência a Gregório Magno da conversão dos godos.⁴⁰⁹ A delegação enviada por Gregório presenteava o soberano com diversas relíquias, entre as quais um fragmento da verdadeira cruz. Ademais, escrevia a Recaredo afirmando que lhe felicitava e invejava por poder apresentar-se ao Senhor no dia do Juízo Final com seu rebanho resgatado a fé.

Em linhas gerais, os monarcas subseqüentes a Recaredo continuarão, em âmbito interno e externo, essa linha política de consolidação da unidade político-religiosa-territorial do Reino Hispano-Visigodo, cuja atuação diplomática se

⁴⁰⁶ Conc. Tol. III. Tomus.

⁴⁰⁷ João de Biclato também registra esse intento em *Chron.* 85.

⁴⁰⁸ Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 54.

⁴⁰⁹ Greg. Magn. *Regist.* 128.

desdobrou sobretudo nas duas regiões de fronteira: a franca e a imperial. As relações com os francos progrediram significativamente na primeira metade da sétima centúria. O último grande atrito entre visigodos e merovíngios no século VII ocorreu novamente por uma malograda tentativa de bodas reais. Witerico pretendia que Ermenberga, sua filha, contraísse matrimônio com Teodorico II. Contudo, após o bom andamento de tratativas iniciais que envolveram o pagamento de um dote por parte dos visigodos, Teodorico II, provavelmente movido sob influência de sua avó Brunequilda, findou por rejeitar Ermenberga, retendo, porém, seu dote. Instigado por esse ato de hostilidade, Witerico tentou promover uma grande aliança contra Teodorico II. Enviou uma missão a Clotário, que re-encaminhou os legados visigodos junto com seus próprios legados ao rei Teodeberto da Austrásia, que por sua vez encaminhou ambas delegações aditadas da sua a Agilulfo, rei dos lombardos.⁴¹⁰ A ampla coalizão que se formava contra Teodorico II, entretanto, não teve efeitos práticos, provavelmente devido à oposição do monarca lombardo em abrir mais esse *front* de batalha. Essa situação de animosidade entre visigodos e burgúndios será herdada por Gundemaro, sucessor de Witerico, conforme demonstra o epistolário do Conde Búlgar.⁴¹¹ Os dois povos estavam prestes a entrar em guerra quando as mortes de Teuderico, em 612, e de Brunequilda, em 613, distensionaram as relações. A publicação da *Vita Desiderii* por Sisebuto, personificando em Brunequilda e em Teuderico as razões das clivagens verificadas nas décadas anteriores, selará uma nova etapa no relacionamento franco-visigótico.⁴¹²

As relações com os lombardos também confluíam para o entendimento, facilitado pela existência de um inimigo em comum, o Império. Resultado desse bom relacionamento é a mencionada proposta de aliança contra a Burgúnida feita por Witerico a Agilulfo. Outro episódio expressivo na relação bilateral é a carta que

⁴¹⁰ Fredeg. *Chron.* V, 30.

⁴¹¹ *Ep. Visig.* 10, 11 e 12.

⁴¹² FONTAINE. *op. cit.* p. 128. "Sisebut's work was surely more important in external use than it was internally. Under the guise of an aggressively 'literary' work, the *Vita* served as a means whereby the kings of Toledo could intervene ideologically in the internal politics of Merovingian Gaul. [...] Concentrating all attention on that recent explosion of hatred expressed by Clothar himself in the presence of his victim, it was intended to blot out all past conflicts and to load onto these two vanished scapegoats, onto these prices possessed by the Devil, all responsibility for a whole century of conflict and misunderstanding and thus to allow Franco-Visigothic relation to start off again on an entirely new footing".

Sisebuto enviou por meio de uma legação ao soberano dos lombardos, Adaloaldo, exortando-o e a sua esposa a converterem-se à ortodoxia nicena.⁴¹³ Além de reforçar a aliança contra o Império, uma eventual conversão dos lombardos estaria no contexto de uma política externa que tentava tornar o Reino Visigodo o campeão do cristianismo. Trata-se de projeto político lançado por Recaredo, mas que encontrará em Sisebuto seu maior apologeta.

Com relação aos imperiais, a política externa visigoda do início do século VII foi bastante agressiva. Isidoro de Sevilha registra que Witerico promoveu ataques contra os imperiais, mas com pouco êxito, conseguindo se apoderar tão-somente de algumas guarnições em Sagunto.⁴¹⁴ Todos os seus sucessores imediatos, Gundemaro, Sisebuto e Suintila, promoverão campanhas contra os imperiais, até que ocorra a anexação completa da antiga província romana. As epístolas trocadas entre Sisebuto e Cesário revelam que não apenas pelas armas, mas também pela diplomacia, buscavam os monarcas visigodos restaurar a unidade político-territorial da Peinínsula Ibérica.⁴¹⁵ Desse modo, com paulatinos ganhos militares e diplomáticos, os imperiais findarão por serem derrotados em definitivo durante o reinado de Suintila. Os visigodos atingem, portanto, um dos mais importantes objetivos da diplomacia visigoda, a unidade territorial. Outro objetivo realizava-se paralelamente: a projeção do Reino Visigodo como defensor da fé cristã, na medida em que recaía sobre o Império, nesse momento, uma suspeita de heresia.

Suintila será deposto por Sisenando, que solicitará o apoio das tropas francas de Dagoberto, oferecendo-lhe, como recompensa, o famoso e valiosíssimo missal de ouro doado por Aécio ao rei Turesmundo, que integrava o tesouro visigodo. “Como era ávido” – segundo o Fredegário, Dagoberto aceitou a proposta, mobilizando efetivos de toda a Burgúndia.⁴¹⁶ Era a primeira intervenção dos francos em território visigodo desde as conturbadas negociações dos tempos de Witerico e Gundemaro. Isso pode indicar que nesses quase vinte anos os monarcas visigodos pouco fizeram para cultivar o bom relacionamento franco-visigótico estabelecido por

⁴¹³ *Ep. Visig.* VIII.

⁴¹⁴ *Isid. Hisp. Hist. Goth.* 58.

⁴¹⁵ *Ep. Visig.* II-V. Firmado num momento delicado para o Império, que sofria severo ataque dos persas, o acordo negociado entre Sisebuto e Cesário previa o reconhecimento imperial dos territórios conquistados pelos visigodos em troca da cessão temporária das hostilidades.

⁴¹⁶ *Fred. Chron.* V, 73.

Sisebuto, deixando espaço para que um nobre como Sisenando, provavelmente *dux* da Septimania, negociasse diretamente com o soberano do reino lindeiro.

Essa pouca atenção com a política externa parece acentuar-se a partir da metade da sexta centúria. Após a deposição de Suintila, as fontes pouco se detêm sobre a política externa dos visigodos, só retornando a dar alguma ênfase a partir do reinado de Witiza, para explicar a perda da *Hispania*. Certamente que a diminuição do número de reinos tardo-antigos e o estabelecimento mais nítido de fronteiras contribuiu para um arrefecimento da política externa dos visigodos. Portanto, a atuação na vertente da política externa se tornava mais simples para os monarcas, que não precisavam se dedicar com tanto zelo às atividades diplomáticas para garantir a integridade de seus reinos.⁴¹⁷ Embora não se possa afirmar categoricamente que esses 70 anos cujas informações sobre a diplomacia visigoda chegam de forma fragmentada e pontual tenham sido realmente um período de isolamento político do reino, é possível que seja esse o caso, pois, dada a crescente polarização e ao aumento das disputas pelo poder monárquico nesse período, as questões de ordem interna podem ter tido um destaque maior dos que as referentes à política externa.

Pode-se sugerir, a esse respeito, que o próprio preterimento das relações diplomáticas tenha contribuído para o processo de desestruturação política da *Hispania* Visigoda. Com efeito, considerando que a política externa era uma importante fonte de legitimação do poder monárquico, e que após a conquista da unidade político-territorial esta área de atuação ficou relegada a um segundo plano, não poderia ter sido justamente o descuro da atuação diplomática um dos contributivos para a fragilidade político institucional que se acentua após o reinado de Sisenando? De fato, a falta de uma atuação expressiva na política externa por parte dos últimos monarcas hispano-visigodos abriu espaço para que nobres buscassem, com certa facilidade, apoio no exterior para seus próprios pleitos.

⁴¹⁷ BARNWELL, op. cit. O autor constatou uma diminuição generalizada na atividade diplomática de todas as monarquias tardo-antigas e do Império no século sétimo. Este autor assinala duas causas para esse processo. Primeiro, a diminuição de entidades políticas, como por exemplo a anexação dos Suevos pelos Visigodos e a unificação dos francos sob Clotário II. Ademais, porque, conforme este autor, as fronteiras das monarquias tardo-antigas já estavam bem definidas na sétima centúria, o que diminuiu a intensidade das políticas de aliança e das missões diplomáticas para estabelecimento de acordos de paz.

Um primeiro indício dessa situação ocorreu com o próprio Suintila com relação aos francos. Outro exemplo é o episódio da rebelião do duque Paulo, personagem que durante o reinado de Wamba tentou organizar um reino autônomo na Septimania. De acordo com a *Historia Wambae*, Paulo teria recrutado uma multidão de francos e vascos prometendo-lhes cargos e remuneração.⁴¹⁸ Rei enérgico e centralizador, Wamba ainda conseguirá reunir forças para debelar a rebelião de Paulo. Ficava claro, porém, que o reino Visigodo não mais contava com a neutralidade dos francos, resultado, sugiro, da pouca atenção dada à política externa em geral desde a ascensão de Sisenando.

O exemplo mais paradigmático, contudo, de que o descuro na atuação diplomática poderia fazer soçobrar as bases de legitimação de um monarca é o episódio da invasão da *Hispania* Visigoda pelos sarracenos. Descontentes com a ascensão de Rodrigo, os filhos do antigo monarca Witiza enviam emissários a África e solicitam que os sarracenos venham em seu auxílio.⁴¹⁹ Como demonstrado em outros episódios similares, esse tipo de auxílio estrangeiro era prática comum em momentos de instabilidade política interna da monarquia visigoda. Em 711, contudo, dado o avançado estado de protofeudalização em que se encontrava o Reino Visigodo, as conseqüências foram mais nefastas que nas ocasiões anteriores, habilitando aos sarracenos, mais do que a intervir no reino vizinho, a desestruturá-lo definitivamente e a anexá-lo à sua área de hegemonia.

3.2.3. Os suevos

O Reino Suevo foi, em meados da quinta centúria, a primeira monarquia romano-germânica a configurar-se territorialmente no espaço do Império Romano do Ocidente. Esse fato se deve às suas sucessivas vitórias militares na Lusitânia e na

⁴¹⁸ Iul Tol. *Hist. Wamb.* VIII, 161. Com relação a participação dos francos na rebelião de Paulo, parece-me que, mais do que um envolvimento efetivo, o qual deve ter se restringido ao apoio de alguns nobres na região de fronteira, trata-se de um esforço, por parte de Juliano de Toledo, de reconstruir a imagem de um rival militar com o fito de insuflar ânimo guerreiro entre os jovens da aristocracia visigoda, no conturbado período do decreto das famosas leis militares de Wamba. Esse esforço ideológico fica particularmente nítido no capítulo XXVII, em que Juliano de Toledo descreve o suposto anseio do exército visigodo em combater os francos, que teriam se evadido do combate de todas as formas possíveis. Para uma análise detalhada sobre o tema vide GARCÍA HERRERO, G. **Sobre la autoría de la *insultatio* y la fecha de composición de la *Historia Wambae* de Julian de Toledo.** In: **Los Visigodos y su mundo.** Madrid: Ateneo de Madrid, 1990.

⁴¹⁹ *Chron. Alf. III* (Rot.) VI.e *Chron. Alb.* 34.

Bética, que lhes permitia, nesse momento, gozar de uma situação privilegiada para seu futuro desenvolvimento como unidade política e territorial soberana. Hidácio de Chaves informa alguns importantes fatos para o reconhecimento da autonomia sueva no período: em 449, teria o rei suevo Requiário contraído matrimônio com a filha do rei visigodo Teodorico; em seguida, em 452, Mansueto, o *comes Hispaniarum*, era enviado pelo Império junto com conde Fronto, *pro pace*.⁴²⁰ Conforme aponta Díaz Martínez, “los términos concretos de esta doble alianza, con los visigodos y con el emperador, no son recogidos por Hidacio, pero alguna noticia del mismo cronista y el testimonio posterior de Jordanes aportan indícios suficientes para creer que se trató de un acuerdo de reparto de influencia”.⁴²¹ Com efeito, um ataque de Requiário na Cartaginense, em 456, motivaria legações do Império e dos visigodos “para fazer-lhes guardar as promessas do pacto jurado [...] dado que estavam unidos por um pacto de paz apenas”.⁴²² Esse lance de política externa do soberano suevo seria duramente repreendido pelos visigodos *foederati* do Império, custando-lhe a vida e desestabilizando a situação interna do Reino Suevo, onde diversas facções nobiliarquias disputariam o poder real.

A reconstituição político-administrativa da monarquia sueva no noroeste da Península Ibérica seria retomada quase uma década depois, quando Remismundo conseguiu impor-se como soberano dos suevos. Desafortunadamente, são raríssimos os relatos sobre esse período constitutivo do Reino Suevo. Pode-se supor que, conforme ficava mais evidente a impotência do Império em intervir nos assuntos peninsulares, intensificavam-se os esforços de concertação política entre a aristocracia galaico-romana e a nobreza sueva. Hidácio de Chaves, ainda que se mantenha fiel à sua identidade de cidadão romano, registrará, no decorrer de sua Crônica, de maneira cada vez mais atenciosa, os acordos e pactos firmados entre a aristocracia local e os monarcas suevos. Um exemplo interessante é o caso da legação que o rei suevo Remismundo envia ao imperador, em 469, cujo chefe era Lusídio, um importante representante da aristocracia lusitana que, anteriormente, havia negociado com os suevos a ocupação pacífica da cidade de Lisboa pelas

⁴²⁰ Hidat. *Chron.* a. 449, 661. e a. 452,753.

⁴²¹ DIAZ MARTÍNEZ, P. C. *El reino suevo de Hispania y su sede em Bracara*. In: RIPOLL, G.; GURT, J. M. (eds.) *Sedes Regiae*. Barcelona: reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000. p.405

⁴²² Hidat. *Chron.* a. 456. 825.

tropas do rei suevo.⁴²³ Fica evidente, por conseguinte, que o soberano suevo começava a contar com a colaboração da aristocracia romana em troca de privilégios econômicos e sociais, permitindo a consolidação, nos decênios posteriores, de uma organizada monarquia romano-germânica.

Até meados da sexta centúria, não parece ter havido objetivos específicos de política externa do Reino Suevo, o que pode ser aferido pela inexistência de contatos de emissários suevos para outros soberanos nesse período. A única comunicação externa de que se tem notícia é uma missiva do papa Vigílio ao bispo metropolitano de Braga, Profuturo, em 538, o que indica não ter havido maiores restrições ao desenvolvimento do cristianismo niceno por parte dos monarcas suevos. Com efeito, essa escassa atividade diplomática pode estar relacionada à maior importância conferida aos assuntos de política interna, num momento em que ainda eram necessárias articulações entre as elites galaico-romanas e suevas, em detrimento dos assuntos de política externa, haja vista não haver nenhuma ameaça externa significativa à sua hegemonia política no noroeste peninsular.

É nesse contexto que se desenvolverá um fato de capital importância para o desenvolvimento das relações diplomáticas peninsulares no terceiro quartel do século VI: a conversão definitiva do Reino Suevo à ortodoxia nicena, ocorrida muito provavelmente na década de 550. Existe certa controvérsia com relação à forma e ao período de conversão dos suevos ao cristianismo niceno, resultado da existência de apenas alguns poucos relatos disponíveis sobre esse momento. Isidoro de Sevilha, em sua *História dos Suevos*, aponta ter sido um rei de nome Teodemiro quem converteu o reino Suevo à ortodoxia, com o auxílio de Martinho de Braga.⁴²⁴ Já Gregório de Tours, em seus *Milagres de São Martinho*, afirma que a conversão teria sido obra do rei suevo Carriarico, soberano do qual não se tem outros registros.⁴²⁵ Segundo Gregório, Carriarico, afligido pela grave doença de seu filho, teria enviado emissários à basílica de São Martinho de Tours, com oferendas ao santo. Na segunda dessas missões, o rei suevo teria recolhido algumas relíquias de São Martinho e, ante elas, se convertido ao catolicismo. Imediatamente, o jovem príncipe se curou, e a epidemia de peste que fazia estragos no reino desapareceu.

⁴²³ Hidat. *Chron.* a. 469. 1253; a. 468. 1224.

⁴²⁴ Isid. *Hisp. Hist. Sueb.* 90.

⁴²⁵ Greg. *Tur. Vit. S. Mart.* I, 11.

Orlandis prefere a versão de Gregório, considerando que “el Turonense se hallaba más próximo, cronológicamente, a estos acontecimientos que Isidoro de Sevilla y que las noticias directas sobre Galicia no eran raras durante esta época em la Francia Merovíngia”.⁴²⁶ Garcia Moreno, em seu turno, tenta conciliar as duas versões:

En tiempos del rey Cararico, que se situa entre el 550 y el 558/9, habría tenido lugar la conversión al catolicismo de la Corte sueva bajo el influjo del recién llegado Martín. Entre el 558/559 y mayo del 561, fecha de Concilio primero de Braga, habría que situar el reinado de Ariamiro; la convocatória, a auspicios de este último, de un concilio nacional de la Iglesia del reino suevo y la obra reformadora que en dicha reunión se realizó indican bien a las claras el carácter católico del gobierno de Ariamiro, al tiempo que testimonian la no mucha anterioridad de la conversión de la Monarquía sueva. Con posterioridad a esta última fecha, y hasta el 570, había ocupado el trono de los suevos Teudemiro [...] Dado que em tiempos de Teudemiro tuvo lugar una profundísima reorganización territorial de la iglesia sueva, completándose la total reorganización de ésta como auténtica Iglesia nacional em tiempos de Mirón, en el Concilio segundo de Braga de junio del 572, se comprende que un observador no contemporáneo de los hechos como Isidoro de Sevilla adscribiese a Teudemiro la conversión al catolicismo de la Monarquía sueva.⁴²⁷

Thompson, fundamentado numa passagem do Concílio de Braga I, discorda dessa tese e sugere ter sido Ariamiro o rei que converteu o reino à ortodoxia, pois, conforme o preâmbulo das atas desse Concílio, foi esse o monarca que deu permissão para a celebração do Concílio, o que só faz sentido se se considerar que este foi o primeiro rei católico.⁴²⁸ Assim, Thompson sugere, assim como Garcia Moreno, que Isidoro de Sevilha confundiu-se ao assinalar Teodemiro como o primeiro rei católico, em virtude de sua ampla reforma eclesiástica. A diferença do argumento é que, para Thompson, a existência de Carriarico é uma invenção de Gregório de Tours:

There is no reason whatever for thinking that he is the same person as Ariamir, or that “Cahriaric” is a corruption of “Ariamir”, or that “Ariamir” is a corruption of “Cahriaric”. Gregory’s story of the leper is absurd, his coincidence incredible, and his name “Chariaric”, in my

⁴²⁶ ORLANDIS, op. cit. p. 96.

⁴²⁷ GARCIA MORENO, op. cit. p. 108.

⁴²⁸ Conc. Brac. I, *Prol.*

opinion, is a fictitious one in this connection. Chariaric may have some place in the study of Gregory of Tours, but in the study of Galicia and its history he has none.⁴²⁹

Com efeito, qualquer que seja a versão que se prefira, o relato de Gregório de uma conversão de Carriarico tutelada pela sede de Tours faz muito sentido no âmbito das relações diplomáticas entre a Gália merovíngia e o reino Suevo. O que nos interessa aqui, mais do que abstrair os exageros hagiográficos para validar ou não a versão de Gregório, é evidenciar o caráter oportuno, no âmbito das relações políticas, de uma estreita vinculação eclesiástica entre Gália merovíngia e Galícia sueva. Desse modo, ao sugerir que a conversão dos suevos à ortodoxia nicena ocorreu por obra dos milagres de Martinho de Tours, Gregório atuava no sentido de elevar substancialmente o tom das relações diplomáticas entre os suevos e os reinos francos, sobretudo o de Gontrão. Tratava-se de um eixo político importante que os monarcas suevos e merovíngios percebiam ser estratégico frente à reestruturação da monarquia hispano-visigoda. Nesse sentido, pode-se interpretar a celebração de dois concílios eclesiásticos no Reino Suevo, em 561 e 572, por ordem dos soberanos Ariamiro e Miro, como claros indicativos de que os assuntos religiosos eram, doravante, também assuntos políticos. Do mesmo modo, a reestruturação da área de jurisdição das sedes episcopais suevas, realizada na época do rei Teodemiro,⁴³⁰ visava a romper com a organização herdada do Império Romano e delimitar as fronteiras político-eclesiásticas de uma Igreja sueva nicena face às de uma difusa Igreja visigoda ariana.

Com o fortalecimento da Monarquia Hispano-Visigoda, verificado sobretudo com o reinado de Leovigildo, e conseqüente desestabilização da balança de poder regional, era natural que os suevos buscassem fortalecer uma aliança com os francos, e em especial com a Borgonha, inimigo comum ariano. Seu objetivo de política externa consistia claramente na manutenção de sua hegemonia no noroeste peninsular, cuja principal ameaça era percebida no Reino Visigodo. De fato, tendo em vista que Leovigildo encampava um ambicioso projeto de unidade político-territorial da Península Ibérica, seus interesses de política externa logo entrariam em conflito, trazendo à baila a necessidade de uma atuação diplomática mais assertiva.

⁴²⁹ THOMPSON, E. A. **The conversion os the Spanish Suevi to Catholicism**. New Approaches. Oxford: Clarendon, 1980.

⁴³⁰ *Parroch. Suev.*

Havia, por esse período, no noroeste peninsular, uma série de territórios relativamente autônomos, governados por potentados locais e que não estavam efetivamente sob a dominação nem de suevos nem de visigodos. Ambos os reinos empreenderão campanhas para consolidar sua hegemonia sobre essas áreas, a partir da década de 570. A primeira incursão de que se tem notícia foi feita pelos suevos, contra os Rucones, em 570, numa provável tentativa de anexar a região a seus domínios.⁴³¹ Essas campanhas devem ter alertado a elite hispano-visigoda de uma perda relativa de poder frente a um pequeno, mas bem estruturado, Reino Suevo. Desse modo, os visigodos não tardarão em mobilizar suas tropas na região, submetendo a seu domínio regiões como a Sabária, a Cantábria e os Aregenses.⁴³²

Em 576, Leovigildo invadiria o próprio território suevo, ameaçando a existência de seu reino e colocando sua diplomacia numa prova de fogo. De fato, tendo em vista a capacidade muito inferior de mobilização de efetivos dos suevos com relação aos visigodos, a soberania do reino Suevo dependia muito mais da diplomacia do que das armas. Apesar da situação adversa, o episódio não resultou na anexação do reino Suevo ao Visigodo. Conforme relata João de Biclara, o rei Miro, por meio de seus emissários, conseguira convencer Leovigildo a conceder-lhes a paz por algum tempo.⁴³³ Trata-se, em certa medida, de uma vitória da diplomacia sueva, pois ainda que Leovigildo tenha imposto algum tipo de pacto de submissão a Miro, os suevos não pareciam ter condições de fazer frente a uma ocupação militar visigoda.

A rebelião de Hermenegildo, poucos anos depois, daria à diplomacia sueva a oportunidade de tentar reverter sua posição defensiva com relação aos visigodos. Embora a questão ideológica da defesa de um príncipe cristão contra um mandatário ariano pudesse ser alegada, o que interessava aos suevos era sobretudo desestabilizar a Monarquia Visigoda, com o fito de restabelecer um equilíbrio de poder seguro à sua soberania. Foi desse modo que o rei suevo Miro interveio na guerra civil hispano-visigoda, em 583, em favor de Hermenegildo, tentando liberar a cidade de Sevilha do cerco de Leovigildo.⁴³⁴ A decisão parecia acertada, pois consistia numa coalizão entre o rebelde Hermenegildo, o reino de Gontrão e o dos

⁴³¹ Iohan. Bicl. *Chron.* 21.

⁴³² Iohan. Bicl. *Chron.* 27, 32 e 35.

⁴³³ Iohan. Bicl. *Chron.* 39.

⁴³⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 43.

suevos contra as forças de Leovigildo. A coalizão de soberanos ortodoxos, contudo, foi derrotada pela diplomacia e pelas armas de Leovigildo, representando um desastroso fracasso para a política externa sueva.

A derrota das tropas suevas traria implicações importantes para o epílogo de seu reino. Vencido e obrigado a assinar novo pacto de submissão a Leovigildo, o rei Miro morreria ao retornar à sua pátria galaica, sendo substituído por seu filho Eborico.⁴³⁵ A derrota e humilhação sofridas por Miro, assim como o tratado de subordinação, que parece ter sido aceito por Eborico, findaram por minar a legitimidade da dinastia, levando a um acirramento das tensões nobiliárquicas que levaria a um complô liderado por Audeca, cunhado de Eborico.⁴³⁶ Essas cisões internas do reino Suevo constituíram oportunidade propícia para que Leovigildo ocupasse a região, em 585, sob o pretexto de defender os interesses de seu cliente Eborico. Gontrão da Borgonha ainda tentaria enviar reforço aos suevos, mas seus navios seriam interceptados por Leovigildo a meio caminho do destino.⁴³⁷ João de Bícclaro, orgulhosamente, descreverá o ocaso do reino Suevo: “O rei Leovigildo devasta a Galícia, destitui o capturado rei Audeca de seu reino, e coloca a gente, o tesouro e a pátria dos suevos sob seu poder, e faz-lhe uma província do Godos”.⁴³⁸ Um nobre da elite sueva, Malarico, ainda tentará rebelar-se contra o domínio visigodo, mas será prontamente derrotado.⁴³⁹ Ficava claro que a monarquia sueva, por mais estruturada que fosse, não tinha condições de resistir, nas duas últimas décadas da sexta centúria, ao fortalecimento da nova potência hegemônica da Península Ibérica.

3.2.4. Os lombardos

Os lombardos constituem a última monarquia romano-germânica a se constituir no ocidente tardo-antigo, ao se estabelecerem, a partir de 568, no norte da Península Itálica. Trata-se de uma das monarquias mais heterogêneas, que contava com elementos de origem romana, lombarda e de diversas outras etnias, como

⁴³⁵ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 43. Iohan. Bicl. *Chron.* 65.

⁴³⁶ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI 43 e Iohan. Bicl. *Chron.* 67.

⁴³⁷ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 35.

⁴³⁸ Iohan. Bicl. *Chron.* 72.

⁴³⁹ Iohan. Bicl. *Chron.* 76.

hérulos, gépidas, saxões, búlgaros entre outros.⁴⁴⁰ Paulatinamente, ocorrerá um processo de etnogenese lombarda que integrará, após diversos percalços⁴⁴¹, esses povos migrantes com a população romana do norte da Itália.

Mesmo antes de sua estruturação como monarquia territorial na Itália, os lombardos já estabeleciam relações diplomáticas com os demais povos soberanos do período. Entre os indícios mais expressivos, encontram-se os enlaces matrimoniais de princesas lombardas com soberanos francos, relatados por Paulo Diácono e Gregório de Tours.⁴⁴² Esse fato é ilustrativo de que os lombardos, ainda que não possuíssem um território plenamente soberano, já eram considerados, de alguma maneira, como unidade autônoma no âmbito da política externa de meados da sexta centúria.

Maior legitimidade, contudo, receberam os lombardos com a proposta de aliança oferecida pelo Império, em que este garantiria àqueles a Panônia, em troca de seu auxílio contra os ostrogodos.⁴⁴³ O tratado proposto por Narses, que substituíra Belisário no comando das guerras góticas, ao soberano lombardo Audoino era oportuno a ambos no momento. Totila, rei ostrogodo, será derrotado em definitivo e os lombardos garantirão, ainda que efemeramente, uma unidade territorial soberana.

Após cerca de duas décadas na Panônia, os lombardos migram, em 568, para o norte da Península Itálica, aproveitando a ocasião de desestruturação militar das defesas imperiais, decorrentes da destituição de Narses de seu cargo. Paulatinamente, todo o norte peninsular cairá nas mãos dos lombardos que, entretanto, pouca atenção poderiam dar aos assuntos de política externa. Com efeito, verificando todavia um momento de assentamento territorial, a monarquia

⁴⁴⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* I, 20 e 27 e II, 26. JARNUT, J. **Gens, rex and regnum of the Lombards**. In: GOETZ, JARNUT, POHL, op. cit. p. 422. “[...] King Tato’s victory over the Herules in 508 had led to the admission of warriors from various other *gentes* into the Lombard army, by which they had become Lombards. Alboin’s bloody victory over the Gepids in 567 had a similar effect. In 568, during his conquest of Italy, the latter also succeeded in integrating Saxons, Gepids, Bulgars, Sarmatians, Pannonians, Sueves and Noricans into the Lombard army, by which it was decisively strengthened.” Percebe-se, por conseguinte, que a identidade lombarda baseava-se na tradição de uma elite militar, isto é, proprietários de terras que tinham, recursos para se armarem. Eloqüente sobre essa relação é o *Edictus Langobardorum, Aistulfi Leges*, II, 3;

⁴⁴¹ Sobre os conflitos no período de instalação da monarquia lombarda vide, por exemplo, Paul. Diac. *Hist. Lang.* II, 32.

⁴⁴² Paul. Diac. *Hist. Lang.* I, 21 e Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 9

⁴⁴³ Paul. Diac. *Hist. Lang.* II, 1. Outro acordo com o Império será firmado no final do século VI. Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV 12;

lombarda possuía pouca coesão política, seja por parte da antiga aristocracia romana, seja entre sua própria nobreza. Caso sintomático a respeito dessa falta de unidade política é o chamado interregno dos duques, período que se inicia após a morte do rei Clef, em 574, e que perdura por dez anos sem que a nobreza lombarda consiga aclamar um soberano.⁴⁴⁴

Durante esse período, cada ducado lombardo estava apto para exercer suas próprias relações diplomáticas, que freqüentemente careciam de recursos e mesmo de uma estratégia de política externa. Foi o caso, por exemplo, das incursões lombardas em território franco, aproveitando a dissensão dos merovíngios verificada com o assassinato de Galasvinta, em 567, mas que não tinham outro objetivo senão o butim.⁴⁴⁵ Foi necessária uma coordenada atuação diplomática junto ao Império e aos reinos francos para evitar maiores represálias e garantir a sobrevivência do reino.⁴⁴⁶ Futuramente, contudo, episódios como esse serviriam para acentuar uma perigosa rivalidade entre os dois reinos, que findaria com a destruição da monarquia lombarda por Carlos Magno, em 774.

A migração para a área central do antigo Império Romano certamente terá contribuído para o desenvolvimento de práticas e instituições lombardas.⁴⁴⁷ Nesse sentido, os sistemas social, cultural e militar vivenciados em Roma lhes facultariam maior acesso à práxis diplomática romana, à sua organização, usos e costumes. Já possuindo uma *patria* e uma *gens*, o desenvolvimento de um *regnum*, isto é, de instituições administrativas e de regras claras do exercício do poder político, era justamente o que lhes faltava para poderem exercer uma política externa mais objetiva e assertiva.

Contudo, tal como ocorrera com os visigodos, será um evento de política externa o catalisador do consenso interno entre as facções lombardas no sentido de fortalecer a instituição monárquica. Relata Paulo Diácono que o imperador Maurício havia enviado emissários a Childeberto com a quantia de 50 mil *solidi*, com o fito de

⁴⁴⁴ Paul. Diac. *Hist. Lang.* II, 32.

⁴⁴⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 8.

⁴⁴⁶ Fredeg. *Chron.* V, 45 e 46 registra missões lombardas para o imperador e para os reis Gontrão, Childeberto e Clotário, oferecendo-lhes o pagamento de um valor anual e a cessão das regiões das cidades de Aost e Suze e do vale do Amétege em troca de um pacto de não agressão.

⁴⁴⁷ JARNUT, op. cit. p. 425. “Compared to Pannonia, how much stronger must this Roman influence have been in Italy, core land of the *Imperium*? Against this background, it would be inconceivable if it had not also influenced the development of the central institutions of the *gens Langobardorum*; that is the kingship”.

instigar Childeberto a atacar as possessões lombardas.⁴⁴⁸ Esse lance concorreu para que os duques lombardos, temerosos da invasão estrangeira, elegessem um monarca que pudesse agregar o poderio militar da nobreza lombarda.⁴⁴⁹ A escolha recairá sobre Autari, monarca cuja política externa será pautada por uma dupla tensão política: com os francos a oeste e com o Império ao sul, visando à integridade das possessões lombardas.

Com vistas a fazer frente à ameaça imediata, Autari envia legações e presentes a Childeberto, resultando no que Paulo Diácono chama de paz, mas a que Gregório de Tours refere-se como submissão.⁴⁵⁰ Possivelmente, os “presentes” a que se refere Paulo seriam de ordem pecuniária, e considerados pelos francos como uma espécie de tributo, de onde decorre a interpretação de Gregório. Ainda segundo Paulo Diácono, Childeberto não devolveria o valor enviado por Maurício para fazer-lhes guerra, de modo que a situação dos lombardos parecia estar sensivelmente melhor, permitindo-lhes seguir na conquista de outras cidades do norte peninsular sem maiores transtornos referentes à agenda diplomática. Diante da neutralidade conquistada pelos lombardos com o Império e os merovíngios, Autari chega inclusive a fazer um acordo de paz com o patrício Smaragadus, autoridade imperial em Ravena.⁴⁵¹

Em 587, o imperador Maurício novamente enviará emissários a Childeberto, propondo-lhe uma vez mais fazer guerra contra os lombardos.⁴⁵² Contava, nessa ocasião, com um trunfo importante: a guarda de Amalarico – filho de Ingundis, irmã de Childeberto, com o príncipe visigodo Hermenegildo –, elemento pivotal no projeto político-diplomático das facções nobiliárquicas vinculadas a Gosvinta e Brunequilda. Childeberto assentirá, em princípio, à proposta do imperador e mobilizará suas tropas em conjunto com a dos alamanos, mas, devido a dissensões entre ambos, não chegará a enfrentar os lombardos.

⁴⁴⁸ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 17.

⁴⁴⁹ JARNUT, op. cit. p. 415. destaca “how singular it is, in the history of the migration-period kingdoms, that the leadership of a *gens* in a time of deep crisis – consciously decided to revive this institution in order that its unity, capacity to act, even its people’s survival could be guaranteed.” Recordo, porém, que situação similar foi verificada no reino Hispano-Visigodo, conforme analisei mais acima, no qual, sob o risco de uma anexação pelo Império, sua *gens* uniu-se em torno do rei Atanagildo.

⁴⁵⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 17. Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 42.

⁴⁵¹ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 18.

⁴⁵² Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 22.

Um embate direto ocorre em 588, após uma frustrada tentativa de aliança franco-lombarda. Autari havia enviado nova legação a Childeberto, solicitando sua irmã Clodosinda em casamento. Childeberto aceita os presentes enviados pelos emissários de Autari e informa-lhes que tencionava dar sua irmã em casamento ao soberano lombardo. Pouco tempo depois, contudo, retira sua oferta, prometendo Clodosinda aos emissários visigodos de Recaredo, recém-convertido à fé ortodoxa.⁴⁵³ É provável que tenham concorrido para tanto, uma vez mais, as articulações políticas de Brunequilda com o Reino Visigodo, preterindo, destarte, a oferta lombarda.

As relações com os francos ficarão tensas após esse episódio, resultando no casamento de Autari com Teudelinda, filha de Garibaldo, rei dos bávaros, e princesa quem o próprio rei Childeberto desejava desposar.⁴⁵⁴ Do ponto de vista estratégico, a aliança com os bávaros era instrumental, pois detinham o controle das passagens orientais dos Alpes ao território lombardo. É por essa razão, sobretudo, que Teudelinda foi cortejada por Childeberto, e que sua irmã foi desposada por outro prócer lombardo, o poderoso duque de Trento.⁴⁵⁵ Essa aliança política substancializada pelos enlaces matrimoniais certamente concorreu para a decisão de Chilperico promover guerra aos lombardos, conforme desejava há muito tempo o Império.⁴⁵⁶ A campanha, contudo, será um inequívoco fracasso, pois, Autari conseguira reunir os duques lombardos para fazer frente à ameaça externa.

Após esse embate, os lombardos empreenderão renovados esforços com o fito de consolidar a paz com seus vizinhos francos. De fato, havia outras prioridades no horizonte político lombardo, sobretudo a consolidação de suas possessões na Itália frente ao Império. É nesse contexto que Gontrão da Borgonha recebe emissários de Autari, desejando celebrar um acordo de paz.⁴⁵⁷ Gontrão, servindo como um interlocutor neutro entre Autari e Childeberto, despacha a legação lombarda a seu sobrinho. As gestões lombardas resultam em um grande êxito diplomático pois, mesmo com a morte de Autari, momento propício a uma invasão

⁴⁵³ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 28.

⁴⁵⁴ Fredeg. *Chron.* V, 34.

⁴⁵⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 30.

⁴⁵⁶ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 29.

⁴⁵⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 34.

estrangeira, os emissários lombardos conseguem estabelecer uma trégua com Childeberto.⁴⁵⁸

Ao contrário do que se verificou em outras monarquias romano-germânicas, a aproximação dos lombardos ao cristianismo niceno, que tem no reinado de Agilulfo e Teudelinda um período de grande tolerância, não representava uma estratégia consciente da política externa lombarda. Propiciou, entretanto, aos monarcas, maior poder com relação à nobreza, permitindo que a tomada de decisão das ações fosse mais centralizada.⁴⁵⁹ De fato, a independência dos duques lombardos era tão expressiva que o Papado chegou a assinar um acordo de paz diretamente com Ariulfo, duque de Spoleto, causando indignação tanto ao exarca imperial como ao monarca lombardo, uma vez que ambos reclamavam soberania sobre a região.⁴⁶⁰

As relações com os francos também melhorarão durante esse período de liberalismo à ortodoxia nicena. Cumpre observar que a rainha lombarda, Teudelinda, era de origem franca, aliança que indicava o estreitamento dos contatos políticos com os soberanos do reino vizinho.⁴⁶¹ Nesse sentido, veremos Teuderico aceitar um tratado de paz perpétua com os lombardos e Teudeberto enviar emissários para presenciar a coroação do jovem príncipe lombardo Adaloaldo, no circo de Milão, prometendo-lhe, inclusive, sua filha em casamento.⁴⁶²

Essa política de apaziguamento com nações soberanas era mais um passo no sentido de criar as condições para que o monarca pudesse afirmar sua primazia com relação aos poderosos duques locais, que, após a conversão do reino à ortodoxia, ficaram ainda mais arredios à instituição monárquica.⁴⁶³ Desse modo, Agilulfo também firmará um acordo de paz perpétua com os avaros,⁴⁶⁴ com o fito de desestimular acordos entre nobres de ambos os reinos, e de eliminar pendências na sua agenda de política externa a fim de poder concentrar-se nas questões relativas à construção da unidade política do reino.

⁴⁵⁸ Paul. Diac. *Hist. Lang.* .III, 35.

⁴⁵⁹ JARNUT, op. cit. p. 420. “[...] daily life became increasingly Christianised and could therefore indirectly, that is, via the churches, which were in his power, be shaped and controlled by the kings”.

⁴⁶⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 8.

⁴⁶¹ Fredeg. *Chron.* V, 34.

⁴⁶² Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 16 e IV, 30.

⁴⁶³ Essa aversão já poderia ser aferida desde antes da conversão do reino, com as políticas tolerantes de Agilulfo e a atividade evergeta de Teudelinda, que levaram à sublevação de alguns duques lombardos, cf. Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 13.

⁴⁶⁴ Paul. Diac. *Hist. Lang.* .IV, 24.

O cisma dos três capítulos também teve um importante desdobramento para o reino Lombardo. O cismático abade João foi consagrado Patriarca em *Cividale*, com o aval do duque Gisulfo e do rei Agilulfo.⁴⁶⁵ Ganhavam, com isso, o apoio dos romanos cismáticos à causa lombarda, em um golpe de afirmação da monarquia lombarda com relação ao Império. Para tentar contra-arrestar essa situação os romanos consagraram Canadiano como Patriarca, em Grado,⁴⁶⁶ e confirmaram a supremacia da Igreja de Roma sobre as demais.⁴⁶⁷

Tratava-se de claro indício de que aumentava o poder relativo dos lombardos com relação ao do Império, que perderá algumas possessões em campanhas no norte da Itália promovidas por Agilulfo. Por essa ocasião, os lombardos, por vez primeira, terão um emissário recebido diretamente pelo imperador, em Constantinopla, e não mais pelo exarca, em Ravena. Stablicianus, *notarius* de Agilulfo, irá a Constantinopla para negociar uma trégua por um ano com o imperador Focas e retornará, acompanhado de uma legação imperial, que trazia ao monarca lombardo presentes imperiais.⁴⁶⁸ Essa troca de legações com o Império representava o êxito da política militar de construção de uma unidade política lombarda iniciada há décadas, e colocava a monarquia lombarda definitivamente no rol das principais entidades soberanas do período.

Outro processo importante para o desenvolvimento da política externa lombarda foi a consolidação de Pávia como capital do reino. Isso ocorrerá apenas a partir da década de 620, haja vista o baixo nível de coesão social da monarquia lombarda.⁴⁶⁹ Tendo definido um centro de poder, ornado com os símbolos reais e

⁴⁶⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* . IV, 33. O Patriarcado de Aquiléia havia sido transferido para Grado pelo então Patriarca Paulino, quando da invasão lombarda, em 568.

⁴⁶⁶ Paul. Diac. *Hist. Lang.* .IV, 33.

⁴⁶⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* .IV, 36.

⁴⁶⁸ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 35. Esses presentes são indicados pelo Fredegário como tributos. *Chron* V, 69.

⁴⁶⁹ BROGIOLO, G. P. **Capitali e Residenze Regie nell'Italia Longobarda**. In: RIPOLL, GURT. op. cit. p. 138. “La loro incapacità, alla fine del VI secolo, de completare la conquista non deriva solo dalla forte resistenza bizantina, ma anche dalla frammentarietà della struttura sociale e politica. Una società divisa in gruppi tribali (fare) comandati da um capo che spesso si muovono in modo atonomo se non di fatto independente dal re, rideseña la geografia del potere delle regioni conquistate. Venti castelli e venti città di nuova fondazione diveranno le nuove sedi di potere, tante piccole capitali di ducato, tutte accomunate dalla centralità dela guerra contro i Bizantini ed i Franchi loro alleati.”

benfeitorias evergetas, os lombardos poderiam exercer, doravante, o cerimonial do envio e recebimento de legações.⁴⁷⁰

A aproximação com o Império e com a ortodoxia encetará, contudo, severa disputa intestina no Reino Lombardo. Adaloaldo, filho de Agilulfo, primeiro monarca niceno dos lombardos, após governar por cerca de dez anos, será acusado de ser mero títere do exarca Eleutério, o que propiciou a sublevação de Arioaldo, duque de Turim, ao trono lombardo.⁴⁷¹ As relações com o Império, contudo, continuavam em bases cordiais, como atesta a participação do patrício Hisácio, a pedido do rei Arioaldo, no assassinio de um duque lombardo.⁴⁷²

De alguma forma, contudo, a sublevação contra Adaloaldo indicava um descontentamento da belicosa nobreza lombarda com a atuação diplomática de seus soberanos da linha bávara, que preconizavam o apaziguamento com o Império e o estreitamento de relações com o Papado. Com efeito, em poucos anos veremos Rotari quebrar a paz costurada com o Império e se assenhorear de diversas cidades e portos imperiais.⁴⁷³ O soberano lombardo pautava essa decisão de política externa no fato de que o Império estava impotente com relação aos assuntos ocidentais, haja vista a intensificação da pressão sassânida, no Oriente. De fato, ainda que Constantino IV almejasse recuperar a influência perdida na Itália por meio de uma campanha militar em que esteve envolvido pessoalmente,⁴⁷⁴ o Ocidente europeu afastava-se cada vez mais do horizonte político do Império.

As relações com as demais unidades soberanas também periclitavam no terceiro quartel da sétima centúria. Durante o reinado de Grimualdo registra-se a

⁴⁷⁰ Ibid. p. 156. “La cristianizzazione della società longobarda e l’affermarsi alla meta del VII della dinastia bavarese, fautrice del cattolicesimo fin dal tempo della Regina Teodolinda, introducono nella capitale nuovi simboli, le basiliche-mausoleo regie e i nuovi luoghi di culto fondati dal re: monumenti che con la ricchezza del loro apparato decorativo danno la mistura del suo prestigio e del suo potere”. Do mesmo modo, JARNUT, op. cit. p. 418. “With its *sacrum palatium*, its magnificent churches and monasteries and as a meeting place for the popular assembly, Pavia became both the factual and the ideological focus of the kingdom”. Sabemos, de acordo com a Crônica do Fredegário, que no reinado de Arioaldo já existia uma corte em Pávia (V, 70) para a qual se dirigiam emissários estrangeiros (V, 71).

⁴⁷¹ Fredeg. *Chron.* V, 49.

⁴⁷² Fredeg. *Chron.* V, 69.

⁴⁷³ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 45. Após cerca de 30 anos de uma política anti-imperial, os lombardos novamente terão, na ascensão de Ariperto, em 652, um monarca niceno da casa bávara, sobrinho de Teudelinda. Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 48. Os representantes da política anti-imperial, contudo, voltarão ao poder em 662, com Grimualdo.

⁴⁷⁴ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 6.

invasão de tropas francas em território lombardo, que foram logo repelidas.⁴⁷⁵ Devem ter continuado a existir algumas escaramuças nos anos seguintes, pois Paulo Diácono registra que o monarca lombardo firmará novo acordo de “paz duradoura” com os francos.⁴⁷⁶ Outro pacto de paz perpétua quebrado no período foi o com os avaros. Chamados a auxiliar a debelar uma rebelião interna, os avaros ocuparão a cidade de *Forum Iulii*, mas se recusarão, inicialmente, a devolvê-la à soberania lombarda.⁴⁷⁷ Grimualdo terá que recorrer à pressão bélica para forçar os avaros a desocupar a cidade,⁴⁷⁸ de modo que se rompiam os laços de confiança e cooperação entre os dois soberanos.

Percebe-se, por conseguinte, que a segunda metade da sétima centúria foi um período em que a monarquia lombarda atuou de maneira mais assertiva e independente no plano da política externa. Não hesitou e confrontar vizinhos poderosos, como francos, avaros e o próprio Império. Isso reflete, em larga medida, o amadurecimento das soluções de política interna voltadas para a etnogênese do Reino Lombardo. O código legislativo de Rotari talvez seja, nesse sentido, o exemplo mais eloqüente do sucesso do desenvolvimento de uma unidade política extremamente heterogênea, do ponto de vista étnico. O casamento de Cunincperto com Hermelinda, filha do rei Kent dos anglo-saxões é outro ato diplomático expressivo dos paradigmas da política externa lombarda do período.⁴⁷⁹ Ao desposar uma princesa de uma monarquia relativamente jovem e longínqua, Cunincperto buscava projetar sua influência em uma região ainda pouco “explorada” pelas diplomacias das demais unidades soberanas tardo-antigas. Parece-me ser a mesma razão porque Cedoal, outro rei dos anglo-saxões, “é recebido maravilhosamente” pelo soberano lombardo.⁴⁸⁰

Em suas últimas décadas de existência, o Reino Lombardo tentou prosseguir com sua tradicional aproximação com o Reino Franco, como pode ser aferido pelo casamento do rei Liutprando com a filha de Teutperto, e do de Carlos Martel com a irmã de Liutprando.⁴⁸¹ Contudo, haja vista o progressivo aumento de poder do Reino

⁴⁷⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 5.

⁴⁷⁶ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 32.

⁴⁷⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 19-20.

⁴⁷⁸ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 21.

⁴⁷⁹ Paul. Diac. *Hist. Lang.* V, 37.

⁴⁸⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 15.

⁴⁸¹ Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 43.

Franco no Ocidente Tardo-Antigo e Alto Medieval, estimulado, em larga medida, por um Papado cujo próprio poder temporal também majorava, essa aproximação dos lombardos com os francos logo se mostraria inviável. Após a morte de Liutprando, seus sucessores não conseguiram lidar com a instabilidade política interna ocasionada pelo desejo de sedição dos duques lombardos, ao mesmo tempo em que se mostravam pouco capazes de frear o crescimento do poder temporal do Papado na Itália. Tentando reagir a esse quadro de clara fragmentação política do reino, Aistulfo, eleito rei em 749, promoverá campanhas militares na Itália, ameaçando inclusive Roma. O papa solicitará auxílio aos francos, que derrotarão os lombardos em 756, impondo diversas sanções para obter a paz. Uma nova tentativa de matrimônio entre lombardos e francos será realizada, por meio das bodas de Carlomano com a filha do soberano lombardo Desidério. Contudo, com a morte do rei franco e a ascensão de Carlos Magno, as hostilidades retornariam. Em 774, Carlos Magno entra em Pávia e captura Desidério, destruindo a monarquia lombarda. O papa, agora senhor absoluto da Itália central, logo coroaria Carlos Magno imperador do Ocidente.

3.2.5. O Império Romano do Oriente

A desestruturação da *pars occidentalis* do Império Romano impôs à Constantinopla uma completa reorganização de seus paradigmas de política externa.⁴⁸² Com efeito, ainda que de maneira pouco assertiva, era o imperador do Ocidente o principal responsável pelas relações diplomáticas com as nações germânicas. Esse fato era reconhecido pelos cidadãos romanos da parte ocidental, assim como pelos chefes germânicos, até a primeira metade da quinta centúria,

⁴⁸² Compartilho a opinião de Javier Arce, que prefere evitar o uso dos termos “Bizâncio” e “bizantino”. “Ambos poseen unas connotaciones que no me parecen completamente apropiadas para el período que enmarca cronológicamente este estudio, es decir, los siglos VI y VII. Creo que es mejor hablar en este caso, todavía, de Antigüedad tardía, o de Imperio Romano de Oriente. Quizás es una distinción un poco pedante, como observa Cyril Mango, pero Bizancio o el bizantinismo del que hablamos es todavía prematuro para la época de Justiniano y sus sucesores inmediatos, un período que es plenamente tardorromano.” ARCE, J. **Ceremonial visigodo/ceremonial “bizantino”**: un tópico historiográfico. In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica**. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madrid: Nueva Roma, 2004. p. 101.

como atesta a missão de Hidácio de Chaves a Aécio quando da invasão sueva⁴⁸³ É interessante notar que a resposta do Império Ocidental a esses pedidos de auxílio sempre priorizava a via diplomática à bélica, de modo que em 432 foi enviado Conde Censório para estabelecer a paz com os suevos; em 452, o Conde das *Hispanias* Mansueto e o Conde Fronto; e, em 456, novamente Fronto.⁴⁸⁴ Isso se explica, em boa medida, pela escassez de recursos militares disponíveis no período, os quais estavam voltados sobretudo para a defesa da fronteira oriental.

Já em 467, contudo, verificamos que o rei visigodo Eurico, nos primeiro anos de seu governo, envia uma legação a Leão I, imperador do Oriente, com vistas a obter o reconhecimento de seu governo, uma vez que havia chegado ao poder por meio de uma usurpação.⁴⁸⁵ Essa atitude revela que o astuto rei visigodo estava plenamente cômico de que era o imperador em Constantinopla o verdadeiro mandatário do que restava do Império Romano do Ocidente. De fato, Antêmio, o imperador do Ocidente, havia sido designado pelo próprio imperador Leão, não constituindo mais que um títere de Constantinopla.⁴⁸⁶ Assim, antes mesmo da deposição de Rômulo Augusto, em 476, já se iam acostumando os imperadores Orientais ao fato de ter que incluir em seus cálculos de política externa as nações germânicas que se cristalizavam sobre as estruturas do antigo Império Romano do Ocidente.

Constantinopla teve, contudo, uma atuação discreta nas décadas que se seguiram à desestruturação política do Império Romano do Ocidente. Com efeito, tendo em vista tratar-se do período de assentamento dessas nações germânica, em que as migrações ainda eram constantes, assim como as disputas internas pela realeza, qualquer tentativa de elaboração de uma política externa mais concreta seria temerária. Limitaram-se os imperadores do Oriente, por conseguinte, a administrar uma diplomacia que vinha a reboque dos sucessos ocorridos no

⁴⁸³ Hidat. *Chron.* 456, a. 431. Nesse mesmo sentido, afirma VALLEJO GIRVÉS, M. **Relaciones del reino Visigodo de Tolosa con el Império: El papel de las embajadas.** In: **Jornadas Internacionales “Los Visigodos y su mundo”**. Madrid, novembro de 1990 (ed. 1998). , p. 77. que “mientras existió un Imperio en Occidente aun reconocido como tal por el poder visigodo, el empleo de estos agentes fue considerablemente mayor que trás el rápido proceso de desintegración del Império, no existiendo entonces obstáculo para emplear métodos más rápidos y determinantes para la extensión de su poder ni, por tanto, necesidad de poner em marcha actividad diplomática alguna.”

⁴⁸⁴ Hidat. *Chron.* 465, a. 432; 753, a. 452; 825, a. 456.

⁴⁸⁵ Hidat. *Chron.* 1182, a. 467; Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 34.

⁴⁸⁶ Hidat. *Chron.* 1163, a. 467.

Ocidente. Nota-se, em alguns momentos da execução dessa diplomacia, a tentativa de cooptar os chefes godos e francos, com o fito de contra-arrestar as atividades de outros grupos germânicos mais belicosos, como os vândalos e os suevos. Não se trata, porém, de um claro objetivo de política externa, mas de estratégias operativas no marco das opções políticas que dispunha o imperador. Haja vista o pacto federativo que possuíam os godos com o Império, bem como a relativa estabilidade institucional da realeza franca, essas opções foram evidentemente as mais naturais.

No alvorecer da sexta centúria, o horizonte político do Mediterrâneo Ocidental já se mostrava mais claro. As nações germânicas paulatinamente assentavam-se e começavam a interagir de maneira mais positiva com as aristocracias romanas provinciais, permitindo o desenvolvimento de monarquias romano-germânicas relativamente estáveis. O estabelecimento dessas unidades políticas soberanas habilitará ao Império traçar uma política externa mais efetiva para o Ocidente, na qual as ações diplomáticas e as militares constituirão duas faces da mesma moeda.

É justamente nesse período que se dá a ascensão de Justiniano (527-565), mais célebre e controverso dos imperadores de Constantinopla. Conforme um especialista, “su reinado fue un espléndido anacronismo, la última afirmación de las tradiciones militares e imperiales de Roma antes de que diera fin la Antigüedad clásica”.⁴⁸⁷ Embora algo floreada, essa definição do governo de Justiniano parece-me apropriada para análise de sua política externa. Como se sabe, Justiniano buscou empreender, em seu reinado, um projeto de *Restauratio Imperii*, isto é de reconquista dos territórios ocidentais perdidos para as nações germânicas. É nessa direção que se pode entender a afirmação de que seu governo foi anacrônico, pois sua política externa elaborada em face da implementação dos reinos romano-germânicos ignorava uma realidade política há muito tempo consumada, que era a consolidação político-administrativa desses reinos em conjunto com as elites locais de origem romana. Restavam-lhes poucos laços identitários com o Império, essa entidade política de viés mais heleno que latino, onde se falava grego, e que lhe imporia uma política fiscal e um jugo militar que cerceariam sua crescente autonomia política. Desse modo, ao tratar essas nascentes unidades soberanas como tribos bárbaras, desconsiderando a vontade política das elites romanas, assim como seu

⁴⁸⁷ CAMERON, A. **El Mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardia**. Barcelona: Crítica, 1998. p. 122.

papel na estruturação dessas monarquias, Justiniano cometia um grave erro de análise, recaindo em velhos paradigmas de política externa romana, que já se haviam mostrado esgotados.

Feitos de armas certamente ajudariam Justiniano a legitimar sua posição, fragilizada pela “rebelião de Nika”. Não apenas por conta da legitimação de natureza histórica, mas também tendo em vista que um sucesso contra os sassânidas no Oriente parecia improvável, a escolha pela restauração dos territórios ocidentais era a decisão que mais lhe convinha, tornando-se o carro-chefe de sua política externa. O rápido e inesperado sucesso da campanha de 533 na África, contra os vândalos, e sua instrumentalização política, na qual o regresso triunfal de Belisário constitui o evento mais emblemático, alimentavam, contudo, o imaginário político proposto pelo imperador, permitindo-lhe mobilizar recursos para novas campanhas, e fazer desse grande projeto militar um dos pilares em que se assentariam as decisões político-administrativas de seu governo.⁴⁸⁸

Desse modo, apenas três anos após a vitória sobre os vândalos, Belisário será enviado à Itália para combater os ostrogodos, sob o pretexto de que estes haviam assassinado sua protegida Amalásunta, filha de Teodorico e mãe do defunto Atalarico, ambos eliminados por sua tendência pro-romana.⁴⁸⁹ As circunstâncias que se apresentaram na campanha italiana, contudo, eram significativamente diferentes das encontradas na africana, tornando a empreitada muito mais morosa e custosa do que teria imaginado Justiniano. Em primeiro lugar, os ostrogodos mostraram-se mais organizados do que os vândalos, empreendendo uma consistente resistência aos ataques imperiais. Outro elemento que concorreu para o fracasso da expedição foi o rompimento, em 540, por parte de Cosroes, enérgico mandatário persa, da paz estabelecida com os romanos sete anos antes. Esse fato obrigaria Justiniano a ordenar o retorno de Belisário da Península Itálica para proteger as províncias orientais.⁴⁹⁰ Também se podem aditar a grande peste de 543 e a desconfiança de Justiniano com relação a Belisário, como contributivos para as dificuldades enfrentadas nos quase vinte anos de campanha na Itália.

⁴⁸⁸ Ibid. p. 130. “ya en abril de 534, antes de que regresara Belisario, Justiniano había promulgado una serie de leyes relativas al futuro gobierno militar y civil de la provincia recién reconquistada (C. I. I, 27)”.

⁴⁸⁹ Procop. *Bell.* I, 2; II, 9.

⁴⁹⁰ Cameron, op. cit. p. 124.

Tanto para os conquistadores como para as populações locais, o preço pago pela reconquista da Itália foi muito alto. Para o Império, implicou um imenso aporte de recursos financeiros e humanos, que findou por debilitar sua administração e governo. Para as elites locais romanas, a hegemonia imperial, conquistada às custas de batalhas que geraram um grande transtorno em suas atividades econômicas, não lhes era econômica ou culturalmente mais favorável que o domínio ostrogodo, haja vista o progressivo distanciamento do Império com o ocidente tardo-antigo. Assim, o êxito militar de Justiniano na Itália acabou se revelando contraproducente para seus objetivos de política externa pois, debilitadas uma e outra parte pelas campanhas militares, fazia-se propícia a ocasião para a paulatina consolidação de outros poderes na região: os lombardos, ao norte, e o Papado, no centro-sul.

Apesar do expressivo revés enfrentado na Itália, Justiniano tentaria a sorte em uma província mais: a *Hispania* Visigoda. Cumpre observar que, no sul da Península Ibérica, o poder visigodo ainda se apresentava de maneira pouco consistente, o que certamente favoreceria uma incursão litorânea. Esse fato, aliado ao clima de instabilidade política vivido pela monarquia visigoda na década de 550, faziam da *Hispania* um território propício aos desígnios da política externa de Justiniano. Com efeito, tratava-se de uma das províncias mais ricas do antigo Império Romano do Ocidente e de região estratégica para a consolidação das recentes conquistas na África e na Itália.⁴⁹¹ A disputa entre os nobres Ágila e Atanagildo pelo trono visigodo deu ao Império a oportunidade de intervir militarmente na região. Conforme detalhado mais acima, em 551, Atanagildo solicitou auxílio bélico ao Império, que no ano seguinte já destacara tropas para a expedição, haja vista a melhoria na situação da campanha italiana, que se encontrava em sua fase final. Como se sabe, imediatamente após entronizar-se, Atanagildo tentou em vão expulsar os soldados imperiais da *Hispania*.⁴⁹²

A dominação imperial na Península Ibérica, além de parcial também foi muito efêmera. Desde meados da década de 550, seu período de maior hegemonia na Península Ibérica, até a expulsão de suas últimas guarnições, em 632, jamais o

⁴⁹¹ Justiniano poderia, com essa conquista, impedir expedições militares visigodas como a enviada pelo rei Teudis, em 547, com o objetivo de conquistar Septem e controlar a passagem por Gibraltar, conforme anotou Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 42.

⁴⁹² Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 47.

Império mostrou condições, e mesmo ímpeto, de ocupar totalmente a região. Essa constatação levou Pablo Díaz Martínez a afirmar que

El silencio de las fuentes bizantinas de la época sobre las campañas en *Hispania* – pensamos en Juan Lido o Procopio de Cesarea – nos hacen considerar que las mismas eran un frente secundario para el Imperio, destinado efectivamente al control estratégico de la navegación y renunciando pronto, si alguna vez estuvo entre sus objetivos, a la idea de conquistar toda la Península.⁴⁹³

Com efeito, a prioridade era a Península Itálica, na qual, pouco mais de uma década após ter eliminado a monarquia dos ostrogodos na Itália, o Império terá que fazer frente à dos lombardos, que se instalava na região. Tendo em conta as diversas frentes de batalha que abrisse, com os visigodos, os lombardos e os persas, no oriente, o Império não hesitará em pedir apoio ao Reino Franco, com o qual gozava de excelentes relações. Com efeito, tratava-se de uma monarquia relativamente estável, convertida à ortodoxia católica e que não possuía problemas territoriais, políticos ou ideológicos com o Império. Evidentemente que, para os francos, essa aliança estratégica com o Império também era interessante, uma vez que representava um claro sinal de reconhecimento de sua soberania. Será sobretudo na campanha contra os lombardos que essa aliança se mostrará mais evidente. Era a região central do projeto de *Restauratio* e onde as tropas imperiais encontravam maiores dificuldades. De fato, os lombardos conseguiram derrotar até mesmo as mais poderosas expedições romanas, como a comandada por Baduário, genro do imperador Justino II.⁴⁹⁴ Haja vista a escassez de recursos bélicos e os recorrentes fracassos na Itália lombarda, os francos serão chamados pelo Império, por diversos meios, a mover campanhas na região.⁴⁹⁵ Posto que apoiado pelos francos o Império não conseguirá vitórias contundentes sobre os lombardos, de modo que começava a lidar com a idéia de que a monarquia lombarda se

⁴⁹³ DÍAZ, MARTINEZ, P. C. **En tierra de nadie: visigodos frente a bizantinos.** In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica.** De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madrid: Nueva Roma, 2004. p. 44.

⁴⁹⁴ Iohan. Bicl. *Chron.* 39.

⁴⁹⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 17 e III, 22; registra a utilização de pagamento de soldo aos francos e da possibilidade de possuir uma princesa franca como cativa em Constantinopla como recursos para mobilizar os francos contra os lombardos. Ainda que verídicas essas informações, claro está que Paulo Diácono possuía interesse em reduzir a aliança entre Império e francos a elementos venais, prosaicos e circunstanciais.

estabilizaria e enraizaria na Itália, fato que lhe custaria muito reverter.⁴⁹⁶ Paralelamente às campanhas italianas, precisava o Império lidar com a forte pressão sassânida, que se acentuou na década de 610. O exército de Cosroes ocupará Antioquia, em 611; cercará e ocupará Jerusalém, em 614; em seguida o Egito, incluindo Alexandria em 618-619; e logo passará ao norte, chegando ao mar de Mármara e ao Bósforo.

Tendo em conta essas duas grandes frentes de batalha – a Itália lombarda e o oriente sassânida, o Império se verá obrigado a assinar um armistício com os visigodos, para neutralizar momentaneamente um de seus focos de tensão bélica. Com esse objetivo, o exarca em Cartago, Cesário, fará gestões junto ao monarca visigodo Sisebuto, recordando-lhe de suas obrigações éticas como príncipe cristão, para obter uma trégua em um momento claramente propício à vitória final dos visigodos contra os imperiais e conseguinte reunificação da Península Ibérica.⁴⁹⁷

As contínuas batalhas e escaramuças, na Itália e em *Hispania*, foram conferindo maiores poderes aos exarcas imperiais, que eram os plenipotenciários de Constantinopla para o Ocidente. A administração imperial da Itália assentava-se no exarcado de Ravena, ao passo que a da *Hispania* estará a cargo do exarcado de Cartago, criado com a reconquista da África. Em um e outro caso, cumpre observar que caberia ao exarca “el control de la administración bizantina, la dirección de la actividad militar y los contactos diplomáticos con las autoridades”.⁴⁹⁸ Este mecanismo, se por um lado retirava a dimensão negociadora da atividade diplomática das mãos do imperador; permitia-lhe, por outro lado, marcar nitidamente sua posição de superioridade hierárquica, uma vez que os soberanos romano-germânicos não lhe possuíam acesso direto, mas tão-somente por meio de seus delegados. Ademais, havia limites para sua atuação – possuíam competência para negociar alianças e tréguas temporárias, mas não para estabelecer uma paz

⁴⁹⁶ Conforme, GILLET, op. cit. p. 264: “The historical memory of Justinian’s war, as much the actual imperial presence in Italy and Spain, sustained the constant possibility of further attempts on the West, beckoned not least by the bishops of Rome”.

⁴⁹⁷ O utilização de recursos imagéticos caros à conexão de realeza cristã aparecem muito nitidamente na primeira epístola enviada por Cesário a Sisebuto. De acordo com Sérgio Feldman, “O mundo cristão está impregnado da sensação de uma luta final entre o Bem e o Mal. Por isso acreditamos que Sisebuto não tenha dado o golpe de misericórdia na província da *Spania*, para não enfraquecer ainda mais o Império em crise militar aguda. Mesmo indo contra os objetivos de unir a Península. Razões políticas não superam as crenças.” FELDMAN, S. A. A Monarquia Visigótica e a questão judaica: “Entre a espada e a cruz”. *Saeculum*, 17, 2007. João Pessoa.

⁴⁹⁸ DÍAZ, MARTINEZ, *En tierra de nadie*, op. cit. p. 43.

duradoura, haja vista que isso, mais do que um ato diplomático, era uma decisão de política externa.⁴⁹⁹

Ao fim e ao cabo, a política externa do Império para o Ocidente tardo-antigo mostrou-se, conforme sugeriu Avril Cameron, um grande anacronismo. Baseada em premissas superadas, mobilizou ingentes recursos até compreender o expressivo descompasso que havia entre o imaginário e a realidade política do Império, que, nos séculos VI e VII, não era mais, e jamais seria, o Império dos séculos I e II. João de Bicláro registra, em sua Crônica, um lance diplomático que revela claramente esse descompasso ante a formulação de um grandioso objetivo de política externa e a incapacidade bélico-diplomática para executá-la, ao mesmo tempo em que antecipa um tema central do pensamento político maquiavélico. Ao descrever o episódio em que o imperador Maurício paga uma determinada quantia aos francos para que ataquem os lombardos, o biclarenses comenta que “esse fato infligiu não pequenos danos a uma e outra gente”.⁵⁰⁰ Dividir para reinar – eis a opção de política externa que restava ao Império a partir da sétima centúria.⁵⁰¹

Contudo, considerando que as monarquias romano-germânicas estavam cada vez mais organizadas, que a população de origem romana dos territórios ocidentais pouco se identificava com o Império Romano do Oriente e que o Papado despontava como um elemento aglutinador de identidades muito mais próximo às elites romanas ocidentais, mesmo essa opção passou a se mostrar pouco interessante frente aos recursos, bélicos e políticos, que demandariam aos imperadores em Constantinopla. O imperador representava, quando muito, o papel do “*paterfamilias*” da comunidade de príncipes cristãos que compartilhavam, “*gratia Dei*”, o governo da cristandade ocidental. Mesmo esse papel, contudo, será questionado em algumas ocasiões, em que se acusava o Império de se aproximar de tendências heréticas. Tendo em conta essa crescente perda de poder material e imagético no Ocidente tardo-antigo, o Império foi paulatinamente diminuindo sua atuação política na região, focando seus esforços na fronteira oriental, onde se configurava uma delicada balança de poder,

⁴⁹⁹ Exemplos dessas negociações podem ser encontrados em Fredg. *Chron.* V, 69 e nas *Ep. Visig.* I-V.

⁵⁰⁰ Iohan. Bicl. *Chron.* 69.

⁵⁰¹ Caso similar, que denota a existência de uma prática diplomática sistemática de ocasionar a fragilidade interna de um reino, é o do emissário imperial Eusébio. Conforme aponte no segundo capítulo, Eusébio teria conseguido obter a confiança do rei lombardo Adaloaldo a ponto de convencê-lo a perseguir os grandes dos reino, de acordo com o registro de Fredg. *Chron.* V, 49.

que logo teria nos sarracenos um novo e poderoso elemento de instabilidade a ser inserido em seus cálculos diplomáticos.⁵⁰²

3.2.6. O Papado

A consolidação do Papado como entidade política soberana no plano das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia ocorreu de maneira conflituosa, com diversos reveses e obstáculos à atuação política dos bispos de Roma. A vacância de poder no centro-sul da Península Itálica, ocasionada pela desestruturação da *pars occidentalis* do Império Romano frente às migrações germânicas, implicou uma atuação mais assertiva do Papado em temas que cabiam, até então, à esfera civil. Também contribuiu para essa vacância de poder o gradativo afastamento do Império Romano do Oriente da cultura e da política do ocidente tardo-antigo.

Sabe-se que para ser considerado soberano, um poder deve reunir três requisitos: governo (*regnum*), povo (*gens*) e território (*patria*). No caso do Papado, o povo sob sua soberania seria constituído, evidentemente, pela totalidade da população cristã, e o território de atuação seria todo aquele em que houvesse chegado o Evangelho. Os doutores e os homens da patrística não tardarão em desenvolver elaboradas teorias que justificassem esses pontos de vista, de modo que o elemento que parecia ser o mais frágil nessa busca de soberania pelo Papado era, sobretudo, a organização de um governo.⁵⁰³ Pode-se afirmar que, em boa medida, o Papado começou a esboçar uma estrutura de governo com a conversão do Império Romano ao cristianismo, realizada por Constantino em 313. Com efeito, ao conceder-lhe personalidade legal, nos termos da legislação romana, o imperador habilitaria à Igreja católica a constituir-se como instituição pública, que logo se tornaria a dimensão inteligível do governo do bispo de Roma. Ademais, com o fito de preservar a unidade do Império, Constantino parece ter privilegiado a igreja de

⁵⁰² A fonte latina mais interessante com relação aos detalhes das negociações diplomáticas entre o Império e os sarracenos parece-me ser a Crônica de 754, também conhecida como “Crônica Moçárabe”, de anônima autoria.

⁵⁰³ Conforme, RIBEIRO, D. V. **A Igreja nascente em face do Estado Romano**. In: DE SOUZA, J. A. C. R.

o reino e o Sacerdócio. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 17. essas teorias podem-se dividir, grosso modo, em doutrinas de não intervenção do poder imperial nos assuntos da Igreja, mais correntes até o século IV, como as de Hipólito de Roma, Ossius de Córdoba e Santo Ambrósio; e as doutrinas de colaboração, como as de Santo Agostinho e Leão I.

Roma, provendo-lhe com uma série de benesses entre as quais incluíam uma residência oficial para seu bispo (o Palácio de Latrão), uma igreja episcopal, e o início das obras da Basílica de São Pedro.⁵⁰⁴

Contudo, conforme recorda Ullmann, “there was neither before nor for some considerable time after the Constantinean peace any reference by the church of Rome itself to any biblical basis of its pre-eminent role among Christian communities”.⁵⁰⁵ Desse modo, se quisessem atuar de maneira realmente soberana, precisavam os bispos de Roma legitimar, de alguma maneira, a primazia de sua sé episcopal sobre as demais, de modo que seu governo se demonstrasse eficiente e significativo. Empreitada hercúlea, tendo em vista que o centro de poder do Império se havia transferido para Constantinopla, de onde os imperadores arrogavam-se o direito de controlar a política da antiga *pars occidentalis* do Império Romano e, em particular, Roma e a Península Itálica, berço daquela unidade política que se trasladara geográfica e culturalmente ao mundo helênico.

Claro está que, nesse contexto, as grandes sedes episcopais do oriente, como Antioquia, Alexandria e Constantinopla ganhariam projeção frente à romana. Desse modo, a consolidação da posição da igreja de Roma como sede primada da Igreja católica implicaria seu gradativo afastamento da órbita política do Império. O reconhecimento de sua atuação política autônoma, sobretudo com relação ao Império, será o principal objetivo de política externa do Papado em seus primeiros séculos de existência. Essa desvinculação era necessária para que o Papado, entendido como o governo do bispo de Roma, pudesse exercer o monopólio administrativo da Igreja católica, ao menos em sua parte ocidental.⁵⁰⁶ Foram dois os meios pelo qual a igreja de Roma consolidou sua primazia sobre as demais: a vinculação petrina e a diplomacia.

No plano ideológico, um dos papas mais importantes para a consolidação do Papado foi Dâmaso, primeiro a referir-se à Roma como “sede apostólica”. Com efeito, ao declarar, em Concílio realizado em 382, que a igreja de Roma não havia

⁵⁰⁴ ULLMANN, W. **A Short History of the Papacy in the Middle Ages**. Londres: Routledge, 2003. p. 07.

⁵⁰⁵ *Ibid.* p. 04.

⁵⁰⁶ RIBEIRO, op. cit p. 15. “[...] deve ser lembrado que a desobediência ao Estado decorre da própria concepção religiosa de Roma. Herdada de velhos princípios italiotas e helenísticos, atribuía ao imperador, representante do Estado, qualidade, privilégios e poderes comumente conferidos ao sacerdote. Dito de outra maneira: o poder romano outorgava função pública à religião.”

sido criada por nenhum decreto sinodal, o que era uma clara alusão à igreja de Constantinopla, mas sim por São Pedro e São Paulo, o bispo de Roma garantia à sua igreja posição de superioridade e primazia com relação às demais.⁵⁰⁷ O argumento era poderoso, pois nenhuma outra igreja poderia alegar ter sido fundada pelos dois mais importantes apóstolos do cristianismo. O argumento será desenvolvido por outros papas, como Bonifácio I, que afirmara que o Papado ocuparia o “cume apostólico”, e por Leão, o grande, que sugeriria que o Papado seria um ofício, de modo que o detentor desse ofício não poderia ser distinguido de São Pedro, e, como conseqüência disso, nenhum papa seguia seu antecessor, pois não haveria intermediários entre ele e São Pedro. Essa doutrina petrina de vocação apostólica permitiu à igreja de Roma obter uma primazia entre as demais do ocidente tardo-antigo, de modo que o Papado começava a se configurar, politicamente, como a monarquia do bispo de Roma. Desse modo, seguindo o modelo do Império, será criada uma chancelaria no Latrão, que permitirá o registro de entrada e saída de correspondências e legações papais. Do mesmo modo, inspirado nas *responsa* que o imperador enviava aos governadores de província, será estabelecido o “decreto” como modelo de comunicação do Papado com autoridades eclesiásticas de alhures.⁵⁰⁸

No plano diplomático, os esforços foram igualmente imanes, tendo em vista, sobretudo, que a autoridade do Papado estava reduzida às igrejas do Ocidente, pois no Oriente, o Império continuava a ditar as regras da política eclesiástica. Ullmann resume apropriadamente esse conflito:

The relative importance allocated to history and doctrine by the empire and the papacy explains one more feature which emerged in the mid-fifth century and which was to exercise considerable influence on the relations between the two. One and the same body public could be viewed from two entirely differently standpoints. The body under the control of the emperor was the Roman Empire, of which the pope was a member. The body claimed to be under the control of the pope was the Church, of which the emperor was a member. Roughly speaking, the empire was co-terminous with the Church. The one – the empire, was a historically grown unit, in which the human element necessarily predominated, through the existence and sanction of the empire was divinely willed. The other – the Church – was a divine foundation, the government of which was simultaneously set up by a specific divine declaration, in which

⁵⁰⁷ Ibid. p. 10.

⁵⁰⁸ Ibid. p.08.

the human element played no role. The consequences of looking at one and the same body from two different angles was that each standpoint necessarily impinged upon the respective government, for an empire could be governed only by an emperor, and a Church on the papal premises by a pope.⁵⁰⁹

Com efeito, devido à sua natureza proselitista, a Igreja tinha uma vocação universalista, ou “católica”.⁵¹⁰ Essa percepção estará expressa em diversos autores, como Leandro de Sevilha, por exemplo, que afirmou que a Igreja Católica, assim como se estende por todo o mundo, também se compõe da união de todos os povos.⁵¹¹ Esse fato implicaria, em tese, um conflito com as demais unidades soberanas do período, que evidentemente não gostariam de ter um poder concorrencial em seu território. A solução para esse impasse, logo desenvolvida pelos papas e autores eclesiásticos, será definir a atuação da Igreja não como um poder, mas como uma autoridade. Conforme Ullmann, “*it chose the term auctoritas which designated the final and supreme and unchallengeable ruling in any controversial matter. Auctoritas as claimed by the papacy from now onwards meant the faculty of laying down in a binding manner the fundamental guidelines that were to direct Christian society*”.⁵¹²

O argumento, aqui, será que a autoridade provém de Deus. Todos os homens se submetem às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram estabelecidas por Deus, de modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. A tese será consagrada, no final da quinta centúria, pelo Papa Gelásio, com sua célebre teoria dos dois gládios:

[...] são dois, imperador augusto, os poderes com os quais se governa, principalmente, este mundo: a sagrada autoridade dos pontífices e o poder dos reis, e desses dois poderes é mais importante o dos sacerdotes, pois têm de prestar conta, também diante do juiz dos governantes dos homens. Bem sabe, clementíssimo filho, que embora por vossa dignidade seja o primeiro de todos os homens e o imperador do mundo, abaixa piedosamente a cabeça diante dos representantes da religião e lhes suplica aquilo que é indispensável para a vossa

⁵⁰⁹ Ibid. p. 24.

⁵¹⁰ De acordo com Isidoro de Sevilha, o termo “católico”, de origem grega, significa “universal”. Isid.

Hispan. *Etym.* X, 153

⁵¹¹ Leand. Hisp. *Conc. Tol. III. Hom.*

⁵¹² ULLMANN, op. cit. p. 32.

salvação; na administração dos sacramentos e na disposição das coisas sagradas reconhece que deve submeter vosso governo e não ser vós aquele que governa, e assim, nas coisas da religião, deve submeter-se a seu julgamento e não querer que eles se submetam ao vosso, pois no que se refere ao governo da administração pública, os mesmos sacerdotes, sabendo que autoridade vos foi concedida por disposição divina, obedecem às vossas leis para que não pareça que nas coisas materiais se opõem às leis; de modo que vós deveis obedecer àqueles para os quais foi destinada a administração dos divinos mistérios? E assim como cabe aos pontífices uma responsabilidade não pequena quanto ao que convém ao culto divino, assim também têm a responsabilidade, não menor se desprezam aquilo que devem obedecer. E se convém que os corações dos fiéis estejam submetidos a todos os sacerdotes em geral que administram com retidão os divinos mistérios, o que não dizer da obediência que se deve prestar à primazia da Sé apostólica, a quem a mesma divindade quis que todos os sacerdotes estivessem submetidos e a piedade de toda a Igreja sempre honrou como tal? Como vossa Piedade sabe, ninguém pode elevar-se por meios puramente humanos acima da posição daquele a quem o chamado de Cristo preferiu a todos os demais, e a quem a Igreja tem reconhecido e venerado sempre como seu primaz [...]”⁵¹³

Neste excerto fica clara a intenção do Papado não apenas de legitimar uma forma monárquica de administração tendo como ápice a igreja de Roma e seu bispo, assim como de criar atribuições muito claras que distinguissem sua esfera de atuação das demais unidades políticas do período. Ao passo que a estas caberia o poder (*potestas*) para conduzir os assuntos políticos e cívicos de sua comunidade, àquele caberia os assuntos relacionados à vida religiosa, tais como questões de dogmática, sacramentos e evangelização. Esse discurso ideológico teve rápida difusão no imaginário cristão, de modo que já no início do século VII, veremos um nobre laico, como o conde visigodo Bulgar, utilizar o conceito de poder temporal, nos seus restritos limites definidos pelo Papado, ao escrever em uma epístola que “posto que pela dominação temporal do poder político (*imperii*) somos segregados, coincidirá que pelos ensinamentos do princípio eterno não somos dissociados.”⁵¹⁴ Visava Bulgar a garantir o apoio do rei franco Teudeberto, de modo que a idéia de uma plêiade de poderes temporais vinculados pela cristandade, pelos ensinamentos do princípio eterno, servia a seus desígnios políticos de facilitar o entendimento com uma unidade soberana estrangeira. De todo modo, fica evidente que se disseminava

⁵¹³ Gel. *Ep.* VIII. Trad. PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média** Textos e Testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000.

⁵¹⁴ *Ep. Visig.* XI, 6.

a passos largos no imaginário político da Cristandade Ocidental a noção de que o poder temporal era algo geograficamente restrito e ontologicamente fundamentado por princípios cristãos, cuja autoridade para defini-los, chancelá-los, interpretá-los e promovê-los recaía, cada vez mais, sobre o Papado.

Percebe-se, por conseguinte, que se a atuação do Papado se restringisse tão-somente a assuntos dogmáticos, o que não ocorrerá, o choque com o Império era inevitável, haja vista suas concepções antagônicas sobre como gerir suas comunidades políticas que constituem, na prática o mesmo agrupamento de indivíduos. Isso levará os papas a buscar junto às nascentes monarquias romano-germânicas um canal de diálogo mais favorável, em que sua autoridade pudesse coexistir paralelamente com as estruturas políticas desses reinos. A conversão de Clóvis ao cristianismo niceno, no final do século V, foi um fato de fundamental importância para os desígnios políticos do Papado, em um momento em que sua base de poder ainda se estava estruturando. De fato, entre as monarquias romano-germânicas que emergiam na passagem da quinta à sexta centúria, apenas os francos professavam a fé nicena. Ostrogodos, visigodos e suevos eram entidades marcadamente arianas, de modo que, ainda que o Papado tivesse que compor com essas unidades, o fazia com notório constrangimento.⁵¹⁵ Os ostrogodos em particular, por estarem assentados na Península Itálica, possuíam expressiva influência sobre o Papado, intervindo em eleições papais e pressionando determinados papas a agir conforme seus interesses. Essa espécie de tutela do Papado sob os ostrogodos deve ser entendida à luz do projeto de *Restauratio Imperii* de Justiniano, que ameaçava os interesses tanto de um quanto de outro. A reconquista junto aos ostrogodos da Península Itálica, berço da civilização romana, assim como a assimilação da igreja de Roma, principal igreja da Cristandade, eram objetivos essenciais aos planos de Justiniano. Contudo, nesse projeto de poder, o papel a ser desempenhado por essa igreja seria claramente definido pelo imperador, que continuaria a avocar-se a condição de *pontifex maximus*.

A migração lombarda para o norte da Itália, na segunda metade da década de 560, acabaria com os planos de Justiniano e seria outro lance favorável ao estabelecimento do Papado como entidade soberana. Governando desde o norte da

⁵¹⁵ É o caso, por exemplo, do Papa João I que, instado por Teodorico, o Grande, teve que interceder junto ao Império por determinados indivíduos ostrogodos, notadamente seguidores do arianismo.

Itália, o monarca lombardo pouca ingerência fazia nos assuntos do Papado, propiciando a possibilidade que a área de influência papal fosse mais vasta do que a cidade de Roma, ampliando-se para um expressivo território no centro-sul peninsular, conhecido como o *Ducatus Romanus*.⁵¹⁶ Esse território, tal como as regiões de Nápoles e da Sicília, pertenceriam, por um largo período, ainda que apenas nominalmente, vinculados à autoridade Imperial. Contudo, a evolução dos fatos impediu que o imperador pudesse exercer de fato seu poder sobre esses territórios. Cumpre observar, ademais, que os habitantes dessas regiões pouco se identificavam com aquele Império que pouco mais do que o nome possuía de “romano”. A língua e a cultura correntes no Império eram sensivelmente díspares do cotidiano dessas regiões, de modo que, tanto pelo contraste com o Império, como com os lombardos, os habitantes de Roma e suas cercanias passaram a valorizar sua identidade genuinamente romana, da qual a Igreja será a principal herdeira. É eloqüente a esse respeito que, na virada da sexta para a sétima centúria, Paulo Diácono afirme que o rei lombardo Ariperto restituirá um território nos Alpes, “o qual pertencera anteriormente por direito à sede apostólica”, mas que fora anexado pelos lombardos; comprovando a existência de um território pertencente ao Papado.⁵¹⁷

Desse modo, para além da autoridade do papa, cuja área de jurisdição abarcaria os limites da cristandade, havia uma região onde o bispo de Roma exercia uma verdadeira potestade. De fato, entre as diversas atribuições administrativas que se arrolavam ao papa, uma das mais importantes era a representação, em âmbito externo, dos interesses dos cidadãos de Roma e adjacências.⁵¹⁸ Experiência verificada, por exemplo, nas negociações dos papas Leão e Gregório com os hunos e os lombardos, respectivamente, e que já apontavam para o reconhecimento por parte dessa coletividade romana de seu bispo como sua verdadeira autoridade soberana não apenas para assuntos internos da organização cívica da sociedade, mas também no trato com outras comunidades autônomas.

⁵¹⁶ Ullmann. op. cit. p. 48.

⁵¹⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 28.

⁵¹⁸ DELOGU, P. **Solium Imperi, Vrbs Eccelsiae**. Roma fra la Tarda Antichità e l'alto Medioevo. In: RIPOLL, GURT. op. cit. p. 83. “[...] al tempo di Gregório Magno vennero meno le istituzioni statali che avevano governato e qualificato Roma nell'organizzazione dell'impero, nelle funzione di cura e governo indispensabili per la sopravvivenza della poblazione subentra il papa stessp, Che nella latitanza di um zpotere imperilae lontano e impotente assicura il vettovagliamento, la custodia delle mura, l'assistenza publica. Da allora Roma sarebbe diventata la città del papa, pur conservando memória della sua ântica condizione di centro del mondo imperiale.”

As conversões dos lombardos, visigodos e anglo-saxões ao cristianismo católico dariam, no final do século VI, outras bases de apoio para a autoridade papal contra-arrestar o projeto imperial de colocar a Igreja sob sua tutela. Um projeto de governo e de poder já maduro encontraria, finalmente, a oportunidade de se concretizar na prática. Com efeito, o envio de missões evangelizadoras à Bretanha, no final da sexta centúria, representaria uma das mais bem sucedidas empreitadas missionárias da Idade Média. Convertidos por clérigos liderados por Santo Agostinho de Canterbury, os anglo-saxões tornar-se-iam um dos povos mais devotos da cristandade.⁵¹⁹ Na Península Ibérica, Leandro e Isidoro de Sevilha combinavam elementos políticos de tradição romana e germânica, convertendo o Reino Hispano-Visigodo à ortodoxia nicena e tornando-o um dos bastiões da defesa da cristandade. Com relação aos lombardos, as boas relações datavam desde o período da Rainha Teudelinda, no início do século VI, por meio de quem “foram obtidas muitas coisas úteis para a igreja de Deus”, conforme as palavras de Paulo Diácono.⁵²⁰ Os francos, que já gozavam de boas relações com o Papado há décadas, constituirão um dos principais pilares em que assentaria a área de influência da autoridade papal.

Essa maior inserção do Papado no ocidente tardo-antigo se deve, em larga medida, à figura de Gregório Magno. Homem de formação romana clássica, mas cômico das transformações e potencialidades ocasionadas pelas migrações germânicas, Gregório possuía um aguçado instinto político no trato com as demais unidades soberanas do período. Como apocrisiário, serviu em missão em Constantinopla por ordem do Papa Pelágio II, quando aferiu quão firmes estavam a ideologia e prática imperial com relação aos assuntos eclesiásticos.⁵²¹ Percebeu, por conseguinte, que não haveria condições de o Papado enfrentar esse aparato imperial, de modo que deveria focar suas ações no ocidente europeu, onde a influência do Império tornava-se cada vez menor.

Um indício claro nesse sentido é a carta que Gregório escreve ao monarca hispano-visigodo Recaredo, que lhe perguntara a respeito de um tratado firmado entre o Reino Visigodo e o Império, do qual o Papado seria um dos depositários.⁵²²

⁵¹⁹ Veja-se, por exemplo, as peregrinações de reis anglo-saxões a Roma relatadas em Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 15, 29 e 37.

⁵²⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 6.

⁵²¹ Ullmann, op. cit. p. 52.

⁵²² Greg. *Epist.* CXXII. Migne, PL 77.

Conforme bem apontou Isla Frez, “*el papa se excusa porque el archivo donde se guardaba esta documentación se había quemado, pero añade que es el próprio rey quien há de entedérselas con el Império, es decir, Gregório Magno se negaba ante los visigodos a aparecer como correa de transmisión de los intereses bizantinos*”.⁵²³

De fato, um projeto de desvinculação política com relação ao Império implicava, sobretudo, atuar de maneira mais assertiva com relação às monarquias romano-germânicas, com vistas a que elas deixassem de ver o Papado como um entreposto privilegiado da política imperial. Essa era a perspectiva não apenas dos visigodos, mas também de outros povos do período com relação ao Papado. Uma passagem de Gregório de Tours sobre a eleição papal de Gregório Magno revela a percepção dos francos com relação ao Papado.⁵²⁴ De acordo como o bispo de Tours, Gregório teria escrito uma carta ao imperador Maurício, solicitando que este não sancionasse sua eleição pelo povo como papa. A carta teria sido interceptada pelo Prefeito de Roma, e logo chegaria um diploma imperial ordenando a posse de Gregório. Esse relato, posto que provavelmente inverídico, não deixa dúvidas de que o bispo de Tours e seus interlocutores ainda atribuíam ao imperador a tarefa de designar o papa.

Era agigantada, por conseguinte, a tarefa de Gregório Magno em tentar desvincular o Papado do Império, tendo em vista, sobretudo, que os próprios bispos tardo-antigos, na condição de descendentes da nobreza romana, entendiam a Igreja muito mais como um elemento da comunidade histórica romana do que a governante de uma comunidade religiosa da qual o Império seria um elemento. Esse aspecto fica evidente no pontificado de seus sucessores, como no episódio do cisma dos três capítulos, quando, de maneira assaz oportuna para sua política externa, o imperador confirma a primazia da sé romana.⁵²⁵ Ainda que tentasse demonstrar inequivocamente que era ele o árbitro das questões religiosas, é interessante notar que o imperador desejava receber o aval do Papa Martinho I, o que reflete o reconhecimento da legitimidade da autoridade papal para assuntos eclesiásticos.⁵²⁶

⁵²³ ISLA FREZ, A. Los Reinos Bárbaros y el Papado entre los siglos VI y VII. In: CONGRESO DE ESTÚDIOS MEDIEVALES, 3, Madri, 1993. **Actas del III Congreso de Estudios Medievales**. De la Antigüedad al Medievalo. Siglos IV-VIII. Madri: Fundación Sánchez-Albornoz, 1993.. p. 83.

⁵²⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc* X, 1.

⁵²⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang* .IV, 36.

⁵²⁶ Martinho I decretará o anátema do imperador, e terá para si o apoio de importantes personalidades políticas da época, incluindo o exarca. Por fim, será capturado e enviado em triunfo à

Com efeito, outro fator que dificultou a consolidação da soberania do Papado foi o fato de que os papas que sucederam Gregório não possuíam suas habilidades políticas, de modo que o século VII será de poucos ganhos para o Papado com relação à autoridade imperial e relacionados, sobretudo, a questões dogmáticas. De fato, ao continuar a perceber-se como parte do arcabouço político romano, a Igreja vincular-se-ia, necessariamente, à ideologia política do Império, na qual o que interessava era a comunidade histórica, da qual o Papado fazia parte. Assim, as tentativas de ingerência continuarão, como, por exemplo, o decreto de Constantino IV tentando por um fim às discussões sobre monofisismo.

No entanto, tendo em conta que, para as recém-constituídas monarquias romano-germânicas, essa comunidade histórica não lhes dizia respeito, o Papado poderia exercer aí sua autoridade com ampla liberdade de ação. Para tanto, necessitaria desvincular-se da comunidade histórica do Império, e definir-se como governo de uma comunidade religiosa, amparado na doutrina petrina, que já era amplamente reconhecida pelas monarquias romano-germânicas. Com efeito, será esse o caminho trilhado pelo Papado ao longo do século VIII que lhe permitirá evoluir, na Idade Média, como a mais poderosa instituição Ocidental. Gregório, um século antes, já o indicara.

Constantinopla, sendo substituído por Eugênio. Décadas depois, Justiniano II tentará fazer o mesmo com o Papa Sérgio, mas a população da cidade de Roma o impedirá. Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 11.

Capítulo IV

DIPLOMACIA E LEGITIMAÇÃO DE PODER NA ANTIGÜIDADE TARDIA

Qui libera legatione abest, non videtur rei publicae causa abesse: hic enim non publici commodi causa, sed sui abest.

(Dig. L, 7, 15)

Quem foi removido não deve parecer distante da causa republicana pela licença da legação; pois não está de fato distante do interesse público, mas do seu próprio.

(Digesta. L, 7, 15)

O exercício de funções diplomáticas, seja na elaboração ou na execução da política externa de uma unidade soberana, implicava expressivas relações de poder. Com efeito, a condução da vertente externa da *res publica* consistia importante atributo político, desdobrando-se em sinal de prestígio e em oportunidades para seus responsáveis. Monarcas e nobres – da corte ou das aristocracias locais, bispos e, cada vez mais, papas – a todas essas autoridades era facultado o exercício da política externa, seja para seus reinos, para suas comunidades locais, ou para a Igreja. Este capítulo analisa como diversos grupos sociais que compõem a sociedade tardo-antiga se beneficiavam da prática diplomática como elemento de legitimação de suas autoridades com relação a seus pares. Cumpre ressaltar que esses estamentos foram delimitados em virtude de uma tentativa de sistematização, haja vista que na prática quotidiana a comunicação política tardo-antiga caracterizava-se por uma imbricada interrelação entre todos os níveis de autoridade.

4.1. Diplomacia e legitimação do poder monárquico

4.1.1. Virtudes diplomáticas do soberano

A diplomacia como elemento de legitimação de poder no mundo romano estava claramente relacionada à questão das vitórias militares e da supremacia de Roma. Os triunfos e ovações que um político romano conseguia em uma guerra constituíam o reconhecimento público de sua capacidade de proteger sua comunidade política, de trazer-lhes recompensas materiais e de defender os interesses de seus cidadãos. Veja-se a esse respeito a caracterização que Plínio, o jovem, faz do imperador Trajano, quem “pelas palavras e gestos comandava a paz e a guerra no mar e na terra”.⁵²⁷

As guerras consistiam, desse modo, um dos mecanismos mais legitimadores e, por conseguinte, mais empregados na busca pela glória e reconhecimento público por parte dos políticos no mundo clássico. Sobre esse tema, é interessante ouvirmos as palavras de Ésquines, quem apontava as implicações dessa prática

You ought, fellow citizens, to judge your ambassadors in the light of the crisis in which they served your generals, in the light of the forces which they commanded. For you set up your statues and you give your seats of honour and your crowns and your dinners in the Prytaneum, not to those who have brought you tidings of peace, but to those who have been victorious in battle. But if the responsibility for the wars is to be laid upon the ambassadors, while the generals are to receive the rewards, the wars you wage will know neither truce nor herald of peace, for no man will be willing to be your ambassador.⁵²⁸

Ésquines revela que, no âmbito de uma sociedade expansionista e de organização militar como a grega, o trabalho dos emissários pela paz era relegado a um segundo plano. Eram os generais os protagonistas desse modelo de política externa, que preconizava uma política assertiva que lhes habilitasse demonstrar publicamente suas virtudes militares.

Contudo, conforme anotou um especialista, “as ancient states became larger and more complex, however, the establishment and maintenance of peace emerged

⁵²⁷ Plin. *Pan.* IV, 4.

⁵²⁸ Aesc. II, 80.

as a key consideration alongside success in war.”⁵²⁹ Essa situação proporcionou o desenvolvimento de uma ideologia que associava a figura do imperador à do pacificador, imputando-lhes virtudes como a concórdia, o comedimento e o diálogo com seus interlocutores estrangeiros. Cícero, em seu tratado sobre os ofícios do bom governante, aponta nessa direção: “Por conseguinte as guerras podem ser empreendidas sob a causa de que seja imprescindível para que se viva em paz e segurança; mas devem ser poupados, com a vitória garantida, aqueles que não foram cruéis ou desumanos na guerra”.⁵³⁰ Otávio Augusto utilizará esse conceito na sua gesta: “Eu conduzi numerosas guerras, civis e estrangeiras, por terra e mar em todo o orbe terrestre e, vitorioso, poupei todos os cidadãos que pediram perdão. As gentes externas, que poderiam ser perdoadas com segurança, preferi conservar a exterminar.”⁵³¹ Do mesmo modo, Lívio sugere que Rômulo “fortaleceu a Cidade pela guerra e pela paz”.⁵³² Esses indícios sugerem que a partir do Principado se supera o conceito de que a glória pública obtida com a paz é o resultado tão-somente de vitórias militares; também por meio de negociações. Haverá, inclusive, autores que criticarão a paz proveniente de guerras, tendo em conta sua instrumentalização como elemento de legitimação de poder imperial. É o caso de Tácito, que denuncia que após a batalha de Actium, “era da essência da paz que todos os poderes fossem conferidos a um”⁵³³, e que critica a paz obtida por meio da guerra, em discurso contra os romanos que coloca na boca de Calgacus ao descrever a batalha de Mons Graupius

Se o inimigo é rico, são movidos pela avareza; se pobre, pela ambição; que nem o Oriente nem o Ocidente lhes poderão satisfazer. De todos são os únicos a se engajar com a mesma paixão pela riqueza e pela pobreza. Pilham, trucidam, estupram sob o falso nome do império, e onde fazem um deserto, chamam isso de paz.⁵³⁴

⁵²⁹ DE SOUZA, P. **Parta victoriis pax**: Roman emperors as peacemakers. p. 76. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

⁵³⁰ Cic. *Off.* I, 35. Essa idéia é reiterada em *Off.* I, 80.

⁵³¹ *R.G.* IV, 3.

⁵³² Liu. *Urb. Cond.* I, 15, 6-7.

⁵³³ Tac. *Hist.* I, 1.

⁵³⁴ Tac. *Agric.* 30. Tácito também critica a escolha de Nero por preferir uma perigosa guerra a um acordo de paz com os *parthos*, pois o imperador a julgava uma *pax inhonesta*. *Ann.* XV, 25.

Desse modo, paulatinamente vai-se construindo um imaginário político que valorizava a paz obtida das negociações diplomáticas à decorrente de guerras. Para Philip de Souza,

The difference between Republican and Imperial elite Roman attitudes to war and peace indicates a shift from an unquestioned consensus to a plurality of views. The aristocracy were often at odds with the idealised conception of the Augustan period that Roman expansion would end only when world conquest had been achieved. In Woolf's view: 'The conflict does not represent schizophrenic leadership, so much as a growing awareness among the Roman elite that the world might be bigger and more difficult to conquer than they had thought'.⁵³⁵

De fato, conforme apontei no capítulo anterior, os sucessivos reveses militares sofridos por Roma a partir, sobretudo, do Século III findaram por transformar as noções de identidade e alteridade dos romanos, o que teve implicações expressivas nos objetivos de política externa romanos. Tendo em conta que um tranqüilo condomínio de poder parecia mais atraente às elites do que arriscadas guerras contra bárbaros que pouco aditaria à grandeza de Roma, é natural que a paz por meio de acordos e pactos fosse preferível à paz por meio de guerras. Por outro lado, deve-se recordar que a adoção do cristianismo como religião oficial do Império agregava aos deveres de política externa do Imperador um componente ético que também condenava o uso indiscriminado de guerras. Esses elementos propiciaram a emergência de virtudes diplomáticas que associam características de negociadores e emissários à figura do Imperador como pacificador.

O imperador, como primeiro cidadão, se encarregava das tratativas diplomáticas. De fato, se era comum que recebesse legações estrangeiras, também não havia nada de extraordinário que representasse, pessoalmente, o Império junto a nações estrangeiras.⁵³⁶ Sidônio Apolinário constitui-se no maior arauto da glorificação das virtudes do emissário na figura do imperador.⁵³⁷ Em panegírico ao Imperador Avitus, seu sogro, Sidônio o exalta por meio de sua atuação como

⁵³⁵ DE SOUZA, op. cit. p. 110.

⁵³⁶ Alguns exemplos são o encontro do Imperador Valente com o soberano godo Atanarico em 369, e de Valentiniano I com o soberano alamanco Macriano, cinco anos depois.

⁵³⁷ Para uma análise detalhada do panegírico de Sidônio Apolinário ao Imperador Avitus vide GILLET, op. cit. cap. III "The hero as envoy: Sidonius Appolinaris' Panegyric on Avitus."

enviado a serviço do Império em diversas ocasiões, o que reflete a valorização da figura do emissário na sociedade romana da época. Conforme Gillet,

Of all the activities of the real Avitus – land-owner, general, administrator – Sidonius selected the role of the most flexible and appropriate means to portray Avitus' relations with the Goths. The *Panegyric* casts the familiar figure of the *legatus* as a hero with the trappings of political authority. The envoy is portrayed as a powerful figure: persuasive, authoritative, able to build and maintain alliances crucial to the strength of the empire. The personality of ties between Rome and barbarian allies is vested in the envoy, not in the emperor he represents. Sidonius' envoy is a statesman, elevated above a mere messenger or skilled spokesman. Sidonius' propaganda relied upon a perception, shared by the provincial magnate and his Roman senatorial audience, of a role for envoys in the politics of the mid-fifth century West which was central and prestigious. The *legatus* was an image which could be associated with imperial power.⁵³⁸

Em boa medida, os soberanos das monarquias romano-germânicas tentarão emular essa importante dimensão do poder imperial para suas realidades políticas. Tácito afirma que os chefes germânicos rivalizavam para obter um séquito numeroso e fiel, que lhes garantiria consideração e respeito não apenas entre os demais nobres de sua gente, como nos povos vizinhos. “Tais homens eram requisitados para legações e honrados com presentes, e por sua fama poderiam encerrar uma guerra”.⁵³⁹ Percebe-se, pelo relato, que ainda no mundo germânico, a comunidade política valorizava a prática diplomática, de modo que os *reiks* germânicos demonstravam seu prestígio corriqueiramente por meio de legações. Desse modo, não será estranha às monarquias romano-germânicas a natureza legitimadora da prática diplomática.

Posto que isso não fosse inerente à sua própria cultura política, os séculos de convivência com o poder romano e o próprio desejo de emular esse poder legariam aos povos germânicos, de algum modo, essa realidade. Desse modo, a valorização da figura do emissário entre os soberanos germânicos terá, em meu entendimento, um elemento próprio do universo político germânico, mas que foi reforçada no âmbito do processo de *aemulatio imperii* levado a cabo por esses soberanos a partir do século VI, tal como outras atividades facilmente imputáveis ao imperador, como a

⁵³⁸ GILLET, op. cit. p. 109.

⁵³⁹ Tac. *Germ.* XIII, 4.

cunhagem de moedas, e a adoção de insígnias de poder. Pode-se aduzir como exemplo dessa vertente diplomática da *imitatio imperii* o relato que Sidônio Apolinário, panegirista de Eurico, faz a respeito da presença de enviados provenientes de diversas nações à corte do soberano visigodo, recordando célebre passagem relatada na biografia de Augusto.⁵⁴⁰

Uma das principais virtudes diplomáticas valorizadas pelos soberanos germânicos era a da concórdia, pois lhes imputava um caráter pacífico e comedido, distante do referencial associado à barbárie, à belicosidade e à intolerância que a propaganda política romana lhes imputara nos séculos anteriores. “Como era moderado, enviou emissários” – não deixa de ser uma grande conquista para o visigodo Teodorico ter seu ânimo pacífico exaltado desse modo por um autor da estirpe de Jordanes, frente a seu belicoso cunhado, Requiário, rei dos suevos.⁵⁴¹ Aproximava-se, dessa maneira, ao caráter de um Imperador romano como Avitus, quem, segundo Sidônio Apolinário, “ama fortemente a paz”.⁵⁴² Também é emblemática a respeito da difusão da virtude da concórdia a *aemulatio memoriae* do rei visigodo Recaredo, feita mais de uma década após sua morte, em uma epístola enviada pelo conde visigodo Bulgar a um bispo franco com quem negociava um acordo. Na referida epístola, o Conde Bulgar afirma que o rei Recaredo firmara um acordo com a rainha franca Brunequilda “pela estabilidade da concórdia entre os reinos”.⁵⁴³

Com o advento do cristianismo, os soberanos passariam a ter outro importante elemento de legitimação na sua atuação diplomática, desdobrada das atividades que lhe cabiam na função de *princeps christiannus sacratissimus*. Com a crescente cristianização das principais monarquias romano-germânicas, os soberanos passarão, cada vez mais, a atuar na defesa da ortodoxia, assim como no processo evangelizador. Deveriam, desse modo, utilizar seus recursos diplomáticos para defender seus *populi* de tendências heréticas, assim como para trazer, para o seio da cristandade, nações pagãs. Sobre o tema, outro documento emblemático é a epístola do monarca franco Teudeberto ao Imperador Justiniano, em que relata a contribuição dos francos para o avanço do cristianismo ortodoxo:

⁵⁴⁰ Sidon. Ap. *Ep.* VIII, 9.

⁵⁴¹ Iord. *Get.* XLIV

⁵⁴² Sid. Ap. *Carm.* VII, 423.

⁵⁴³ *Ep. Visig.* XII, 69.

Encarregais-nos o ofício para que propaguemos amplamente pelas diversas gentes e províncias a amada amizade de Deus. É verdade que transtornado tereis considerado que, nas províncias em que habitamos ou onde haja da nossa gente, pela ajuda de Deus, foram submetidos à nossa autoridade: pela misericórdia de nosso Deus os túringsios foram subjugados, suas províncias adquiridas e extintos nessa época seus reis; do mesmo modo a gente dos suevos do norte foi apaziguada pela nossa majestade; do mesmo modo os pescoços dos visigodos colocados sob nosso jugo, de modo que, pelo desejo de Deus, os territórios francos estão incólumes; também na região setentrional da Itália e Panonia os saxões e os eucis se renderam a nós por vontade própria. Pelo limite do Danúbio e da Panonia até os portos do Oceano, nosso poder será estendido pela proteção de Deus.⁵⁴⁴

Outros casos interessantes a respeito, analisados no capítulo anterior, são os dos monarcas Clóvis e Recaredo, ambos destacando-se por possuir a atividade evangelizadora como um de seus principais objetivos de política externa. É sob esse mesmo prisma que se deve entender a solicitação do Imperador Heraclius para que o rei franco Dagoberto promovesse o batismo de judeus em seus domínios.⁵⁴⁵ Trata-se de uma cooperação diplomática para atingir um objetivo de política externa compartilhado pelos dois soberanos. Igualmente, a longa epístola que o monarca visigodo Sisebuto redige a Adaloaldo, seu homólogo lombardo, exortando-o a abandonar a heresia ariana, constitui prova inequívoca dos esforços diplomáticos de um autêntico *princeps christiannus*, o que, sem dúvida alguma, legitimava sua atuação régia.⁵⁴⁶

4.1.2. Atuação diplomática do soberano

Para além das virtudes normativas do emissário, o poder do soberano também poderia ser sublinhado por meio da prática diplomática quotidiana. Com efeito, era sua a prerrogativa de enviar e receber emissários, de concertar matrimônios com casas régias de outros reinos e de negociar tratados. Poderia delegar a seus homens de confiança a negociação de algumas dessas atividades

⁵⁴⁴ *Ep. Austr.* 20.

⁵⁴⁵ *Fredeg. Chron.* V, 65.

⁵⁴⁶ *Ep. Visig.* VIII. Também em epístola do nobre visigodo Bulgar a um bispo franco notamos a utilização do mesmo argumento, ao solicitar a Teudeberto (*Ep. Visig.* X, 16).

diplomáticas, mas não restava dúvida que, no sistema político da época, cabia ao monarca a condução das relações diplomáticas de seu reino.

A possibilidade de enviar emissários em nome de sua *gens* representava uma importante dimensão da soberania de uma unidade política da época. Uma epístola enviada pelo soberano franco Childeberto ao Imperador Maurício revela alguns detalhes interessantes sobre o tema:

Ao Senhor Glorioso, Pio, Perpétuo, Íncrito, Triunfador e sempre Augusto, Pai, Imperador Maurício, do rei Childeberto.

Escolhemos estar unidos à vossa clementíssima serenidade por meio de um pacto, se isso agradar ao Senhor, e estender-vos pacificamente o afeto de nossa gente pelo vínculo, que permite igualmente a uma e outra parte alcançar o proveito da paz. Considerando, pela responsabilidade de vosso altíssimo cume, as obrigações de prosperidade confiantemente estendidas à vossa clementíssima tranqüilidade, previmos a chegada de vossos emissários, e enviaremos os nossos, com a graça divina. Para tanto deliberamos enviar o homem ilustre, Santo Eunódio, os nobres Gripo, armeiro, e Radan, camareiro-mor, e o notário Eusébio; aos quais incumbimos que de algum modo tomem conhecimento dos artigos deliberados pela primazia de vossas palavras, os quais são imparcialmente negociáveis, e que nos remetam exitosamente aquilo pela conversação acordais, o que, inspirados pelo Senhor, possa ser profícuo ao bem comum.⁵⁴⁷

Ao permitir-se o direito de escrever para o Imperador Maurício, a quem se refere como pai, Childeberto exercia uma prerrogativa régia, que era a interlocução diplomática com outros soberanos. Ademais, buscava um pacto de paz, que exaltaria seu caráter moderado e comedido, que diferenciava os príncipes cristãos dos soberanos bárbaros. Contudo, como não sabia os termos que poderiam surgir da negociação, enviara um homem santo (Eunódio) e um homem de armas (Radan), evidenciando, dessa maneira, que controlava todos os recursos da política externa do reino, podendo exercê-la pela diplomacia ou pela guerra. Fica evidente, por conseguinte, que ao demonstrar sua capacidade de enviar ao Imperador uma representativa legação, Childeberto legitimava sua posição entre a nobreza franca, e a de seu reino entre os demais.

⁵⁴⁷ *Ep. Austr.* 25.

Com esse mesmo intuito, numerosas legações percorreram as estradas do ocidente tardo-antigo, buscando legitimar o poder de seu remetente, não apenas por seu conteúdo, isto é, pela informação ou petição que levavam; mas sobretudo por sua forma, isto é, pelo próprio exercício da atribuição soberana de poder enviar uma legação a uma nação estrangeira. Por essa razão, há diversos relatos de soberanos cujo envio de emissários a outros reinos é uma das primeiras medidas após a ascensão ao poder. Exemplos inequívocos dessa estratégia haviam sido dados pelos próprios imperadores romanos, tanto em Roma como em Constantinopla. Desta, Valentiniano III, após eliminar Aécio, envia legados *ad gentes* para informá-los que doravante era, *de facto*, o mandatário maior do Império.⁵⁴⁸ Daquela, Avito, assim que é aclamado pelos romanos Imperador do Ocidente, em 455, preocupado com a unidade do Império, e tendo em conta o clima de instabilidade política decorrente dos assassinatos de Aécio e, logo depois, do próprio Valentiniano, envia uma legação a Marciano, novo imperador do Oriente.⁵⁴⁹ Entre as monarquias romano-germânicas pode-se destacar os casos de Remismundo, rei suevo que, logo após sua ascensão, em 464, envia emissários a Teodorico, o qual lhe retribui a legação, com dádivas de armas e outros presentes, além de sua futura esposa,⁵⁵⁰ do visigodo Eurico, que envia emissários aos suevos e ao imperador quando ascende ao trono em 467,⁵⁵¹ e de Dagoberto, que envia emissários a Burgúndia e Austrásia para se eleger rei após a morte de seu pai, Clotário.⁵⁵²

Nessa mesma direção, um episódio emblemático a respeito da competência soberana para enviar emissários ocorreu no reino Lombardo, justamente no longo período que se segue a morte do rei Clef, em que o reino ficará anos sem a liderança de um monarca. Tendo em conta justamente essa fragilidade interna, assim como a ameaça franca ao oeste, os doze duques lombardos resolverão enviar uma missão ao imperador Maurício rogando-lhe paz e proteção. Contudo, tendo em

⁵⁴⁸ Hidat. *Chron.* a. 454, 776.

⁵⁴⁹ Hidat. *Chron.* a. 455, 809-824. Haja vista sua vasta experiência como emissário, Avito era sabedor das potencialidades de uma legação apropriadamente instruída, de modo que o resultado desse esforço diplomático, conforme as palavras de Hidácio de Chaves, é que “Marciano e Avito compartilham o governo o Império Romano em concórdia”

⁵⁵⁰ Hidat. *Chron.* a. 464, 1129. É muito provável, pelo que se pode inferir do relato de Hidácio, que a recepção dessa legação tenha sido instrumentalizada de forma a representar um firme apoio de Teodorico ao governo do novo rei suevo.

⁵⁵¹ Hidat. *Chron.* a. 467, 1182.

⁵⁵² Fredeg. *Chron.* V, 46.

vista a inexistência de um monarca lombardo, cada duque assumirá para si a competência soberana de poder enviar um representante ao imperador, de modo que a legação lombarda era composta por doze emissários.⁵⁵³

A possibilidade de receber emissários de outros soberanos constituía a outra face dessa atribuição política do monarca. Nesse sentido, o recebimento de emissários em cerimônias de coroação significava muito mais que meros atos de cortesia; eram atos que atestavam, interna e externamente, a representatividade daquele poder recém-constituído. É por essa razão que Paulo Diácono julgou digno de nota a presença de emissários do rei franco Teodeberto II na pomposa cerimônia ocorrida no circo de Milão para a ascensão de Adaloaldo como rei dos lombardos.⁵⁵⁴ Do mesmo modo, Hidácio de Chaves registra a presença de emissários do rei suevo Requiário em cerimônia de ascensão de Eurico ao trono visigodo.⁵⁵⁵ Note-se que, nesse período, ambos os reinos estavam à beira de um conflito, de modo que o gesto de Requiário era um passo importante no sentido de buscar um diálogo com o novo soberano visigodo.

Cumprir observar, ademais, que o nível do emissário era algo extremamente importante, indicando o prestígio que determinado soberano conferia aos assuntos de outra unidade política. É representativo que todos os legados do Imperador aos suevos tivessem a honra de conde, ao passo que os emissários dos galaicos aos suevos incluíam bispos e homens ilustres.⁵⁵⁶ Isso significa que a corte sueva era reconhecida, tanto pela aristocracia local, como pela corte imperial como uma unidade soberana expressiva, rivalizando com as demais potências do período. O mesmo não ocorreu com emissários dos saxões e daneses, enviados ao rei Sigiberto da Austrásia na década de 560. Conforme apontou Bruno Dumézil, analisando poema de Venantius Fortunatus sobre o episódio (*Carmen VII*), “les ambassadeurs saxons et danois ne semblent pas avoir été reçus par le souverain, mais par le duc de Champagne Loup. Sans doute les petits légats germaniques ne furent-ils pas jugés dignes d’une audience royale. Les déférer devant le général qui les avait écrasés à la guerre constituait une façon de les humilier davantage”.⁵⁵⁷

⁵⁵³ Fedeg. *Chron.* V, 45.

⁵⁵⁴ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 30.

⁵⁵⁵ Hidat. *Chron.* a. 467, 1183.

⁵⁵⁶ GILLET, op. cit. p. 77.

⁵⁵⁷ DUMEZIL, op. cit. p. 07.

O matrimônio régio entre casas de diferentes reinos, por constituir um recurso diplomático do soberano, também possui uma dimensão legitimadora do poder de dado soberano. Analisando os matrimônios merovíngios, Ryan Crisp conclui que

Good relations with their neighbors could lead to a marriage between them, but marriage was not the precursor to peace and cooperation. Rather, marriage with prestigious foreign kings, princes and princesses served to confirm the royal status of the Merovingians. Only the Frankish royal family made such marriages, by which they emphasized their superior status within the Frankish kingdom. This is why discussions of the foreign marriages of the Merovingians in the sources reveal a strong emphasis on wealth, status, royal blood, character and beauty. [...] Thus, we can say that these marriages did in fact have a political value, but on the domestic front more than in foreign affairs.⁵⁵⁸

Concordo com a hipótese de Crisp, de que era sob o ponto de vista interno em que o monarca ganhava mais prestígio com um matrimônio com importante princesa de outra casa real. Contudo, esse prestígio de poder desdobrava-se, evidentemente, no plano das relações externas de seu reino. Com efeito, o nível da princesa eleita por um soberano era indicativo do prestígio de seu reino e de seu próprio no cenário político internacional. Por essa razão, além de ser o elemento inteligível da aliança de duas casas régias, a princesa deveria encerrar em si uma série de virtudes, pois se tornaria emblema do reino e da linha política de um soberano. Esse conceito está muito claro na justificativa apresentada por Gregório de Tours para o fato de Sigiberto I, rei franco da Austrásia, buscar contrair matrimônio fora dos limites de seu reino, segundo a qual o soberano franco repugnava a contração de matrimônios com indivíduos de classes inferiores,⁵⁵⁹ pois isso degenerava a estirpe real, na qual se encerravam, normativamente, as máximas virtudes políticas, como a concórdia, a piedade, a justiça e a devoção. É nesse sentido que se devem entender os relatos de disputas entre soberanos para desposar uma mesma princesa, como no caso da princesa franca Clodosinda, disputada entre os reis dos lombardos e dos visigodos.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ CRISP, op. cit. p. 223.

⁵⁵⁹ Greg. Tur. *Hist. Franc.* IV, 27.

⁵⁶⁰ Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 28. Conforme Fredeg. *Chron.* V, 74, também a princesa franca Teudelinda foi cortejada por dois monarcas, primeiro Childeberto e depois o lombardo Agilulfo.

Tal como poderia ser utilizada para legitimar a posição de um soberano, sua capacidade de fazer relações diplomáticas também poderia servir para denegrir sua imagem. Notamos essa possibilidade de maneira muito clara com relação à caracterização de Gontrão da Borgonha por Gregório de Tours. A despeito de ser considerado por muitos historiadores como o modelo de monarca de Gregório, é patente o ataque do bispo de Tours à falta de habilidade diplomática de Gontrão, por meio do registro de numerosos casos de inobservância dos costumes diplomáticos por parte desse soberano, conforme apontado no capítulo segundo.⁵⁶¹ Gontrão é caracterizado, por conseguinte, como um monarca iracundo e pouco propenso ao diálogo e ao entendimento, o que, do ponto de vista das virtudes de um soberano cristão, implicava uma expressiva mácula à sua imagem.

Para além das críticas às suas atuações diplomáticas, outro desafio que enfrentavam os monarcas tardo-antigos era o processo de dispersão de poder político verificado no período. Desse modo, esforçavam-se por criar uma administração que fosse mais dependente deles do que dos nobres. Paulo Diácono menciona, na realidade lombarda, a necessidade de financiamento das atividades do rei, assim como daqueles que o serviam *per diversa officia*.⁵⁶² No bojo dessa administração havia, muito provavelmente, funcionários relacionados com a atividade diplomática, responsáveis pela chancelaria real, entre os quais o *comes officiorum*. A recorrente prática de enviar três emissários, conforme detalhada no Capítulo II, poderia servir, também, para que o monarca pudesse contar com contrapesos à proeminência de um outro legado. Assim, veremos freqüentemente o envio de uma legação heterogênea por parte dos monarcas, formada geralmente por um bispo, mais versado na linguagem política da diplomacia clássica e atento a dimensão pastoral do reino, por um nobre de confiança do monarca, geralmente um conde pertencente à nobreza palatina, e um terceiro elemento, de menor prestígio.⁵⁶³

⁵⁶¹ Vide por exemplo, Greg. Tur. *Hist. Franc.* VII, 14 e 32, e IX, 1.

⁵⁶² Paul. Diac. *Hist. Lang.* III, 16. Com relação aos lombardos, JARNUT, op. cit. p. 419. anotou que “Since Rothari’s edict, and especially since Liutprand, there are numerous examples of kings trying to establish these, and other Office holders, in a hierarchical organisation at the head of which stood the all-ruling and controlling king”.

⁵⁶³ Veja-se, por exemplo, a legação enviada pelo rei franco Teuderico ao visigodo Witerico, formada pelo bispo de Lyon Aridium, o conde dos estábulos Aeporinus e Rocco, provavelmente um servidor administrativo; assim como a legação enviada por Childeberto a Maurício (vide supra p. 191); e outra descrita por Paulo Diácono, de similar composição (vide infra p. 213).

Evidentemente, nem todas as ocasiões de política externa se faziam propícias para a presença direta do monarca. Ao contrário do emissário paradigmático de Avitus, o soberano tardo-antigo constituía sobretudo o formulador da política externa do reino. Veremos esses monarcas receberem e enviarem legações, trocar epístolas e assinar tratados, mas poucas serão as ocasiões em que assumirão o papel de emissários negociadores junto a outras cortes. Essa função caberá à nobreza, laica e eclesiástica, que auferia expressivos recursos de poder dessa oportunidade.

4.2. Diplomacia e legitimação do poder nobiliárquico

4.2.1. Virtudes diplomáticas da nobreza

Impossibilitado, por variadas razões, de negociar diretamente com seus interlocutores, a não ser em casos excepcionalíssimos, o soberano tardo-antigo soia delegar a execução de suas instruções a um nobre, laico ou eclesiástico, de seu círculo de confiança. Dessa delegação de um poder soberano, a lide dos assuntos externos das *res publicae*, decorria um reconhecimento público do talento e prestígio daquele indivíduo em seu reino, desdobrando-se em uma evidente projeção de sua autoridade. Pelas responsabilidades e virtudes requisitadas a um emissário, sobretudo a lealdade e a eloquência, a função era apanágio de poucos homens públicos.⁵⁶⁴ Assim, ser acreditado em uma missão era o reconhecimento da vocação e experiência de um indivíduo para os assuntos das *res publicae*, o que legitimava sua atuação política e reiterava seu prestígio entre seus pares.

Do ponto de vista de sua própria legitimação de poder, os objetivos de um legado variavam conforme sua posição no campo nobiliárquico do período. Para a nobreza local, com poucas relações com o ofício palatino, a contrapartida precípua de atuar como emissário era ganhar prestígio junto aos seus pares locais, de modo a aumentar seu poder relativo em sua área de influência. Se o emissário pertencia à nobreza palatina, poderia esperar a obtenção de cargos administrativos prestigiosos, com vistas a uma inserção cada vez maior no núcleo decisório do poder.⁵⁶⁵ Esse foi o caso do poeta Arator, que conseguiu galgar importantes cargos no *officium* ostrogodo em virtude de sua eloquência como emissário⁵⁶⁶, do emissário franco Aubedo, que foi “fortemente remunerado” pela rainha Gundeburga em virtude de

⁵⁶⁴ Analisando o protocolo de envio de presentes por parte dos emissários tardo-antigos, DUMEZIL, op. cit. p.04 concluiu que “Le transport des cadeaux diplomatiques induit ainsi deux nouvelles caractéristiques pour nos élites voyageuses : l’ambassadeur est un Grand idéal, qui a accès à la fois à la confiance absolue du roi et aux connaissances intellectuelles les plus complexes. Incorruptible et intelligent, du moins en théorie, il pourra représenter avec talent son donneur d’ordres à l’étranger.”

⁵⁶⁵ Sobre o prestígio da nobreza palatina vide *Conc. Tol. VI. c. 13*, em que, ademais de se solicitar as devidas honrarias dos cidadãos comuns aos *primatum palatii*, se lhes exorta que seja embebidos de seu exemplo de utilidade (“*utilitatis inbuantur exemplo*”).

⁵⁶⁶ Cass. Var. VIII, 12.

seus bons ofícios;⁵⁶⁷ e do “glorioso e amicíssimo da verdade” Teodorico, emissário imperial enviado ao rei visigodo Sisebuto.⁵⁶⁸

Além da função de emissário, os nobres também poderiam destacar-se nas funções diplomáticas das chancelarias que começavam a se desenvolver no período. O melhor exemplo, sem dúvida alguma, será o da corte imperial em Constantinopla. Encontraremos importantes aristocratas encarregados de gerenciar a rotina diplomática do reino, recebendo e analisando as epístolas de soberanos estrangeiros, agendando solicitações de audiências com emissários de outras gentes e providenciando o cerimonial dessas recepções.⁵⁶⁹ Em menor medida, as monarquias-romano-germânicas buscarão emular essa organização administrativa da prática diplomática. Um bom exemplo provém no efêmero reino ostrogodo, onde se destacou a figura de Cassiodoro, um nobre romano dos mais devotados à condução da vertente externa das *res publicae*. Na função de *quaestor* do monarca Teodorico, Cassiodoro teve oportunidade de redigir numerosas cartas a diversas autoridades do período, sobre os mais variados assuntos. Compiladas em suas *Variae*, uma tentativa não apenas de exaltar suas habilidades políticas, mas também de prover um modelo de procedimentos com relação aos diversos afazeres que se impõem aos homens públicos, suas epístolas tratam, freqüentemente, de assuntos relacionados à política externa de Teodorico. Conforme Gillet,

The placing of the diplomatic letters at the beginning of each book, and at the end of some, is the most obvious organising principle in the *Variae*, and overrides the broadly chronological sequence of the letter collection. [...] Cassiodorus chose to give the letters to rulers emphasis by the prominent position they have in each book. This placement also draws attention to Cassiodorus' role, in the capacity of *quaestor*, in diplomatic exchange. As with the other functions of the *quaestor*, this role centred on eloquence. [...] Eloquence is also the foremost feature of diplomatic correspondence, conveying a mystique of authority. It is this lesson which Cassiodorus offers to his successors in office, and for this reason he draws attention to his letter to emperors and kings in the monument to his public career.⁵⁷⁰

⁵⁶⁷ Fredeg. *Chron.* V, 71.

⁵⁶⁸ *Ep. Visig.* V, 8.

⁵⁶⁹ Eram a esses indivíduos que se endereçavam cartas credenciais, como a de Childeberto, apresentada no Capítulo II.

⁵⁷⁰ GILLET, op. cit. p. 177 e 185.

Concordo com o autor, nesse sentido, ao sugerir que, no âmbito das *Variae* de Cassiodoro, são as epístolas diplomáticas que permitem a Cassiodoro exhibir sua eloquência a serviço das *res publicae* e, conseqüentemente, obter o *honor* de seus pares. A utilização dos feitos diplomáticos como mecanismo para obtenção da glória pública também fica evidente na auto-elegia do poeta Maximinianus:

Enviado às terras do nascente no dever de emissário
 Costurar tranqüila obra de paz para todos
 Enquanto aspiro elaborar acordos entre reinos irmãos
 Encontrei nefandas guerras no meu coração.⁵⁷¹

Note-se, no excerto, a exaltação da virtude republicana que Maximinianus assumia na função de emissário. Ao passo que as três primeiras linhas do poema indicam o desprendimento pessoal do autor, que assumia o encargo de dirigir-se a terras distantes para costurar acordos de paz para todos, a última linha transmite nitidamente a idéia do sacrifício pessoal envolvido no encargo, resultante da remoção de sua pátria. Nesse mesmo sentido autolaudatório sobre a função de emissário na Antiguidade Tardia, outro documento paradigmático é o epitáfio de Senarius, senador romano e membro do *consilium* de Teodorico:

Eu sou aquele antigo incessante viajante do mundo
 Senarius, membros enclausurados no túmulo, mas não o nome,
 Sempre sublimado pelo amor do príncipe invicto,
 Fui no mundo a voz dos reis, a língua da segurança,
 O orador da aliança, a via da paz, o fim da ira,
 A raiz da amizade, a fuga da guerra, o inimigo dos litígios.
 Sabe disso o Oriente, e a última região da Ibéria,
 Também é conhecido pelo Inverno entorpecido e pelo solo queimado da África.
 Vinte e cinco legações nossas
 Marcaram as vias pelo mundo e nunca falharam em sua missão.
 Minha marcha era alada, de modo que, sempre vigilante, em um ano,
 Duas vezes vi os mares do Oceano e os portos do Ponto
 Atravessando Europa e Ásia, os dois limites do mundo.
 A esses serviços aditamos uma cadeia de honrarias:
 Pertencendo distintivamente ao conselho régio, como conde administrei o patrimônio

⁵⁷¹ Maxim. *Eleg.* V.

E os meus cinturões fulguravam com a honra de patrício.
 A piedade, a sagrada fé e a honestidade me adotaram.
 Que as gerações cantem os títulos: pois pelas virtudes alcançamos os céus.⁵⁷²

Eis um dos textos mais evidentes da *gloria* possível obtida por meio do serviço diplomático. Senarius está cômico da *exisitmatio* que a função de emissário lhe proporcionava entre seus pares, constituindo, por conseguinte, o tema prioritário de sua *aemulatio memoriae* no epitáfio. Redigido em hexâmetros, o epitáfio é também uma demonstração de eloqüência, virtude eminentemente diplomática. O início do epitáfio foi evidentemente desdobrado da Eneida: “*mundi sine fine viator*”, por exemplo, remete à passagem em que Júpiter confere um império sem fim aos romanos – “*imperium sine fine dedi*”.⁵⁷³ Do mesmo modo, o fecho do epitáfio, de inspiração platônica, sugere a recompensa divina que estava reservada aos que bem serviam a *res publicae*. Há, ademais, uma comparação implícita da imagem de Senarius com a de Ulisses, o viajante por excelência do mundo clássico, que enfrentou numerosos perigos por todo o mundo a serviço de sua pátria. Desse modo, o estilo e o conteúdo do epitáfio de Senarius refletem o esforço ideológico pela obtenção de *gloria* de um político que estava plenamente cômico do prestígio da função diplomática em seu período.

Uma das mais interessantes alegorias utilizadas no epitáfio de Senarius é sua descrição como “*semen amicitia*” – a raiz da amizade. Com efeito, a *amicitia* constitui, em meu entendimento, o principal elemento ideológico puramente nobiliárquico para a legitimação da atuação diplomática da nobreza tardo-antiga. Como se sabe, a *amicitia* é um conceito extremamente vinculado às virtudes aristocráticas romanas, merecendo um tratado filosófico sobre sua essência por parte de Cícero.⁵⁷⁴ Na Antigüidade Tardia, o ideal nobiliárquico de *amicitia* preservou-se não apenas entre a nobreza laica, como também entre a eclesiástica.

⁵⁷² Senar. *Epitaph*.

⁵⁷³ Virgil. *Aen.* I, 279.

⁵⁷⁴ De acordo com FRIGHETTO, R. Da Antigüidade Clássica à Idade Média: A Idéia da Humanitas na Antigüidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales**. Buenos Aires, 2004. “Interessante é a passagem encontrada no *De Amicitia* onde a *sapientia* aparece como a mais importante de todas as virtudes humanas. Sabedoria que segundo a percepção de Cícero revela-se através das amizades que somente um indivíduo cultivado, dotado da *Humanitas*, poderia possuir. No entender de H. I. Marrou, Cícero não conseguiu encontrar melhor definição para explicar como o homem tornava-se mais profundamente homem.”

Isidoro de Sevilha proporciona inequívoco indicativo a respeito em epístola a Bráulio de Zaragoza:

Quando recebes cartas de um amigo, querido filho, não demores em abraçá-la como se fosse o amigo. De fato, os ausentes têm como segunda consolação, se não está presente o que é amado, abraçá-lo por sua carta. Enviamos a ti um anel como prova de nosso sentimento e um manto pela nossa amizade, pois foi de “manto” [*amictus*] que a antiguidade derivou esse vocábulo. [*amicitia*].⁵⁷⁵

Desse modo, a *amicitia* constituía um importante elemento ideológico que propiciava, no âmbito de uma relação de alteridade, o estabelecimento de um desejo de aproximação entre as partes. Desdobrada na dimensão da política externa, a *amicitia* era o elemento ético que habilitava a concertação diplomática, sobretudo no caso de negociação de acordos duradouros. Relato elucidativo a respeito da importância do conceito no imaginário político da época é o de Próspero de Aquitania, em que narra a ameaça de Átila ao sistema internacional do período: “Átila, após a morte do irmão, com o aumento de sua influência pela execução, trouxe à guerra muitos milhares de povos vizinhos, até mesmo o dos godos, como se ameaçasse o guardião da amizade romana.”⁵⁷⁶ Desse modo, Átila, ao atacar os godos, colocava à prova a *amicitia* entre o principal aliado dos romanos no período, forçando-os a rever os princípios de lealdade e solidariedade com os romanos que norteavam sua política externa e diplomacia. Visava, desse modo, a enfraquecer politicamente o Império, deixando-o isolado para eventuais ataques futuros.

A falta da *amicitia*, por outro lado, poderia comprometer a relação entre dois povos. É por isso que o monarca franco Teudebaldo, ao ser interpelado sobre o tema pelo Imperador, assevera que “nossa amizade, pela qual deleitosamente demandais, está firme e rogamos que pelo vosso espírito aspireis que permaneça melhor pelo acordo inviolável que nenhuma causa concorrerá para obstruir.”⁵⁷⁷ O rei era, antes de tudo, um nobre, e como tal, deveria estar atento aos canais diplomáticos da nobreza, da qual a *amicitia* era a principal virtude.

⁵⁷⁵ Braul. Caesarg. *Ep.* II.

⁵⁷⁶ Prosper. Aquit. *Chron.* 751.

⁵⁷⁷ *Ep. Austr.* 18.

4.2.2. Atuação diplomática da nobreza

A antiga nobreza romana constituía, sem sombra de dúvida, a mais importante fonte de recursos diplomáticos para as recém-constituídas monarquias romano-germânicas. Seu conhecimento do arcabouço político em que se desenvolvia a política externa romana, seus signos, métodos, técnicas e rituais, faziam dessa aristocracia um elemento de capital importância para que os monarcas germânicos pudessem exercer sua política externa. Exemplo inequívoco dessa realidade encontra-se na Crônica de Hidácio de Chaves, em que o bispo registra ter o rei suevo Requiário enviado, como chefe de uma delegação ao imperador, um importante prócer lusitano, que pouco tempo antes havia facilitado a ocupação sueva em Lisboa.⁵⁷⁸ Trata-se de associação mutuamente vantajosa, pois, se por um lado o monarca suevo contava com um político experiente e versado no mundo diplomático romano, este, em seu turno, garantiria privilégios socioeconômicos para seu grupo nobiliárquico. Para o caso dos reinos francos, ao menos até o século VII, eram laicos os notários e escribas que trabalhavam na administração pública, tais como os que compunham o “círculo literário austrásio-provençal”, estudado por Pierre Riché.⁵⁷⁹ Do mesmo modo, nas diversas monarquias romano-germânicas do período, superado o período de desconfiança, os soberanos se valerão corriqueiramente da antiga aristocracia romana para a prática da política externa.

Encontra-se, nas epístolas tardo-antigas sobre relações diplomáticas, a designação de muitos emissários responsáveis por levá-las a seus interlocutores.⁵⁸⁰ Trata-se de nobres que têm suas virtudes apresentadas a fim de legitimá-los como prepostos dignos e competentes para manter um processo de negociação. Tal como

⁵⁷⁸ Hidat. *Chron.* a. 469. 1224 e 1253.

⁵⁷⁹ RICHÉ, P. **Education et culture dans l'Occident barbare.** (VIe-VIIIe siècle). Paris: Seuil, 1995. p. 75. Também Gillet, op. cit. p. 113. “Scenes of bishops undertaking legations to rulers on behalf of their communities are well-known attestations of the increasing involvement of the episcopacy in public functions, in turn a reflection of the annexation of the office of bishop by members of the provincial aristocracy. Such tableaux also appear to give evidence of a concomitant ebb of municipal and imperial authority, a vacuum filled perforce by the church. This latter impression is misleading. Embassies appear in late fifth and early sixth century hagiography precisely because the undertaking of legations was a common but prestigious political occurrence in secular centres of power, carried out by non-ecclesiastics including provincial magnates and palatine officials. Authors of Episcopal biographies sought to appropriate for their subjects the social credit attached to this function. The impression that bishops shouldered the burden of municipal duties in undertaking embassies stems from the general invisibility of non-ecclesiastic envoys in the sources.”

⁵⁸⁰ Veja-se, por exemplo, o epistolário de Sisebuto. *Ep. Visig.* II-V

outras epístolas públicas, as diplomáticas poderiam freqüentemente ser lidas em público, servindo como ponto de partida para a discussão de determinado tema. Disso decorre uma distinção entre a formulação e a execução da política externa. Nota-se que a maior parte das epístolas que se conservaram do período é trocada entre soberanos, responsáveis por definir os objetivos de política externa de sua nação.

Há casos, porém, em que são os próprios nobres os responsáveis pela elaboração da linha de política externa de um reino. Um exemplo paradigmático é o do Conde Bulgar, sob o reinado de Gundemaro no reino Hispano-Visigodo. Sua conturbada trajetória política é reveladora das implicações das relações diplomáticas com o poder político. Bulgar gozava de um cargo importante no ofício palatino de Recaredo e Liuva II. Com a usurpação de Witerico ao trono visigodo, contudo, caiu em desgraça⁵⁸¹. Aos poucos, contudo, Bulgar resgatará seu prestígio político, em boa medida, graças a suas habilidades diplomáticas. Com efeito, após buscar refúgio junto a alguns bispos visigodos, sobretudo da Narbonense, Bulgar será reabilitado por Witerico e presenciará sua morte, em 610.⁵⁸² Com a ascensão de Gundemaro ao poder, voltará ao núcleo decisório da política visigoda, sendo nomeado para a função de um antigo colaborador de Witerico.⁵⁸³

Bulgar não indica claramente qual seria esse cargo, mas tudo aponta que seria o de duque da Narbonense, cargo da maior importância para o êxito da política externa do reino.⁵⁸⁴ Outro indício nesse sentido é a carta que escreve ao bispo Agápio, em que relata sua nomeação, o conde solicita ao bispo que o inclua em suas orações, para que possa enfrentar as “guerras externas” que surgiriam.⁵⁸⁵ Com efeito, em pouco tempo veremos Bulgar encarregado de observar as tensões

⁵⁸¹ *Ep. Visig.* XIII, 41.

⁵⁸² *Ep. Visig.* XIII, 53.

⁵⁸³ *Ep. Visig.* XIII, 60. Cumpre observar que o nobre gozava de grande intimidade junto ao monarca, como atesta o envio de sua epístola a Gundemaro por ocasião da morte da rainha Hildoara. *Ep. Visig.* XV.

⁵⁸⁴ Nesse sentido, vide ORLANDIS J. **Semblanzas Visigodas**. Madri: RIALP, 1992. p. 97. “La posición de la Septimania, “marca” avanzada del reino visigodo frente al territorio franco, hacía que la provincia fuese el mejor observatorio de los acontecimientos que se sucedían en los reinos merovingios, pero también una tierra de frontera directamente expuesta a los peligros y agresiones provenientes del exterior.” Também DUMEZIL, op. cit, p. 05, afirma, com relação ao procedimento de acreditação de um emissário em terras estrangeiras, que “en Espagne wisigothique, c’est le gouverneur de Septimanie qui est responsable de cette procédure”.

⁵⁸⁵ *Ep. Visig.* XIII, 76.

internas dos reinos francos;⁵⁸⁶ de negociar as cláusulas de um tratado de paz e cooperação entre o rei visigodo Gundemaro e seu homólogo da Austrásia, Teodeberto II;⁵⁸⁷ assim como de negociar com um bispo franco a restituição de territórios e a liberação de emissários visigodos.⁵⁸⁸ Bulgar atuava, por conseguinte, na elaboração e execução da política externa do reino Visigodo, como se fosse um autêntico chanceler do soberano. Fica patente que, em casos como esse, a projeção de seu poder nobiliárquico era muito maior do que se fosse tão-somente o executor de relações diplomáticas previamente estipuladas pelo monarca.

O mais comum, contudo, era que aos nobres coubesse tão-somente a execução da política externa. Nesses casos, atuavam, sobretudo como emissários, negociando pontos isolados, a partir de posições pré-estabelecidas. As crônicas do período são repletas de casos de acordos que são negociados e inclusive firmados por emissários régios de origem nobiliárquica. É o caso de um pacto de aliança entre os reis francos Teuderico e Clotário contra Teudeberto, estabelecido, segundo o Fredegário, não pelos monarcas, mas pelos emissários por eles despachados.⁵⁸⁹ Outro exemplo é a proposta de paz perpétua entre o rei visigodo Gundemaro e o franco Teudeberto, negociada “por emissários de ambas gentes”.⁵⁹⁰

Um caso interessante que exemplifica o prestígio de poder decorrente da atuação diplomática nobiliárquica é o relatado por Gregório de Tours. De acordo com o bispo, o erudito nobre Secundinus, foi incumbido pelo rei Teudeberto de realizar diversas missões diplomáticas, “tendo assumido em decorrência um comportamento fanfarrão e prepotente”.⁵⁹¹ Esse comportamento levará Secundinus a entrar em atrito com outro nobre, sem que perdesse, contudo, o apoio do monarca. Pelo contrário, Teudeberto retirará as honrarias desse nobre e o colocará sob as ordens de Secundinus. Esse episódio ilustra a autoconsciência do prestígio de um emissário em quem o monarca confiava, a ponto de envolver-se pessoalmente para resolver querelas particulares desse nobre.

Havia, porém, o risco contrário, de que uma representação diplomática mal-sucedida denegrísse a imagem de um nobre. Com efeito, ao exercer de maneira

⁵⁸⁶ *Ep. Visig. X.*

⁵⁸⁷ *Ep. Visig. XI*

⁵⁸⁸ *Ep. Visig. XII.*

⁵⁸⁹ *Fredeg. Chron. V, 36.*

⁵⁹⁰ *Ep. Visig. XI, 22.*

⁵⁹¹ *Greg. Tur. Hist. Franc. III, 33.*

inapropriada uma atividade diplomática, um nobre expunha publicamente sua inaptidão para a política. É nesse sentido que devem ser entendidas a descrição negativa de Gregório de Tours com relação a Agilanes, “homem de nenhuma inteligência e destreinado no argumento racional”⁵⁹², quem o rei visigodo Leovigildo enviara como emissário a Chilperico. Note-se, que, além de deslegitimar o papel desse nobre como emissário, Gregório também atingia o próprio monarca visigodo, uma vez que ao delegar os assuntos de política externa a Agilanes, Leovigildo via-se plenamente representado por esse nobre. Tendo em vista a pena nitidamente anti-ariana de Gregório, essa descrição é mais um de seus elementos ideológicos utilizados para denegrir a imagem do ariano reino Visigodo.

Exemplo similar de instrumentalização negativa da figura do emissário estrangeiro encontra-se em uma epístola do Conde Bulgar a um bispo franco. Nessa missiva, em que se queixa do aprisionamento de emissários visigodos pelo soberano Burgúndio, o nobre visigodo acusa o recebimento de um emissário franco a quem designa, com certo desprezo, como “*quidam baiulus*” – um certo mensageiro.⁵⁹³ Como apontei no capítulo segundo, o termo “*baiulus*” parece estar associado ao simples portador de uma mensagem, alguém que não possui a competência ou as habilidades para negociar os termos daquilo que comunica. Assim, a idéia subjacente a essa descrição de Bulgar é não reconhecer a honorabilidade do emissário franco, como retaliação aos maus-tratos sofridos pelos legados visigodos.

Para entender-se apropriadamente a atuação diplomática da nobreza tardo-antiga devemos recordar que, para expressivo segmento nobiliárquico, as relações de identidade com o reino são frouxas, geralmente preteridas com relação a uma identidade de grupo social, que remetia sobretudo à herança cultural do mundo romano. Isso implicava estratégias de legitimação diferentes das da nobreza palatina, pois visavam, sobretudo, ao fortalecimento de suas próprias estruturas de poder, paralelas e muitas vezes concorrenciais às do monarca. Por essa razão, não faltam relatos de traições por parte de operadores da política externa. Veja-se, como exemplo eloqüente sobre o assunto, o episódio em que Gregório de Tours relata uma suposta carta que o rei visigodo Leovigildo teria enviado à rainha Fredegunda,

⁵⁹² Greg. Tur. *Hist. Franc.* V, 43.

⁵⁹³ *Ep. Visig.* XII, 1.

mulher de Chilperico, e que fora interceptada pelo monarca Gontrão da Borgonha. Segundo Gregório, Leovigildo não teria deixado de reiterar a importância do bispo Amelius e da domina Leuba, “por quem nossos emissários se aproximam de vós”.⁵⁹⁴

Do mesmo modo, o Fredegário registra que um conde Siagrius, enviado em legação a Constantinopla pelo rei franco Gontrão, aproveitará a ocasião para ser ordenado patrício.⁵⁹⁵ É evidente que Siagrius valeu-se do prestígio do cargo de emissário, assim como do fato de estar longe das estruturas de poder de Gontrão, para aproximar-se do Império em troca de uma magistratura. A condenação do cronista a respeito do episódio, de que “a fraude não atingiu a perfeição”, lacônica e retórica, pode ser entendida como elemento ideológico de dissuasão para tentar evitar a ocorrência de casos similares. Não obstante, se a traição nobiliárquica ocorresse em favor dos francos, o Fredegário não possuía o menor pudor em relatá-la, como no caso de Dagoberto, a quem populações fronteiriças submetidas a outros poderes teriam jurado fidelidade.⁵⁹⁶ Desloca-se, então, da nobreza para a monarquia o argumento explicativo do processo: O fato de ter angariado *populi* de outros *regna* é apontado como uma conseqüência das virtudes públicas de Dagoberto, e não como uma traição de um grupo nobiliárquico estrangeiro. Em ambos os casos, o Fredegário trata de proteger a instituição monárquica frente às corriqueiras conturbações nobiliárquicas.

Paulo Diácono também relata como no Reino Lombardo havia freqüentes traições por parte da nobreza, registrando, entre outros, o caso de um duque que havia passado ao lado dos imperiais e de outro que fora cooptado por duques francos.⁵⁹⁷ Note-se, neste último exemplo, que a traição não foi de um duque a um soberano estrangeiro, mas a indivíduos de mesmo nível, o que indica haver uma noção de identidade nobiliárquica tão ou mais forte que a de identidade de reino. Em ambos os casos, os nobres pagaram com a vida pelos atos de traição, de modo a indicar claramente aos demais nobres que estes deveriam zelar pela fidelidade tanto à figura do rei como à da monarquia lombarda.

Esses elementos indicam que, a despeito da tentativa de construção de identidades monárquicas, expressivo segmento nobiliárquico ignorava a construção

⁵⁹⁴ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 28.

⁵⁹⁵ Fredeg. *Chron.* V, 6.

⁵⁹⁶ Fredeg. *Chron.* V, 48.

⁵⁹⁷ Paul. Diac. *Hist. Lang* IV, 7 e 3.

político-ideológica do reino. Concordo, por conseguinte, com Marcelo Cândido da Silva, quando este, analisando a constituição do Reino Franco, afirma que

o *Regnum Francorum* não era uma entidade étnica: a palavra “franco” passou a designar, ao longo do século VI, tão-somente o conjunto dos territórios sobre os quais reinavam os francos. É assim que Gregório de Tours, no prefácio do livro V de suas *Historias*, afirma: “é-me repugnante lembrar as vicissitudes das guerras civis que enfraquecem bastante a nação (gens) e o reino (regnum) dos Francos.”⁵⁹⁸

Encontra-se exatamente a mesma noção na Crônica de João Bíclaro, no excerto em que se registra o fim do Reino Suevo por parte de Leovigildo: “Trouxe à sua potestade o povo, tesouro e pátria dos suevos (*Sueuorum gentem, thesaurum et patriam*)”.⁵⁹⁹ Esses exemplos denotam um certo descolamento das *gentes* com relação às *patriae*, sugerindo que a almejada unidade política em torno do soberano não se verificava de maneira eficaz na prática política. Isso se deve, em boa medida, à pujança da nobreza, na condição de instituição herdeira dos valores políticos greco-romanos, que findava por forjar laços de identidade e solidariedade muito mais vinculados ao critério de classe social do que ao de pertença a uma monarquia romano-germânica, como evidenciei no primeiro capítulo.

Desse modo, a atuação das aristocracias como grupos políticos de atuação “supranacionais”, isto é, com conexões, interesses e influência para além dos limites formais de seus reinos, fortaleciam o conjunto da nobreza, como instituição, em detrimento da autoridade exercida pelo poder régio. Frighetto, analisando o caso do auxílio de nobres francos na usurpação do trono visigodo realizada por Sisenando, aponta que foi a

solidariedade nobiliárquica”, amparada certamente por laços de amizade e parentesco, consolidados por uma “tradição ancestral” comum de elementos nobilitados, que levou os dois Duques franco-aquitano a liderarem um *exercitu tholosano*, região esta na qual os visigodos haviam estabelecido sua *sedis regiae* no século V, em apoio da nobreza hispano-visigoda capitaneada pelo Duque Sisenando.⁶⁰⁰

⁵⁹⁸ CÂNDIDO DA SILVA, M. op. cit. p. 63.

⁵⁹⁹ Iohan. Bicl. *Chron.* 72.

⁶⁰⁰ FRIGHETTO, R. **Pro robore nostrorum regum et stabilitate gentis Gothorum**, op. cit.

A idéia de uma rede de “solidariedade nobiliárquica” relaciona-se a um conceito muito caro à aristocracia romana que possui importantes implicações para o estudo das relações diplomáticas: o da *amicitia*. Conforme apontei mais acima, a *amicitia* constitui, em meu entendimento, o principal elemento ideológico puramente nobiliárquico para a legitimação da atuação diplomática da nobreza tardo-antiga. Um caso que me parece ser emblemático a respeito da utilização consciente da *amicitia* como recurso de relações diplomáticas é o do emissário imperial Eusébio, enviado engenhosamente pelo Imperador Maurício ao rei lombardo Adaloaldo para fragilizar a monarquia lombarda. De acordo com a Crônica do Fredegário, Eusébio teria cultivado a *amicitia* de Adaloaldo, sobretudo nos banhos, e desfrutava de tal consideração que o rei “não fazia nada que não fosse suscitado por Eusébio”.⁶⁰¹ O emissário imperial aproveitar-se-á dessa influência pra instigar a perseguição, por parte de Adaloaldo, dos *primates* e *nobiliores* do reino lombardo, gerando um clima de instabilidade política favorável ao Império. Com efeito, é expressiva a quantidade de acordos e tratados que possuem na *amicitia* seu embasamento ético-normativo. Tome-se, por exemplo, a relação de *amicitia* estabelecida entre Valentiniano e Macrianus;⁶⁰² assim como o acordo de aliança entre os túringsios e os winidis, o qual, estendido a povos vizinhos, lhes “vinculava pelo cultivo da amizade”.⁶⁰³

Além dos laços de solidariedade relacionados à *amicitia*, outro elemento indicativo de que a tradição política das relações diplomáticas tardo-antigas assenta-se muito mais na nobreza que na realeza é a existência de legações regionais, como a dos doze duques lombardos ao Imperador Maurício, comentada mais acima, ou mesmo municipais. Gregório de Tours registra intenso trânsito de emissários recebidos e enviados em nome dos cidadãos de Tours e Poitiers, que estavam em disputa, ao redor de 584, pelos monarcas francos Gontrão e Childeberto II.⁶⁰⁴ Além de trocarem legações com os monarcas, essas cidades correspondiam-se entre si. O mesmo autor registra o envio de uma coletividade difusa denominada como *franci* enviando emissários a Sigiberto.⁶⁰⁵ Episódios como esses indicam, por conseguinte,

⁶⁰¹ Fredeg. *Chron.* V, 49.

⁶⁰² Amm. *Marc. Hist.* XXVI, 5. Analisei esse excerto supra, cap. II, p. 91.

⁶⁰³ Fredeg. *Chron.* V, 87.

⁶⁰⁴ Greg. *Tur. Hist. Franc.* VII, 12, 13 e 24.

⁶⁰⁵ Greg. *Tur. Hist. Franc.* IV, 51.

que as prerrogativas de envio de legações na Antigüidade Tardia não eram apanágio exclusivo dos soberanos. Conforme apontado por Gillet,

Municipal embassies are likely to have continued for as long as towns were politically and economically important, whether under the control of late incarnations of *curiae*, of comital appointees of kings, or of their bishops. Embassies sent by towns and bishops, like the frequent legations among Frankish monarchs, represent the afterlife of Roman administrative practices of 'internal diplomacy'.⁶⁰⁶

Tais legações não possuíam sua razão de ser numa atribuição monárquica delegada a determinados nobres. Constituíam reminiscências das legações internas que determinadas *ciuitates* enviavam ao Senado ou ao Imperador. Trata-se, por conseguinte, de uma prática que denota estarem as aristocracias locais cômnicas de seu prestígio político no âmbito do processo de construção de unidades políticas encampados pelos monarcas tardo-antigos.

⁶⁰⁶ Gillet, op. cit. p. 271.

4.3. Diplomacia e legitimação do poder episcopal

4.3.1. Virtudes diplomáticas do episcopado

Relata Procópio que o rei Vitigis, atingido pela guerra, enviou dois emissários a Chosroes, rei dos persas, para persuadi-lo a marchar contra os romanos. Para que o verdadeiro caráter da missão não parecesse imediatamente óbvio, os emissários não eram Godos, mas padres da Ligúria, atraídos pela missão por boa recompensa pecuniária. Conforme o autor, “um desses homens, que parecia ser o mais confiável, executou a missão assumindo o pretense título de bispo, que de modo algum lhe pertencia”.⁶⁰⁷ Essa passagem é ilustrativa da representatividade que possuíam os bispos na função de emissários na Antigüidade Tardia. Com efeito, haja vista sua erudição e distinção, o bispo era um tipo social dos mais utilizados pelos soberanos ocidentais em suas atividades diplomáticas. Desse modo, a fim de legitimar-se como interlocutor digno de ser recebido pelo rei persa, nada parecia mais natural ao padre ligúrio do que se apresentar ao soberano como um bispo cristão.

A imagem do bispo como emissário era uma emulação consciente do capital político decorrente da nomeação de dignitários provinciais para essa função, a qual trazia, para os laicos, para além de prestígio social, retornos econômicos do imperador ou soberano que delegava a determinado nobre a condução do tema da política externa. Trata-se de uma decorrência natural, ademais, de uma virtude normativa do bispo católico, que é a do consenso, da mediação, do aconselhamento. Dessa atribuição episcopal, verificada sobremaneira em âmbito pastoral, decorreu uma projeção quase “natural” do papel do bispo como mediador de conflitos no conturbado período da Antigüidade Tardia. Por essa razão, freqüentemente as legações tardo-antigas serão integradas por bispos. Do mesmo modo, eventualmente alguns bispos em posições-chave na Igreja católica, como o Papa, o Patriarca ou o Apocrisiário, serão chamados a participar de negociações diplomáticas com o fito de legitimar um pleito ou auxiliar a desentruvar determinado impasse.⁶⁰⁸ Contudo, essa função de mediador, porque, antes de tudo, normativa,

⁶⁰⁷ Procop. *Bell.* II, 2,1.

⁶⁰⁸ Um bom exemplo é o caso do rei franco Childeberto, que solicita o apoio do Papado em três ocasiões em que enviara emissários ao Imperador (*Ep. Austras.* 31, 32 e 33).

aparecerá mais repetidamente em hagiografias do período, como na *Vita Orientii*, em que o bispo é definido como “salvação para os cidadãos e os estrangeiros” –, ou na *Vita Epiphani*, em que o protagonista é alcunhado de “proponente da paz, autor da concórdia, egrégio moderador”.⁶⁰⁹

Cumprir observar que o léxico freqüentemente utilizado em hagiografias para descrever bispos como emissários serve, ao mesmo tempo, a metáforas relacionadas à vida eterna, no âmbito do quadro ideológico da relação entre a Cidade Terrena e a Cidade Celeste inaugurado por Agostinho.⁶¹⁰ Expressões como *peregrinor* (viajar ao estrangeiro), *peregrinatio* (viagem ao estrangeiro), *transitum* (passagem), *viaticum* (provisões), *dirigo* (direcionar), *praemia* (recompensa), *quies et requies* (tranquilidade e retiro) recorrem a um só tempo a dois conjuntos de referenciais simbólicos paralelos, o da religião e o da diplomacia, favorecendo a sacralização da figura do bispo como emissário. Um eloqüente exemplo desse recurso encontra-se no final da *Vita Germani*, de Constantius, quando se descreve o sonho que o São Germano teria tido sobre a própria morte e sua passagem para a vida eterna:

Confio a vós, caríssimos irmãos, minha passagem. Vi-me, em um sonho à noite, prestes a partir, recebendo de nosso Senhor suprimentos para a jornada; e quando perguntei pela causa da partida Ele respondeu: “Não temas, te enviarei para casa (*ad patriam*), não ao estrangeiro (*ad peregrinationem*), onde poderás ter paz e descanso eternos.”⁶¹¹

Outro elemento inerente ao imaginário cristão que também reforçava o poder dos bispos na função de emissários foi a apropriação do culto aos santos por parte das altas hierarquias eclesiásticas, processo que ocorreu com maior intensidade a partir do século IV, e está relacionado com a institucionalização da Igreja católica.⁶¹² Afirmando-se como intermediários na comunicação entre os fiéis e os santos, os bispos auferiam o prestígio ideológico de seus patronos celestiais. Veja-se, como exemplo, o caso de Gregório de Tours, cujas dificuldades em conseguir uma

⁶⁰⁹ *Vit. Orient.* 6. e Ennod. *Vit. Epiph.* 165.

⁶¹⁰ GILLET, op. cit. p. 129.

⁶¹¹ Constant. *Vit. Germ.* 41.

⁶¹² A obra clássica sobre o tema é a de BROWN, P. **The cult of the saints**. Its rise and function in Latin Christianity. Chicago: University of Chicago Press, 1981. p. 33. Conforme este autor, “The cult, itself, has far deeper roots. Intense feelings for holy figures and the martyred dead reach back into late Judaism [...]”.

audiência com o rei Gontrão acabaram assim que o monarca soube que o bispo fora enviado a mando de São Martinho.⁶¹³

Considerando-se que o cristianismo caracteriza-se pela crença na constante interrelação entre eventos que ocorrem neste mundo e no Além – tais como preces, milagres, intercessões e castigos divinos –, pode-se concluir que a função de emissário entre um e outro plano era essencial na sociedade tardo-antiga. A figura de Cristo logo surgirá como a do “maior emissário”, pois era o elo entre os dois mundos.⁶¹⁴ Não tardará para que os bispos e outros homens santos se apropriassem dessa função simbólica na sociedade, apresentando-se como mediadores entre a Cidade dos Homens e a Cidade de Deus. Já na Segunda Carta aos Coríntios nota-se essa tendência, de maneira paradigmática: “De sorte que exercemos a legação por Cristo, como se Deus por nós exortasse. Rogamos, pois, a Cristo para que vos sejais reconciliados a Deus”.⁶¹⁵ Ao apresentarem-se como emissários de Cristo, os bispos auferiam uma projeção política sem rival, exercendo a função, no imaginário social cristão, equivalente a dos mitológicos *angeli* gregos, a quem cabia a comunicação entre este mundo e o superior.

Desse modo, a essência da legitimação do poder para o episcopado nas legações tardo-antigas era um pouco diferente daquela da nobreza laica. Repousava, por um lado, no sentido evangelizador que a Igreja tentava conferir aos *regna* católicos do período; e, por outro, no conjunto de virtudes cristãs que deveriam caracterizar a atuação pública do bispo cristão. Entre essas virtudes, pode-se destacar a da caridade, elemento basilar da atuação episcopal e que tinha na prática do resgate de cativos uma de suas dimensões mais expressivas, como ilustra a famosa passagem do Salmo 25 de Mateus: “Então os justos Lhe responderão, dizendo: [...] E quando te vimos no estrangeiro e na prisão, e fomos ver-te? E, respondendo-lhes, o rei lhes dirá: Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes”.⁶¹⁶ Nesse mesmo sentido,

⁶¹³ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VIII, 6.

⁶¹⁴ Venant. Fort. *Carm.* XI, 1, 28.

⁶¹⁵ *Bibl. Cor.* II, 5, 20.

⁶¹⁶ Esse excerto é discutido por Cipriano de Cartago em uma carta aos bispos africanos, que constitui uma das primeiras sistematizações dessa vertente da caridade cristã. Em carta de agradecimento ao bispo Agapio, que lhe acolheu no momento em que era vítima de perseguição política por parte do rei Witerico, o Conde Bulgar menciona justamente essa passagem do Evangelho, enaltecendo as virtudes caritativas de Agapio. *Ep. Visig.* XIII, 19. Sobre o tema da caridade vide ZÉTOLA, B. M. **Pobreza, caridade e poder.** Antiguidade Tardia. Curitiba: Juruá, 2009.

Ambrósio de Milão afirma que a maior forma de *liberalitas* “é redimir os cativos, regatá-los das mãos dos inimigos, salvar indivíduos da morte e, especialmente, as mulheres da desonra; devolver os filhos aos pais, os pais aos filhos; e restaurar os cidadãos à sua comunidade.”⁶¹⁷ Tendo em vista que no resgate dos cativos a figura do mediador entre partes hostis era indispensável, abria-se desse modo a oportunidade apropriada para que os bispos pudessem exercer, por meio da diplomacia, a caridade. A esse respeito, afirma Klingshirn que

*involving, as it did, hostile parties, the redemption of captives eventually came to be included in the duties of local bishops. Bishops, in turn, not only accepted, but actively solicited this responsibility, for like other charitable activities, the liberation of captives enabled them to reinforce or expand ties of clientele, enhance their own status as local patrons, and publicly enact, and so promote and validate, the Christian ideal of caritas.*⁶¹⁸

Sob esse argumento, muitos bispos compunham legações mais amplas, com o fim específico de negociar o resgate de cativos. Paulo Diácono exemplifica essa função política do bispo, ao relatar uma missão de paz que Agilulfo enviou aos francos com o objetivo de fazer a paz. Foram designados, para tanto o bispo Agnello e o duque Euin, ambos de Trento. O primeiro fora incumbido de tentar resgatar os lombardos que haviam sido capturados pelos francos, exercendo, por conseguinte, um serviço de viés mais consular, mais apropriado aos homens da Igreja. Já o segundo, atuando diretamente na dimensão diplomática, foi o responsável por negociar a paz entre os dois povos.⁶¹⁹ Provavelmente a mesma função caberia ao Papa Leão I na legação enviada a Átila, ainda que as fontes, hagiográficas, da época superestimem seu papel na missão.

4.3.2. Atuação diplomática do episcopado

Atuavam os bispos, nos primeiros séculos do cristianismo, como representantes, sobretudo, de suas comunidades locais junto a monarcas germânicos que atravessavam o *limes* imperial, ou junto ao próprio Imperador,

⁶¹⁷ Ambr. *Off.* 2, 16.

⁶¹⁸ KLINGSHIRN, W. Charity and power: Cesarius of Arles and the ransoming of captives in Sub-Roman Gaul. **The Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 75, p. 183-203, 1985.

⁶¹⁹ Paul. Diac. *Hist. Lang.* IV, 1.

rogando-lhe algum tipo de benesse ou atenção. É nesse contexto que encontramos Hidácio de Chaves em uma legação enviada pela aristocracia galaica a Aécio, com o fito de conseguir auxílio contra os suevos, que haviam rompido uma trégua negociada recentemente.⁶²⁰ O desdobramento de sua missão é elucidativo a respeito das funções diplomáticas que se anunciavam aos bispos tardo-antigos. Tendo recebido os apelos do bispo de Chaves, Aécio envia o conde Censório, acompanhado de Hidácio, à corte de Hermerico, para tentar restaurar o pacto de paz que se havia estabelecido entre a aristocracia galaica e os suevos. Contudo, devido à sublevação de Bonifácio contra Aécio, Censório precisou abandonar a missão, de modo que Hermerico convenceu-se a encerrar as hostilidades contra os galaicos “sob intervenção episcopal”.⁶²¹ Esse relato é indicativo a respeito do esfacelamento da administração pública romana, incapaz de exercer suas atividades diplomáticas para garantir a paz a cidadãos de uma região que nominalmente ainda pertencia ao Império.

Por outro lado, diante da desconfiança inicial com os membros locais da antiga aristocracia romana, os bispos católicos, também versados na linguagem diplomática do ocidente tardo-antigo, representavam um importante recurso de comunicação política intra e entre reinos. Do ponto de vista de um bispo, participar de uma missão implicava, tal como à nobreza laica, expressivos ganhos em termos de poder. Um bispo que participasse de uma prestigiosa missão diplomática, para o reino ou para a Igreja certamente seria visto entre seus pares como alguém influente no âmbito da política eclesiástica da época.⁶²² Assim, são numerosos os exemplos de emissários eclesiásticos. Hidácio de Chaves relata, por exemplo, que o rei suevo Hermerico envia o bispo Simphosius em uma missão ao consistório imperial.⁶²³ Jordanes reitera essa prática, ao afirmar que os suevos encaminharam bispos de suas regiões a Teodorico II após a morte de Aioulfo, em 457.⁶²⁴ Gregório de Tours registra que o Bispo de Reims será o chefe de delegação (*inter quos primus*) de uma

⁶²⁰ Hidat. *Chron.* a. 431, 455.

⁶²¹ Hidat. *Chron.* a. 433, 479.

⁶²² Algumas vezes encontraremos membros de outras hierarquias eclesiásticas na função de emissários, que igualmente auferiam projeção política dessa situação, como o caso do “venerando presbítero Amélio”, emissário do patrício imperial Cesário ao rei visigodo Sisebuto. *Ep; Visig.* V, 11.

⁶²³ Hidat. *Chron.* a. 433, 484.

⁶²⁴ Iord. *Get.* 234.

legação enviada de Chilperico a Childeberto.⁶²⁵ O Ocidente Tardo-Antigo dos séculos V e VI mostrava-se, por conseguinte, ambiente propício para um papel mais assertivo dos eclesiásticos no mundo da política. Marcelo Cândido da Silva comenta essa perspectiva:

As migrações bárbaras dos séculos IV e V não deixaram de produzir um certo pessimismo, uma perda de confiança na capacidade de o Império ser o instrumento da realização da “Jerusalém terrestre”. A obra de Agostinho, *A cidade de Deus* é a mais remarcável testemunha desse desencanto. A “descoberta” do Ocidente pela Igreja, mais precisamente das monarquias romano-germânicas, abriu uma nova era de otimismo entre os autores cristãos.⁶²⁶

Desse modo, imbuídos de um espírito evangelizador, os bispos procurarão participar cada vez mais, direta ou indiretamente, da formulação e execução da política externa de seus reinos, com o fito de incluir uma política externa evangelizadora entre as preocupações de seus soberanos. A esse respeito, é paradigmática a epístola de Avitus de Viena endereçada ao rei franco Clóvis:

Há uma coisa no mundo que nós queríamos que ela o amplificasse: que deus faça teu, para ti, todo o teu povo e que os povos mais distantes, mas ainda não corrompidos, em sua ignorância natural, por germes dos maus dogmas, recebam de ti a semente da fé, tomada no bom tesouro de teu coração; não tenhas nem vergonha, nem aborrecimento de construir, *pelo envio de embaixadas sobre esse tema*, o reino de Deus, ele que tudo fez para edificar o teu. (grifo meu)⁶²⁷

O desejo de influenciar na elaboração dos objetivos da política externa do soberano é explícito neste excerto. Cumpre notar que o texto é ainda mais sintomático a respeito de uma agenda política própria do clero do período, ao recordarmos que o bispo Avitus não escrevia de região sob a hegemonia de Clóvis. Soberano de uma das primeiras monarquias romano-germânicas a se converter à ortodoxia, o rei dos francos passou a ser visto como disseminador da fé cristã não apenas pelo clero franco, mas também pelo de outros reinos, denotando que os

⁶²⁵ Greg. Tur. *Hist. Franc.* VI, 31.

⁶²⁶ CÂNDIDO DA SILVA, op. cit. p. 178.

⁶²⁷ Avit Vien. *Ep.* 46. Tradução de Marcelo Cândido da Silva, em op. cit. p. 194.

interesses políticos do episcopado católico, tal como os da nobreza laica, poderiam transcender às fronteiras do reino.

Entre as várias possibilidades de interferir na vida pública da cristandade ocidental, um dos mecanismos mais profícuos de que dispunham os bispos eram os concílios eclesiásticos.⁶²⁸ Trata-se de reuniões, provinciais, “nacionais” ou ecumênicas, de membros da hierarquia eclesiásticas para tratar de assuntos afetos às comunidades cristãs sob suas jurisdições. As deliberações dessas reuniões são desdobradas em cânones, que, de acordo com Isidoro de Sevilha, deriva do termo grego “*canon*”, que em latim significa regra. “E é dita do mesmo modo regra por que conduz retamente, e não deriva nunca para outras direções”.⁶²⁹ Assim, apesar de não constituírem normas legais, afetam profundamente o quotidiano dos cristãos, haja vista estarem os parâmetros de sociabilidade da época definidos pelas normas eclesiásticas e seus sacramentos (batismo, casamento, excomunhão, penitência, extrema unção, etc.).⁶³⁰ De acordo com José Rivair Macedo, “não sendo um organismo administrativo, mas um agrupamento de lideranças, eles eram um canal de expressão do poder colegial de bispos e prelados, e as matérias em torno das quais houvesse consenso unânime poderiam vir a se tornar norma válida para toda a Cristandade”.⁶³¹ Não apenas pelo conteúdo de seus cânones, mas também pelas próprias as cerimônias realizadas por ocasião da celebração de concílios eclesiásticos, constituíam importantes elementos imagéticos de poder, que naturalmente se desdobravam para o campo das relações diplomáticas. Analisando a influência do cerimonial romano no visigodo, Javier Arce chega a uma conclusão interessante, que me parece válida para outras monarquias romano-germânicas:

Es precisamente en la liturgia y ceremonial de los concílios y en la celebración del triunfo con las leyendas numismáticas imitadas de las romanas, donde se observa con más claridad esta influencia. Pero ello se debe, principalmente, a la importancia creciente de la Iglesia en la corte visigoda. Una vez conseguida la unificación, poco a poco, es el estamento episcopal el

⁶²⁸ MACEDO, J. R. **Concílios Ecumênicos Medievais**. In: MAGNOLI, D. História da Paz. São Paulo: Contexto, 2008. p. 22. “[...] neles é que a cúpula da Igreja encontrava os meios para propor, deliberar, discutir e legislar sobre os grandes problemas de ordem doutrinal, moral e disciplinar que diziam respeito à Cristandade. Do ponto de vista político, os concílios revelam plenamente a dimensão do poder da Igreja e os meios de que dispunha para organizar e dirigir a sociedade cristã”.

⁶²⁹ Isid. Hisp. *Etym* VI, 16, 1.

⁶³⁰ É por essa razão que muitos monarcas utilizarão os concílios ditos nacionais para promulgar e legitimar leis civis.

⁶³¹ MACEDO, op. cit. p. 23

*que determina los rituales litúrgicos de la corte y son los obispos, quienes, en muchos casos, conocían directamente las ceremonias de Constantinopla, los determinantes en su organización.*⁶³²

Trata-se, uma vez mais, da utilização do mais importante dos recursos diplomáticos que apontei no capítulo segundo – a informação. Tendo em conta sua esmerada formação intelectual, assim como a extensa rede de comunicação que integrava a administração eclesiástica, o alto clero estava em condição privilegiada para instrumentalizar cerimônias políticas a favor de determinado interesse. Desse modo, emulavam aspectos do protocolo diplomático romano com o fito de legitimar o papel do *princeps christiannus sacratissimus* nas monarquias romano-germânicas, ao mesmo tempo em que afirmavam o estamento episcopal como elemento indispensável na elaboração e execução dessas cerimônias legitimadoras.

Paralelamente aos recursos imagéticos de poder auferidos pelos monarcas das cerimônias de celebração dos concílios, notamos também que alguns de seus cânones serão redigidos com o intuito de tentar ingerir na política externa do reino, geralmente consoante os desígnios do monarca. Deste modo, o soberano contava, para sua função de *princeps christiannus sacratissimus*, com diretrizes no campo do sagrado que poderiam auxiliar sua política externa e fortalecer seus poderes. Um exemplo eloqüente a esse respeito é o Concílio de Sevilha II (619), que, em seu cânone primeiro, contempla um importante item da agenda de política externa do reino. Trata-se da disputa entre visigodos e imperiais pela franja mediterrânica da Península Ibérica, desdobrada nas atas conciliares por meio de uma questão de jurisdições episcopais sobre territórios recentemente conquistados pelos visigodos. Conforme anotou Renan Frighetto, Isidoro de Sevilha aproveitará a ocasião para legitimar a institucionalização da monarquia visigoda frente ao Império, sobre o qual recaía a suspeita de heresia, ao afirmar que esses territórios haviam sido perdidos pela ferocidade às “terras dos bárbaros” (*barbaricas*).⁶³³ Caso similar é o já mencionado *Tomus* do Concílio de Toledo III, em que Recaredo se regozija não

⁶³² ARCE, J. **Ceremonial visigodo/ceremonial “bizantino”**: un tópico historiográfico. In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica**. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madrid: Nueva Roma, 2004. p. 114.

⁶³³ *Conc. Hisp. II*. c. 1. FRIGHETTO, R. Infidelidade e barbárie na Hispania Visigoda. **Gerión**. Madrid, v. 20, n. 1, 2002.

apenas pela conversão dos godos, mas também pela dos suevos, numa clara política de sacralização da figura do monarca.

Assuntos afetos a questões quotidianas da prática diplomática também transparecem nas atas conciliares, ademais das questões de cunho mais ideológico. O exemplo mais emblemático parece-me ser a questão dos refugiados e exilados, tema da maior importância num contexto em que as relações de identidade e alteridade estavam em amplo processo de âmbio. Nesse sentido, nota-se, nas atas conciliares, uma grande preocupação e alguns esforços no sentido de coibir o contato de nobres de um reino com os de outro, o que se considerava nocivo à estabilidade dos reinos. Desse modo, em meados da sétima centúria, o Concílio de Toledo VI registrará um cânone condenando a busca de refúgio no inimigo por parte daqueles que causaram prejuízo à sua pátria e à sua gente.⁶³⁴ Contudo, tendo em vista a densidade dos laços de solidariedade supranobiliárquicos, as condenações conciliares pouca contribuição forneceram para o tema, de modo que veremos, poucas décadas depois, um outro concílio geral em Toledo mitigar, ainda que de maneira muito embaraçosa, a condenação lançada a refugiados e traidores.⁶³⁵ De fato, os interesses de muitos eclesiásticos coincidiam com os de parte da nobreza laica, de modo que também os bispos possuíam trânsito com autoridades no exterior. Essa situação aparece de forma inequívoca nas próprias atas conciliares:

Dos sacerdotes que enviam mensageiros às gentes estrangeiras.

Os sacerdotes que limitam com os inimigos, excetuando-se os que pela potestade régia tenham recebido a licença, não se atrevam a receber ou enviar ocultamente qualquer mandato às gentes estrangeiras. Os que assim culpados forem descobertos, serão denunciados ao príncipe e punidos no concílio com pena condigna.⁶³⁶

Para além dos interesses e contatos em outros reinos, o envio e recepção de legações também conferia aos bispos um importante elemento de legitimação de sua atuação política, desdobrado não do arcabouço teórico cristão, como analisamos anteriormente, mas dos elementos ideológicos típicos e caros dessa

⁶³⁴ *Conc. Tol. VI. c. 12.*

⁶³⁵ *Conc. Tol. VIII. c. 2.*

⁶³⁶ *Conc. Tol. IV. c. 30.*

função pública romana. Um exemplo claro nesse sentido é o registrado pelo anônimo autor das *Vidas dos Santos Padres Emeritenses (VSPE)*, ao descrever a recepção que o bispo Paulo de Mérida ofereceu a comerciantes romano-orientais, tal como os monarcas recebiam emissários de outros povos:

Quando chegaram na cidade de Mérida, conforme o costume pediram audiência ao bispo. Tendo sido benevolmente recebidos por ele saíram de seu palácio e regressaram à casa em que estavam hospedados. No dia seguinte, enviaram um pequeno presente como ato de gratidão [...]”⁶³⁷

Todos os elementos de uma recepção diplomática formal estão presentes – o pedido de audiência, a hospitalidade na recepção, que provavelmente incluía a hospedagem dos comerciantes, e o envio de uma pequena oferta como forma de indicar a *amicitia* dos comerciantes com o bispo, cuja origem também era imperial. É evidente que o autor das *VSPE* quis legitimar a figura do bispo Paulo, traçando uma analogia com as audiências monárquicas a emissários estrangeiros. Note-se que o bispo terá uma pequena querela com os comerciantes, que não queriam deixar-lhe um garoto que o bispo asseverava ser seu sobrinho. As palavras que o autor das *VSPE* põe na boca do bispo Paulo são sintomáticas desse esforço de legitimação de poder: “Estejais cômicos de que se não me liberais aquele vosso [menino], vós à vossa pátria de modo algum retornareis.”⁶³⁸ Não é claro qual a relação de poder implícita na ameaça. É possível que Paulo pudesse denunciar os comerciantes como espiões imperiais. De todo modo, o que é interessante notar é a atribuição ao bispo de poderes seculares, típicos de uma função diplomática, muito embora se tratasse de um negócio particular entre indivíduos que não pertenciam plenamente aos quadros administrativos de suas *gentes*. A audiência dos comerciantes com o bispo foi nitidamente instrumentalizada no sentido de parecer uma recepção diplomática por parte de Paulo a uma legação imperial.

Embora pudessem ser do interesse particular dos bispos, casos como esse findavam por minar as bases da autoridade monárquica na lide da política externa. Nessa direção, não seria despropositado questionar se a nobreza eclesiástica, tal como a laica, para além do papel normativo de mediadores que se lhes atribuía,

⁶³⁷ *VSPE* IV, 3, 6.

⁶³⁸ *VSPE* IV, 3, 32.

realmente acreditava nas relações diplomáticas como meio de estimular a concórdia entre as *gentes* e de fomentar, por meio dos *regna* cristãos, a mensagem do Evangelho. Um excerto da *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha parece indicar que não:

Uma vez que raramente é facultado às diversas gentes reinar às custas de demandas ou presentes, esta [a dos Godos] desse modo confiou sua liberdade mais pelo conflito (*congressionem*) que pela paz negociada (*petita pace*), de modo que onde quer que a necessidade de guerrear se apresentou, os godos a empregaram preferencialmente aos acordos (*preces*).⁶³⁹

No epílogo de sua laudação à unidade político-territorial-religiosa da Hispania Visigoda, Isidoro indica que as glórias dos godos se fizeram muito mais pelas armas do que pela diplomacia. Mais do que isso, ao afirmar que “raramente é facultado às diversas gentes reinar às custas de demandas ou presentes”, sugere que a diplomacia, para a parte em desvantagem militar, pouca utilidade poderia ter. Ainda que pese a natureza da fonte, em que exaltações militares são um tema comum, e seus destinatários, a nobreza palatina, não deixa de ser eloqüente a respeito do pensamento político do episcopado da época esse posicionamento pouco confiante a respeito das possibilidades políticas abertas pelas relações diplomáticas no período. Parece-me que, após séculos de existência de uma realidade política que englobava todo o continente europeu, as circunstâncias decorrentes da existência de diversos reinos independentes suscitavam na Igreja o desejo de colocá-los todos sob sua tutela, de modo a se reconstruir essa unidade, mas agora sob novos paradigmas, relacionados a um Império Cristão.⁶⁴⁰ A consolidação das monarquias romano-germânicas era, para tanto, instrumento indispensável, de modo que sugiro

⁶³⁹ Isid. *Hisp. Hist. Goth.* 69.

⁶⁴⁰ Nessa mesma direção, vide SOUZA, J. A. C. R. **A Teocracia Imperial no fim da Alta Idade Média**. In: DE SOUZA, J. A. C. R. **o reino e o Sacerdócio**. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. p. 218, para quem “malgrado a desagregação e a ruína das províncias ocidentais do império romano, transformadas em reinos independentes, e a tentativa efêmera de Justiniano I de reintegrá-las ao território, com os propósitos de coibir novas invasões e de abastecer o Oriente com recursos naturais que as outras possuíam, o antigo ideal da *pax romana* somado à idéia de império universal, levado a termo por Alexandre (334-323 a. C.), César (100-44 a.C.), Augusto (27 a.C.-14d.C), Trajano (98-114) estavam bem vivos na memória do clero, o qual achava ser possível estabelecer um ecumenismo universal em que a *ciuitas terrena* espelhasse a *civitas caelestis*, e onde *auctoritas* imperial fosse igualmente geradora do Direito, da Justiça e da Paz.”

que o viés ideológico utilizado por Isidoro nesse excerto sacrificava as possibilidades de um futuro império cristão abertas pelas relações diplomáticas no altar da imediata unificação e estabilização política do reino Hispano-Visigodo. Desse modo, buscava primeiro consolidar as bases de uma monarquia cristã hispano-visigoda, para num segundo momento, e sob a tutela da Igreja, utilizar-se da diplomacia para expandir sua influência, política e religiosa. Quase um século depois, Oppa fará exatamente o contrário, ao se aliar aos infiéis sarracenos na tentativa de derrubar Rodrigo do trono visigodo, sacrificando, destarte, a unidade política do reino.

4.3.3. Diplomacia e legitimação do Papado

Conforme se foi definindo claramente a soberania do papado e as atribuições inerentes ao poder papal, baseadas sobretudo no conceito da *auctoritas*, os bispos romanos passaram a exercer de maneira mais ativa e corriqueira atividades relacionadas à política externa. Suas missões tratavam freqüentemente de assuntos relacionados à política eclesiástica, na tentativa de frear intervenções de soberanos assim como de conferir unidade à Igreja. Havia casos, porém, em que os assuntos tratados eram afetos à *potestas* do Papa sobre os territórios italianos que administrava. Como apontado no capítulo anterior, diversas foram as comunicações políticas entre o Papado com o Império, com os lombardos e com os francos para tratar de assuntos referentes à balança de poder no norte da Itália. Da necessidade prática de estabelecer relações diplomáticas com outras unidades, findou o papa por exercer plenamente as atribuições diplomáticas típicas de um soberano laico, o que só contribuía para a legitimação de seu poder temporal.

Na função de formulador da política externa do Papado, cabia ao papa exercer papel protagônico com relação às delicadas questões dogmáticas do período. É nessa função que se encontra o papa Hormisdas ao enviar emissários, em janeiro de 519, ao imperador Anastasius para tentar resolver a questão do cisma acaciano.⁶⁴¹ Anastasius enfrentava, naquele momento, a rebelião do *magister utriusque militiae* Vitaliano, que reiterava seu sentimento ortodoxo em oposição às simpatias de Anastasius pelo monofisismo. Cômico dessa situação, o papa instrui

⁶⁴¹ *Collect. Avell.* 116.

seus emissários a explorar a fragilidade política de Anastasius, mencionando explicitamente a possibilidade de um adensamento das relações do papa com o usurpador. Esse exemplo lança luz a uma das possibilidades de afirmação, a um só tempo, do poder espiritual e temporal do papa no âmbito das relações internacionais do período.

Sua Eminência possuía a seu dispor a fina flor da intelectualidade da época. Bispos, abades e doutores da Igreja poderiam suprir todas as necessidades políticas e administrativas necessárias para a prática diplomática papal. A experiência burocrática de séculos da diplomacia romana fora resguardada, em boa medida, por intermédio dessa elite intelectual. Nesses casos de delegação de sua autoridade negociadora o compartilhamento da *existimatio* era repartido entre o papa e seus emissários, tal como ocorria com um soberano laico que se valia de nobres para representá-lo.

Contava o papa, ademais, com uma figura muito particular de sua chancelaria – o apocrisiário. Trata-se de um emissário do papa enviado para residir por determinado tempo em Constantinopla, com o intuito de estabelecer um estreito canal de diálogo com o Imperador. A importância desse cargo pode ser aferida por alguns de seus ocupantes: os papas Pelágio I, Gregório I e Martinho I foram todos apocrisiários antes de assumirem o báculo papal.⁶⁴² Tendo em conta o prestígio dos apocrisiários papais, emissários de diversas procedências buscavam ganhar seu apoio para as causas que deliberariam com o Imperador.⁶⁴³ É interessante notar que, tal como hoje ocorre com plenipotenciários acreditados, a retirada de um apocrisiário por solicitação do papa indicava um descontentamento com os termos da relação bilateral entre o Papado e o Império, como verificado após a usurpação de Focas.⁶⁴⁴

Tal como os demais bispos, também o de Roma deveria dar atenção aos assuntos diplomáticos que envolviam desdobramentos para a comunidade cristã na forma de aprisionamento de cativos. Veremos, por exemplo, o Papa João enviar padres ao duque lombardo Gisulfo com donativos apostólicos para redimir todos os prisioneiros das mãos de suas tropas, e induzir o duque a retirar-se com seu

⁶⁴² GILLET, op. cit. p. 266.

⁶⁴³ É o caso, por exemplo de uma missão enviada por Childeberto II ao apocrisiário Honorato, registrada em *Ep. Austr.* 32.

⁶⁴⁴ Greg. Magn. *Regist.* XIII, 38.

exército.⁶⁴⁵ Também se relaciona com o resgate de cativos uma das legações episcopais mais célebres da Antigüidade Tardia: a do Papa Leão I a Átila, que devastava o norte da Itália em meados da quinta centúria. Para fazer frente a essa ameaça, “nada entre todas as deliberações do príncipe, senado e povo romanos parecia ser mais vantajoso do que solicitar a paz ao truculentíssimo rei por meio de emissários”.⁶⁴⁶ A legação fora enviada em 452 e era composta por três delegados: Trigetius, político experiente que já negociara com Geiserico em África; Avieno, poderoso senador romano, que chegou a dividir o consulado com Valentiniano, dois anos antes; e o Papa Leão I. Percebe-se, por conseguinte, que o bispo de Roma era igualado a personalidades as mais representativas do universo político romano, denotando a crescente projeção episcopal nos assuntos relacionados à política externa da *res publica*. Sua função nessa missão seria, muito provavelmente, a negociação de resgate de cativos. Contudo, os relatos contemporâneos, provenientes exclusivamente de autores eclesiásticos, enfatizam sobremaneira o papel de Leão, afirmando, por exemplo, que o “rei é sensibilizado pela gravidade do sumo sacerdote para que instrísse abster-se à guerra e para que partisse para além-Danúbio por promessa de paz”.⁶⁴⁷ Há fontes que vão ainda mais longe, como Vitor de Tunis e Jordanes, a ponto de obliterar por completo a presença dos demais dignitários romanos.⁶⁴⁸

Cumpra observar que esse prestígio diplomático que as fontes conferem ao papa deve ser sopesado à luz da natureza das fontes do período, de origem eclesiástica em sua grande maioria. Um indício de que o papa não gozava de privilégios especiais encontra-se nas *Variae* de Cassiodoro. De acordo com o autor, enviado por Teodorico em uma missão político-eclesiástica junto ao Imperador, o Papa Agapito morre no Oriente durante a sua jornada. Teodorico então ordena que sejam devolvidos à Igreja os vasos eclesiásticos que Agapito depositara no tesouro real como garantia do financiamento público que recebera para custear sua missão.⁶⁴⁹ Esse fato é indicativo de que, mesmo em missões a serviço do soberano, o papa ou os demais bispos não possuíam um tratamento diferenciado, devendo

⁶⁴⁵ Paul. Diac. *Hist. Lang.* VI, 27.

⁶⁴⁶ Prosp. Aquit. *Chron.* 751.

⁶⁴⁷ Prosp. Aquit. *Chron.* 752.

⁶⁴⁸ Iord. *Get.* 223. Vict. Tunn. *Chron.* V (a. 449).

⁶⁴⁹ Cassiod. *Var.* XII, 20.

custear às próprias expensas uma missão a que eram encarregados. Essa prática só pode ser entendida à luz do retorno social e material que propiciava o desempenho de uma legação. Seja pela atribuição de um privilégio concedido pelo monarca pelos bons auspícios de um emissário, pelas oportunidades que se lhe abriam no trato com o estrangeiro, ou mesmo pelos desdobramentos que auferia da *existimatio* entre seus pares pelo desempenho da legação, não faltavam candidatos a emissários, o que habilitava aos monarcas, em muitas ocasiões abster-se da concessão do *evectio*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Explicar é descrer. Toda a filosofia é uma diplomacia sob a espécie de eternidade (...) como a diplomacia, uma coisa substancialmente falsa, que existe não como coisa, mas inteira e absolutamente para um fim.

(Fernando Pessoa. *Livro do Desassossego*)

Visei a sugerir, ao longo deste estudo, que as relações diplomáticas constituíram, na Antigüidade Tardia, um dos principais elementos integrantes do mundo político da época. Não eram um item acessório ou um desdobramento do cerne da prática política, mas uma significativa dimensão política, que balizava e norteava a atuação dos nobres e soberanos do período. Essa dimensão política era desenvolvida sobretudo pela nobreza, herdeira dos signos e práticas políticas do Império Romano. Desse modo, sugiro, a título de conclusão, que a nobreza, atuando como uma classe supranacional, foi responsável, por meio da observância aos mesmos padrões de comunicação política, por manter uma unidade política e diplomática no ocidente tardo-antigo.

Para formulação dessa hipótese, lancei luz às relações diplomáticas na Antigüidade Tardia desde quatro diferentes perspectivas. No primeiro capítulo, tentei evidenciar a importância do processo de formação das relações de identidade e alteridade para a prática diplomática. Com efeito, para que possa haver relações diplomáticas, isto é, comunicações políticas oficiais entre unidades soberanas, as populações – ou, ao menos, as elites – dessas unidades devem reconhecer-se como soberanas, o que implica se indetificarem como comunidades políticas diferentes entre si. Desse modo, as relações de identidade e alteridade constituem um elemento subjacente ao estabelecimento das relações diplomáticas.

Essas relações de identidade e alteridade passaram por um intenso processo de transformação a partir do século IV. Por um lado, a desestruturação do Império

Romano do Ocidente promoveu um descompasso entre a realidade administrativa e o imaginário político de uma coletividade que há séculos se identificava sob o status de cidadãos romanos. Por outro lado, as migrações germânicas trouxeram para dentro do *limes* imperial romano uma comunidade política que havia construído sua relação de identidade a partir de traços de alteridade com os romanos. Essa comunidade política, cedo ou tarde, deveria integrar-se aos habitantes das antigas províncias romanas, de modo que agregava outro elemento intrincado no processo de transformação das relações de identidade tardo-antigas. Por fim, a disseminação do cristianismo também influenciou decisivamente nesse processo, trazendo para o imaginário político coletivo uma plêiade de elementos ético-normativos bastante distintos daqueles que fundamentavam o conceito de identidade no mundo romano.

Desse modo, diferentemente do que ocorria no Império Romano, nas monarquias tardo-antigas que o sucederam, os diversos níveis de identificação social – como o cidadão, o aristocrático, o monárquico e o cristão – coexistiam sem que houvesse uma hierarquia muito clara de um deles sobre os demais. Por essa razão, os soberanos do período vão se esforçar por robustecer os laços de identidade de suas populações, com seus territórios e sua administração, isto é, vincular as *gentes* às *patriae* e submetê-las aos *regna*. Para isso, valeram-se de recursos materiais, como a elaboração de códigos legislativos, e imagéticos, como a sacralização da figura do monarca.

No segundo capítulo, analisei as transformações e rupturas da prática diplomática na Antigüidade Tardia. Conforme foi demonstrado, o mundo clássico legou às unidades políticas soberanas tardo-antigas boa parte de seus parâmetros de atuação diplomática. Os critérios empregados para a seleção de emissários, os privilégios e imunidades necessários ao trabalho dos emissários, as regras de cerimonial e protocolo e os recursos diplomáticos continuaram a ser, em sua essência, muito próximos aos que existiam no período baixo-imperial romano. Isso se deve, em minha opinião, ao poder que continuavam a gozar as antigas aristocracias locais romanas, responsáveis, em grande medida, pelo serviço diplomático, e que estavam imbuídas de todos os traços e signos políticos do mundo clássico.

As poucas rupturas que se verificam nos parâmetros de comunicação diplomática tardo-antigos se devem sobretudo à introdução do cristianismo como um

componente decisivo no horizonte do imaginário político da época. Para tanto, foi de fundamental importância o papel de bispos e de outras altas hierarquias eclesiásticas, que contavam com esmerada formação intelectual e, por essa razão, eram solicitados pelos soberanos para integrar missões diplomáticas no período. Esses indivíduos foram introduzindo, paulatinamente, alguns aspectos desdobrados da ideologia cristã no âmbito das relações diplomáticas do período. Desse modo, notamos, por exemplo, que as cerimônias de recepção e envio de emissários transmitirão de forma cada vez mais consistente uma perspectiva teleológica de monarquia.

O capítulo terceiro tratou das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia do ponto de vista da formulação da política externa de cada unidade soberana do período. Como se sabe, a diplomacia é um conjunto de técnicas de comunicação política que existem para atender a determinados interesses. Assim, citando Fernando Pessoa, podemos sugerir que a diplomacia “existe não como coisa, mas inteira e absolutamente para um fim”. Desse modo, considero indispensável para o correto entendimento das relações diplomáticas uma visão de conjunto da política externa de um período, pois as opções pela utilização de determinada técnica ou busca de aproximação ou afastamento com relação a outra unidade soberana dependerão dos objetivos de política externa dessa unidade.

Os objetivos de política externa, por sua vez, dependem, por um lado, da conjuntura internacional do período. Assim, tentei dar uma visão de conjunto com relação aos sucessos que ocorriam nas principais unidades políticas soberanas do ocidente tardo-antigo, bem como no Império, que terá estreitas relações com essas unidades. Almejei, com esse esforço, evidenciar que as opções de política externa que um soberano tomava formavam parte de um contexto político mais amplo, de um sistema internacional, em que processos políticos ocorridos em determinada unidade desencadeavam reações políticas nas demais. Desse modo, os monarcas precisavam estar atentos ao que se passava não apenas com os reinos limítrofes, mas também com os demais contendores do período, para que tivessem um apropriado conhecimento das alianças que poderiam formar, bem como dos recursos diplomáticos mais adequados para cada ocasião.

Por outro lado, a formulação da política externa também está condicionada às vicissitudes políticas internas de cada unidade soberana. Por conseguinte, tentei

descrever, ainda que de maneira circunstancial, os conflitos internos que havia em cada uma dessas unidades pelo exercício do poder soberano de estabelecer relações diplomáticas. Com efeito, em muitas monarquias tardo-antigas, e, em alguma medida, também no Papado e no Império Romano do Oriente, a questão da legitimidade do soberano terá um significativo impacto para a formulação da política externa do reino. Por vezes o soberano terá que lidar com revoltas nobiliárquicas, com acusações de usurpação e tirania e com complôs em que faziam parte nobres e monarcas de outros reinos, fatores que influíam decisivamente nas opções de política externa de um monarca. Outra particularidade dessas monarquias que afetava a continuidade de uma mesma linha de política externa era a constante alternância no poder entre soberanos provenientes de diferentes grupos nobiliárquicos e que possuíam, desse modo, perspectivas divergentes com relação aos rumos de política externa que o reino deveria seguir.

O capítulo de conclusão abordou a relação entre o exercício das relações diplomáticas e a legitimação de poder dos agentes que, de alguma maneira, se envolviam com o serviço diplomático do período. O primeiro desses agentes é o soberano, formulador por excelência da política externa de uma unidade soberana. Tanto no mundo imperial romano como entre os antigos reinos germânicos, cabia ao soberano definir os parâmetros e as estratégias de política externa de suas comunidades. Com a desestruturação do Império Romano do Ocidente, os soberanos romanos-germânicos herdaram essa função, cara a uma e outras comunidades políticas. Tratavam, desse modo, da vertente externa da *res publica*, atribuição que, normativamente, não cabia a qualquer outro nobre do período. Desse modo, o exercício dessa atribuição era um poderosíssimo mecanismo de legitimação do poder monárquico. Assim, veremos os monarcas exercendo sua atribuição soberana no envio e recebimento de emissários, por meio das cerimônias e protocolos diplomáticos, na manutenção de privilégios e imunidades para os emissários, na seleção dos emissários, entre outras formas de atuação diplomática. Com a disseminação do cristianismo, esses monarcas poderão auferir, por meio do exercício das relações diplomáticas, a imagem de pacificadores, de soberanos comedidos, o que legitimava sua função social no âmbito de comunidades políticas que se identificavam como realezas cristãs. Por essa razão, esforçavam-se cada vez mais por atuar numa vertente diplomática evangelizadora, tentando converter infiéis

e hereges, e zelando pelo bom andamento do desenvolvimento e da ordem da ortodoxia cristã seus reinos.

Os monarcas, contudo, se detinham o monopólio da formulação da política externa, não possuíam, porém, condições de atuar freqüentemente na execução dessa política externa, isto é, na prática diplomática quotidiana. Essa tarefa era atribuída a homens públicos preparados e representativos para cada missão. Em sua grande maioria, os emissários e negociadores escolhidos pelos monarcas provinham das antigas aristocracias locais romanas. Eram nobres que possuíam familiaridade com os padrões de comunicação política romanos e que, superados os primeiros atritos do período de assentamento germânico, viam no serviço diplomático das monarquias romano-germânicas um meio de legitimar seu poder entre seus pares e de galgar posições na estrutura de poder do reino. Com efeito, ser considerado digno de exercer uma missão diplomática era uma prova pública da competência e habilidade política de um nobre. Tendo em conta a responsabilidade que carregava em sua missão, de negociar importantes aspectos da *res publica* em sua dimensão externa, tratava-se de um mecanismo privilegiado de promoção social, disputado sobretudo entre a nobreza palatina.

Paulatinamente, contudo, notamos uma presença crescente de emissários provenientes das altas hierarquias eclesiásticas. Esses indivíduos, que também provinham da antiga aristocracia romana, possuíam uma esmerada formação intelectual propiciada pela estrutura educativa eclesiástica, de modo que constituíam um conjunto de pessoas altamente qualificadas para participar de missões diplomáticas. Para os emissários de origem eclesiástica, porém, os critérios de legitimação eram distintos dos da nobreza laica. Evidentemente que ser selecionado para uma legação trazia-lhes prestígio entre seus pares, tendo em vista as intrincadas relações entre política e religião na época. Mas para além desse reconhecimento público, encontravam no serviço diplomático a oportunidade de exercer virtudes cristãs, como no caso da negociação do resgate de prisioneiros junto a outros reinos. Também poderiam os clérigos, por meio da atuação diplomática e como conselheiros políticos dos monarcas, influenciar na política externa do reino, no sentido de aumentar sua vocação cristã. Desse modo, buscavam agregar um componente religioso à política externa do reino, por meio da disseminação da ortodoxia cristã junto a povos heréticos ou pagãos.

Tal como para a nobreza laica, a prática diplomática abria a oportunidade para a nobreza eclesiástica exercer e exibir suas habilidades naquela função social que lhes cabia. No primeiro caso, trata-se da função político-militar. A um nobre esperava-se que auxiliasse o monarca a tratar dos assuntos políticos do reino, para o que poucos momentos eram mais oportunos do que o da negociação de temas de política externa com outras unidades políticas soberanas. No caso da nobreza eclesiástica, considerando a natureza universalizante do cristianismo, cabia-lhes zelar pelo bem da comunidade cristã como um todo, de modo que deveriam se ocupar não apenas das questões religiosas internas, mas também, na medida do possível, da conversão de populações hereges e pagãs e do entendimento entre as populações cristãs de todas as *gentes*.

Percebe-se, por conseguinte, o peso da nobreza, laica e eclesiástica, para o andamento das relações diplomáticas na Antigüidade Tardia. Desse modo, proponho que muito embora a formulação da política externa fosse uma atribuição sobretudo monárquica, a prática diplomática tardo-antiga era apanágio nobiliárquico. Conforme Andrew Gillet,

The traffic in embassies within and among the western kingdoms and the empire evident in the late sixth century is a visible element of continuity from the imperial past; and indeed, this traffic and its conventions maintained a kind of unity within the “diplomatic bloc” of the Mediterranean world.⁶⁵⁰

Essa unidade nas convenções políticas a que se refere Gillet se deve, sugiro, ao fato de que a nobreza tardo-antiga, ainda que cada vez mais associada aos seus reinos, possuía estreitos laços de solidariedade nobiliárquicos. A cultura política comum das elites de diversas unidades políticas soberanas do período habilitou-lhes a estabelecer comunicações políticas baseadas, na maior parte dos casos, na cordialidade e no entendimento das posições de lado a lado. As relações diplomáticas constituem uma forma inteligível, talvez a mais evidente, da existência desses laços de solidariedade nobiliárquicos. Essa relação de identidade de classe, de pertencimento a uma nobreza “supranacional”, herdeira da antiga aristocracia

⁶⁵⁰ GILLET p. 277.

romana é que propiciará, na minha opinião, o sentido de unidade ao bloco diplomático romano.

Diante desse quadro, os monarcas, apoiados pela Igreja, tentarão fortalecer o poder monárquico, com o fito de constituir realezas cristãs em que o soberano definia, com auxílio do episcopado do reino, os rumos políticos do reino. Para isso, era de fundamental importância o papel do monarca como formulador de política externa. Contudo, ao delegar à nobreza a execução das relações diplomáticas do reino, o soberano findava por contribuir com a autonomia dessa nobreza, acelerando um processo de proto-feudalização que já se anunciava no período.

Exemplo emblemático desse contexto foi a deposição do monarca visigodo Suintila pelo nobre Sisenando, que, para tanto, solicitará o apoio das tropas francas de Dagoberto, oferecendo-lhe, como recompensa, o famoso e valiosíssimo missal de ouro doado por Aécio ao rei Turesmundo, que integrava o tesouro visigodo.⁶⁵¹ Era a primeira intervenção dos francos em território visigodo desde as conturbadas negociações dos tempos de Witerico e Gundemaro. Isso pode indicar que nesses quase vinte anos os monarcas visigodos pouca atenção deram às relações diplomáticas franco-visigóticas, deixando espaço para que um nobre como Sisenando, provavelmente *dux* da Septimânia, negociasse diretamente com o soberano do reino lindeiro.

Mais do que sugerir a relativa impotência dos soberanos frente aos nobres na condução das atividades diplomáticas, o episódio é eloqüente a respeito da importância do tema das relações diplomáticas no mundo da política. Com efeito, servindo como importantíssimo veículo de legitimação de poder na Antigüidade Tardia, as relações diplomáticas longe estavam de ser um epifenômeno ou um componente assessorio da política da época; representavam um de seus elementos constitutivos mais elementares.

É nessa direção que me valho das palavras de Fernando Pessoa, que apropriadamente percebeu que a diplomacia “existe não como coisa, mas inteira e absolutamente para um fim”. Por ser um elemento constitutivo do mundo da política, a diplomacia era utilizada por diversos agentes e por variadas formas, servindo a numerosos fins, geralmente relacionados à questão do poder e do prestígio, isto é,

⁶⁵¹ Fred. *Chron.* V, 73.

da legitimação social. Esse fato fica ainda mais nítido ao recordarmos que, nos parâmetros políticos da Antiguidade Tardia, as relações diplomáticas ocorriam, sobretudo, no âmbito das relações interpessoais, conduzidas de acordo com as virtudes, afinidades e sensibilidades de cada agente encarregado de executar a política externa.

Nesse sentido, tornam-se evidentes as causas da ubiqüidade das missões diplomáticas no ocidente tardo-antigo, já que integram um dos elementos constitutivos do mundo da política, que é a Diplomacia. Senário afirma, em seu epitáfio, ter se encarregado de vinte e cinco missões em sua carreira. Do mesmo modo, Hidácio de Chaves, Gregório de Tours e Fredegário registram numerosa troca de emissários no período. Haja vista, contudo, que apenas as legações mais representativas eram registradas nas fontes, pode-se presumir que as comunicações políticas na Antigüidade Tardia possuíam uma freqüência muito intensa. Esse expressivo tráfego diplomático é mais um elemento revelador da importância das relações diplomáticas na política do período.

Podemos concluir, por conseguinte, que os rumos da política no mundo tardo-antigo foram traçados, em larga medida, graças ao papel, muitas vezes anônimo, de emissários de todas as procedências sociais, que percorreram os diversos caminhos do ocidente tardo-antigo, encarregados de negociar os temas mais relevantes da política da época. Por meio dos esforços desses homens, incansáveis emissários e exímios negociadores, a diplomacia representava uma opção de comunicação política viável, cumprindo com o mais nobre desígnio que se lhe atribuía desde sua concepção, conforme apontou Élio Aristides em seu registro sobre a origem da retórica:

É provindo dos deuses que a retórica adveio aos homens: desde então, os homens puderam escapar à rudeza de suas vidas com as feras, e deixando de ser todos, por toda parte, inimigos uns dos outros, eles descobriram o princípio da comunidade.⁶⁵²

⁶⁵² *El. Arist. Plat.* 396 e ss. Tradução de Paulo Pinheiro, em CASSIN, B. **O Efeito Sofístico**. Sofística, filosofia, retórica, literatura. São Paulo: Editora 34, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREU PINTADO, J. **Munificência pública en la Provincia Lusitania**. (siglos I-IV d.C.). Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2004.
- ARCE, J. Frontiers of the Late Roman Empire: Perceptions and realities. In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001.
- _____. Ceremonial visigodo/ceremonial “bizantino”: un tópico historiográfico. In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica**. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madrid: Nueva Roma, 2004.
- BARNWELL, P. S. War and peace: historiography and seventh-century embassies. **Early Medieval Europe**, Londres, v.6, p. 127-139, 1997.
- BLOCKLEY, R. C. Subsidies and diplomacy: Rome and Persia in Late Antiquity. **Phoenix**, Toronto, v. 39, n. 1, p. 62-74, 1985.
- BRATHER, S. Acculturation and Ethnogenesis along the frontier: Rome and Ancient Germans in an Archaeological Perspective. In: CURTA, F. (ed.). **Borders, Barriers, and Ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005.
- BROGIOLO, G. P. Capitali e Residenze Regie nell'Italia Longobarda. In: RIPOLL, G.; GURT, J. M. (eds.) **Sedes Regiae**. Barcelona: Reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000.
- BROUGHTON, T. R. S. Mistreatment of Foreign Legates and the Feical Priests: Three Roman Cases. **Phoenix**, Toronto, v. 41, n. 1, p. 50-62, 1987.
- BROWN, P. **O fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972.
- _____. **The cult of the saints**. Its rise and function in Latin Christianity. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- _____. **Poverty and leadership in late Roman Empire**. Hanover: University Press of New England, 2002.
- CAMERON, A. **El Mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardía**. Barcelona: Crítica, 1998. p. 122.
- CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

- CARDOSO, C. F. Etnia, nação e Antigüidade: um debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS CLÁSSICOS: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo, V, 2003, Pelotas. **Atas do V Congresso Da Sociedade Brasileira De Estudos Clássicos: Fronteiras e Etnicidade no Mundo Antigo**. Pelotas, 2003.
- CHRYSOS, E. The Empire, the *Gentes* and the *Regna*. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- COLLINS, R. Merida and Toledo. 550-585. In: JAMES, E. **Visigothic Spain: New Approaches**. Oxford: Clarendon, 1980.
- CRISP, R. P. **Marriage and Alliance in the Merovingian Kingdoms**. 481-639. Tese. (Doutorado em História) The Ohio State University, Ohio. 2003.
- CURTA, F. (ed.). **Borders, Barriers, and Ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005.
- DE SOUZA, P. Parta victoriis pax: Roman emperors as peacemakers. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DELOGU, P. Solium Imperi, Vrbs Eccelsiae. Roma fra la Tarda Antichità e l'alto Medioevo. In: RIPOLL, G.; GURT, J. M. (eds.) **Sedes Regiae**. Barcelona: Reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000.
- DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. **El reino suevo de Hispania y su sede em Bracara**. In: RIPOLL, G.; GURT, J. M. (eds.) **Sedes Regiae**. Barcelona: Reial Acadèmia de Nobes Letres, 2000.
- _____. En tierra de nadie: visigodos frente a bizantinos. In: PÉREZ MARTÍN, I.; BÁDENAS DE LA PEÑA, P. (eds.). **Bizancio y la Península Ibérica**. De la Antigüedad Tardía a la Edad Moderna. Madri: Nueva Roma, 2004.
- DUBY, G. **Le dimanche de Bouvines**. Paris, 1973.
- _____. **A História continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1993.
- _____. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- DUMÉZIL, B. Les ambassadeurs occidentaux au VIe siècle: recrutement, usages et modes de distinction d'une élite de représentation à l'étranger. In: **Colloque**

- International Theories et Pratiques des Elites du Haut Moyen Age.** Conception, perception et realisation sociale. Hamburgo, 2009.
- FELDMAN, S. A. A Monarquia Visigótica e a questão judaica: “Entre a espada e a cruz”. *Saeculum*, 17, 2007. João Pessoa.
- FONTAINE, J. King Sisebut’s *Vita Desiderii* and the Political Function of Visigothic Hagiography. In: JAMES, E. **Visigothic Spain.** New Approaches. Oxford: Clarendon, 1980.
- FRIGHETTO, R. Os usurpadores, “maus” soberanos e o conceito de *tyrannia* nas fontes hispano-visigodas do século VII: o exemplo de Chindasvinto. In: REUNIÃO DA SBPH, 19, 1999. **Atas da XIX Reunião da SBPH.** Curitiba, 1999, p. 135-140.
- _____. Religião e poder no Reino Hispano-Visigodo de Toledo: A busca da unidade político-religiosa e a permanência das práticas pagãs no século VII. **Ibéria.** Logroño, n. 2, 1999.
- _____. Infidelidade e barbárie na Hispania Visigoda. **Gerión.** Madrid, v. 20, n. 1, 2002.
- _____. Uma tentativa de unidade político-religiosa na *Hispania* Visigoda de finais do século VII: O reinado de Égica. **Fundación para la Historia de España.** Buenos Aires, n. 4, 2002.
- _____. Da Antigüidade Clássica à Idade Média: A Idéia da Humanitas na Antigüidade Tardia Ocidental. **Temas Medievales.** Buenos Aires, 2004.
- _____. Pro robore nostrorum regum et stabilitate gentis Gothorum: algumas considerações sobre o conceito de gentes no reino hispano-visigodo de Toledo (século VII). In: **II Seminario Internacional Instituciones, Poderes, Jurisdicciones, Culturas y Fronteras.** Santiago. 2009.
- GARCÍA HERRERO, G. Sobre la autoria de la *insultatio* y la fecha de composición de la *Historia Wambae* de Julian de Toledo. In: **Los Visigodos y su mundo.** Madrid: Ateneo de Madrid, 1990.
- GARCIA MORENO, L. A. **Prosopografía del Reino Visigodo de Toledo.** Salamanca: Universidad de Salamanca, 1974.
- _____. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Catedra, 1989.
- _____. Etnia Goda e Iglesia Hispana. **Hispania Sacra**, n. 54. Madri, 2002.

- GEARY, P. **Before France and Germany**: The creation and transformation of the Merovingian World. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- GIARDINA, A. **O Homem Romano**. In: GIARDINA, A. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.
- GIL, I. **Miscellanea Wisigothica**. Sevilha: Publicaciones de la Universidad, 1972.
- GILLET, A. **Envoys and political communication in Late Antique West**. 411-513. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GOETZ, H. W. Concepts of realm and frontiers from Late Antiquity to the Early Middle Ages: Some preliminary Remarks. In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001.
- GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- GOLDBERG, E. J. The Fall of the Roman Empire Revisited: Sidonius Apollinaris and His Crisis of Identity. **Essays in History**, Charlottesville, n. 37, p. 1-15, 1995.
- HARRISONS, D. Invisible boundaries and places of power: notions of liminality and centrality in the Early Middle Ages. In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001.
- HEATHER, P. The Huns and the end of the Roman Empire in Western Europe. **The English Historical Review**, Oxford, v.10. n. 435, p. 4-41, 1995.
- HEDEAGER, L. Kingdoms, ethnicity and material culture. Denmark in a European perspective. In: CARVER, M. (org.). **The age of Sutton Hoo**. Woobridge: The Boydell Press, 1992.
- ISLA FREZ, A. Las relaciones entre el reino visigodo y los reyes merovingios a finales del siglo VI. **En La España Medieval**, Madri, n. 3, p. 11-32, 1990.
- _____. Los Reinos Bárbaros y el Papado entre los siglos VI y VII. In: CONGRESO DE ESTÚDIOS MEDIEVALES, 3, Madri, 1993. **Actas del III Congreso de Estudios Medievales**. De la Antigüedad al Medievo. Siglos IV-VIII. Madri: Fundación Sánchez-Albornoz, 1993.
- JAMES, E. The rise and function of the concept of "Late Antiquity". **Journal of Late Antiquity**, Urbana, v.1, p. 20-30, 2008.

- JARNUT, J. *Gens, rex and regnum* of the Lombards. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- JONES. C. P. **Kinship Diplomacy in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- JÖNSSON, C.; HALL, M. Communication: An essential aspect of diplomacy. **International Studies Perspective**, Wellington, v. 4, p. 194-209. 2003.
- _____. **The Essence of Diplomacy**. London: Palgrave, 2005.
- KING, P. D. Les royaumes barbares. In: BURNS, J. H. **Histoire de la pensée politique medievale**. 330-1450. Paris: PUF, 1993.
- KLINGSHIRN, W. Charity and power: Cesarius of Arles and the ransoming of captives in Sub-Roman Gaul. **The Journal of Roman Studies**, Cambridge, v. 75, p. 183-203, 1985.
- KULIKOWSKI, M. Ethnicity, Rulership and Early Medieval Frontiers. In: CURTA, F. (ed.). **Borders, Barriers, and Ethnogenesis**. Frontiers in Late Antiquity and the Middle Ages. Turnhout: Brepols, 2005.
- LEE, A. D. **Information & Frontiers**. Roman foreign relations in late antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEE, A. D. Treaty-making in Late Antiquity. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- LE GOFF, J. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MCCORMICK, M, **Eternal victory**. Triumphal rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West Cambridge: Cambridge University Press 1986.
- MILLAR, F. Emperors, Frontiers and Foreign Relations. 31 B. C. to A. D. 378. **Britannia**, Oxford, v. 13, p. 1-23, 1982.
- MISSIOU-LADI, A. Coercive diplomacy in Greek interstate relations. **The Classical quarterly**, Cambridge, v. 37. n. 2, p. p. 336-345, 1987.
- MUND-DOPCHIE, M. La frontière entre le civilisé et le sauvage dans l'imaginaire de l'Occident latin: usages et méusages des critères antiques. **Folia Electronica Classica**. Louvain-la-Neuve. n. 7, 2004.

- NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, A. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.
- OCHOA, BRUN, M. A. **Historia de la diplomacia española**. v. I Madri: Ministério de Asuntos Exteriores, 2003.
- ORLANDIS, J. **Historia de España: Época Visigoda**. Madrid: Gredos, 1987.
- _____. **Semblanzas Visigodas**. Madri: RIALP, 1992.
- _____. **Estúdios de historia eclesiástica visigoda**. Cap. VII. Baddo, gloriosa regina. Pamplona: EUNSA, 1998.
- OSTELLINO, P. Diplomacia. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. 12 ed. Brasília: UnB, 2002.
- PÉREZ SÁNCHEZ, D. **El Ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.
- POHL, W. Conclusion. The Transformation of frontiers. In: POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians. Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001.
- POHL, W.; WOOD, I.; REIMITZ, H. **The Transformation of Frontiers**. From Late Antiquity to the Carolingians . Leiden/Boston/ Köln: Brill, 2001.
- RHODES, P. F. Making and breaking treaties in the Greek world. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- RIBEIRO D. V. A Igreja nascente em face do Estado Romano. In: DE SOUZA, J. A. C. R. **o Reino e o Sacerdócio**. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto alegre: EDIPUCRS, 1995.
- RICH, J. W. Treaties, allies and the Roman conquest of Italy. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- RICHÉ, P. **Education et culture dans l'Occident barbare**. (VIe-VIIIe siècle). Paris: Seuil, 1995.
- RUNG, E. War, peace and diplomacy in Graeco-Persian relations from the sixth to the fourth century b.C. In: DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace in Ancient and Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- SANZ SERRANO, R. La excomunión como sanción política en el reino visigodo de Toledo. **Antigüedad y Cristianismo**, Murcia, n. 3, p. 275-286, 1986.
- SILVA, L. R. Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos – século V ao VII. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 37, p. 67-84, 2002.
- SOUZA, J. A. C. R. A Teocracia Imperial no fim da Alta Idade Média. In: DE SOUZA, J. A. C. R. **o Reino e o Sacerdócio**. O pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- THOMPSON, E. A. The conversion of the Spanish Suevi to Catholicism. In: JAMES, E. **Visigothic Spain**. New Approaches. Oxford: Clarendon, 1980.
- TORREGARAY PAGOLA, E. La influencia del modelo de Alejandro Magno en la tradición escipiónica. **Gerión**, Madri, n. 21, p. 137-166, 2003.
- ULLMANN, W. **A Short History of the Papacy in the Middle Ages**. Londres: Routledge, 2003.
- VALLEJO GIRVÉS, M. **Bizancio y la España tardoantigua** (ss. V-VIII): Un capítulo de história mediterránea. Alcalá de Henares, 1993.
- _____. Relaciones del Reino Visigodo de Tolosa con el Império: El papel de las embajadas. In: JORNADAS INTERNACIONALES “LOS VISIGODOS Y SU MUNDO”. Madrid, 1990. **Los visigodos y su mundo**: monográfico, jornadas internacionales. Ateneo de Madrid, noviembre de 1990. Madri: Comunidad de Madrid, 1998.
- VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda**: un proceso de cambio. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.
- VELÁZQUEZ, I. *Pro Patriae Gentisque Gothorum Satv*. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes**. The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- VEYNE, P. *Humanitas*: Romanos e Não-Romanos. In: GIARDINA, A. **O homem romano**. Lisboa: Presença, 1992.
- WHITBY, M. Byzantine diplomacy: good faith, trust and co-operation in international relations in LateAntiquity. DE SOUZA, P.; FRANCE, J. (orgs.). **War and Peace**

- in Ancient and Medieval History.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- WHITTAKER, C. R. **Frontiers of the Roman Empire.** Londres; Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.
- WORMALD, P. The *leges barbarorum*: Law and ethnicity in the Post-Roman West. In: GOETZ, H-W.; JARNUT, J.; POHL, W. **Regna and Gentes.** The relationship between late antiquity and early medieval peoples and kingdoms in the transformation of the Roman World. Boston/Leiden: Brill, 2003.
- ZÉTOLA, B. M. Triunfos militares e legitimação de poder na antigüidade romana. **Métis**, Caxias do Sul, v. 5, p. 35-59, 2006.
- _____. **Pobreza, Caridade e Poder.** Antigüidade Tardia. Curitiba: Juruá, 2009.

ANEXOS

ANEXO I
Relação dos soberanos visigodos
 (de Amalarico a Rodrigo)

Soberanos Visigodos	Anos de reinado
Amalarico	510/526 - 531
Teudis	531 - 548
Teudiscló	548 - 549
Ágila	549 - 555
Atanagildo	555 - 567
Liuva	567 - 572
Leovigildo	568 - 586
Recardo	586 - 601
Liuva II	601 - 603
Witerico	603 - 610
Gundemaro	610 - 612
Sisebuto	612 - 621
Recardo II	621
Suintila	621 - 631
Sisenando	631 - 636
Chintila	636 - 640
Tulga	640 - 641
Chindasvinto	641 - 653
Recesvinto	649 - 672
Ervígio	680 - 687
Égica	687 - 702
Witiza	694 - 710
Rodrigo	710 - 711

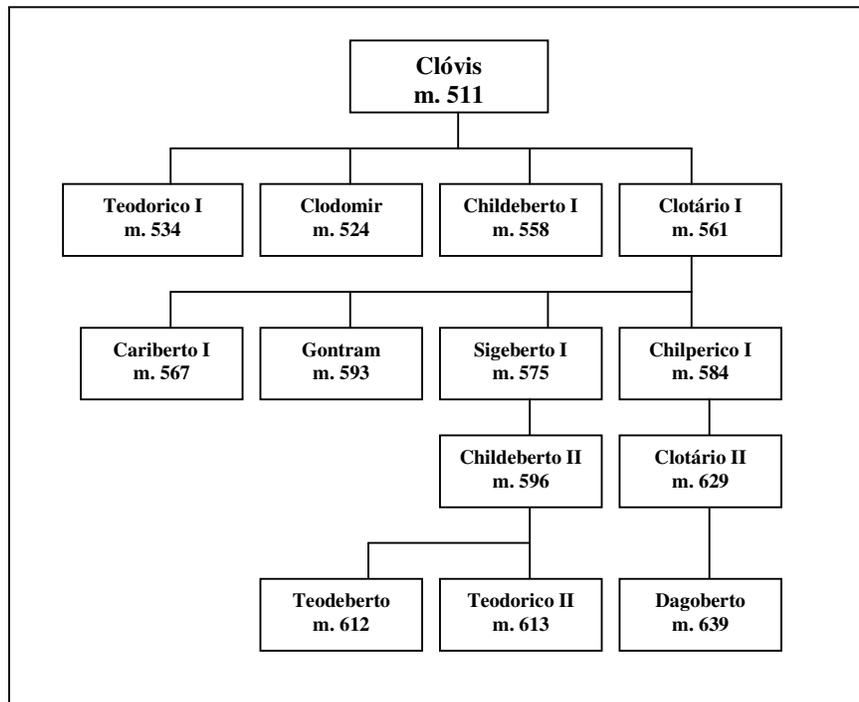
ANEXO II
Relação dos soberanos lombardos
 (de Audoíno a Desidério)

Soberanos Lombardos	Anos de reinado
Audoíno	546 - 565
Alboíno (início da ocupação na Península Itálica)	565 - 572
Clef	572 - 574
Período de Interregno dos duques lombardos	572 - 584
Authari	584 - 590
Agilulfo	591 - 616
Adaloaldo	616 - 626
Arioaldo	626 - 636
Rotari	636 - 652
Rodoaldo	652 - 653
Ariperto I	653 - 661
Bertari e Godeperto	661 - 662
Grimualdo	662 - 671
Garibaldo	671
Bertari (retornado do exílio)	671 - 688
Alahis (usurpador)	688 - 689
Cunincperto	688 - 700
Liutperto	700 - 701
Raginperto	701
Ariperto II	701 - 712
Ansprando	712
Liutprando	712 - 744
Hildeprando	744
Ratchis	744 - 749
Aistulfo	749 - 756
Desidério	756 - 774

ANEXO III
Relação dos soberanos suevos
(de Hermerico a Audeca)

Soberanos Suevos	Anos de reinado
Hermerico	409 - 438
Rechila	438 - 448
Rechiaro	448 - 456
Maldras/Framta/Richimundo/Frumário (poder disperso)	456 - 464
Remismundo	464 - 469
Período sem informações	469 - 558
Carriarico (existência duvidosa)	550 - 558
Ariamiro	558 - 561
Teodemiro	561 - 570
Miro	570 - 583
Eborico	583 - 584
Audeca	584 - 585

ANEXO IV
Genealogia dos soberanos francos
(de Clóvis a Dagoberto)



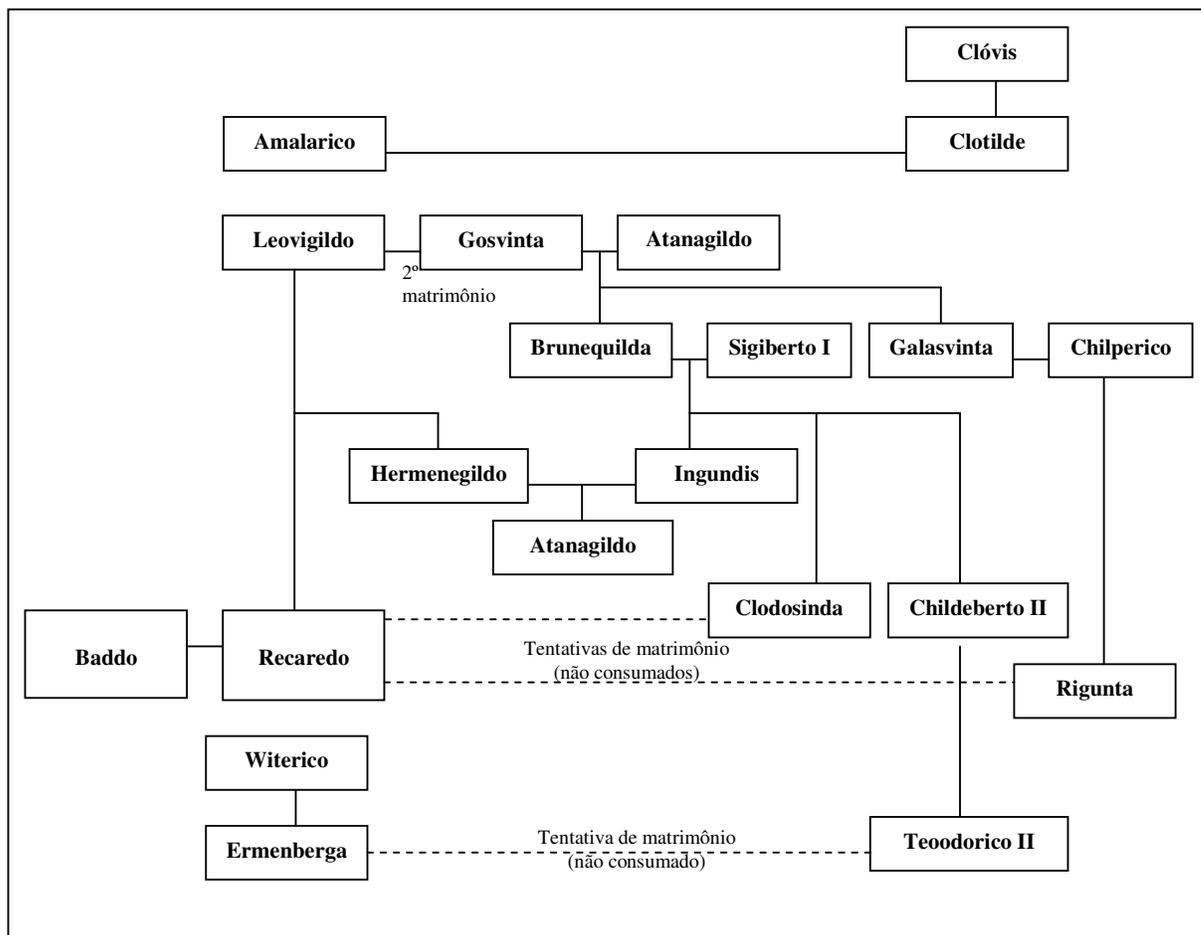
ANEXO V
Relação dos papas tar-do-antigos
(séculos IV - VIII)

Papa	Pontificado	Papa	Pontificado
Marcelo	308 - 309	Gregório I (Gregório Magno)	590 - 604
Eusébio	309 - 310	Sabiniano	604 - 606
Melquíades	311 - 314	Bonifácio III	607
Silvestre I	314 - 335	Bonifácio IV	608 - 615
Marcos	336	Adeodato I	615 - 618
Júlio I	337 - 352	Bonifácio V	619 - 625
Libério	352 - 366	Honório I	625 - 638
Dâmaso I	366 - 384	Severino	640
Sirício	384 - 399	João IV	640 - 642
Anastácio I	399 - 401	Teodoro I	642 - 649
Inocêncio I	401 - 417	Martinho I	649 - 655
Zózimo	417 - 418	Eugênio I	655 - 657
Bonifácio I	418 - 422	Vitaliano	657 - 672
Celestino	422 - 432	Adeodato II	672 - 676
Sisto III	432 - 440	Dono	676 - 678
Leão I	440 - 461	Agatão	678 - 681
Hilário	461 - 468	Leão II	682 - 683
Simplício	468 - 483	Bento II	684 - 684
Félix	483 - 491	João V	685 - 686
Gelásio I	492 - 496	Cónon	686 - 687
Anastácio II	496 - 498	Sérgio I	687 - 701
Símaco	498 - 514	João VI	701 - 705
Hormisdas	514 - 523	João VII	705 - 707
João I	523 - 526	Sisínio	708
Félix IV	526 - 530	Constantino	708 - 715
Bonifácio II	530 - 532	Gregório II	715 - 731
João II	533 - 535	Gregório III	731 - 741
Agapito I	535 - 536	Zacarias	741 - 752
Silvério	536 - 537	Estêvão II	752
Vigílio	537 - 555	Estêvão III	752 - 757
Pelágio I	556 - 561	Paulo I	757 - 767
João III	561 - 574	Estêvão IV	768 - 772
Bento I	575 - 579	Adriano I	772 - 795
Pelágio II	579 - 590	Leão III	795 - 816

ANEXO VI
Relação dos imperadores romanos do Oriente
(de Leão I a Justiniano II)

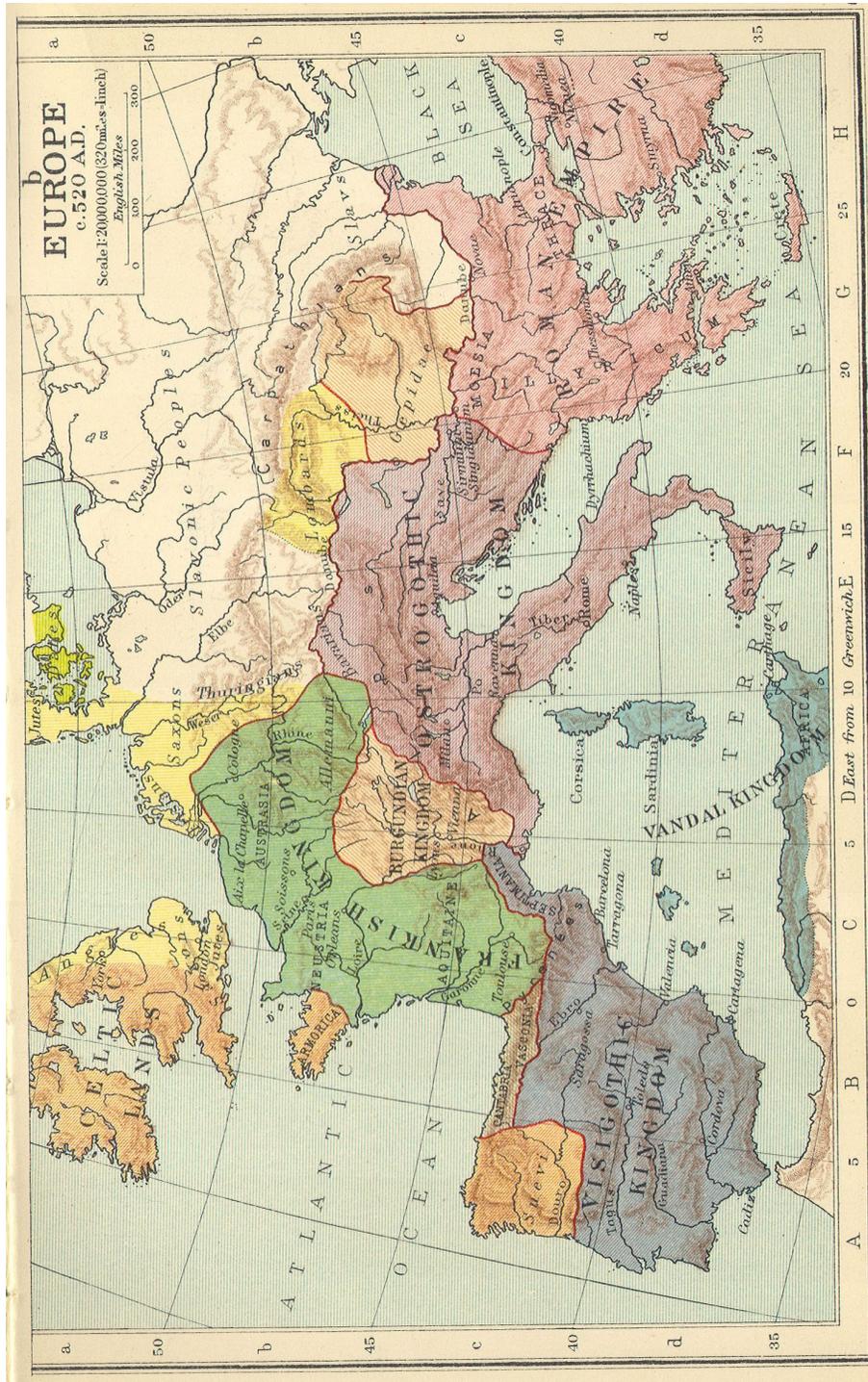
Imperadores Romanos do Oriente	Anos de reinado
Leão I	457 - 474
Leão II	474
Zenão	475 - 491
Anastásio I	491 - 518
Justino I	518 - 527
Justiniano I	527 - 565
Justino II	565 - 578
Tibério II	578 - 582
Maurício	582 - 602
Focas	602 - 610
Heraclius	610 - 641
Constantino III	641
Heraclianus	641
Constâncio II	641 - 668
Constantino IV	668 - 685
Justiniano II	685 - 695
Leôncio	695 - 698
Tibério III	698 - 705
Justiniano II	705 - 711

ANEXO VII
Matrimônios régios franco-visigóticos no século VI



ANEXO VIII

Mapa do Ocidente Tardo-Antigo no início do século VI



(DOW, E. W. Atlas of European History. New York: Henry Holt and Company, 1907)

ANEXO IX

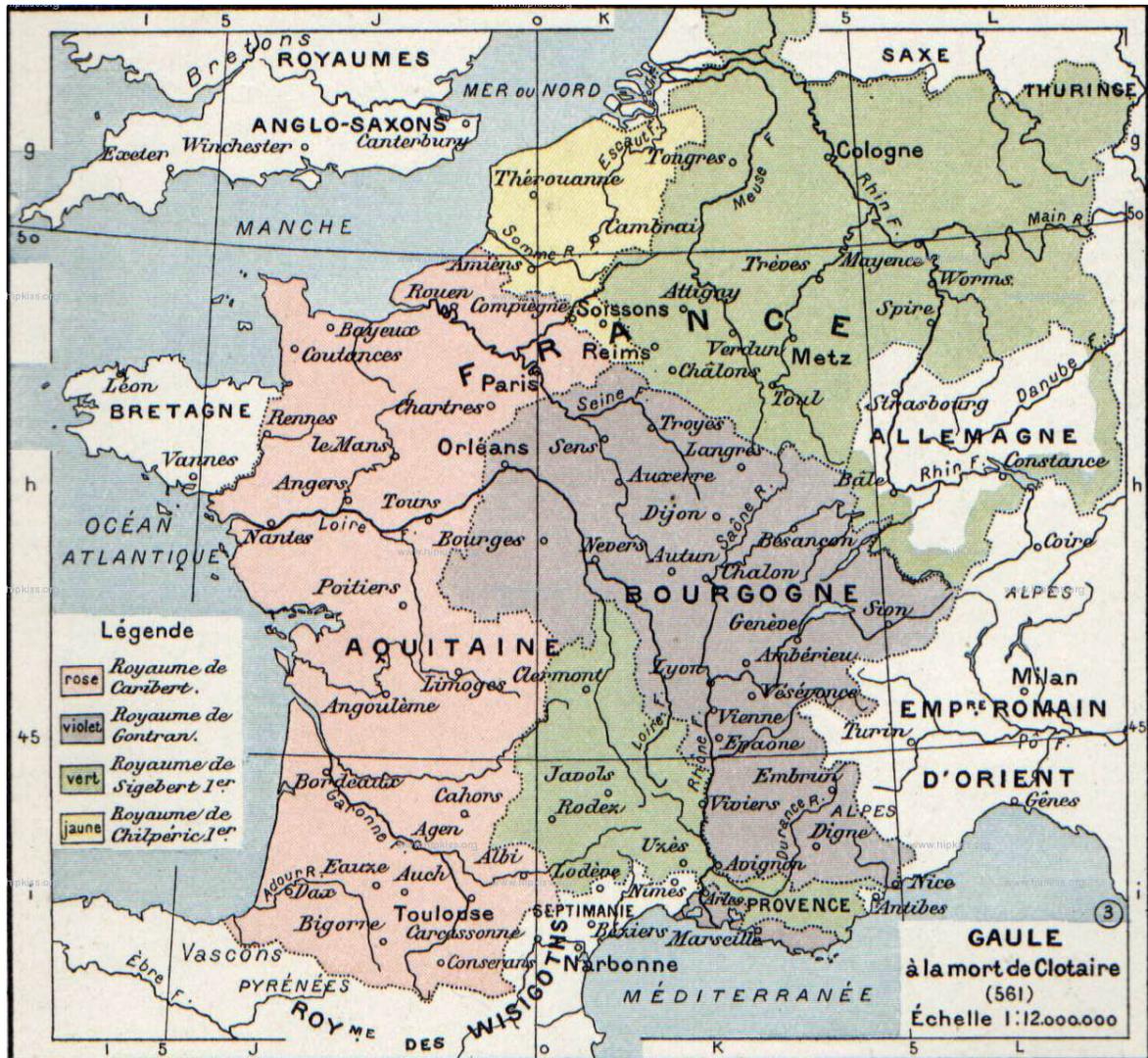
Mapa do Ocidente Tardo-Antigo no início do século VII



(Fonte: NEES, L. **Early Medieval Art**. Oxford: Oxford University Press, 2002.)

ANEXO X

Mapa dos Reinos Francos após a morte de Clotário I (561)



(VIDAL DE LA BLACHE, P. Atlas général d'histoire et de géographie. 1894).

ANEXO XI

Mapa dos Reinos Francos após o Tratado de Andelot (587)



(VIDAL DE LA BLACHE, P. Atlas général d'histoire et de géographie. 1894).

ANEXO XII

Mapa da Península Itálica após ocupação lombarda (c. 600)



(DOW, E. W. Atlas of European History. New York: Henry Holt and Company, 1907)